UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de São José do Rio Preto

Danytiele Cristina Fernandes de Paula

TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DA FAMÍLIA NADUHUP

São José do Rio Preto
2019

Danytiele Cristina Fernandes de Paula

Transparência e opacidade nas línguas indígenas da família Naduhup

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientadora: Profª. Drª. Erotilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto
2019

P324t

Paula, Danytiele Cristina Fernandes de
Transparência e opacidade nas línguas indígenas da família Naduhup / Danytiele Cristina Fernandes de Paula. -- São José do Rio Preto, 2019
230 f. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientadora: Erotilde Goreti Pezatti

1. Funcionalismo (Linguística). 2. Tipologia (Linguística). 3. Gramática discursivo funcional. 4. Língua maku. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Danytiele Cristina Fernandes de Paula

Transparência e opacidade nas línguas indígenas da família Naduhup

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Comissão Examinadora

Profª. Drª. Erotilde Goreti Pezatti
UNESP – São José do Rio Preto
Orientadora

Prof. Dr. Angel Humberto Corbera Mori
IEL – UNICAMP – Campinas

Profª. Drª. Cristina Martins Fargetti
UNESP – Araraquara

Profª. Drª. Marize Matos Dall'Aglio Hattnher
UNESP – São José do Rio Preto

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
29 de agosto de 2019

A meus pais, que me ensinaram o respeito a todo ser.

A meu namorado, que luta por um mundo igual.

A todos que são resistência de diferentes maneiras.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho encerra um longo caminho de pesquisa, de aprendizado e também de evolução e revolução em minha vida. Trilhar esse caminho seria impossível sem a presença de pessoas essenciais que permaneceram ao meu lado, às vezes me tomaram no colo e cruzaram esse caminho comigo.

Primeiramente, agradeço a Deus, a força maior que move minha vida, ilumina meus passos, me cobre de bênçãos e de amor incondicional. Sei que Ele trabalhou em silêncio por mim, abriu portas, cruzou atalhos, moveu montanhas e tornou realidade o que era impossível aos meus olhos humanos.

Agradeço aos meus pais, Donizeti e Aparecida, que tanto sofreram com minhas ausências, ansiedades, os tantos momentos de dor... mas igualmente, e ainda mais, se alegram com minhas vitórias e com cada pequeno passo conquistado. Eles me ajudaram a levantar, lutar e seguir, me fizeram e me forjaram como sou, me inspiraram e lutaram comigo e por mim todos os dias.

Agradeço à minha querida "mãe acadêmica", Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti (Erô), por toda paciência, por todos os ensinamentos, por todo acolhimento e, especialmente, por acreditar e confiar no meu trabalho. Esse doutorado consagra anos de orientação sob sua luz e sua sabedoria e serei sempre grata por cada palavra e cada momento dividido a seu lado.

Agradeço ao meu namorado, melhor amigo, esposo e auxiliar mágico, Guilherme, meu presente trazido do doutorado para a vida. Ele que me acolheu, me incentivou, me apoiou e amou nos piores momentos. Ele que divide comigo todos os planos de vida, me inspira a ser melhor todos os dias, me fez ver a vida com outros olhos e expandiu o significado de amor.

Agradeço à minha avó, Regina, que nunca deixou de me abençoar, rezar por mim e me cuidar desde que eu era apenas uma menininha com medo de borboletas até hoje em que aprendi a voar.

Agradeço à minha grande e amada Família por ser minha raiz, a base em que me construí. Em especial, agradeço aos meus primos e afilhados, Lara e André; meus tios e tias José Camargo, Dora, Cleonice, Elias, Francisco, Paula, José de Paula e Helena; e aos

meus pais adotivos, Eliani e Carlos, por todo amor, todo cuidado e todas as expressões de mais puro carinho.

Agradeço aos meus Amigos queridos, minha família escolhida e reafirmada todos os dias. Especialmente, agradeço à minha amiga e irmã, Tainara; meus amigos da infância para toda a vida, Luis Fernando, Renan e Robert; minhas queridas Cumadis Elaine e Ariane; meus amigos da faculdade para a vida, Christian e Isa; minhas amigas da Espanha para o mundo, Bárbara, Taísa e Noemí; meus amigos das montanhas, Alex e Sasha; e minha amiga francesa de alma brasileira Florence. Vocês me fizeram como sou.

Agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Daniel García Velasco, por ter aceitado me receber mais uma vez nas terras asturianas, por contribuir valorosamente para a pesquisa e, principalmente, por toda gentileza, carinho e acolhimento, fazendo de Oviedo minha casa.

Agradeço à Profª. Drª. Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, que me mostrou a tipologia e abriu caminho para essa tese e para o trabalho que é agora uma paixão de vida. Agradeço por todos os ensinamentos acadêmicos e de vida, por ser minha madrinha nesse percurso.

Agradeço aos professores presentes na banca por terem aceitado gentilmente o convite, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições para a presente pesquisa.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), pelas discussões, estudos e pesquisas na GDF que tanto contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, à qual pela concessão das bolsas no país e no exterior, que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa.

Two roads diverged in a wood, and I—
I took the one less traveled by,
And that has made all the difference.
Robert Frost (1916)

RESUMO

A proposta principal deste trabalho foi investigar as relações de transparência e opacidade nas línguas indígenas da família Naduhup por meio de distintos fenômenos, como aposição, referência cruzada, acordo oracional etc., tomados como parâmetros para o estudo da transparência sob o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional, desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008). Dessa forma, não apenas se assume uma perspectiva funcional, mas também uma nova abordagem desse fenômeno a partir do escopo da Gramática Discursivo-Funcional, que, graças à sua organização descendente de camadas, permite a definição da transparência considerando o alinhamento entre e dentro dos níveis de análise da teoria, o que representa uma inovação do conceito – tradicionalmente concebido como a relação entre forma e significado. A hipótese fundamental do trabalho é a de que as línguas de uma mesma família compartilham traços transparentes e/ou opacos de tal modo que se pode definir as características linguísticas fundamentais de uma família com base nesse compartilhamento. Desse modo, o objetivo geral consiste em averiguar como ocorre o compartilhamento dos traços de transparência/opacidade nas línguas da família Naduhup. Para tanto, utilizamos como *corpus* de análise quatro línguas indígenas – dâw, hup, yuhup e nadëb – descritas em gramáticas e teses constituindo uma amostra representativa da família Naduhup. As análises das línguas foram realizadas a partir dos critérios de opacidade definidos em Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), afim de determinar as propriedades que são compartilhadas entre as línguas. Os resultados corroboram o pressuposto de que há compartilhamento de traços transparentes e opacos de modo que é possível definir as características das línguas que são parte da família e prever a presença de determinado fenômeno em uma língua a partir da observação desse fenômeno nas demais línguas da família. Dentre as características importantes observadas nas línguas da família Naduhup, destacamos, por exemplo, o sistema de negação composto por diferentes estratégias que atuam em distintas camadas dos níveis Interpessoal e Representacional; a ausência de marcação de gênero e de conjugação verbal; e o alinhamento semântico que caracteriza tais línguas como ativas, isto é, línguas que marcam a distinção entre argumentos Ativo e não-ativo (Inativo e Locativo). Desse modo,

é possível alcançar uma caracterização geral sistemática das línguas indígenas da família Naduhup em termos dos traços de transparência/opacidade que mostra as relações que se estabelecem entre essas línguas e que também contribui para sua divulgação, bem como para estudos posteriores. Em âmbito maior, os resultados contribuem para o desenvolvimento da Gramática Discursivo-Funcional na medida em testa a hierarquia implicacional definida por Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) para a ocorrência de traços transparentes nas línguas do mundo. Ademais, considerando a escassez de materiais a respeito das línguas indígenas e as dificuldades em delimitar as línguas que pertencem ou não a determinada família, esta pesquisa representa um novo aparato para auxiliar na elaboração de materiais, na delimitação de características de famílias linguísticas e também no desenvolvimento de pesquisas futuras.

Palavras-chave: Transparência. Opacidade. Línguas indígenas. Família Naduhup. Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

The main purpose of this research was to investigate the relations of transparency and opacity in the Naduhup family's native languages through different phenomena, such as apposition, cross-reference, clause agreement, etc., taken as parameters for the study of transparency under the grammar theoretical apparatus of Functional Discourse Grammar, developed by Hengeveld and Mackenzie (2008). Thus, not only is a functional perspective assumed, but also a new approach to this phenomenon from the scope of Functional Discourse Grammar, which, thanks to its descending layer organization, allows the definition of transparency considering the alignment between and within the levels of theory analysis, which represents a concept innovation - traditionally conceived as the relationship between form and meaning. The fundamental hypothesis of the paper is that the languages of the same family share transparent and/or opaque features such that the fundamental linguistic characteristics of a family can be defined based on this sharing. Thus, the overall objective is to ascertain how sharing of transparency/opacity traces occurs in the Naduhup family languages. For this, we used as corpus of analysis four indigenous languages - dâw, hup, yuhup and nadëb - described in grammars and theses constituting a representative sample of the Naduhup family. Language analyzes were performed using the opacity criteria defined in Hengeveld (2011), Leufkens (2015) and Hengeveld and Leufkens (2018), in order to determine the properties that are shared between languages. The results corroborate the assumption that there is sharing of transparent and opaque features so that it is possible to define the characteristics of the languages that are part of the family and predict the presence of a given phenomenon in one language from the observation of this phenomenon in the other languages of the family. Among the important features observed in the Naduhup family languages, we highlight, for example, the negation system composed of different strategies that act in different layers of the Interpersonal and Representational levels; the absence of gender marking and verbal conjugation; and the semantic alignment that characterizes such languages as active that is languages that mark the distinction between Actor and non-actor (Undergoer and Locative) arguments. In this way, it is possible to achieve a

systematic general characterization of the Naduhup family's native languages in terms of the transparency/opacity traits that show the relationships that are established between these languages and which also contributes to their dissemination, as well as to further studies. More broadly, the results contribute to the development of Discursive-Functional Grammar by testing the implicational hierarchy defined by Hengeveld (2011), Leufkens (2015) and Hengeveld and Leufkens (2018) for the occurrence of transparent traces in world languages. Moreover, considering the scarcity of materials about native languages and the difficulties in delimiting the languages that belong or not to a certain family, this research represents a new apparatus to help in the elaboration of materials, the delimitation of language families and also in the development of future research.

Keywords: Transparency. Opacity. Native languages. Naduhup family. Functional Discourse Grammar.

LISTA DE ABREVIATURAS

A	ativo
ABL	ablativo
ADV	adverbial
ADVREL	adverbial relativizado
AFF	afetado
ALL	alativo
APPL	aplicativo
ASP	aspecto
AUM	aumentador
AUX	auxiliar
BEN	beneficiário
C	comitativo
CAUS	causativo
COLL	coletivo
COND	condicional
CONJ	conjunção
CONJT	conjuntivizador
COOP	cooperativo
DAT	dativo
DECL	declarativo
DEF	definido
DEM	demonstrativo
DEP	dependente
DIR	direção
DIS.M	distância média do centro dêitico
DISTR	distributivo
DST.CNTR	contraste – passado distante
DUR	durativo
DYN	dinâmico
EMPH	enfático
EMPH.CO	coordenador enfático
EMPH.NEG	ênfase de negação
ESS	essivo
EV	evidencial
EXCL	exclusivo
F	feminino
FACT	factual
FOC	foco
FORM	formativo
FUT	futuro
FUT.E	futuro estratégico (dâw)
FUT.CONTR	futuro contrastivo
HAB	habitual
ILAT	ilativo

IMP	imperativo
IND	indivíduo
INDF	indefinido
INDIC	indicativo
INCH	incoativo
INFER	inferencial
INS	instrumento
INTENS	intensificador
INTER	ilocução interrogativa
INTR	intransitivador
ITER	iterativo
ITG	demonstrativo intangível
L	locativo
LOC	lugar
M	masculino
MOD	modal
NEG	negação
NEG.EX	negação existencial (hup)
NEG.CONTR	contraste negativo
NMLZ	nominalizador
NONIND	não-indicativo
NONREF	não-referencial
NONREF.EMPH	enfático não-referencial
NONVIS	evidencial não-visual
OBJ	objeto
OBL	oblíquo
PFV	perfectivo
PL	plural
POL	polidez
POSS	possessivo
PRED	predicado/predicativo
PROG	progressivo
PROH	proibitivo
PRX.CONTR	contraste proximativo
PST	passado
PST.DST	passado distante (hup)
PST.REC	passado recente (yuhup)
PUNCT	pontual
REFL	reflexivo
REL	relativizador
REP	reportativo
RESP	respeito
REST	restritivo
SEQ	sequencial
SIM	simultâneo
SG	singular

SPEC	específico
TAG	enfático (hup)
TEL	télico
TOP	tópico
TR	marca de transitividade
U	inativo
VENT	ventivo

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**16**
2	**CAPÍTULO I: DA ICONICIDADE À TRANSPARÊNCIA**	**20**
2.1	**Da arbitrariedade à iconicidade**	**21**
2.1.1	Iconicidade	26
2.1.2	Isomorfismo e Homomorfismo	32
3	**CAPÍTULO II: TRANSPARÊNCIA NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**	**36**
3.1	**Gramática Discursivo Funcional**	**36**
3.2	**O conceito de transparência na Gramática Discursivo-Funcional**	**45**
3.3	**Categorias de Opacidade**	**48**
4	**CAPÍTULO III: METODOLOGIA**	**51**
4.1	**Material**	**52**
4.2	**Percurso metodológico**	**54**
4.2.1	Critérios de opacidade	54
4.2.1.1	Interpessoal – Representacional	58
4.2.1.2	Interpessoal/Representacional – Morfossintático	62
4.2.1.3	Nível Morfossintático	72
4.3	**Hipótese**	**79**
5	**CAPÍTULO IV: LÍNGUAS INDÍGENAS – FAMÍLIA NADUHUP**	**82**
5.1	**Características linguísticas**	**86**
5.2	**Pesquisas e estudos sobre a família Naduhup**	**89**
6	**CAPÍTULO V: TRANSPARÊNCIA NAS LÍNGUAS DA FAMÍLIA NADUHUP**	**91**
6.1	**Aposição**	**91**
6.2	**Referência cruzada**	**96**
6.3	**Relações gramaticais**	**103**
6.4	**Concordância de número**	**118**
6.5	**Concordância de negação**	**135**

6.6 Descontinuidade 166
6.7 Expletivos 179
6.8 Gênero gramatical 188
6.9 Acordo no sintagma 195
6.10 Acordo na oração 208
6.11 Cópia de tempo 209
7 CONCLUSÕES 219
REFERÊNCIAS 227

1. INTRODUÇÃO

Antiga é a discussão a respeito da iconicidade das línguas. Saussure (1977[1916]), nos primeiros estudos e pesquisas sobre a linguagem, preconiza que a língua é arbitrária, ou seja, o significante não reflete seu significado. No entanto, autores como Haiman (1980, 1985) defendem que, ao contrário, algo na forma dos signos reflete sim a nossa visão acerca da realidade. Em consonância, considerando a língua em sua função comunicativa, as teorias funcionalistas defendem que as formas da língua estão relacionadas a uma função/significado. De modo mais amplo, a expectativa é de que as línguas exibam uma relação sistemática de um-para-um entre forma e significado, sendo, portanto, transparentes. No entanto, no uso, diversos fatores, como ambiguidade, descontinuidade, fusão, concordância etc., fazem com que essa relação seja quebrada, tornando as línguas mais opacas (cf. LEUFKENS, 2015).

Cabe notar que transparência aqui não é o mesmo que simplicidade, ou seja, as línguas podem ser complexas e, ao mesmo tempo, transparentes ou vice-versa. Slobin (1977) mostra, por exemplo, que a morfologia do turco é altamente complexa, no sentido de que é fortemente aglutinante, muito regular, e evita formas homófonas, o que permite, no entanto, uma forte relação de um-para-um entre morfemas e unidades semânticas, sendo, por isso, altamente transparente.

No âmbito dos estudos tipológicos, como os de Hengeveld (2011b), é possível constatar que as línguas diferem em seu grau de transparência, isto é, podem ser consideradas mais ou menos transparentes de acordo com o conjunto de traços opacos que apresenta. No entanto, todas as línguas apresentam opacidade e transparência em certa medida. De acordo com o autor, línguas mais prototipicamente transparentes, por exemplo, apresentam algum traço não transparente em sua fonologia ou mesmo casos de redundância entre unidades semânticas e morfossintáticas. Considerando essa gradação entre as línguas e os traços de opacidade, é possível afirmar que a distribuição desses traços transparentes/opacos não é aleatória, mas que, ao contrário, há uma ordem implicacional entre eles.

Apesar de ser um tema tão promissor em diferentes áreas (estudos diacrônicos, tipológicos, de aquisição da linguagem, ensino e aprendizagem de língua estrangeira, etc.), a questão da transparência tem recebido pouca atenção da linguística, especialmente pela difusão da ideia de que todas as línguas são igualmente difíceis de se processar, não

havendo distinções relevantes entre a transparência e o processamento linguístico. Além disso, as pesquisas realizadas a esse respeito consideram uma só língua ou então um conjunto tipológico de línguas variado, com diferentes famílias de diferentes distâncias geográficas e genéticas. Nesse contexto, em busca de respostas a respeito da relação de transparência entre as línguas, focando suas similaridades e distinções, esta pesquisa apresenta um estudo pioneiro das relações de transparência e opacidade nas línguas indígenas de uma única família, a saber, a família Naduhup.

Segundo Seki (1999, p. 258), estima-se que ainda são faladas no Brasil cerca de 180 línguas indígenas por, aproximadamente, 155.000 falantes, considerando que, desde a chegada dos portugueses, mais de 1.000 línguas já se perderam sem haver sequer um estudo sobre elas. Contrariamente, dados do censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), apontam para 274 línguas indígenas faladas por 305 etnias diferentes. O que esses dados discrepantes revelam é a dificuldade justamente em precisar o número de falantes e o número de línguas. Por vezes, para cálculos como esses são considerados censos que analisam o total de habitantes e não de falantes das línguas – a comunidade Kuyawi, por exemplo, é constituída por um grupo de aproximadamente 150 pessoais, das quais apenas vinte são falantes da língua kuyawi. Além disso, como veremos, a classificação das línguas indígenas é uma questão complexa e que, muitas vezes, desconsidera os próprios falantes, de modo que o cálculo das línguas registradas não representa a realidade das que são faladas. Como o próprio IBGE admite, "há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia" (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

A partir da década de 1980, houve um crescimento de pesquisas e pesquisadores interessados no estudo das línguas indígenas; no entanto, a maioria desses trabalhos não passa de uma descrição pautada em alguns aspectos da língua, não fornecendo, assim, uma descrição completa, que permita um estudo tipológico. Desse modo, poucas são as gramáticas disponíveis com descrições completas e detalhadas o suficiente sobre as línguas, o que dificulta pesquisas na área.

Nesse complexo contexto, Seki (2000, p. 245) destaca que o estudo com línguas indígenas apresenta duas contribuições fundamentais: a científica e a social. Do ponto de vista científico, é fundamental compreender a natureza e a diversidade das línguas, confirmando hipóteses e explicando fenômenos até então desconsiderados. Já no aspecto

social, trabalhar com línguas indígenas é também trabalhar com línguas minoritárias, contribuindo para a sua preservação e/ou revitalização. Esta tese, portanto, é pautada nesses valores, buscando dar luz a fenômenos desconsiderados e contribuindo para a divulgação de análises de línguas indígenas sob o aporte da Gramática Discursivo-Funcional.

A partir de uma seleção mais ampla entre diferentes famílias de línguas indígenas, chegamos à seleção final da família Naduhup, considerando os materiais disponíveis com descrições o mais completas possível, mas também tendo em conta que poucos estudos com enfoque tipológico foram realizados a respeito das línguas dessa família. A escassez de trabalhos tipológicos comprova-se pelas inúmeras controvérsias quanto à classificação das línguas que compõem a família dada a incipiência do material existente. Estudos anteriores, como Martins (2004, p. 6-7), por exemplo, distinguem sete grupos principais integrantes da família Naduhup: Nadëb, Kuyawi, Dâw, Hupda (Hup), Yuhup, Kakua e Nukak. Em contrapartida, estudos recentes (cf. EPPS e BOLAÑOS, 2017) apontam que as línguas Kakua e Nukak, na verdade, não têm relação genética com a família Naduhup. Portanto, das línguas restantes, a amostra selecionada contempla quatro línguas: dâw, hup, yuhup e nadëb. Para tanto, baseamo-nos em quatro obras principais: *Fonologia e gramática do Dâw* (MARTINS, 2004); *Grammar of Hup* (EPPS, 2005); *Les structures élémentaires du Yuhup Makú, langue de l'Amazonie colombienne*: Morphologie et Syntaxe (OSPINA BOZZI, 2002) e *A negação e outros tópicos da gramática Nadëb* (WEIR, 1984). A escolha desses materiais considera a abrangência das descrições realizadas de modo que seja possível analisar critérios que envolvem os mais variados fenômenos nas línguas.

Nesse contexto, o pressuposto inicial da pesquisa, baseado nos estudos tipológicos anteriores sobre a transparência, era o de que línguas de uma mesma família compartilham traços, porém, com divergências, o que permitiria, por exemplo, estabelecer uma hierarquia implicacional de ocorrência desses traços dentro da própria família. No entanto, com as análises dos dados, constatamos a impossibilidade de se estabelecer uma hierarquia implicacional pelo fato de que as línguas de uma mesma família parecem não divergir nos traços opacos e transparentes que apresentam. Dessa maneira, considerando que as línguas de uma mesma família compartilham traços de transparência/opacidade, a hipótese em que se assenta a pesquisa é, portanto, a de que é possível predizer se uma língua é ou não parte da família a partir da observação de como esses traços se comportam nessas línguas. Os resultados da pesquisa, em um plano mais amplo, por se tratar de um estudo que envolve distintos critérios pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos, contribuem para o debate de diferentes características das línguas indígenas da família Naduhup, ainda

pouco estudadas e discutidas entre as línguas do mundo, inclusive sob uma visão funcionalista.

Portanto, as análises aqui empreendidas podem ainda contribuir para o estudo das línguas indígenas e para o estabelecimento do papel da transparência na variação delas. Assim sendo, por meio de um exercício tipológico, objetivamos também colaborar para a difusão e propagação de análises das línguas da família Naduhup, especialmente pelo viés de uma teoria funcionalista, resultando, de maneira ampla, em maior visibilidade. Ademais, a pesquisa também contribui para o desenvolvimento da teoria que a sustenta, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), pois se presta como subsídio para a discussão e evolução da concepção de transparência e seus critérios, bem como da própria teoria e sua aplicabilidade no estudo das línguas do mundo, além de ser ferramenta para a concepção de futuros materiais que permitam a divulgação e a proposição de novas pesquisas para as línguas indígenas.[1]

Para tanto, esta tese está dividida em cinco capítulos. No capítulo I – *Da iconicidade à transparência*, traçamos um breve panorama do percurso dos estudos linguísticos pelos conceitos de iconicidade, arbitrariedade e isomorfismo até a transparência, considerando diferentes perspectivas. Já no capítulo II – *Transparência na Gramática Discursivo-Funcional*, expomos a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, tal como apresentada por Hengeveld e Mackenzie (2008), tendo como foco principal a concepção de transparência defendida pela teoria. O capítulo III – *Metodologia* apresenta o percurso metodológico, o *corpus* e os critérios de opacidade empregados nas análises. O capítulo IV – *Línguas indígenas da família Naduhup* faz um breve resumo das principais características culturais, sociais e linguísticas das línguas da família Naduhup, bem como discute as controvérsias acerca da sua denominação e delimitação das línguas que são de fato parte da família. Por fim, o capítulo V – *Transparência nas línguas da família Naduhup* apresenta as análises dos critérios de opacidade em cada uma das línguas do *corpus* – dâw, hup, yuhup e nadëb. As conclusões são, então, apresentadas, considerando as análises, a comparação entre as línguas, as hipóteses iniciais e os objetivos traçados para a pesquisa.

[1] Cabe lembrar ainda que esta pesquisa relaciona-se ao projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas em Gramática Funcional (GPGF), sediado no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE – UNESP), São José do Rio Preto, nos anos de 2015 e 2016, sob a temática da transparência na Gramática Discursivo Funcional, utilizando como *corpus* diferentes línguas indígenas.

CAPÍTULO I

DA ICONICIDADE À TRANSPARÊNCIA

Para compreender o conceito de transparência, especialmente dentro da Gramática Discursivo-Funcional, é necessário tratar da sua relação íntima com as noções de iconicidade, isomorfismo e homomorfismo, bem como da visão de outras teorias a respeito desses fenômenos. Dessa forma, o objetivo desse capítulo é realizar uma breve revisão da literatura linguística, desses conceitos para chegarmos à definição de transparência na visão funcionalista, mais especificamente, na Gramática Discursivo-Funcional.

A conexão entre significado e forma é tão antiga quanto a própria história da linguagem ou da escrita. Como destaca Bolinger (2012, p. 217, tradução nossa),

> as primeiras formas de comunicação devem ter sido imitativas. O uso de pictogramas para transmitir mensagens muito antes do desenvolvimento de símbolos e alfabetos – para não mencionar a universalidade do gesto imitativo e expressivo – parece tão natural que só podemos supor um estágio primitivo em que os sons eram relacionados ao sentido.[2]

Fato é que, desde as primeiras reflexões sobre a linguagem, questiona-se a relação possível entre significado e forma, a arbitrariedade dos signos em oposição à iconicidade. Platão, com o diálogo *Crátilo*, no século IV a.C., já discute se a representação linguística tem por base um sistema de signos arbitrários ou se as palavras têm uma relação intrínseca e motivada com as coisas que significam. Na obra, os interlocutores Crátilo, Hermógenes e Sócrates apresentam e discutem as diferentes visões a respeito do tema: Crátilo defende a relação motivada e natural entre o mundo e a língua; Hermógenes defende, por outro lado, que a língua é imotivada e convencional, não havendo assim transparência (entendida aqui como similaridade entre a forma linguística e seu significado no mundo exterior); ao passo que Sócrates media o diálogo e faz uma ponte entre esses diferentes pontos de vista (cf. PLATÃO, 1963).

[2] Tradução do original: "[…] the first forms of communication must have been imitative. The use of pictograms to convey messages long before the development of syllabaries and alphabets - not to mention the universality of imitative and expressive gesture - seems so natural that we can only suppose a primitive stage in which sounds were related to sense."

Séculos depois, Saussure (1977[1916]) transforma os caminhos do estudo da linguagem ao discutir a natureza da língua e do signo linguístico, estabelecendo dicotomias que delimitam o objeto da linguística enquanto ciência. Dentre suas postulações está o *princípio da arbitrariedade do signo*, segundo o qual "o laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*" (1977, p. 81, grifo nosso).

Em sentido contrário, o princípio da iconicidade diz respeito ao caráter previsível do significado a partir da forma. Desse modo, a estrutura da língua reflete, em certa medida, a estrutura da realidade, do mundo e da experiência do falante, sendo possível prever o conteúdo por meio da forma, o que poderia ser comprovado pela existência de universais linguísticos, que seriam reflexos das nossas percepções comuns sobre o mundo. O princípio da iconicidade tem sido discutido mais detalhadamente por diversas teorias e autores, como Haiman (1985), Givón (1985), Croft (2003), Haspelmath (2008) e muitos outros. Ligada a este princípio está a noção de transparência, visto que também diz respeito às relações entre forma e significado.

Trataremos, então, do percurso entre a arbitrariedade e a iconicidade, detalhando as questões brevemente apresentadas até aqui, de forma a compreender como a discussão linguística em torno desses conceitos culmina na definição de transparência que é empregada nas análises da presente pesquisa.

2.1 Da arbitrariedade à iconicidade

Considerados como divisor de águas nas pesquisas sobre a linguagem, os estudos de Saussure (1977[1916]) fazem surgir o estruturalismo e redefinem o olhar sobre as línguas. Dentre as dicotomias instauradas pelo autor, estão os conceitos de *langue* e *parole*. De acordo com Saussure (1977, p. 22-23), a língua (*langue*) constitui o sistema linguístico, estrutural, que é empregado por determinada comunidade, sendo, desse modo, social, coletiva e compartilhada. A fala (*parole*), por outro lado, é individual, sendo a realização particular da língua feita por cada indivíduo. Compreendendo assim a fala como assistemática, o pesquisador propõe que o objeto de estudo da linguística é a língua, visto que somente fenômenos sistemáticos podem ser analisados pela ciência. Assim sendo, o olhar do pesquisador recai apenas sobre fatos do sistema da língua, da gramática

e, consequentemente, da estrutura, decisão que impacta no que será definido por ele como *arbitrariedade do signo linguístico*.

Saussure conceitua, então, o signo linguístico como a junção entre significante, forma ou imagem acústica, e o significado, sentido. É com base nessa definição que o autor postula o *Princípio da Arbitrariedade* ao afirmar que o signo linguístico é arbitrário, ou seja, "o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade" (SAUSSURE, 1977, p. 83, grifo do autor). Nessa perspectiva, não há nada na forma ou na imagem acústica que nos remeta ao significado de determinado signo, visto que o significado seria estabelecido por convenção de acordo com as regras e usos de determinada língua. A estrutura gramatical das línguas é, portanto, considerada como um sistema autônomo regido por leis internas inerentes ao próprio sistema, sem relação com motivações de ordem externa (cf. MARTELOTTA, 2010, p. 53).

Assim, para Saussure, o significado de formas como "mar", "céu", "casa" etc. não está relacionado com sua materialidade, isto é, não há nada na sequência "m-a-r", "c-é-u" ou "c-a-s-a" que nos leve à imagem do significado, sendo possível a expressão deles por outras sequências, como de fato ocorre se considerarmos diferentes línguas: *sea, sky* e *house*, respectivamente, em inglês; *mer, ciel* e *maison*, em francês. Esse conceito de língua como arbitrária vai embasar as teorias formalistas posteriores, como o gerativismo de Chomsky, segundo o qual, "[...] nossa interpretação do mundo é baseada em parte em sistemas representacionais que derivam da estrutura da própria mente e não espelha em qualquer direção a forma das coisas no mundo externo [...]"[3] (CHOMSKY, 1981, p. 03, *apud* GIVÓN, 1985, p. 191, tradução nossa). Desse modo, Chomsky nega qualquer relação entre o mundo externo e o sistema linguístico, o que permeia toda a proposta teórica gerativa.

Para as teorias estruturalistas, então, "a iconicidade é uma anomalia"[4] (DU BOIS, 1985, p. 343, tradução nossa) e a arbitrariedade é necessária, pois quebra a conexão entre o signo e o mundo externo de modo a manter a integridade do sistema linguístico como autônomo. Assumir a iconicidade seria, assim, assumir que o sistema não é autônomo e que a língua precisa ser vista também em sua relação externa, em seu uso, o que é proposto posteriormente pelas teorias funcionalistas.

---

[3] Tradução do original: "[...] our interpretation of the world is based in part on representational systems that derive from the structure of the *mind itself* and do not mirror in any direction the form of *things in the external world* […]".

[4] Tradução do original: "[...] iconicity is an anomaly [...]".

Saussure reconhece, no entanto, casos específicos das línguas que denomina como fenômenos de *arbitrariedade relativa*, isto é, ocorrências em que a forma é, em certa medida, motivada. Para ilustrar tais ocorrências, o autor usa os números *vinte* e *dezenove*, considerando *vinte* como totalmente imotivado e, portanto, um signo de arbitrariedade absoluta, ao passo que *dezenove* é parcialmente motivado, visto que se constitui de dois termos *dez* e *nove*, sendo um signo de arbitrariedade relativa (cf. SAUSSURE, 1977, p. 152-155). Cabe aqui destacar que Saussure trata da motivação em nível de sistema da língua, já que considera esse sistema como autônomo. Dito de outro modo, o signo que é relativamente motivado o é em relação à sua composição a partir de outros signos do próprio sistema, ou seja, não se trata de uma motivação externa de modo a considerar a relação entre o significante e o mundo exterior, mas de uma motivação interna na relação do signo com outros signos, que pode ser de ordem fonética, morfológica ou mesmo semântica. Nessa perspectiva, o pesquisador admite que "não existe língua em que nada seja motivado" (SAUSSURE, 1977, p. 154), havendo, então, a necessidade de certa motivação para que se mantenha a ordem e a regularidade do sistema[5].

A esse respeito, Du Bois (1985, p. 344) denomina a motivação aqui tratada por Saussure como *motivação interna*, ou seja, aquela que "depende de fatos arbitrários internos ao sistema da língua". Por outro lado, casos como o das onomatopeias – palavras que buscam imitar em sua estrutura o som daquilo que designam –, podem ser chamados de *motivação externa*, visto que há um elemento externo (som) que leva à forma. Saussure, assim como outros estruturalistas, ao considerar a língua como autônoma, tem em conta apenas as motivações internas como parte necessária de seus estudos.

Contrariamente ao postulado por Saussure, o *princípio da iconicidade*, defendido por diferentes pesquisadores, determina que algo na forma, na estrutura da língua reflete nossa percepção da realidade, das entidades, estados, eventos etc. e essa percepção é representada na língua (cf. GIVÓN, 1985, p. 191). Nesse sentido, Givón (1985) afirma que a iconicidade é a correspondência, ou mesmo dependência, entre forma e significado no sistema gramatical das línguas. Um dos exemplos clássicos para este princípio é o caso

[5] Interessante notar que a manutenção da ordem e regularidade do sistema, como postula Saussure, está também relacionada ao *Princípio da Economia Linguística*, segundo o qual as línguas se equilibram entre duas forças contrárias: as necessidades de preencher lacunas da gramática e de eliminar aspectos que sejam redundantes, complexos ou desnecessários. Em outras palavras, as línguas vão se tornando mais relativamente motivadas na medida em que se tornam mais dinâmicas com o intuito de melhor cumprirem as necessidades comunicativas. Uma língua puramente arbitrária não é, dessa maneira, econômica, mas altamente complexa, o que prejudica seus objetivos comunicativos. Assim, se há a carência de um novo signo para designar um novo significante, o sistema se rearranja de modo a gerar esse novo signo a partir dos já existentes ao invés de criar novos puramente arbitrários.

das onomatopeias, como *tique-taque* para designar o barulho de um relógio, ou *miau* para se referir ao som emitido por gatos.

A questão da iconicidade ganha luz e novos desdobramentos a partir das teorias funcionalistas e cognitivas, visto que consideram a situação real de comunicação e a língua inserida em contexto social de uso. A língua passa, então, a não ser mais considerada apenas como sistema autônomo, mas em sua função social, o que implica, necessariamente, na ampliação das noções de arbitrariedade e iconicidade. A língua é analisada, então, em sua dinamicidade, adaptando-se aos diferentes contextos de uso e, portanto, fica difícil pensar em um signo imotivado, seja por forças internas ou externas. Em uma perspectiva funcionalista extrema, por exemplo, pode-se pensar que todos os fatos sintáticos, considerados autônomos pela visão estruturalista, são, na verdade, o resultado transparente de metas funcionais do falante (cf. DU BOIS, 1985, p. 345).

A esse respeito, Martelotta (2010, p. 81) afirma que "o que muitas vezes ocorre com as palavras aparentemente imotivadas ou arbitrárias, ou seja, aquelas cujo sentido não pode ser previsto a partir de sua estrutura, é que sua motivação se perde com o tempo". Por diferentes motivações que competem entre si, as línguas mudam para cumprir seus objetivos comunicativos e, nesse processo, a motivação original de determinada palavra pode, aparentemente, desaparecer, o que não significa que ela seja totalmente imotivada.

A perspectiva funcionalista amplia então o conceito de iconicidade de uma relação biunívoca entre significado/função e forma para as relações que se estabelecem na oração, na sentença, no discurso. Exemplo dessa ampliação é o princípio da *Iconicidade* tal como concebido pela Gramática Discursivo-Funcional. De acordo com esse princípio, a ordenação dos constituintes reflete, em certa medida, a ordem da realidade: a ordem em que Movimentos e Atos Discursivos, no Nível Interpessoal, e Proposições e Episódios, no Nível Representacional, são formulados corresponde à ordem em que eles são expressos. Essa possibilidade, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 283), sugere que há uma ordem na experiência física e mental (no Componente Contextual) que deve ser refletida nas camadas mais altas dos níveis Interpessoal e Representacional. Observa-se, portanto, que não se trata mais apenas do nível da palavra, ou seja, da correspondência estrita entre significado/função e sua forma, mas, em um nível mais amplo, da relação entre a estrutura da língua, de suas unidades maiores, com a estrutura do pensamento, da realidade, dos acontecimentos no mundo exterior.

Desse modo, é possível afirmar que se busca, nos condicionamentos cognitivos e discursivos particulares de cada momento da interação, as explicações que justifiquem a forma da expressão linguística utilizada. No entanto, é importante compreender que, para a GDF, esse princípio da iconicidade não é um universal absoluto, nem mesmo uma regra categórica, mas sim uma preferência ou tendência do falante ao fazer uso do repertório linguístico de uma determinada língua, afetando assim a expressão linguística de modo a refletir a realidade. O que essa tendência nos mostra é "que há mais de motivação ou iconicidade nas línguas do que se poderia inicialmente imaginar" (MARTELOTTA, 2010, p. 77).

Dessa forma, com essa mudança de paradigma e, consequentemente, do que se considera como iconicidade ou arbitrariedade, concluímos que o sistema da língua é mais icônico do que arbitrário (ainda que não se possa negar completamente a existência de alguma arbitrariedade), já que há motivações de diferentes ordens que pressionam o sistema linguístico a todo momento para se atingirem os objetivos comunicativos.

Bolinger (2012, p. 24-25, tradução nossa) estabelece, nesse tocante, uma espécie de *paradoxo da arbitrariedade*:

> O curioso sobre o equilíbrio entre arbitrariedade e seu oposto é que, dada a linguagem (ou qualquer outra coisa) como um fato da vida, grande parte da arbitrariedade desaparece. [...] A língua inglesa parece indesculpavelmente arbitrária para o falante do francês, mas é um mundo para si mesma, e dentro desse mundo existem incontáveis relações mais ou menos evidentes. [...] Quase nada sobre a língua é arbitrário no sentido de que algumas pessoas, em alguma ocasião, se sentaram e decidiram inventá-la [...]. Praticamente tudo na língua tem uma origem não arbitrária. Algumas coisas evoluem para maior arbitrariedade, outras para menos.[6]

A consideração de que a arbitrariedade é um fato da vida é justamente o que faz dela algo quase inexistente no sentido de que torna todas as coisas motivadas de alguma maneira. Na língua, não é diferente. Mesmo os fenômenos mais imotivados têm algo de icônico em sua origem ou mesmo nas mudanças que a língua sofreu ao longo dos anos

[6] Tradução do original: "The curious thing about the balance between arbitrariness and its opposite is that, given language (or anything else) as a fact of life, much of the arbitrariness falls away. […] The English language seems inexcusably arbitrary to the speaker of French, yet it is a world to itself, and within that world there are countless more or less self-evident relationships. […] Almost nothing about language is arbitrary in the sense that some person sat down on some occasion and decided to invent it […] Virtually everything in language has a non-arbitrary origin. Some things evolve toward greater arbitrariness, others toward less."

de uso. A língua é então esse equilíbrio entre motivado e imotivado, arbitrário e icônico, assim como a vida o é.

Tomando, a partir dessas considerações, a perspectiva da análise linguística, concordamos com Martelotta (2010, p. 77) que

> as noções de arbitrariedade e de motivação (ou iconicidade) não são exclusivas, ou seja, não constituem antônimos, mas antes visões diferentes de um mesmo fenômeno. A noção de arbitrariedade observa exclusivamente a relação existente entre o som e o sentido da palavra, já a noção de motivação ou iconicidade leva em conta o fato de o falante, de algum modo, fazer corresponder a forma da palavra com o significado que ela expressa.

Dessa maneira, não há razão para se considerar a arbitrariedade e a iconicidade como polos opostos necessariamente excludentes, mas como visões diferentes de um mesmo fenômeno ou mesmo como fenômenos presentes em todas as línguas. Ainda que não haja uma correspondência exata entre arbitrariedade e opacidade ou iconicidade e transparência, conforme veremos, é esperado que toda língua apresente certo grau de opacidade assim como certo grau de arbitrariedade. A existência da iconicidade em fenômenos da língua não impede que determinados fenômenos sejam arbitrários em certa medida. Assim, nos parece necessário considerar as duas visões, como é necessário considerar que as línguas apresentam simultaneamente transparência e opacidade em suas gramáticas.

2.1.1 Iconicidade

Já na Antiguidade, os filósofos estóicos argumentavam que, pelo menos, as primeiras palavras da língua imitaram a natureza por meio de onomatopeias, que foram consideradas relevante para as primeiras definições de iconicidade. No entanto, apesar de se tratar de uma discussão antiga, esse fenômeno foi considerado, por muito tempo, marginal nos estudos linguísticos. Apenas a partir do século XIX, pesquisas sobre a iconicidade ou arbitrariedade das línguas ganham luz por meio de análises em diferentes níveis sob diferentes escopos teóricos. No entanto, são as teorias funcionalistas que, de fato, vão se debruçar sobre a relação entre a forma da expressão linguística e sua relação com o mundo externo.

As diferentes análises e concepções teóricas resultaram também em diferentes definições de iconicidade. Bolinger (1977), por exemplo, leva o conceito de iconicidade ao extremo, postulando que a condição natural da língua é preservar uma forma para um sentido e vice-versa. O autor denomina essa correspondência biunívoca de um-para-um entre forma e função como *isomorfismo*, noção intimamente ligada ao conceito de transparência concebido pela GDF, conforme veremos adiante. Na visão de Bolinger (1977), portanto, não existem duas formas em uma língua com exatamente o mesmo significado e toda forma é necessariamente motivada.

Givón, por sua vez, também relaciona iconicidade e isomorfismo ao propor que "[...] um sentido razoável de iconicidade deve pressupor a noção de 'isomorfismo', de modo que um código icônico é 'um código construído isomorficamente'"[7] (GIVÓN, 1985, p. 188, tradução nossa). Dito de outro modo, "[...] o isomorfismo não é nem motivação nem explicação de iconicidade, mas sim uma parte necessária de sua definição"[8] (GIVÓN, 1985, p. 188, tradução nossa). Assim, tanto Bolinger (1977) quanto Givón (1985) consideram a iconicidade como a correspondência entre forma e função de tal modo que se estabeleça uma relação de um-para-um entre elas.

Com base nesse postulado, Givón (1985) define princípios de iconicidade, todos permeados pelo que o autor chama de "metaprincípio", segundo o qual, "todas as outras coisas sendo iguais, uma experiência codificada é mais fácil de *armazenar*, *recuperar* e *comunicar* se o código é maximamente isomórfico à experiência"[9] (GIVÓN, 1985, p. 189, grifo do autor, tradução nossa). Enquanto princípio, não podemos afirmar que essa seja uma regra, mas uma tendência das línguas de facilitar a comunicação por meio de um código cuja estrutura seja reflexo da estrutura da realidade. Como veremos nas análises, nem sempre é esse o caso devido a outras motivações (contextuais, fonológicas etc.) que competem com a transparência das línguas.

Haiman (1980; 1985), por sua vez, defende a separação entre isomorfismo e motivação. Para o autor, a relação biunívoca entre forma e significado estabelecida pelo isomorfismo é difícil de ser considerada, visto que, muitas vezes, esse não é o caso nas línguas. Haiman (1980; 1985) prefere, então, tratar de *motivações icônicas,* a saber, o

[7] Tradução do original: "[…] a reasonable sense of 'iconicity' must presuppose the notion of 'isomorphism', so that an iconic code is 'an isomorphically constructed code'".
[8] Tradução do original: "[…] isomorphism is neither motivation nor explanation of iconicity, but rather a necessary part of its definition."
[9] Tradução do original: "All other things being equal, a coded experience is easier to *store, retrieve,* and *communicate* if the code is maximally isomorphic to the experience."

reflexo da realidade de algum modo na estrutura da língua, sem que esse reflexo implique necessariamente na relação estrita entre forma e significado, como postulam visões mais radicais. Em concordância com essa visão mais moderada, Langendonk (2007, p. 395), define a iconicidade na língua como estando relacionada ao modo como a forma de um signo linguístico reflete seu referente. Essa visão é mais ponderada no sentido de que não estabelece uma relação de correspondência biunívoca, como propõem Bolinger (1977) e Givón (1985), e também mais genérica, visto que a forma do signo pode se relacionar de diferentes modos com seu referente, como discutiremos a seguir.

Leufkens (2015, p. 22-23), valendo-se das diferentes visões acerca da iconicidade, afirma que ela pode ser interpretada, então, de duas maneiras: em sentido mais restrito e em sentido mais amplo. Em sentido mais restrito, a iconicidade se refere à *previsibilidade* de um significado a partir de sua forma, ou seja, se uma forma é icônica, pode-se inferir seu significado (ou parte dele) a partir do seu som ou da forma. Este é, por exemplo, o caso das onomatopeias, já citadas aqui, como *toc toc* para imitar o som de batidas, ou *cocoricó* para imitar o canto de um galo. É interessante observar que, nesse sentido, muitas vezes iconicidade e transparência são tratadas como sinônimos, isto é, se for possível depreender o significado a partir da forma, a relação é transparente, o que não é o caso na concepção de transparência defendida pela GDF.

A maioria das formas linguísticas, no entanto, não é icônica, porque a relação entre a forma e os seus significados é, em grande parte, arbitrária, convencionalizada, isto é, o significado é dado pelo uso interacional/social de determinada forma, não havendo necessariamente a correspondência desta com seu significado. Podemos tomar como exemplo a forma *cachorro*: ainda que nada na forma tenha relação com o animal designado, por convenção social, todos temos uma imagem mental de *cachorro* que é evocada no momento da enunciação desta forma.

Em sentido mais amplo, a iconicidade pode ser referida como "iconicidade diagramática" ou "iconicidade de motivação", tal como definida em Haiman (1980). Segundo o autor (1980, p. 515, tradução nossa), "a estrutura da língua reflete diretamente algum aspecto da estrutura da realidade"[10], ou seja, não é necessário que a forma reflita exatamente o significado, mas ela pode, de alguma maneira, refletir a estrutura da realidade. Assim considerada, a iconicidade pode ser subdivida em tipos, como o faz

[10] Tradução do original: "[...] the structure of language directly reflects some aspect of the structure of reality."

Neves (1997), tendo em conta a estrutura da realidade que é refletida pela estrutura da língua.

Portanto, com base em estudos como de Haiman (1983, 1985) a respeito da iconicidade diagramática – que trata do arranjo dos signos linguísticos de modo a refletir aspectos da realidade –, Neves (1997, p. 107-108) apresenta os seguintes tipos de iconicidade:

i) *Iconicidade de quantidade*: "maior quantidade de matéria fônica deve corresponder a maior quantidade de informação" (NEVES, 1997, p. 107);

ii) *Iconicidade de distância* (ou de *proximidade*): "a distância linguística entre expressões corresponde à distância conceptual existente entre elas" (NEVES, 1997, p. 107), ou seja, quanto mais dois conceitos são próximos funcional ou semanticamente, mais provável que eles sejam expressos em proximidade;

iii) *Iconicidade de independência*: "a separação linguística de uma expressão corresponde à independência conceptual do objeto ou evento que a expressão representa" (NEVES, 1997, p. 107-108);

iv) *Iconicidade de ordenação*: "o grau de importância atribuído aos conteúdos de um texto pelo falante, numa determinada situação de interação, determina a ordenação das formas" (NEVES, 1997, p. 108);

v) *Iconicidade de complexidade*: "a forma plural é maior que a singular, a superlativa é maior que a normal, etc." (NEVES, 1997, p. 108);

vi) *Iconicidade de categorização*: "sujeitos tendem a correlacionar com agentes, objetos com pacientes, etc." (NEVES, 1997, p. 108).

Em termos práticos, tomando como exemplo a *Iconidade de complexidade,* quando a expressão linguística faz referência a vários objetos, tal expressão se apresentará no plural e, espera-se, por consequência, que seja selecionada uma palavra mais longa do que aquela que se refere a um único objeto no singular, como, em inglês, *apple* (maçã) – *apple**s*** (maçãs), *watch* (relógio) – *watch**es*** (relógios). Entretanto, essa afirmação é contestável, pois há vários casos de línguas em que o tamanho do item linguístico não está diretamente relacionado à quantidade. Este é o caso, por exemplo, do "plural irregular" em inglês, em que, como observamos, o plural de alguns itens é expresso por itens de mesmo tamanho: *tooth* (dente) – *teeth* (dentes); *foot* (pé) – *feet* (pés), *man* (homem) – *men* (homens), *woman* (mulher) – *women* (mulheres), etc. Givón (1985, p. 198), tratando desse mesmo tipo, afirma que esse fenômeno se manifesta ainda em outras áreas da linguagem se considerarmos, por exemplo, que as palavras lexicais são

geralmente maiores que os morfemas gramaticais, e claramente mais complexas semanticamente; os pronomes são geralmente menores que os substantivos, e mais genéricos de forma semântica; etc.

Já a *Iconicidade de ordenação* prediz que o conteúdo com maior grau de importância ocupa posições de maior saliência na ordenação da estrutura linguística, como a posição inicial; ou ainda que eventos que acontecem em uma determinada ordem na estrutura da realidade também são expressos linguisticamente na mesma ordem, de modo tal que a estrutura morfossintática reflita a pragmática e a semântica diretamente. Como mencionado anteriormente, esse fenômeno é reconhecido pela GDF como o *Princípio de Iconicidade* que rege o Nível Morfossintático. Mais especificamente, de acordo com esse princípio, a sequência de ordenação nas camadas mais altas (níveis Interpessoal e Representacional) é refletida na ordenação do Nível Morfossintático. Dito de outro modo, há uma ordenação da experiência física e mental que é refletida nos níveis mais altos e, consequentemente, também refletida na codificação morfossintática (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 283-285). No entanto, a ordenação icônica de uma expressão linguística pode ser alterada por motivações variadas, como fatores pragmáticos, semânticos ou mesmo morfossintáticos.

Não cabe aqui discutir cada um dos tipos de iconicidade definidos por Neves (1997), mas sim destacar que esses tipos atuam em diferentes níveis de expressão linguística. Os exemplos de *Iconicidade de complexidade* referem-se ao nível da palavra, modificando-a (acrescentando ou alterando a raiz). A *Iconicidade de quantidade*, por exemplo, pode-se referir ao nível da palavra (palavras compostas), ao nível do sintagma (sintagmas nominais ou verbais complexos com presença de operadores e modificadores) ou mesmo ao nível da oração (orações compostas por subordinação). A *Iconicidade de ordenação* atua ainda em níveis mais altos, tendo em conta que se refere à expressão da ordem de eventos ou mesmo da importância de determinada informação dentro da organização estrutural da língua. Portanto, a visão mais ampla de iconicidade dada, principalmente, por teorias funcionalistas é fundamental para a definição de transparência que, como veremos, está assentada em diferentes níveis tais como concebidos pela GDF.

É importante ainda considerar que forças internas (fonológicas, sintáticas, semânticas etc.) e externas (pragmáticas, contextuais etc.) interagem no sistema da língua, de modo que esses diferentes tipos de iconicidade podem competir entre si, assim como competir com outros princípios linguísticos ou mesmo com motivações de ordem contextual. Essa ideia de competição entre diferentes motivações é, como atestaremos no

estudo da transparência, crucial para entender por que as línguas se tornam opacas quando o esperado seria um alto grau de transparência. Como destaca Givón (1985, p. 189), a experiência seria mais fácil de comunicar se a estrutura da língua fosse isomórfica com a estrutura da realidade, o que nos leva a uma esperada iconicidade. No entanto, considerando as motivações que competem entre si, a iconicidade pode ser apagada, por exemplo, por questões de economia linguística, visto que um código altamente icônico (sem sinônimos, por exemplo) não seria tão econômico em termos de comunicação.

Por fim, é importante salientar, nessa discussão, que, assim como Leufkens (2015, p. 23, tradução nossa), concebemos a transparência, tal como postulada pela GDF, como o "número de significados expressos por formas e não à previsibilidade do significado a partir da forma"[11] e vice-versa, como em algumas concepções de iconicidade tratadas até aqui. Ou seja, a concepção de transparência da GDF aproxima-se das definições de Givón (1985) e Bolinger (1977), ao relacionarem a iconicidade com o isomorfismo, estabelecendo a relação de um-para-um entre forma e significado. Dessa maneira, como enfatiza Givón (1985, p. 189), a codificação icônica pode ser estabelecida em diferentes níveis – léxico, proposicional, discursivo etc. –, o que é exatamente a proposta da GDF: analisar a transparência não apenas como a relação de um-para-um entre significado e forma, mas entre e dentro dos diferentes níveis de análise linguística.

A respeito dos diferentes níveis, Givón observa que pode haver certa consciência dos falantes com relação ao reconhecimento da presença da iconicidade. Desse modo, é esperado que "os falantes sejam mais conscientes das iconicidades de nível léxico, muito menos conscientes das iconicidades de nível proposicional, e menos conscientes das complexas relações abstratas de isomorfismo que se manifestam na codificação de funções discursivas-pragmáticas"[12] (GIVÓN, 1985, p. 190, tradução nossa). O autor lembra ainda que

> quando confrontados com relações aparentemente arbitrárias entre código e codificado, nós nos esforçamos para descobrir, interpretar e impor alguma medida de iconicidade. Assim, tentamos lembrar a magia que torna muito mais fácil codificar, armazenar, recuperar e comunicar a experiência dentro do tempo finito e dos meios neurais finitos, a

[11] Tradução do original: "[...] transparency relates to the number of meanings expressed by forms and not to the predictability of meaning from form."
[12] Tradução do original: "[…] speakers are most conscious of lexical-level iconicities, much less conscious of propositional-level iconicities, and least conscious of the complex, abstract isomorphism relations that manifest themselves in the coding of discourse-pragmatic functions."

> magia do código não arbitrário, do isomorfismo e da iconicidade[13] (GIVÓN, 1985, p. 215, tradução nossa).

Portanto, ainda que a tendência seja a do apagamento das relações entre significado e forma de acordo com a frequência de uso, Givón (1985) adverte que sempre buscaremos impor alguma iconicidade às relações da língua, de modo a tornar o processo de formulação mais adequado em termos de economia e de esforço mental.

A seguir, trataremos mais detalhadamente do conceito de isomorfismo, bem como do de homomorfismo, de modo a associá-los com a transparência, buscando refazer o seguinte percurso: da noção de iconicidade à relação de um-para-um do isomorfismo e, por fim, à transparência.

2.1.2 Isomorfismo e Homomorfismo

O termo "um-para-um" (ou relação biunívoca), utilizado por Givón (1985) para a definição da iconicidade e por Leufkens (2015) e pela GDF para a definição de transparência, é uma referência às noções algébricas de isomorfismo e homomorfismo. Leufkens (2015), em um resumo desses conceitos, afirma que o homomorfismo ocorre quando as unidades de algum conjunto são estruturalmente idênticas às unidades de outro conjunto, e o isomorfismo, quando o homomorfismo é bidirecional entre os conjuntos (LEUFKENS, 2015, p. 24), o que sugere biunivocidade.

Linguisticamente, o isomorfismo ocorre quando as unidades em um nível de organização, como por exemplo o nível semântico, sempre correspondem ao mesmo número de unidades de outro nível, como por exemplo o nível morfossintático. Dito de outro modo, o isomorfismo é definido como a correspondência de um-para-um entre significado e forma. Nesse sentido, fenômenos como sinônimos e homônimos constituem violações a essa correspondência, já que tratam de uma correspondência entre muitos-para-um – mais de uma forma (palavra) para o mesmo significado – e um-para-muitos – uma mesma forma para muitos significados. Desse modo, é esperado que duas estruturas sintáticas diferentes apresentem estruturas semânticas distintas também.

[13] Tradução do original: "When confronted with seemingly arbitrary relations between code and coded, we strive to discover, construe and impose some measure of iconicity. We thus try to recall the magic that makes it so much easier to code, store, retrieve and communicate experience within finite time and finite neural means, the magic of the non-arbitrary code, of isomorphism and of iconicity."

Nessa perspectiva, não há, por exemplo, sinônimos perfeitos, visto que qualquer alteração na forma implicaria em alteração de sentido também. Bloomfield (1984, p. 145), ainda que em uma visão mais estruturalista, defende exatamente a ideia de que duas formas com diferentes significados não são exatamente idênticas, considerando que, se há mudança na forma, consequentemente, há mudança no significado. Nessa perspectiva, construções de voz ativa e passiva, como (1) e (2), respectivamente, não apresentam exatamente o mesmo significado:

(1) Guilherme escreveu o livro.
(2) O livro foi escrito por Guilherme.

Cabe observar que o conteúdo semântico das duas orações parece ser o mesmo, no entanto, deve-se considerar que mudanças na estrutura refletem mudanças semânticas e pragmáticas, revelando, por exemplo, diferentes pontos de vistas sobre o qual o evento é relatado, diferentes graus de comprometimento, diferentes marcas enfáticas etc. Assim a diferença na forma reflete diferenças de função comunicativa.

Conforme discussão empreendida na seção anterior, Givón (1985, p. 188) define o isomorfismo como uma conexão não arbitrária, motivada, entre o código (estrutura) e o significado (função) na língua. Nesse sentido, a concepção de iconicidade deve presumir a noção de isomorfismo, tanto que um código icônico é um código construído isomorficamente. Para o autor, o isomorfismo não é a motivação ou a explicação para a iconicidade, mas uma parte necessária de sua definição. Contudo, nesse sentido, nem isomorfismo nem iconicidade são o mesmo que transparência tal como concebidos pela GDF.

Haiman (1980, 1983, 1985), por sua vez, discute vários tipos de iconicidade e defende que o isomorfismo é um deles, definindo-o, de fato, como a correspondência um-para-um, o que, para Leufkens (2015), é o mesmo que transparência. Para Haiman (1985), interessa a compreensão dos processos de sinonímia e homonímia, de modo que seu trabalho é voltado para a definição de isomorfismo a partir da busca por respostas para esses fenômenos nas línguas.

Ainda segundo Haiman (1985), há uma correlação inversa entre a transparência e a economia. Em casos, por exemplo, nos quais há mudança morfofonológica a partir da análise para a síntese, ocorre um apagamento das relações um-para-um entre o significado e a forma primitivas. Dessa maneira, o autor busca explicar esses fenômenos da língua

como resultado do conflito entre transparência e economia. Givón (1985), por outro lado, afirma que a motivação econômica é o principal mecanismo que molda o aumento da representação icônica em uma língua e não está necessariamente em oposição à transparência. Ainda de acordo com Givón (1985, p. 197, grifo do autor, tradução nossa), questões como essa "não são, portanto, simples, mas complexas, envolvendo não a frequência de texto *per se*, mas sim o *tempo de processamento* e o *esforço mental* gasto pelos usuários de linguagem".[14] Discussões como essas defendem explicitamente a posição de que fatores extralinguísticos, tais como a economia, competem uns com os outros, resultando na seleção de formas linguísticas ideais.

A discussão a respeito dos conceitos de isomorfismo e homomorfismo é complexa e permeada por questões matemáticas e linguísticas nas quais não nos aprofundaremos. Observamos, por fim, que os estudos antigos sobre a arbitrariedade e a iconicidade foram a porta de entrada para a compreensão da transparência das línguas e sua consequente contribuição em diversos estudos linguísticos.

Importante destacar que o conceito de transparência, assim como tantos outros nos estudos linguísticos, varia de acordo com a teoria e a abordagem utilizadas. Algumas teorias funcionalistas mais radicais postulam que a forma final de toda e qualquer expressão linguística é motivada por princípios pragmáticos ou semânticos, como citado anteriormente. Por sua vez, funcionalistas mais moderados postulam a existência de formas autônomas, ou seja, de processos de codificação sintática, morfológica e fonológica não necessariamente ativados por nenhum tipo de motivação pragmática ou semântica. É essa posição moderada que a GDF assume, admitindo a existência de formas sem motivação pragmática ou semântica.

Para a GDF, portanto, a transparência é entendida como o mapeamento biunívoco entre função e forma, considerando as unidades dos níveis de análise postulados pela teoria. Conforme mencionado anteriormente, é esperado que as línguas apresentem certo grau de transparência, mas também é verdade que não há uma língua totalmente transparente, visto que a transparência é constantemente violada por motivações externas e internas da língua, como combinações, redundâncias e reduções de formas das unidades linguísticas.

Desse modo, a perspectiva tomada por este trabalho é a de que as línguas apresentam iconicidade e arbitrariedade assim como apresentam transparência e

[14] Tradução do original: "[…] are thus not simple but complex, involving not text-frequency *per se* but rather *processing time* and *mental effort* expended by language users."

opacidade simultaneamente. Não há uma língua que seja totalmente icônica assim como não há uma língua que seja totalmente transparente porque, de modo simples, as línguas sofrem constantemente pressões de motivações externas e internas para que sejam cada vez mais econômicas e velozes de modo que as relações icônicas/isomórficas são quebradas para atender aos objetivos comunicativos. Ainda é importante dizer que consideramos que a iconicidade/isomorfismo, assim como a transparência, ocorre em todos os níveis de análise linguística, havendo o estabelecimento de relações entre significado e forma em níveis sintático, semântico, fonológico e pragmático.

Como veremos no próximo capítulo, *Transparência na Gramática Discursivo-Funcional*, a concepção de transparência assumida pela teoria é mais ampla do que as concepções de iconicidade que consideram apenas a relação entre função e forma, mas muito se assemelha à concepção de isomorfismo como relação de um-para-um que pode se estabelecer nos diferentes níveis de análise. Justamente nesse ponto é que a teoria da GDF se mostra inovadora enquanto aparato para conceber a transparência nas/entre as línguas devido ao modelo descendente de camadas, em que é possível analisar as relações de um-para-um entre e dentro dos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico.

CAPÍTULO II

TRANSPARÊNCIA NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

O funcionalismo centra-se primordialmente na função comunicativa da língua, ou seja, a língua é concebida como um instrumento de interação social entre seres humanos, tendo por principal função o estabelecimento da comunicação. Essa premissa implica, essencialmente, em um ponto de vista no qual a pragmática é o componente mais abrangente, dentro do qual estão a semântica e a sintaxe, sendo esta última dependente da semântica, que, por sua vez, é subordinada à pragmática. Outra implicação é entender as expressões linguísticas em circunstâncias efetivas de interação verbal, sendo, então, suas propriedades codeterminadas pela informação contextual e situacional.

Dentro do escopo dos estudos funcionalistas, este trabalho toma como aparato a Gramática Discursivo-Funcional desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008). Trata-se de uma teoria de gramática de arquitetura modular, com uma organização de cima para baixo, ou seja, do discurso para a forma das expressões linguísticas, pois considera que a construção dessas expressões se inicia na intenção do falante e termina na articulação, sendo, por isso, uma teoria voltada para o falante e para a produção.

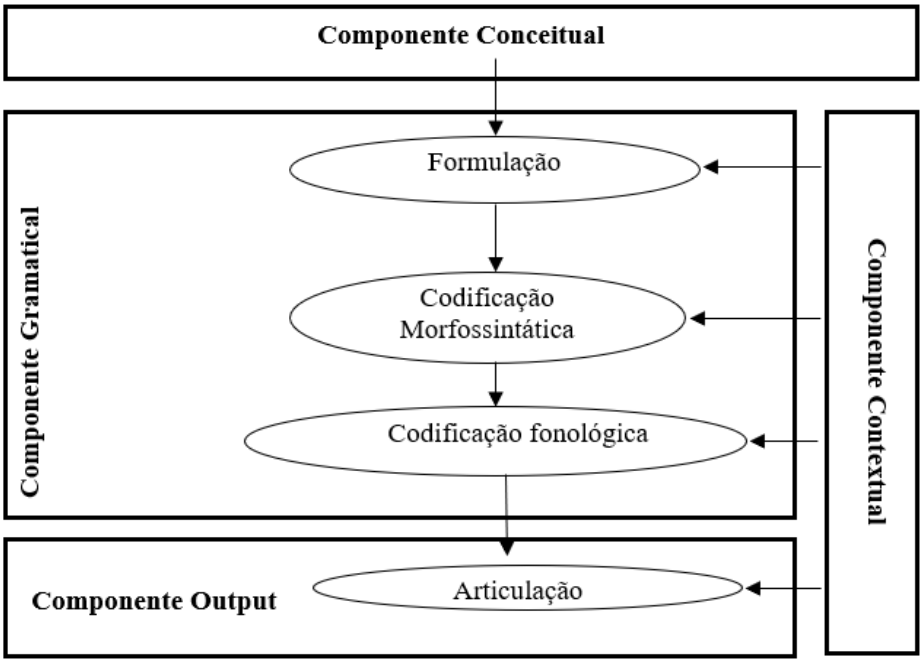
Tomar como aparato teórico uma teoria funcional e, mais que isso, uma teoria de arquitetura modular com estrutura trans-sistêmica nos possibilita realizar uma análise centrada nas informações pragmáticas e semânticas que motivam a morfossintaxe de forma abrangente. De modo mais específico, considerar a transparência a partir de uma arquitetura modular dividida em níveis e camadas permite um olhar inovador para o fenômeno, de modo a tratar das relações de transparência e opacidade de forma ampla, passando por todos os níveis de análise.

3.1 Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), conforme proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), é definida como o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal, que interage com componentes não linguísticos do processo de comunicação. Desse modo, a teoria contempla o princípio de adequação tipológica, já que fornece um conjunto de primitivos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos (cf. LEUFKENS, 2015, p. 2) estruturados em camadas.

O modelo geral apresenta, como mostra a Figura 1, os Componentes Gramatical (centro), Conceitual (topo), Contextual (direita) e de Saída (embaixo). Com uma organização modular, a orientação seguida é descendente (*top down*), iniciando na intenção comunicativa do falante, no Componente Conceitual; passando pelo Componente Gramatical, em que são formuladas e codificadas as informações; e terminando na articulação, no Componente de Saída, que gera as expressões acústicas ou de sinais com base nas informações recebidas do Componente Gramatical. O Componente Contextual, por sua vez, contém a descrição do contexto, do cenário em que o evento de fala ocorre, além das relações sociais implicadas neste evento e que são relevantes para os processos gramaticais realizados no Componente Gramatical.

Figura 1 – Layout geral da GDF

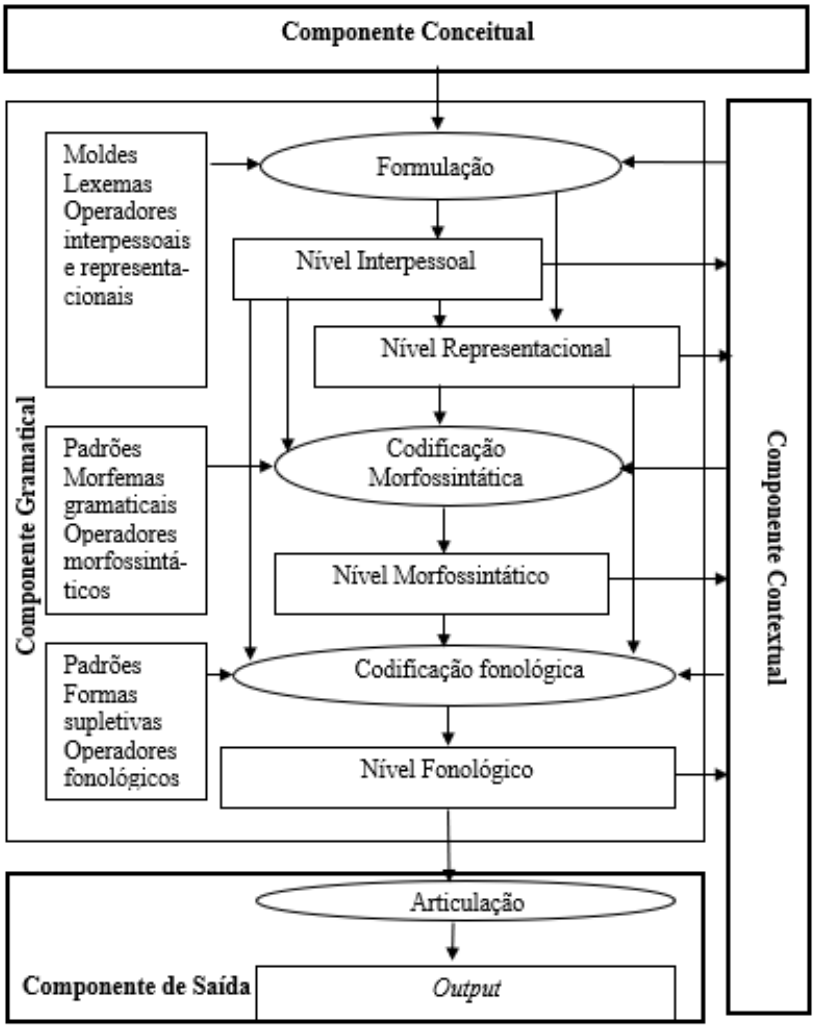


Fonte: adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13

O Componente Gramatical é baseado em uma abordagem funcional da linguagem a partir da organização descendente em que os níveis mais altos governam os níveis mais baixos, prevalecendo a pragmática e a intenção comunicativa do falante sobre a morfossintaxe. Portanto, quatro níveis interatuantes de organização são distinguidos na seguinte ordem hierárquica: Nível Interpessoal, Nível Representacional, Nível Morfossintático e Nível Fonológico. Na Figura 2, que apresenta o modelo gramatical

detalhado, estão representadas as operações de Formulação e Codificação (elipses), os primitivos usados nessas operações (quadrados) e os níveis produzidos (retângulos):

Figura 2 – Layout geral da GDF



Fonte: adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13

A operação de Formulação converte as informações do Componente Conceitual (intenção comunicativa) em representações pragmáticas e semânticas nos níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente. Como destacam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 12), as regras utilizadas no processo de Formulação são específicas para cada língua, ou seja, representações conceituais similares podem receber diferentes representações pragmáticas e semânticas. No entanto, é certo que todas as línguas fazem uso de um conjunto de primitivos que contém moldes, lexemas e operadores no processo de Formulação.

Os moldes definem as possíveis combinações de elementos de uma certa língua, que, apesar de terem um caráter específico para cada língua, apresentam certo grau de previsibilidade com base em hierarquias tipologicamente válidas. A valência quantitativa e qualitativa é um dos exemplos de moldes que podem ser aplicados nos níveis Interpessoal e Representacional. Já os lexemas são definidos como as unidades independentes que são associadas aos moldes, ou seja, os moldes são selecionados primeiramente e depois os lexemas são inseridos, refletindo a escolha que o Falante tem de descrever uma mesma unidade por meio de variados lexemas com diferentes denotações e conotações. No Nível Interpessoal, interjeições, nomes próprios e expressões performativas são exemplos de aplicação de lexemas. Por fim, os operadores representam expressões gramaticais de conteúdos pragmáticos e semânticos, como, por exemplo, o operador reportativo que atua no Nível Interpessoal, ou o operador de tempo no Nível Representacional (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 19-20).

De mesmo modo, nos níveis Morfossintático e Fonológico, a operação de Codificação converte as informações recebidas dos níveis Interpessoal e Representacional em estruturas gramaticais e fonológicas também por meio do uso de primitivos. No Nível Morfossintático, o conjunto de primitivos contém Padrões, Morfemas gramaticais e Operadores morfossintáticos. Dessa forma, este nível é organizado com base em padrões para expressões linguísticas, orações, sintagmas e palavras. Assim como acontece com os moldes da operação de Formulação, os padrões também apresentam especificações para cada língua, no entanto, é possível comprovar a existência de generalizações previsíveis baseadas em um número determinado de parâmetros tipológicos. Os morfemas gramaticais são, por sua vez, elementos imodificáveis, como auxiliares, partículas e afixos, introduzidos na configuração morfossintática de cada camada desse nível. Semelhante aos operadores da Formulação, os operadores morfossintáticos são estratégias gramaticais que operam em uma camada específica (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 20-21).

No Nível Fonológico, a operação de Codificação faz uso de outro conjunto de primitivos composto por Padrões, Formas supletivas e Operadores fonológicos. Assim como o Morfossintático, este nível está organizado com base em padrões por enunciado, frases entoacionais, frases fonológicas, palavras fonológicas, pés e sílabas. Após a seleção dos padrões, as formas supletivas são introduzidas correspondendo às formas finais dos morfemas e operadores gramaticais introduzidos no nível anterior. Os operadores fonológicos antecipam, ao final, aspectos articulatórios, sendo responsáveis pela

entonação, acento e tom, representando assim propriedades fonológicas que operam sobre as unidades deste nível (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 21-22).

Os quatro níveis de representação do Componente Gramatical têm sua estrutura própria, mas são igualmente organizados hierarquicamente em camadas. Cada camada é composta, obrigatoriamente, por um Núcleo (H), que pode ser, opcionalmente, restringido por um Modificador (σ), especificado por um Operador (π) ou marcado por uma Função (Φ) específica. Enquanto os núcleos e os modificadores representam estratégias lexicais da língua, os operadores e as funções são estratégias gramaticais. Cabe ressaltar que as camadas de cada nível não são entendidas como universais, isto é, uma camada só será considerada se for relevante para explicar a estrutura gramatical de uma determinada língua.

Assim, a estrutura geral de cada camada dentro dos níveis pode ser representada como segue, em que v_1 representa a variável da camada:

(3) $(\pi\ v_1\text{: [núcleo } (v_1)_\Phi]\text{: } [\sigma\ (v_1)_\Phi])_\Phi$

No Nível Interpessoal (NI), todas as unidades relevantes de comportamento comunicativo são formalizadas em termos de sua função comunicativa, ou seja, este nível lida com todos os aspectos formais de uma unidade linguística que refletem seu papel na interação entre falante e ouvinte. A unidade de análise hierarquicamente mais alta nesse nível é o Movimento (M), que representa uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento, já que exige ou é ele próprio uma reação. Um Movimento pode conter um ou mais Atos Discursivos (A), reconhecidos como a menor unidade de análise do comportamento comunicativo. Um Ato Discursivo consiste, então, em uma Ilocução (F), um ou mais Participantes do ato de fala (P) e o Conteúdo Comunicado (C) apresentado pelo falante em sua comunicação com o ouvinte. O Conteúdo Comunicado, por sua vez, pode conter um número variável de Subatos Atributivos (T), que evocam uma propriedade, e Subatos Referenciais (R), que evocam um referente. Dessa forma, a estrutura completa do Nível Interpessoal é representada como em (4):

(4) $(M_1\text{: } [(A_1\text{: } [(F_1)\ (P_1)_S\ (P_2)_A\ (C_1\text{: } [(T_1)\ (R_1)]\ (C_1))]\ (A_1))]\ (M_1))$

Se considerarmos, como exemplo, a pergunta *Você vai ao cinema amanhã?*, temos a seguinte representação:

(5) Você vai ao cinema amanhã?
(M_1: [(A_1: [(F_1: INTER (F_1)) (P_1)$_S$ (P_2)$_A$ (C_1: [(T_1) (T_2) (+id +sp R_1: -S +A (R_1)) (+id +sp R_2)] (C_1))] (A_1))] (M_1))

No Nível Interpessoal, a representação consiste, então, de um único Movimento (M), composto por um Ato Discursivo (A), que, por sua vez, é composto por uma Ilocução Interrogativa (F), dois participantes (P) – Falante (S) e Ouvinte (A) – e Conteúdo Comunicado (C). Dentro do Conteúdo Comunicado encontramos dois Subatos de Atribuição (T), evocando a propriedade *ir* (T_1) e *amanhã* (T_2); e dois Subatos de Referência (R), evocando as entidades descritas como *você* (R_1) e *cinema* (R_2). A entidade *você* é analisada como a combinação das características [-S +A], indicando que estamos lidando com uma referência ao Ouvinte, ao passo que a entidade *cinema* é indicada, neste nível, apenas como [+identificado] e [+específico], mostrando que se trata de uma entidade reconhecida pelos participantes envolvidos na interação.

No Nível Representacional (NR), descrevem-se as unidades linguísticas em termos de sua categoria semântica. Desse modo, enquanto o Nível Interpessoal trata da evocação, o Representacional lida com a denotação. As camadas desse nível são, então, definidas em termos das categorias semânticas que elas designam. Os Conteúdos Proposicionais (p), unidades mais altas do Nível Representacional, são construtos mentais, como conhecimentos, crenças, esperanças. O Conteúdo Proposicional pode conter um ou mais Episódios (ep), que são conjuntos de Estados-de-coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam unidade ou continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduos. Estados-de-coisas (e) incluem eventos e estados que são caracterizados pela possibilidade de serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto factual. Um Estado-de-coisas se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f), que constitui o inventário de moldes de predicação relevantes numa língua e tem natureza composicional, contendo uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si, como Indivíduos (x), Propriedades Lexicais (f), Lugar (l), Tempo (t), Maneira (m), Razão (r) e Quantidade (q). Dadas as camadas, a estrutura completa do Nível Representacional pode ser expressa como em (6):

(6) (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_1) (x_1) ...] (f_1))] (e_1))] (ep_1))] (p_1))

O exemplo dado em (5) tem, portanto, a seguinte representação no Nível Representacional:

(5) Você vai ao cinema amanhã?
(p_1: (pres ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_1: ir_V) (1 $^S x_1$)$_A$ (l_1: cinema)] (f_1))] ((e_1))] (t_1: amanhã) (ep_1))

Primeiramente, é preciso destacar que o que é representado no Nível Representacional corresponde à informação contida no núcleo configuracional do Conteúdo Comunicado (NI).[15] Essa informação é agora analisada como um Conteúdo Proposicional (p), que consiste em um único Episódio (ep), especificado pelo operador de tempo presente. O núcleo deste Episódio é o Estado-de-Coisas (e), por sua vez, composto de uma Propriedade Configuracional (f) contendo a propriedade *ir* e os argumentos Ativo *você* e Locativo *cinema*. O argumento Ativo corresponde a um Indivíduo (x) e o argumento Locativo corresponde a uma Locação (l). Por fim, há a especificação de Tempo (t) - *amanhã*.

O Nível Morfossintático (NM) trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Dessa maneira, a tarefa deste nível é tomar o duplo *input* dos níveis Interpessoal e Representacional e fazer emergir uma única representação estrutural que será convertida em estrutura fonológica no próximo nível e, finalmente, será articulada no Componente de Saída. Em vista dessa função, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é funcionalmente motivado: princípios de ordenação são motivados pelos princípios de Iconicidade, de Integridade de Domínio e de Estabilidade Funcional. Entretanto, deve-se levar em conta que esse nível tem seus próprios princípios de organização, que podem não ser funcionalmente motivados.

A camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (EL), ou seja, qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática; se houver mais de uma unidade dentro da EL, elas terão as mesmas propriedades morfossintáticas. As unidades que se combinam para formar a EL são: Orações (Cl), compostas por uma configuração de um ou mais Sintagmas e possivelmente de Palavras (gramaticais), caracterizando-se por um padrão de ordenação e também por expressões morfológicas de conectividade (regência e concordância); Sintagmas (Xp), que tem como núcleo um item

[15] Acerca da representação em cada um dos níveis da GDF, conferir Keizer (2015).

lexical vindo do NI ou NR; e Palavras (Xw), por sua vez, formadas por radicais (Xs) e afixos (Aff). A estrutura completa do Nível Morfossintático, então, é como segue:

(7) (Le_1: [(Cl_1: [(Xp_1: [(Xw_1: [(Xs_1) (Aff_1)] (Xw_1))] (Xp_1))] (Cl_1))] (Le_1))

Considerando o exemplo dado em (5), as representações nos níveis Interpessoal e Representacional são o *input* para representação morfossintática:

(5) Você vai ao cinema amanhã?
(Le_1: [(Cl_1: [(Np_1: [(Nw_1: você)] (Np_1)) (Vp_1: [(Vw_1: ir)] (Vp_1)) ($Adpp_1$: [($Adpw_1$: a) (Np_2: [(Gw_1: o) (Nw_2: cinema)] (Np_2))] ($Adpp_1$)) ($Advp_1$): [($Advw_1$: amanhã)] ($Advp_1$)) (Cl_1))] (Le_1))

O Conteúdo Comunicado no NI, analisado como Conteúdo Proposicional no NR, constitui uma Expressão Linguística (Le) composta de uma única Oração (Cl), que, por sua vez, é composta por quatro diferentes Sintagmas. O sintagma nominal (Np) tem como núcleo, e único constituinte, a palavra nominal *você*. De mesmo modo, o sintagma verbal é composto apenas pelo núcleo, a palavra verbal *ir*. O sintagma adposicional (Adpp) apresenta uma estrutura um pouco mais complexa, sendo decomposto em uma palavra adposicional (preposição *a*) e um novo sintagma nominal, composto pela palavra gramatical *o* e pelo núcleo nominal *cinema*. Por fim, o sintagma adverbial (Advp) é também composto apenas pelo núcleo, a palavra adverbial *amanhã*.

O Nível Fonológico (NF), por fim, é responsável pelos aspectos de codificação que não ocorrem no Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* – alguns já na forma fonêmica – dos outros três níveis e provê o *input* para o Componente de Saída. Enquanto este último lida com questões relacionadas à frequência, intensidade, duração, o Nível Fonológico – sendo gramatical – é "digital", e contém representações de fonemas que são baseadas em oposições fonológicas binárias. Em outras palavras, o Nível Fonológico não mostra a "melodia" da Frase Entonacional, mas fornece um número de indicações de cada camada que o Componente de Saída converte em um resultado uniforme e fluente. Para tanto, este nível é composto por Enunciado (U), maior extensão de fala abrangida pelo NF, separado por pausas mais substanciais, dispõe de paratons (distinções de tom) que ajudam a marcar o limite do grupo de uma Frase Entonacional (IP). Esta, por sua vez, é caracterizada por um núcleo, um movimento de tom localizado em uma ou mais Sílabas, que é essencial na sua interpretação como um todo. A Frase Fonológica (PP) é constituída

por uma Sílaba que é mais fortemente acentuada do que as outras, a Sílaba Nuclear, que é a localização primária de queda ou elevação dentro da Frase Entonacional. A Palavra Fonológica (PW) estabelece relação entre o número de segmentos, traços prosódicos e o domínio de regras fonológicas, e contém Sílabas (S), que se agrupam em Pés (F). Por fim, a estrutura integral do NF é dada em (8):

(8) (U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1: [(F_1: [(S_1)^n] (F_1))] (PW_1))] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))

Ainda considerando o exemplo em (5), as representações nos três níveis mais altos são codificadas no Nível Fonológico conforme a seguinte representação[16]:

(5) Você vai ao cinema amanhã?
(U_1: [(rIP_1: [(PP_1: [(PW_1: /voˈse/)] (PP_1)) (PP_2: [(PW_2: /vaɪ/)] (PP_2)) (PP_3: [(PW_3: /ɑʊ/) (PW_4: /siˈnema/)] (PP_3)) (PP_4: [(PW_5: /amɐˈɲɐ̃/)] (PP_4)) (IP_1))] (U_1))

A Expressão Linguística no NM é aqui então expressa em um único Enunciado (U) composto por uma única Frase Entonacional (IP), que é especificada pelo operador ascendente (r), característico da Ilocução Interrogativa. A Frase Entonacional é composta, por sua vez, por quatro Frases Fonológicas (PP), marcadas por uma sílaba que é mais fortemente acentuada. A primeira Frase Fonológica é composta pela Palavra Fonológica (PW_1): /voˈse/. A segunda Frase Fonológica é também formada por uma só Palavra Fonológica (PW_2): /vaɪ/. A terceira Frase Fonológica, mais complexa, é composta por duas Palavras Fonológicas: /ɑʊ/ e /siˈnema/. Por fim, a terceira Frase é composta apenas pelo núcleo, uma única Palavra Fonológica: /amɐˈɲɐ̃/.

Conforme veremos na próxima seção, a divisão em níveis e em camadas que são interatuantes é fator decisivo para a compreensão da transparência tal como concebida pela GDF, de modo que as camadas mais altas estabelecem relações com as camadas mais baixas. É importante notar, no entanto, que uma mensagem transmitida pelo falante não precisa, obrigatoriamente, passar por todos os níveis de organização linguística previstos. Dado que os níveis são interatuantes, é possível que uma unidade vinda do Componente Conceitual, passe pelo Nível Interpessoal e seja diretamente codificada no Nível

[16] Optamos por não detalhar a representação do Nível Fonológico nas camadas do Pé (F) e Sílaba (S), tendo em conta que não são necessárias para as análises e para os propósitos aqui pretendidos.

Fonológico, como ocorre, por exemplo, com as interjeições, Atos que não apresentam conteúdo semântico ou codificação morfossintática.

3.2 O conceito de transparência na Gramática Discursivo-Funcional

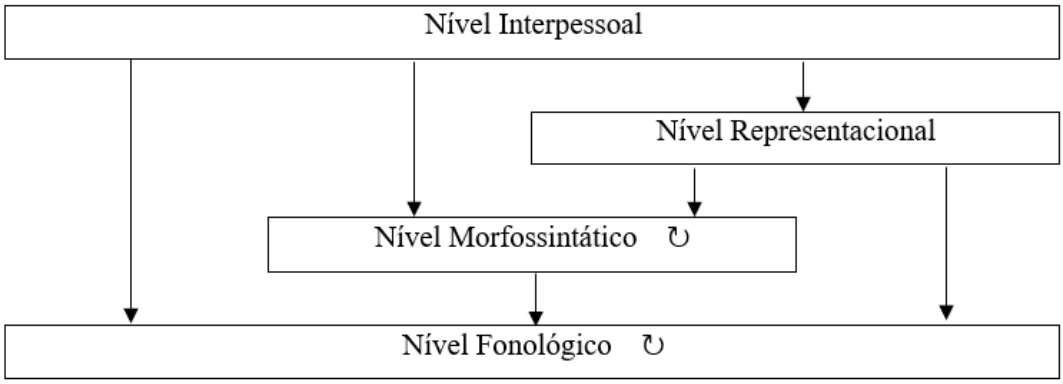
Conforme a discussão realizada no Capítulo 1 – *Da Iconicidade à Transparência,* observamos que o conceito de transparência é tratado por algumas teorias em consonância com a ideia de iconicidade, ou seja, como uma correspondência estrita de um-para-um entre significado e forma. A Gramática Discursivo-Funcional oferece a possibilidade de ampliar esse conceito, lançando um novo olhar sobre a ideia da transparência linguística, permitindo, graças ao seu modelo descendente de camadas, o mapeamento entre e dentro dos níveis da gramática, culminando, assim, em uma definição ampla de transparência a partir da observação de diferentes fenômenos nas línguas.

Para a compreensão do conceito de transparência na GDF, é importante esclarecer, primeiramente, o que a teoria considera por significado e forma. Como destaca Leufkens (2015, p. 12), uma unidade de significado pode ser entendida como qualquer unidade, ou primitivo, dos níveis mais altos, portanto, dos níveis Interpessoal e Representacional, justamente porque eles tratam das unidades pragmáticas e semânticas. Cabe ressaltar, no entanto, que são entendidas como unidades as informações pragmáticas e semânticas que apresentam codificação linguística, considerando-se que a gramática analisa apenas estruturas linguísticas e, assim, unidades de significado que se referem a algo codificado dentro da estrutura da língua. Do mesmo modo, como esclarece a autora (2015, p. 12), as unidades de forma são unidades dos níveis mais baixos, isto é, dos níveis Morfossintático e Fonológico, que tratam da codificação das unidades de significado em unidades formais, estruturas morfossintáticas e fonológicas. Assim, a proposta da GDF expande as noções de forma e significado, dividindo-as em níveis e, consequentemente, expande o leque de possibilidades para o estabelecimento de relações entre essas unidades.

Ainda de acordo com Leufkens (2015), considerando, portanto, que as unidades de significado correspondem aos níveis mais altos e as unidades de forma, aos níveis mais baixos, uma definição primeira de transparência na GDF poderia então ser delineada como a relação de um-para-um entre os níveis mais altos (NI e NR) e os níveis mais baixos (NM e NF), havendo assim uma correspondência entre a contraparte pragmática/semântica e a morfossintática/fonológica. Contudo, visto que o modelo da GDF prevê quatro níveis de análise que são *interatuantes*, ou seja, todos os níveis

interagem uns com os outros, abre-se a possibilidade de interfaces significado-forma, significado-significado e forma-forma. Dessa maneira, na GDF, as relações de transparência podem ser aplicadas tanto entre os níveis quanto dentro deles. A teoria apresenta, então, uma possibilidade de análise inovadora: a transparência deixa de ser definida apenas como um mapeamento de um-para-um entre significado e forma, passando para a exigência de um mapeamento de um-para-um entre os quatro níveis de análise e também dentro deles (como veremos no caso do NM e do NF). Portanto, como afirma Leufkens (2015, p. 13, tradução nossa), "a transparência é obtida então quando uma unidade de um dos níveis de organização linguística corresponde a uma unidade nos outros níveis de organização"[17], como ilustra a Figura 3:

Figura 3 – Interação entre e dentro dos níveis gramaticais



Fonte: adaptado de HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 4

Observamos, por conseguinte, que todos os níveis e camadas, conforme apresentados na seção *2.1*, são considerados para uma concepção mais precisa do fenômeno da transparência. Dessa forma, a transparência ou a opacidade são classificadas em termos das operações que são aplicadas entre e dentro dos níveis e que causam sua existência. Entre os níveis, a transparência está relacionada com o mapeamento das camadas de um nível para outro, como indicam as setas, em ordem descendente de organização, na Figura 3. Assim, como mostramos nas representações na seção anterior, um Conteúdo Comunicado (NI) pode, por exemplo, corresponder a um Conteúdo Proposicional (NR), a uma Oração (NM) e a uma Frase Entonacional (NF). É importante ressaltar, no entanto, que, assim como não é necessário que uma mensagem passe por

[17] Tradução do original: "Transparency obtains when one unit at one level of linguistic organization corresponds to one unit at all other levels of organization."

todos os níveis de análise, não é necessário que uma unidade tenha correspondentes em todos os níveis.

Portanto, de acordo com Leufkens (2015), a relação de transparência e/ou de opacidade é vista considerando o mapeamento um-para-um nas interfaces possíveis entre os quatro níveis e suas combinações: NI-NR, NI-NM, NI-NF, NR-NM, NR-NF, NM-NF. A violação dessa relação de um-para-um, estabelecida entre os níveis, ocasiona divergências de pareamento, o que leva à opacidade.

Dentro dos níveis Morfossintático e Fonológico também é possível estabelecer relações de transparência ou de opacidade, visto que esses níveis comportam uma série de operações para a codificação das estruturas com base nas informações formuladas nos níveis mais altos, Interpessoal e Representacional. Algumas dessas operações, representadas por meio do símbolo ↻ na Figura 3, adicionam elementos ou propriedades às estruturas sem que haja uma motivação nos níveis mais altos, o que Leufkens (2015) chama de *forma baseada na forma*. Ou seja, há a inserção de uma forma que não apresenta motivação nos níveis Interpessoal e/ou Representacional, não têm material pragmático ou semântico, sendo, portanto, uma forma sem significado, contribuindo para a opacidade da língua (cf. HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 17). Exemplos claros desse processo são a inserção de elementos expletivos no Nível Morfossintático e a ocorrência de degeminação no Nível Fonológico.

Em consonância com Leufkens (2015, p. 14), ressaltamos que a transparência não é um conceito binário, mas uma noção gradual. As línguas são analisadas como tendo um grau de transparência e não como sendo simplesmente transparentes ou não-transparentes. Parte-se do pressuposto de que toda língua viola o princípio da transparência em algum ponto de sua gramática ou léxico e, portanto, deve-se investigar a transparência medindo seu grau a partir das propriedades não-transparentes (opacas) que a língua apresenta. Mais especificamente, o pressuposto de que as línguas da mesma família compartilham traços transparentes e/ou opacos, a proposta aqui é investigar como esse compartilhamento ocorre, contribuindo para a definição das características das línguas que compõem uma família, no caso, a família Naduhup, com base na análise das propriedades transparentes e opacas nas línguas. Assim como Leufkens (2015), propomos a análise da transparência a partir dos traços opacos, tendo em vista que, como será discutido no capítulo de *Metodologia*, os traços transparentes envolvem a ausência de certos fenômenos, sendo, obviamente, impossível contá-los. Dessa maneira, a

investigação se centra nas categorias de opacidade tal como definidas por Hengeveld (2011a; 2011b), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018).

3.3 Categorias de Opacidade

Leufkens (2015, p. 16) afirma que a relação de um-para-um entre os níveis da gramática pode ser violada de diferentes maneiras e elenca cinco tipos possíveis: quatro violações das relações entre os níveis, a saber, *um-para-nulo*, *nulo-para-um*, *muitos-para-um* e *um-para-muitos*; e uma violação de integridade de domínio, mais precisamente, uma relação de *descontinuidade*.

A relação de *um-para-nulo* diz respeito a elementos dos níveis mais altos, pragmáticos e semânticos, que não são codificados, ou seja, não são audíveis ou visíveis na produção final, como é o caso de argumentos subentendidos, operadores fonologicamente vazios e categorias vazias. Leufkens (2015, p. 17) destaca que a existência desses é, muitas vezes, hipotética e apenas teoricamente motivada, o que faz com que as teorias linguísticas apresentem divergências quanto ao tratamento dessas unidades: a gramática gerativa, por exemplo, considera operadores fonologicamente vazios em suas análises empíricas, enquanto teorias funcionalistas, como a GDF, consideram que a existência desses elementos invisíveis pode ser falseada, sendo teoricamente indesejáveis nas análises. Dessa forma, ainda que essa seja uma relação claramente opaca, a autora opta por não a considerar em seu estudo dada a impossibilidade de determinar objetivamente a existência desses elementos. Em consonância, a presente pesquisa também desconsidera essa categoria.

Por sua vez, a relação de *nulo-para-um*, ao contrário da relação anterior, diz respeito a formas nos níveis mais baixos, ou seja, morfossintáticas e fonológicas, que não são motivadas ou não estão relacionadas a unidades nos níveis mais altos. Dito de outro modo, essas formas não apresentam material pragmático e semântico, mas são o resultado de processos ou da aplicação de regras próprias da codificação morfossintática e fonológica. Exemplo dessas regras é o uso de expletivos, elementos vazios que são inseridos para satisfazer a uma regra morfossintática, como a de que sempre deve haver um sujeito na sentença. Este sujeito vazio não apresenta, então, referente e conteúdo semântico, ou seja, trata-se de um sujeito morfossintático que não está relacionado a um Subato Referencial ou a um Indivíduo (cf. LEUFKENS, 2015).

Como mencionado anteriormente, Leufkens (2015, p. 18) nomeia essa categoria de *forma baseada na forma* (*form-based-form*) e assinala que estes são casos prototípicos com alto grau de sintaticidade ou fonologicidade, isto é, fenômenos em que não há, justamente, motivação pragmática ou semântica. A autora destaca ainda que o termo sintaticidade, bem como fonologicidade, é empregado por ela como o grau em que formas e regras são motivadas por questões morfossintáticas. A partir desse ponto de vista, considerando funcionalmente a língua como um todo, Leufkens (2015) afirma, então, que línguas com um baixo grau de sintaticidade e fonologicidade apresentam, ao contrário, um alto grau de semanticidade ou pragmaticidade.

O terceiro tipo de violação elencado por Leufkens (2015, p. 18) envolve relações de *um-para-muitos*, isto é, relações em que uma unidade de significado é expressa por múltiplas formas. Esse tipo de violação é chamado, então, de redundância, visto que uma das formas é redundante, desnecessária e, como tal, não acrescenta informação adicional relevante. A redundância pode ser obrigatória no caso de ambos elementos estarem obrigatoriamente presentes na estrutura final, ou opcional se um dos elementos redundantes pode estar implícito, como é o caso das línguas *pro-drop* que apresentam concordância entre predicado e argumento mesmo quando este não está explícito na sentença. Na GDF, a redundância obrigatória tem sido analisada como um processo automático, uma operação puramente morfossintática, apresentando, portanto, alto grau de sintaticidade, ao passo que a redundância opcional é pragmática e semanticamente motivada.

A quarta categoria de opacidade observada entre os níveis consiste na relação de *muitos-para-um*, em que múltiplos significados são codificados em uma única forma linguística, processo conhecido como *fusão*. Um claro exemplo é a morfologia fusional que, como o próprio nome indica, trata da expressão de diferentes significados por uma só forma, chamada de morfema *portmanteau*. Dessa maneira, é esperado que línguas caracteristicamente fusionais apresentem um alto grau de opacidade devido à recorrência de morfemas *portmanteau* (cf. LEUFKENS, 2015).

Por fim, a quinta e última categoria diz respeito à violação do Princípio de Integridade de Domínio. De acordo com esse princípio, as unidades que juntas pertencem aos níveis mais altos, Interpessoal e Representacional, devem ser justapostas no Nível Morfossintático (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285). Assim, violações da integridade de domínio resultam em unidades descontínuas, o que se conhece na literatura linguística por *descontinuidade*. Exemplo desse processo é a negação do francês

composta pelo circunfixo *ne...pas*. Nesse caso, uma única unidade semântica – um operador de negação – corresponde a duas unidades formais no Nível Morfossintático – *ne* e *pas*. A questão fundamental para a compreensão da descontinuidade é que as duas unidades envolvidas na codificação não são independentes, não podem ocorrer uma sem a outra com o mesmo significado[18]. Dessa forma, as unidades descontínuas, sejam elas constituintes ou morfemas, estabelecem uma relação que pode ser definida como *um-para-fragmentos*, tendo em conta que o significado se apresenta fragmentado em mais de uma unidade na codificação.

Com base em texto anterior de Hengeveld (2011a) e a partir das categorias de opacidade explicitadas – *um-para-vazio*, *forma baseada na forma*, *redundância*, *fusão* e *descontinuidade* –, Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) definem um conjunto de critérios de opacidade que podem ser aplicados às línguas com o objetivo de estabelecer os graus de transparência delas e observar os diferentes fenômenos dentro e entre as línguas. Tais critérios serão descritos detalhadamente no próximo capítulo que trata do *corpus* de análise e da metodologia empregada.

[18] É relevante dizer que o francês falado já não apresenta as duas unidades formais para negação, sendo mais comum que esta seja feita apenas com o *pas*, ainda que a regra gramatical seja a negação com *ne...pas*. Este é também um claro exemplo de mudança linguística que leva a uma maior transparência da língua visto que passa de uma relação descontínua para uma transparente, de *um-para-um*.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Tomando a GDF como aparato teórico e considerando os conceitos de transparência e opacidade tal como definidos por Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), analisamos as línguas a partir da consideração dos traços de opacidade, sistematizando qualitativamente as noções de língua transparente ou opaca. Como mencionado no capítulo anterior, a GDF não entende a transparência como um conceito binário oposto à opacidade em uma relação estática, mas sim como um *continuum*, em que, de acordo com o critério, as línguas podem ser mais ou menos transparentes. A análise, portanto, depende da natureza das relações transparentes ou opacas dentro e entre as línguas. Assim como Leufkens (2015), optamos por analisar os critérios de forma objetiva, avaliando a presença de traços opacos em determinada língua, sem investigar a gradualidade de transparência de cada critério, o que não seria possível considerando, principalmente, o tipo de material utilizado na pesquisa, a saber, descrições das línguas selecionadas realizadas por outros pesquisadores.

A análise a partir do escopo da GDF permite observar que os traços transparentes não são independentes, mas mantêm relações implicacionais de tal forma que demonstram um maior ou menor grau de transparência, como é possível observar pelas relações entre os níveis de análise. Dessa forma, tendo em conta que a transparência, tal como definida, é produto da organização entre níveis e camadas da teoria, é possível observar as relações que se estabelecem em cada critério, investigando as implicações que as violações da relação de um-para-um geram em outros níveis e também na observação comparativa entre as línguas em análise.

Partindo dessa concepção de transparência, a hipótese em que se assenta a pesquisa é a de que se pode definir características de uma família com base no compartilhamento de traços transparentes e/ou opacos, partindo do pressuposto de que as línguas de uma mesma família apresentam esse compartilhamento. O objetivo geral, portanto, é verificar como ocorrem de traços transparentes e/ou opacos entre as línguas de uma mesma família e quais são as características linguísticas que esses traços revelam. Para tanto, como objetivos específicos, observamos os fenômenos de cada língua em particular, considerando os critérios de análise, e comparamos as línguas também em cada critério, com o intuito de estabelecer quais traços são compartilhados.

4.1 Material

A grande preocupação e talvez uma das maiores dificuldades do trabalho com línguas indígenas é a busca por materiais que possibilitem a análise e que se configurem em uma amostra de dados válida. Para a realização de uma investigação como a que se pretende, ou seja, que tenha por objetivo a comparação entre diferentes línguas de uma mesma família, é necessária a seleção de uma amostra de línguas representativa. Neste caso, para que a amostra seja, de fato, representativa, é preciso trabalhar com a descrição de mais da metade das línguas que compõe a família, utilizando descrições tão abrangentes quanto possível. Dessa forma, as línguas que compõem a amostra devem ser selecionadas de modo a representar a família linguística, considerando a maior parte de seus traços constitutivos e a maior quantidade de línguas.

Como destaca Seki (2000), o Brasil ainda apresenta uma grande variedade de línguas indígenas, porém, infelizmente, a grande maioria encontra-se em perigo de extinção. Embora muitas descrições tenham sido produzidas nos últimos dez anos, envolvendo especialmente as famílias linguísticas mais numerosas, a maioria das línguas não foi sequer documentada, o que dificulta o trabalho de elaborar uma amostra representativa e válida para o estudo. Dessa forma, a primeira triagem feita, que deu origem à amostra final para essa pesquisa, baseou-se no critério de seleção empregado por Hengeveld e Dall'Aglio Hattnher (2015) para seu estudo sobre os tipos de evidencialidade nas línguas nativas do Brasil. A amostra organizada pelos autores é constituída por línguas com uma descrição gramatical acessível e o mais completa possível, envolvendo diferentes aspectos da língua.

Desse modo, o critério de seleção para a amostra passa a ser a qualidade do material disponível, pois lidamos com critérios que abarcam todos os níveis de análise da língua (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico) e a dificuldade reside justamente em selecionar materiais nos quais a descrição seja completa o suficiente para envolver todos esses níveis. Portanto, em primeira instância, foram selecionadas línguas de famílias distintas, para que, posteriormente, fosse realizada a escolha por uma família.

Como veremos com mais detalhes no capítulo *Línguas indígenas – família Naduhup*, a classificação das línguas da família Naduhup ainda é alvo de muitas controvérsias dada a incipiência do material existente. De acordo com Martins (2004, p. 6-7), é possível distinguir sete grupos principais: Nadëb, Kuyawi, Dâw, Hupda (Hup),

Yuhup, Kakua e Nukak. A autora destaca que "há relativa inteligibilidade mútua entre os seguintes grupos: Nadëb e Kuyawi; Hupda e Yuhup; Kakua e Nukak. Isto porque esses grupos de línguas compartilham 90% de seu léxico. Com nenhuma língua Maku, Dâw é mutualmente inteligível" (MARTINS, 2004, p. 7). Estudos recentes (cf. EPPS; BOLAÑOS, 2017) já comprovam que as línguas Kakua e Nukak não têm filiação genética com a família Naduhup. Das línguas restantes, a amostra selecionada contempla quatro línguas: dâw, hup, nadëb e yuhup.

Importante mencionar que os dados utilizados para a pesquisa são de fontes secundárias, ou seja, são utilizadas descrições já feitas por pesquisadores em trabalho de campo e que se dedicaram a descrever aspectos gerais ou específicos das línguas. Assim, o *corpus* para coleta de dados é composto por teses, gramáticas, artigos e demais trabalhos que tenham como objetivo a descrição, tão ampla quanto possível, dessas línguas, o que resultou em quatro fontes principais de coleta – Martins (2004), Epps (2005), Ospina Bozzi (2002) e Weir (1984) – além de outros trabalhos dos mesmos autores.

Para a descrição da língua dâw, foi utilizada como base a pesquisa desenvolvida por Martins e publicada, em 2004, na tese *Fonologia e gramática do Dâw*. Trata-se de uma tese dedicada à descrição minuciosa dos aspectos fonológicos e morfossintáticos da língua. Igualmente minuciosa é a descrição feita por Epps no trabalho intitulado *A gramar of Hup* e publicado em 2005, apresentando também aspectos fonológicos e morfossintáticos, além de questões culturais e notas comparativas entre as línguas que constituem a família. De mesmo modo, Ospina Bozzi (2002) apresenta a descrição dos principais traços morfossintáticos da língua yuhup em sua tese *Les structures élémentaires du Yuhup Makú, langue de l'Amazonie colombienne: Morphologie et Syntaxe*. Por sua vez, para a análise da língua nadëb, baseamo-nos no trabalho de Weir (1984) intitulado *A negação e outros tópicos da gramática Nadëb*. Apesar de ser uma pesquisa centrada no fenômeno da negação, a publicação apresenta ainda a descrição de aspectos morfossintáticos que possibilitam sua análise e posterior comparação com as demais línguas.

É importante destacar ainda que, tendo em vista a diversidade de fontes bibliográficas, abordagens teóricas e análises da amostra selecionada, foi necessário padronizar as glosas para que elas estivessem em concordância com a abordagem teórica da GDF, aporte utilizado nessa pesquisa. Assim, cada dado coletado teve suas glosas modeladas de acordo com o Leipzig Glossing Rules, adotado por Hengeveld e Mackenzie (2008). Além disso, os dados apresentados inicialmente com tradução para o inglês

(EPPS, 2005) e francês (OSPINA BOZZI, 2002), foram traduzidos ao português com a preocupação de se manterem o mais próximo ao sentido original das línguas indígenas analisadas.

4.2 Percurso metodológico

De posse do *corpus*, o primeiro passo foi a aplicação dos critérios de análise, tal como definidos por Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018). Após a análise dos dados de acordo com esses critérios, realizamos a comparação entre as línguas da família, destacando os pontos de convergência e divergência com relação à transparência. Essas análises nos permitiram determinar os traços transparentes e opacos das línguas individualmente e os traços compartilhados pela família, contemplando os objetivos específicos e também o geral da pesquisa.

4.2.1 Critérios de opacidade

Como observado anteriormente, no *Capítulo II – Transparência na Gramática Discursivo-Funcional*, a transparência é analisada entre e dentro dos níveis e camadas previstos pela teoria da GDF. Dessa forma, as relações de transparência podem ser mapeadas entre os pares:

i) Interpessoal – Representacional,

ii) Interpessoal/Representacional – Morfossintático,

iii) Interpessoal/Representacional/Morfossintático – Fonológico

Além destes, há também o mapeamento dentro dos níveis Morfossintático e Fonológico.

Em um primeiro momento, Hengeveld (2011a), no texto *Transparency in Functional Discourse Grammar*, propõe a análise do fenômeno por meio 14 critérios que permitem identificar traços de opacidade nas línguas. Posteriormente, Leufkens (2015), em sua tese intitulada *Transparency in Language – a typological study*, oferece uma visão ampliada do fenômeno, tratando de cinco categorias de opacidade – um-para-vazio, forma baseada na forma, redundância, fusão e descontinuidade – a partir das quais define 29[19]

[19] A autora se dedica a realizar um levantamento de características opacas apresentadas nas línguas com base nas categorias de opacidade destacadas por ela. Entretanto, nem todos os critérios são de fato utilizados na análise empreendida na tese, restando um total de 22 critérios efetivamente investigados. (cf. LEUFKENS, 2015)

características opacas que podem ser observadas nas línguas. Por último, no mais recente estudo a respeito da transparência, Hengeveld e Leufkens (2018), no artigo *Transparent and non-transparent languages*, chegam a um conjunto de 13 critérios de análise que são aplicados pelos autores em diferentes línguas. Os quadros a seguir exibem sistematicamente todos os critérios, divididos pela relação entre os níveis da teoria, de acordo com cada autor, com o objetivo de destacar os que persistem nas diferentes obras:

Quadro 1 – Critérios da interface entre os níveis Interpessoal e Representacional

NI – NR		
Hengeveld (2011)	**Leufkens (2015)**	**Hengeveld e Leufkens (2018)**
Aposição	Aposição nominal	Aposição
	Concordância oracional ou Referência cruzada	Referência cruzada
Restrição quanto às unidades semânticas que podem ser escolhidas como predicados		

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 2 – Critérios da interface entre os níveis Interpessoal/Representacional e Morfossintático

NI/NR – NM		
Hengeveld (2011)	**Leufkens (2015)**	**Hengeveld e Leufkens (2018)**
Relações gramaticais		Relações gramaticais
	Múltiplas expressões de informação pragmática	
	Concordância de sintagma	
	Concordância de número	
	Concordância de negação	
	Concordância modal	
	Concordância temporal e cópia de tempo	
	Concordância espacial	
Descontinuidade	Extração e/ou extraposição	Descontinuidade
	Clivagem	
	Circunfixos	
	Infixos	
Marca de função sensível à natureza do *input*		
	Alternância de raíz morfologicamente condicionada: formas supletivas, formação irregular de raíz	
	Acumulação de TAME e caso	

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 3 – Critérios da interface entre os níveis Interpessoal/Representacional/Morfossintático e Fonológico

NI/NR/NM - NF		
Hengeveld (2011)	**Leufkens (2015)**	**Hengeveld e Leufkens (2018)**
	Múltiplas expressões de informação pragmática	
Paralelismo entre sintagmas fonológico e morfossintático	Alinhamento não paralelo	Paralelismo entre sintagmas fonológico e morfossintático
Influência do peso fonológico na ordenação morfossintática	Influência da complexidade na ordenação de palavras	
		Alternância de raíz ou afixo morfofonologicamente condicionada

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 4: Critérios do Nível Morfossintático

NM		
Hengeveld (2011)	**Leufkens (2015)**	**Hengeveld e Leufkens (2018)**
Elementos expletivos	Expletivos nominais	Expletivos
		Alternância de raíz ou afixo morfologicamente condicionada
Cópia de tempo		Cópia de tempo
Alçamento		
Gênero gramatical, declinação, conjugação	Gênero gramatical	Gênero gramatical
Concordância (agreement)		Acordo no sintagma (agreement)
		Acordo na oração
Morfologia fusional		
	Funções sintáticas	
	Função predominantemente marcada por *head-marking*	

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 5: Critérios do Nível Fonológico

NF		
Hengeveld (2011)	**Leufkens (2015)**	**Hengeveld e Leufkens (2018)**
Adaptação fonológica		
	Alternância de raíz condicionada morfofonologicamente	Alternância de raíz ou afixo fonologicamente motivada
	Alternância de afixo condicionada morfologicamente e/ou morfofonologicamente	
	Alternância de raíz condicionada fonologicamente	
	Alternância de afixo condicionada fonologicamente	

Fonte: elaborado pelo autor

Considerando a variação dos critérios ao longo do percurso teórico, conforme explicitado nos quadros anteriores, na pesquisa aqui desenvolvida, optou-se, para as análises, pelos critérios apresentados por Hengeveld e Leufkens (2018). No entanto, outros critérios não foram descartados tendo em vista a pluralidade das línguas analisadas e a contribuição para o próprio desenvolvimento da teoria. Dessa forma, critérios como os de *concordância de número* e *concordância de negação*, ainda que tenham sido descartados pelos autores, serão aqui considerados por representarem traços importantes e distintivos nas línguas indígenas da família Naduhup.

Além disso, todos os trabalhos selecionados como fonte de dados para a pesquisa apresentam uma descrição tão ampla quanto possível dos fenômenos gramaticais das línguas, no entanto, apenas duas teses apresentam descrições fonológicas detalhadas o suficiente para a análise aqui pretendida, o que fez com que os critérios que envolvem o Nível Fonológico não pudessem ser considerados para efeitos comparativos entre as línguas. Algumas informações referentes a aspectos fonológicos serão utilizadas nas descrições, no entanto, não é possível analisar como se dá a relação de transparência dentro do Nível Fonológico e também entre ele e os demais.

Desse modo, as análises dos dados foram efetivamente baseadas em 11 critérios, conforme ilustra o quadro 6:

Quadro 6: Critérios selecionados para análise

Critérios de análise	
Interface entre níveis	**Critério**
NI – NR	Aposição
	Referência cruzada
NI/NR – NM	Relações gramaticais
	Concordância de número
	Concordância de negação
	Descontinuidade
NM	Elementos expletivos
	Gênero gramatical
	Acordo no sintagma
	Acordo na oração
	Cópia de tempo

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.1.1 Interpessoal – Representacional

Aposição

Uma relação transparente entre os níveis Interpessoal e Representacional ocorre quando uma única ação no Nível Interpessoal corresponde a uma única categoria no Nível Representacional. No entanto, essa relação é quebrada nos casos de aposição. Conforme definem Hengeveld e Leufkens (2018, p. 9), nos termos da GDF, a aposição ocorre quando há duas referências a uma mesma entidade, ou seja, quando dois Subatos Referenciais (R) no Nível Interpessoal correspondem a um único Indivíduo (x) no Nível Representacional, como ilustra (9):

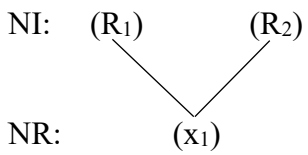
(9) Anielle Franco, irmã de Marielle, cogita se candidatar à Câmara de Vereadores do Rio.[20]

Em (9), *Anielle Franco* e *irmã de Marielle* fazem referência a uma mesma entidade, um único indivíduo, de modo independente, isto é, cada elemento nominal é independente e suficiente para referir a entidade. Dito de outro modo, a aposição ocorre pela combinação de dois ou mais elementos nominais para referir a uma única entidade.

Nas palavras de Leufkens (2015, p. 48), a aposição constitui um caso de opacidade por estabelecer uma relação de muitos-para-um entre os níveis Interpessoal e Representacional, conforme se observa em (10):

[20] Exemplo retirado da internet, do jornal *El País* de 13 de julho de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/13/cultura/1563024926_876079.html

(10)



Leufkens (2015, p. 48) destaca ainda que a aposição parece ser possível em todas as línguas considerando-se que não foram encontradas línguas com restrições à sua ocorrência. Dessa forma, a autora opta por não utilizar este critério em sua análise. Tendo em vista que o critério foi mantido no texto de Hengeveld e Leufkens (2018) e também com o objetivo de verificar se, de fato, o fenômeno da aposição ocorre realmente em todas as línguas, optamos, neste estudo, por manter o critério e analisar se há aposição nas línguas da família Naduhup e como ela ocorre.

Referência cruzada

De acordo com Hengeveld e Leufkens (2018, p. 9), a referência cruzada ocorre quando uma marca referencial de pessoa no verbo co-ocorre, de modo opcional, com um sintagma nominal externo a esse verbo. Dito de outro modo, uma mesma entidade é, opcionalmente, referenciada duas vezes: por um sintagma nominal e por uma marca morfológica no verbo, como se pode observar em (11a) e (11b):

(11a) **eu** tenh**o** uma filha, por exemplo, que está no décimo segundo ano (PT95:VidaEstudante)[21]
(11b) tenh**o** uma filha, por exemplo, que está no décimo segundo ano

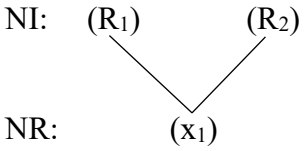
Em português, é possível referir determinada entidade por meio de um nome ou pronome e também marcar a mesma entidade no verbo por meio do sufixo que indica pessoa, como em (11a), em que há a co-ocorrência do pronome (eu) com a marca de primeira pessoa do singular no verbo (tenh**o**). No entanto, orações como (11b), em que há apenas a marca de pessoa no verbo, sem pronome ou nome, são possíveis, evidenciando que a ocorrência do nome ou pronome é opcional e que o marcador

[21] Exemplo extraído do *corpus* "Português oral", desenvolvido pelo Projeto "Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais", que pode ser obtido no site http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php.

referencial no verbo tem conteúdo semântico e pode fazer referência à entidade por si só. Portanto, o português é uma língua que apresenta referência cruzada.

Nesses casos, assim como na Aposição, dois Subatos Referenciais (R) no Nível Interpessoal fazem referência a um mesmo Indivíduo (x) no Nível Representacional, porém um dos Subatos é expresso gramaticalmente por meio de uma marca verbal enquanto o outro é expresso lexicalmente por meio de um sintagma nominal, como demonstrado em (12):

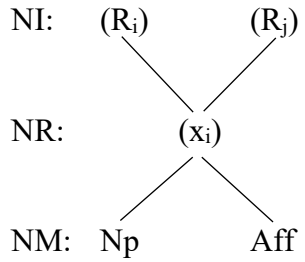
(12)



Para a GDF, o fenômeno de referência cruzada é estritamente diferente do fenômeno de acordo na oração.[22] Neste último, uma propriedade do argumento é copiada para outra unidade dentro da oração em um processo puramente morfossintático, uma operação de cópia que ocorre dentro do Nível Morfossintático, ou seja, o elemento copiado não tem valor semântico próprio, é uma unidade morfossintática sem qualquer contraparte nos níveis mais altos. Por outro lado, a referência cruzada ocorre em situações em que uma unidade semântica é expressa múltiplas vezes, no Nível Morfossintático, sem que essas diversas expressões percam seu valor semântico próprio, isto é, há uma relação de um-para-dois entre um único referente e as múltiplas unidades morfossintáticas com valor semântico que referenciam esse referente. Temos, então, duas relações opacas estabelecidas: i) entre os níveis Interpessoal e Representacional, a relação é de dois-para-um, conforme demonstrado em (12) e repetido em (13); ii) entre os níveis Representacional e Morfossintático, a relação é de um-para-dois pela dupla expressão de uma única entidade, conforme (13):

[22] Opta-se aqui pelo termo *acordo*, já consagrado em especial na literatura linguística do português, para a definição de *agreement* em oposição a *concord.* Hengeveld e Mackenzie (2008) e Leufkens (2015) empregam o termo *concord* para tratar da concordância que ocorre nos níveis mais altos, especificamente, entre os níveis de formulação, conforme os critérios de *concordância de número* e *concordância de negação*. Por outro lado, o termo *agreement* faz referência a um processo de cópia que ocorre apenas no Nível Morfossintático. Assim, também de modo a diferenciar os dois fenômenos, empregamos *concordância* como sinônimo de *concord* e *acordo* como sinônimo de *agreement*.

(13)



O francês, por exemplo, é uma língua que apresenta acordo na oração, visto que é obrigatória a presença de um nome ou pronome para referir determinada entidade e, ao mesmo tempo, há a cópia da informação de pessoa no verbo. Dessa forma, o exemplo (14b), em contraste com (14a), não é gramatical na língua, pois apresenta apenas a marca verbal que, nesse caso, é vazia de conteúdo semântico e não pode referir a uma entidade de maneira independente, necessitando da referência nominal ou pronominal para tanto:

(14a) "**Je** n'**irai** pas": la footballeuse Megan Rapinoe exclut toute visite à la Maison Blanche.[23]
(14b) *N'**irai** pas.

Entretanto, como destaca Leufkens (2015, p. 52-53), a distinção entre a referência cruzada e o acordo na oração não é fácil de delimitar, tendo em vista que é difícil estabelecer a presença ou ausência de valor semântico nos elementos. O critério geral passa a ser, portanto, a obrigatoriedade: se um dos elementos morfossintáticos pode ser omitido, então ele tem valor semântico próprio e não pode ser uma cópia de outro elemento. O acordo na oração ocorre somente quando os dois elementos são obrigatórios, como é o caso do francês.

Ainda como a própria autora destaca, esse critério também parece não ser claro, considerando que, em alguns casos, as múltiplas expressões de uma entidade podem ser obrigatórias sem que percam seu valor semântico. Além disso, em outros casos, a marca verbal concorda com um argumento que está contextualmente presente, mas textualmente oculto, ocorrência comum entre as línguas *pro-drop*, que permitem a omissão do argumento nominal ou pronominal desde que sua referência seja contextualmente dada.

[23] Tradução do original: "Eu não irei", a futebolista Megan Rapinoe exclui totalmente a visita à Casa Branca. Exemplo retirado da internet, do jornal *Le Monde* de 10 de julho de 2019. Disponível em: https://www.lemonde.fr/football/article/2019/07/10/je-n-irais-pas-la-footballeuse-megan-rapinoe-exclut-toute-visite-a-la-maison-blanche_5487486_1616938.html

Hengeveld (2012), com base nesses casos ambíguos, expande a noção de referência cruzada e de acordo na oração, considerando esses casos como referência contextual.

Hengeveld (2012), com base na abordagem da GDF e nos trabalhos de Siewierska (2004), define dois tipos de marcadores verbais: marcador referencial aposicional e marcador de concordância contextual. No primeiro caso, a marca no verbo faz referência independentemente à entidade e pode, opcionalmente, ter um argumento nominal ou pronominal em aposição; no segundo caso, ele concorda com um argumento que pode estar presente na oração ou mesmo no contexto, capturado na GDF pelo Componente Contextual. Nos casos de concordância contextual, dadas as informações contextuais adequadas, o argumento nominal ou pronominal pode não ocorrer, mas, ainda assim, segundo o autor, ocorre a cópia da informação contextual no verbo, marcando-se o argumento.

De todo modo, seja pela expressão obrigatória do argumento nominal ou pronominal junto à marca verbal, seja pela possibilidade de omissão por concordância com o contextual (línguas *pro-drop*), ambos os casos refletem a dupla expressão do argumento e são, consequentemente, não-transparentes. Leufkens (2015, p. 54) indica ainda que há uma gradual diferença entre línguas *pro-drop* e línguas com concordância sintática obrigatoriamente explícita, tendo em vista que as primeiras seriam mais transparentes pela possibilidade de omissão dos argumentos.

Em linhas gerais, Leufkens (2015, p. 55) opta por analisar, em cada língua, se o argumento é obrigatoriamente expresso – acordo na oração –, ou se o argumento pode ser omitido – referência cruzada. De mesmo modo, em consonância com Leufkens (2015), consideramos aqui que as línguas são opacas tanto se apresentarem acordo na oração, o que significa que os argumentos são obrigatoriamente presentes, como no francês, quanto se apresentarem referência cruzada, o que significa que os argumentos são opcionalmente presentes na sentença, como em português. Portanto, são classificadas como transparentes as línguas em que a expressão do argumento e a marca no verbo são mutuamente exclusivas.

4.2.1.2 Interpessoal/Representacional – Morfossintático

Relações gramaticais

Como destacam Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017), as relações gramaticais designam as propriedades morfossintáticas que relacionam um argumento em

uma oração em categorias como sujeito, objeto direto e objeto indireto. Ainda segundo os autores (2017, p. 342),

> uma relação gramatical pode expressar diversos papéis semânticos e, por sua vez, um determinado papel semântico pode ser expresso por relações gramaticais diferentes. Da mesma maneira, não há associação direta entre relações gramaticais e funções pragmáticas, ainda que, em muitas línguas, a relação gramatical de sujeito seja uma manifestação da função pragmática de tópico.

Hengeveld e Leufkens (2018) afirmam que o alinhamento gramatical pareia as unidades pragmáticas/semânticas com unidades sintáticas de forma não-transparente quando unidades pragmáticas e semânticas recebem expressão diferente dependendo da configuração sintática. Um alinhamento transparente, por outro lado, expressa unidades pragmáticas e semânticas sempre da mesma forma, independentemente da configuração sintática.

Para ilustrar o alinhamento transparente, os autores apresentam exemplos do Acehnese, com base no trabalho de Durie (1985), conforme (15-17)[24]:

(15) Gopnyan geu=jak röt=nan.
3.POL 3.POL=ir caminho=aquele
Ele foi por aquele caminho.

(16) Gopnyan galak=geuh that.
3.POL feliz=3.POL muito
Ele é muito feliz.

(17) Gopnyan na=lôn=timbak=geuh.
3.POL AUX=1.A=atirar=3.POL.U
Eu atirei nele.

Como é possível observar nos exemplos, o argumento Ativo é sempre expresso por meio de um proclítico, enquanto o Inativo, por um enclítico, conforme demonstra (17). As duas construções intransitivas em (15) e (16) são realizadas usando o mesmo clítico em posições diferentes com base em considerações semânticas. Dessa forma, unidades semânticas são expressas de mesma maneira, independente da configuração morfossintática.

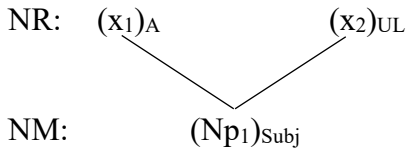
[24] Os exemplos apresentados nesta seção foram adaptados de Hengeveld e Leufkens (2018, p. 10-11).

Em português, no entanto, unidades pragmáticas e semânticas podem ser expressas de modo distinto a depender da configuração morfossintática, mostrando, portanto, a relevância de determinadas categorias morfossintáticas, como ilustram os exemplos de (18) a (20):

(18) Ele foi por aquele caminho.
(19) Ele é muito feliz.
(20a) Eu atirei nele.
(20b) Eu fui baleado por ele.

Os exemplos (18) e (19) mostram que tanto argumentos com função semântica de Ativo (18), quanto de Inativo (19) podem ser expressos como sujeito na codificação morfossintática, não havendo distinção entre eles. Em (20b), por ser uma construção passiva, observamos que o argumento Ativo é marcado pela preposição *por*, ou seja, nesse caso em específico há uma marca morfossintática que indica o papel semântico de Ativo. No entanto, nos demais exemplos com argumento Ativo, mas na voz ativa, (20a) e (18), não há marcação distintiva do Ativo. É possível observar, portanto, que a relação gramatical de sujeito é mais relevante em português, de modo que papéis semânticos de Ativo e Inativo são uniformizados e recebem a mesma expressão, dependendo, portanto, da configuração morfossintática. Ao contrário do Acehnese, o português não é, então, transparente no que diz respeito ao alinhamento de unidades dos níveis Interpessoal e Representacional com unidades do Nível Morfossintático, conforme mostra (21):

(21)



Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017), em estudo sobre as relações gramaticais em línguas indígenas do Brasil, investigam o alinhamento entre as funções semânticas de Ativo e Inativo e a função morfossintática de sujeito. De mesmo modo, centraremos nossas análises no alinhamento entre os níveis Representacional e Morfossintático, buscando verificar de que forma as funções semânticas são expressas na codificação morfossintática.

A GDF (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196) estabelece três macrofunções semânticas: Ativo, Inativo e Locativo. Por Ativo, entende-se o participante do Estado-de-coisas que apresenta o traço [+volitivo] ou [-afetado], englobando, portanto, participantes que estão volitivamente envolvidos na realização do Estado-de-coisas ou que são menos afetados por ele. Já o Inativo refere-se ao participante que apresenta os traços [-volitivo] e [+afetado], ou seja, trata-se do participante que experiencia o Estado-de-coisas, sendo afetado por ele, sem estar volitivamente envolvido. Por fim, a função semântica de Locativo é tipicamente atribuída a um participante com a categoria semântica de Lugar (*Location*).

Em suma, a análise das relações gramaticais será centrada nas funções semânticas de Ativo, Inativo e Locativo e seu alinhamento com as funções sintáticas, especialmente, a de sujeito.

Concordância de número

A propriedade semântica de número pode ser expressa lexicalmente, por meio de um quantificador ou numeral, e/ou gramaticalmente, por meio de afixos, morfemas ou partículas que indiquem plural. De acordo com Leufkens (2015, p. 56-57), quando um numeral, indicando mais de um (2 ou mais), modifica um nome, será redundante que uma marca gramatical de plural também ocorra, como é o caso do português em 'três coelhos'. O pressuposto é de que apenas a expressão da quantificação por meio do numeral ou quantificador já é suficiente para indicar a quantidade. No entanto, no português padrão, por exemplo, é obrigatória a marca gramatical de plural, por meio do sufixo *-s*, juntamente com o numeral no sintagma. Assim, segundo Leufkens (2015), ocorre uma relação não-transparente entre a propriedade semântica de número no Nível Representacional e sua expressão morfossintática realizada por meio de mais de duas formas no Nível Morfossintático.

A autora destaca ainda que cada língua lida com a expressão de número de maneira própria: existem línguas que não expressam número gramaticalmente – e nesses casos, a concordância de número é impossível –; outras marcam apenas em um subconjunto de entidades, como nomes de seres animados; outras ainda apresentam concordância obrigatória, enquanto algumas apresentam marcas exclusivas. De todo modo, havendo a possibilidade de co-ocorrência entre marca lexical e gramatical, a autora considera como um caso de não-transparência.

De acordo com a abordagem de Leufkens (2015), portanto, não há distinção entre marcas de quantificação definida (quantificador ou numeral) e indefinida (morfemas indicadores de pluralidade), pois, para ela, ambas compõem uma única informação. Assim, em casos como '**três** coelho**s**', por exemplo, ocorre concordância de número, porque há expressão da pluralidade por meios lexicais e por meios gramaticais, ou seja, uma relação de um-para-dois.

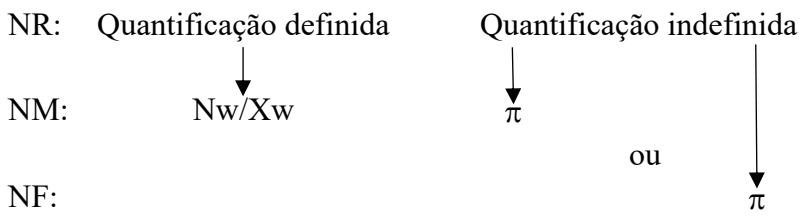
Entretanto, Câmara *et al.* (2017), com base nos postulados de Guimarães (2007) e Castilho (2010), apresentam uma nova abordagem para a análise deste fenômeno baseada na consideração de quantificação definida e indefinida. A quantificação definida é precisa e expressa por meio de numerais, principalmente cardinais, enquanto a quantificação indefinida realiza apenas a distinção entre um e mais de um de modo impreciso e é expressa por meios gramaticais como afixos, partículas e morfemas.

Câmara *et al*. (2017) propõem, então, que tanto a quantificação definida quanto a indefinida são formuladas no Nível Representacional, mas indicam noções distintas e, portanto, são expressas de formas distintas:

> Quando o falante deseja ser preciso, escolhe palavras lexicais (Nw), como os numerais; quando deseja expressar simplesmente a noção de mais de um, utiliza expressões gramaticais, como afixos (Aff) e palavras gramaticais (Xw), ou operadores de subida/queda, do nível fonológico. (CÂMARA *et al*., 2017, p. 256)

A partir dessa nova proposta, entende-se que não há opacidade, mas uma relação de um-para-um entre significado e forma. Assim, mantém-se a transparência entre os níveis Representacional e Morfossintático ou Fonológico, tendo em vista que a quantificação definida, no Nível Representacional, é expressa por meios lexicais no Nível Morfossintático, enquanto a quantificação indefinida será expressa por meios gramaticais no Nível Morfossintático e prosódicos no Nível Fonológico, conforme demonstra (22)[25]:

(22)



[25] Relação de quantificação entre os níveis. Retirado de Câmara *et al.* (2017, p. 257).

Observa-se, portanto, que a proposta de Câmara *et al*. (2017) difere da de Leufkens (2015). Enquanto esta entende que a concordância de número é um caso de redundância e, portanto, de opacidade, as autoras defendem que não há opacidade, mas sim a manutenção da relação de um-para-um entre quantificação definida e indefinida, formuladas no Nível Representacional e codificadas no Morfossintático/Fonológico. Nas análises aqui realizadas, utilizamos como aparato a abordagem de Câmara *et al*. (2017) tendo em vista que, como veremos nas descrições, tal distinção entre quantificação definida e indefinida é fundamental para as línguas indígenas estudadas.

Cabe ainda ressaltar que a concordância de número é distinta do fenômeno de acordo no sintagma, que será tratado adiante. O acordo no sintagma, tal como definido por Leufkens (2015, p. 55-56), é a concordância entre o núcleo e seu(s) modificador(es), ou seja, uma propriedade formal do núcleo é copiada em seu(s) modificador(es). Assim, o acordo no sintagma ocorre quando a quantificação é marcada duas vezes por meio de expressões gramaticais, tais como morfemas, afixos etc., como é o caso de '**a**s abelha**s**', por exemplo, em que há a repetição da noção de número (plural) em mais de um elemento do sintagma. Essa dupla marcação configura-se como caso de cópia, fenômeno que ocorre dentro de um único nível, o Morfossintático.

Concordância de negação

Leufkens (2015, p. 57-58) observa que a negação sentencial pode ser expressa de diferentes modos: flexões verbais, marcadores negativos independentes, pronomes indefinidos negativos, quantificadores e itens de polaridade negativa (itens que não apresentam significado negativo próprio, mas somente são gramaticais na presença de um elemento negativo na sentença, como *anybody* em inglês). Considerando esses elementos, a combinação entre uma forma regular de negação sentencial e um pronome indefinido negativo, resultando em uma leitura negativa da sentença, como em português *não disse nada a ele*, é considerada opaca. Esse fenômeno, chamado pela autora de *concordância de negação*, resulta na expressão de uma única negação semântica em múltiplos elementos morfossintáticos negativos.

Apesar de essa expressão múltipla parecer um caso claro de opacidade, Leufkens (2015, p. 58) chama a atenção para o fato de que a concordância de negação pode não ser estritamente opaca, mas um caso de ênfase devido ao enfraquecimento da marca de negação sentencial. Esse enfraquecimento desencadeia a necessidade de um outro

elemento enfático para expressão da negação, no caso, um pronome indefinido negativo. Desse modo, o problema que se coloca é a identificação do valor semântico próprio do elemento lexical negativo (pronome indefinido ou item de polaridade negativa).

Segundo Leufkens (2015, p. 58-60), existem três contextos em que é especialmente difícil, se não impossível, determinar o valor semântico próprio do elemento negativo: i) línguas em que a negação sentencial e o pronome indefinido negativo co-ocorrem obrigatoriamente, visto que não é possível observar o valor semântico do pronome indefinido de maneira isolada; ii) línguas em que o significado do pronome indefinido varia de acordo com o contexto sem a presença da negação sentencial; iii) negação enfática por gramaticalização, ou seja, o uso frequente de uma negação enfática com pronome indefinido faz com que ela se torne padrão, perdendo carga semântica, e fazendo emergir a necessidade de criar uma nova construção enfática que supra a necessidade dos falantes[26]. Tendo em conta a dificuldade de determinar, a partir desses contextos, o valor semântico dos pronomes indefinidos e dos itens de polaridade negativa, a autora opta por não considerar a concordância de negação em seu estudo, descartando tal critério para a análise.

Stassi-Sé e Fontes (2017), por outro lado, em um estudo a respeito da transparência e opacidade em línguas indígenas do Brasil, consideram seus sistemas de negação sentencial. Para tanto, os autores verificam as estratégias de negação sentencial das línguas, suas propriedades transparentes e opacas, considerando as violações aos princípios de transparência, e correlacionam os dados com o tipo morfológico das línguas em estudo. Os autores dividem, então, as línguas analisadas em dois grupos: "(i) línguas que apresentam um sistema de negação mais simples, dispondo de uma única estratégia de negação – ou morfológica, ou sintática –, e (ii) línguas que apresentam um sistema de negação mais complexo, fazendo uso de mais de uma estratégia de negação" (STASSI-SÉ; FONTES, 2017, p. 290).

As línguas do primeiro grupo são predominantemente línguas isolantes e consideradas mais transparentes por apresentarem uma única estratégia de negação sentencial, mantendo a relação de um-para-um entre significado e forma. Por outro lado, as línguas do segundo grupo são predominantemente fusionais e consideradas opacas por apresentarem múltiplas estratégias de negação sentencial, estabelecendo, de acordo com

[26] A esse respeito, Leufkens (2015, p. 59) cita a análise de Kiparsky & Condoravdi (2006) para a negação do grego em uma visão diacrônica, que comprovou a ocorrência do ciclo de Jespersen na língua.

os autores, uma relação de um-para-muitos entre os níveis Representacional e Morfossintático.

Para a análise das estratégias de negação apresentadas pelas línguas da família Naduhup, além das fontes apresentadas, Leufkens (2015) e Stassi-Sé e Fontes (2017), utilizamos as contribuições de Hengeveld e Mackenzie (2018) no artigo intitulado *Negation in Functional Discourse Grammar*. Neste trabalho, os autores comprovam que a negação ocorre em todas as camadas dos níveis Interpessoal e Representacional, o que implica que nem toda múltipla estratégia de negação nas línguas indica opacidade, tendo em vista que diferentes estratégicas podem indicar diferentes camadas de atuação e, consequentemente, diferentes escopos. Desse modo, objetivamos, com a análise desse critério, verificar as estratégias de expressão da negação nas línguas da família Naduhup e seus respectivos escopos, afim de determinar a transparência e/ou opacidade dessas estratégicas tendo em consideração a nova proposta apresentada por Hengeveld e Mackenzie (2018).

Descontinuidade

É esperado que, em uma língua transparente, aquilo que constitui um conjunto nos níveis mais altos seja expresso em conjunto, sem interrupção, nos níveis formais. Desse modo, de acordo com Leufkens (2015, p. 63), a descontinuidade diz respeito a violações de integridade do domínio, que resultam em unidades morfossintáticas ou fonológicas incompletas ou fragmentadas. As relações ocorrem, então, entre uma única unidade de significado e uma unidade morfossintática que é dividida em várias partes, resultando em uma relação opaca entre uma unidade de significado e duas ou mais unidades morfossintaticamente incompletas, divididas, conforme se observa em (23)[27]:

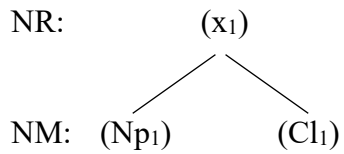
(23) The guy has arrived who is going to fix my clock.

O conteúdo semântico ‘the guy who is going to fix my clock’ constitui uma unidade semântica, mas é expresso de forma descontínua no Nível Morfossintático, interrompido pelo sintagma verbal ‘has arrived’. Assim, observamos que um único indivíduo, no Nível Representacional, é expresso, no Nível Morfossintático, como um

[27] Exemplo retirado de Hengeveld (2011a, p. 13).

sintagma nominal e uma oração, duas unidades descontínuas, fragmentadas, conforme ilustra (24):

(24)



Leufkens (2015, p. 63-68) difere subcritérios de opacidade dentro do critério de descontinuidade: extraposição e extração, alçamento, circunfixação, infixação e alinhamento não-paralelo. A seguir, passaremos à descrição de cada um dos subtipos.

Extração e extraposição

Como mencionado anteriormente, elementos que formam um conjunto nos níveis pragmático e semântico deveriam ser expressos em conjunto nos níveis formais; no entanto, por vezes, podem ser realizados separadamente, como nos casos de extraposição e extração. A extraposição está relacionada ao "peso" do elemento, isto é, elementos com maior complexidade tendem a aparecer no final da oração, o que pode implicar em descontinuidade, visto que um sintagma ou uma oração que atuem, por exemplo, como modificador podem aparecer separados de seu núcleo por serem mais complexos. Por sua vez, a extração, como complementar à extraposição, é resultado de um processo de topicalização, isto é, o elemento modificador pode aparecer à esquerda do seu núcleo dado o princípio pragmático da topicalização de elementos. Nos exemplos a seguir, podemos observar as possibilidades de extraposição (25b) e extração (25c) da oração apresentada em (25a)[28]:

(25a) Nós temos vários livros importantes sobre aquecimento global em estoque.
(25b) Nós temos vários livros importantes em estoque [sobre aquecimento global].
(25c) [Sobre aquecimento global], nós temos vários livros importantes em estoque.

Nos exemplos em (25), o Indivíduo 'livros' tem a propriedade de ser 'sobre aquecimento global', ou seja, essa propriedade tem a função de modificador da entidade e, portanto, entidade e propriedade formam juntas uma única unidade semântica. No

[28] Exemplos traduzidos a partir de Leufkens (2015, p. 64).

entanto, por meio dos processos de extraposição e extração, cria-se um desalinhamento entre os níveis, visto que essa unidade semântica será expressa em fragmentos, por meio de duas unidades morfossintáticas. Dessa forma, línguas que apresentam extração, extraposição ou ambas são consideradas opacas, pois uma unidade no Nível Representacional corresponde a dois fragmentos no Nível Morfossintático. Por outro lado, línguas em que esses processos são não-gramaticais são consideradas transparentes por manterem o alinhamento entre os níveis.

Alçamento

O alçamento ocorre quando o argumento de uma oração encaixada é "alçado" à posição de sujeito da oração principal, ocasionando um desalinhamento entre os níveis, conforme ilustram os exemplos (26a) e (26b):

(26a) Parece que os cavalos estão doentes.
(26b) Os cavalos parecem estar doentes.

Em (26a), observamos uma oração principal e uma encaixada com 'os cavalos' como sujeito. Em contrapartida, em (26b), o sujeito da oração encaixada é alçado a sujeito da oração principal. Tal processo faz com que o argumento esteja morfossintaticamente distante de seu predicado, 'doentes'. Ainda que argumento e predicado constituam uma única unidade no Nível Representacional, aqui, estão expressos em duas unidades fragmentadas no Nível Morfossintático.

Uma língua será, então, considerada transparente se não permitir o alçamento, ao passo que se permitir sua ocorrência, será considerada opaca, devido ao desalinhamento entre os níveis semântico e morfossintático.

Circunfixos

Os circunfixos são afixos descontínuos constituídos de uma única unidade nos níveis Interpessoal e Representacional, porém de duas unidades morfossintáticas e fonológicas. Relacionado a este fenômeno, algumas línguas isolantes apresentam também circumposições, isto é, elementos que são fonologicamente independentes e se posicionam em torno de outros elementos, mas que são gramaticais apenas na presença um do outro. Como exemplo de circumposição, podemos citar a negação em francês com *ne...pas*. Observamos que uma única negação no Nível Representacional corresponde a

dois fragmentos no Nível Morfossintático, que apenas são gramaticais (ao menos para o francês padrão) se aparecerem juntos. A presença de circunfixos ou de circumposições é considerada, portanto, opaca por também apresentar um desalinhamento entre os níveis de análise.

Infixos

Os infixos são unidades morfossintáticas inseridas dentro de palavras, ou seja, eles não são por si só descontínuos, mas geram descontinuidade por romperem a unidade da palavra que é "hospedeira". Leufkens (2015, p. 66) exemplifica a ocorrência de infixos na língua kharia, em que a marca de causativo, <[(o)ʔ]> ou <[(o)ʔb]>, aparece dentro da palavra, como em *botoŋ* 'medo' em oposição a *boʔtoŋ* 'susto'. Assim, uma língua é considerada transparente se não apresenta infixos, e opaca caso apresente, tendo em vista a realização de uma unidade descontínua por meio da inserção do infixo.

Conforme mencionamos anteriormente, Leufkens (2015) apresenta ainda o alinhamento não-paralelo entre os níveis Morfossintático e Fonológico como um subcritério a ser considerado dentro da descontinuidade. Devido à escassez de descrições fonológicas das línguas em análise, conforme já mencionado, não analisaremos os critérios relacionados ao Nível Fonológico.

4.2.1.3 Nível Morfossintático

Elementos expletivos

Os elementos expletivos são elementos vazios que, no Nível Morfossintático, ocupam posições obrigatórias para as quais não há nenhum elemento interpessoal ou representacional disponível. Dito de outro modo, são elementos vazios de informação pragmática e semântica, que apenas preenchem uma posição obrigatória formalmente, sendo, assim, uma forma sem contraparte nos níveis mais altos.

Tagalog apresenta uma estratégia transparente para construções existenciais que consiste na nomeação do objeto existente sem o uso de elementos expletivos, conforme ilustra (27)[29]:

[29] Os exemplos do tagalog, assim como os do inglês, apresentados nessa seção foram retirados de Hengeveld e Leufkens (2018, p. 17-18).

(27) Marami-ng pera.
muito-LNK dinheiro
Há muito dinheiro. (lit. muito dinheiro)

Em inglês, por outro lado, para construções existenciais, é necessário o preenchimento de posições com elementos vazios. Assim, na sentença *There is a lot of money* 'há muito dinheiro', *there* indica a ausência de predicado e *be* carrega as informações gramaticais de tempo. Hengeveld e Leufkens (2018, p. 17) destacam, com esse exemplo, a existência de dois tipos de expletivos: os verbais e os nominais. Os expletivos verbais, de modo geral, têm motivação funcional, ou seja, são usados para suportar especificações de tempo, modo e aspecto nos casos em que estas não podem ser expressas diretamente em um predicado não-verbal. Os expletivos nominais, por sua vez, são motivados por exigências puramente sintáticas da língua para preencher, em geral, as posições de sujeito ou objeto nos casos em que não há material pragmático ou semântico disponível. Logo, os autores centram suas análises nos expletivos nominais por eles não apresentarem qualquer motivação funcional.

Os autores ressaltam, então, duas circunstâncias em que os expletivos nominais podem ocorrer na função de sujeito: em contextos em que há certo potencial referencial, como em (28); ou em contextos puramente sintáticos, como em (29):

(28) It is strange that she hasn't called[30].
(29) It is raining[31].

Em (28), o expletivo *it* preserva certo potencial referencial por fazer referência não a uma entidade pragmática ou semântica, mas à oração encaixada – *that she hasn't called* – uma unidade morfossintática. Por outro lado, em (29), não há qualquer referencial preservado, apenas motivação morfossintática. Em inglês, verbos que expressam fenômenos da natureza não apresentam argumento semântico, o que significa que não há material pragmático (Subato Referencial) ou semântico (Indivíduo) para preencher a posição obrigatória de sujeito. Faz-se necessária, então, a inserção de um elemento expletivo por razões puramente sintáticas. Assim, expletivos que preenchem a função de sujeito com predicados que indicam fenômenos da natureza são mais fortemente opacos que elementos expletivos em oração, como (28), em que se mantém a

[30] Tradução nossa: É estranho que ela não tenha ligado.
[31] Tradução nossa: Está chovendo.

referência a algo, no caso, ao complemento oracional que o segue. Na presente pesquisa, analisaremos, nas línguas do *corpus*, a existência de expletivos na camada da Oração e do Sintagma.

A ocorrência de expletivos, levando a uma relação opaca, como em (29), pode ser expressa como em (30), em que há obrigatoriamente a posição de sujeito preenchida por um elemento vazio, tendo em vista a não disponibilidade de material interpessoal ou representacional:

(30) NM: $(\emptyset)_{Sbj} \longrightarrow (Np_1: (Nw_1: \textit{it} (Nw_1)) (Np_1))_{Sbj}$

Gênero gramatical

Hengeveld e Leufkens (2018, p. 20) observam que as línguas podem fazer distinções de gênero em seu léxico nominal por meio de dois sistemas diferentes: o sistema semântico e o sistema gramatical. No primeiro, o significado de um nome determina seu gênero, ou seja, o gênero é motivado semanticamente. Por sua vez, no segundo, o gênero de um nome é arbitrário, não há qualquer motivação semântica ou pragmática para sua atribuição, havendo, portanto, apenas a contraparte gramatical.

Para ilustrar a expressão de gênero motivado semanticamente, os autores citam a língua bininj gun-wok, com base nos dados de Evans (2003, p. 186):

(31a) na-gohbanj
I-velho
homem velho

(31b) al-gohbanj
II-velho
mulher velha

(31c) an-gohbanj
III-velho
árvore velha

Bininj gun-wok tem quatro gêneros com a mesma base semântica. Os exemplos (31a-c) mostram que a adição de diferentes marcadores de gênero ao lexema *gohbanj* 'velho' leva a interpretações diferentes: gênero masculino (I), em (31a); feminino (II), em (31b); e vegetal (III), em (31c). A classe IV é usada especificamente para partes do corpo e nomes abstratos.

Por outro lado, uma língua que exibe um sistema de gênero gramatical é o holandês, como nos exemplos em (32), também discutidos por Hengeveld e Leufkens (2018, p. 20-21):

(32a) de jongen
DEF.COMM menino
o menino

(32b) het meisje
DEF.NEUT menina
a menina

(32c) de boom
DEF.COMM árvore
a árvore

(32d) het bos
DEF.NEUT floresta
a floresta

O holandês tem dois gêneros morfológicos: gênero comum e gênero neutro. Embora a maioria dos nomes com referente humano pertença à classe comum, como em (32a), existem exceções, como mostrado em (32b). Assim, nomes dentro de um mesmo domínio semântico podem ser arbitrariamente distribuídos através dos gêneros, como, por exemplo, 'árvore', em (32c), que tem gênero comum, enquanto 'floresta', em (32d), tem gênero neutro.

Desse modo, o gênero semântico é transparente, visto que a marca formal no nome tem origem na sua significação, assim um único traço semântico corresponde a uma única expressão morfossintática em um alinhamento transparente entre os níveis Representacional e Morfossintático. Em contrapartida, o gênero gramatical é opaco, tendo em vista que há uma subdivisão arbitrária dos nomes sem considerar sua semântica e, por isso, esse gênero é assimilado como uma propriedade inerente do nome. Dito de outro modo, o gênero gramatical apresenta uma forma sem contraparte semântica ou pragmática, é "forma baseada na forma". Uma vez que é uma propriedade puramente formal dos nomes, ele é atribuído dentro do Nível Morfossintático, como representado em (33), considerando os gêneros comum (c) e neutro (n) do holandês:

(33) NM: $Ns_1 \rightarrow {}^{C}Ns_1$
$Ns_2 \rightarrow {}^{N}Ns_2$

Portanto, uma língua é considerada opaca, com respeito a esse critério, se apresenta gênero gramatical, e transparente, se apresenta um sistema nominal semanticamente motivado ou ainda se não apresenta qualquer classificação nominal. Cabe observar que muitos sistemas de gênero se enquadram nos dois tipos definidos acima em diferentes graus; no entanto, Hengeveld e Leufkens (2018, p. 21) optam por classificar como semântico apenas os sistemas que não apresentam qualquer grau de arbitrariedade, mesma perspectiva que adotaremos neste trabalho.

Acordo no sintagma[32]

O acordo no sintagma é definido, em termos de GDF, como um processo de cópia de determinada propriedade de um nome para os outros elementos do sintagma, como ilustram os exemplos do espanhol em (34a-b), conforme discutidos por Hengeveld e Leufkens (2018, p. 22):

(34a) la-ø casa-ø viej-a-ø
DEF.F-SG casa(F)-SG velho-F-SG
a casa velha

(34b) el árbol-ø viej-o-ø
DEF.M.SG árvore(M)-SG velho-M-SG
a árvore velha

Observamos que o nome ‘casa’ em (34a) desencadeia o acordo de feminino no artigo e no adjetivo, enquanto ‘árbol’, em (34b), desencadeia o acordo de masculino. O artigo e o adjetivo exibem, então, duas formas diferentes que não correspondem a uma diferença no significado de acordo com a forma do nome que é núcleo do sintagma nominal, o que nos leva a uma situação não-transparente.

Para a GDF, esse processo de cópia é um fenômeno puramente morfossintático e pode ser representado como em (35), em que o artigo definido, marcado como *DEF*, terá sua forma final definida apenas após o processo de cópia. Nesse processo, a propriedade <fem> da raíz nominal Ns_1 é copiada para a posição do artigo definido, bem como para o afixo na palavra adjetival Aw_1:

[32] Assim como no caso do *acordo na oração*, utilizamos aqui o termo *acordo* como sinônimo de *agreement* em referência ao processo de cópia que ocorre apenas no Nível Morfossintático e em oposição à *concord*, processo que ocorre nos níveis de formulação.

(35) NM: (Np_1: [(Gw_1: DEF (Gw_1)) (Nw_1: ($^{fem}Ns_1$: casa- (Ns_1)) (Nw_1))
(Ap_1: (Aw_1: [(As_1: viej- (As_1)) (Aff_1)] (Aw_1)) (Ap_1))] (Np_1) →
(Np_1: [(Gw_1: DEF**<fem>** (Gw_1)) (Nw_1: ($^{fem}Ns_1$: casa (Ns_1)) (Nw_1))
(Ap_1: (Aw_1: [(As_1: viej- (As_1)) (Aff_1: **<fem>** (Aff_1))] (Aw_1)) (Ap_1))] (Np_1))

Portanto, a ocorrência de acordo no sintagma é considerada opaca, visto que uma propriedade do nome é copiada nos demais elementos do sintagma em uma operação puramente formal, sem motivação pragmática ou semântica.

Acordo na oração

Assim como o acordo no sintagma, o acordo na oração é visto como uma operação de cópia que ocorre estritamente no Nível Morfossintático. Desse modo, esse fenômeno diz respeito à concordância entre predicado e argumento, em que há uma cópia morfossintática de propriedades do argumento no predicado. O elemento copiado não apresenta, portanto, valor semântico próprio, é uma unidade puramente morfossintática sem contraparte pragmática ou semântica. Leufkens (2015, p. 52) destaca que a GDF distingue especificamente o acordo na oração, como processo de cópia que resulta em elementos vazios, da referência cruzada, como operação em que uma unidade semântica é expressa múltiplas vezes sem perder valor semântico, conforme discutido anteriormente.

Considerando essa distinção, Hengeveld e Leufkens (2018, p. 23) afirmam que o acordo oracional é, então, um fenômeno relativamente raro, visto que a maioria das línguas apresenta referência cruzada ou não apresenta dupla marcação de referente. Os autores ilustram o acordo a partir do holandês:

(36a) Hij wandel-t
ele andar-PRS.2/3.SG
Ele anda.

(36b) *wandel-t
andar-PRS.2/3.SG
Anda.

No exemplo (36a), é possível observar a marca de sujeito de segunda/terceira pessoa do singular no verbo e também um pronome livre de segunda pessoa do singular. Em holandês, a não expressão do pronome livre, como em (36b), resulta em uma oração não-gramatical, assim como a ausência do afixo no verbo. Desse modo, as duas formas

são obrigatórias e o sufixo verbal duplica a informação do pronome por meio de uma operação de cópia, resultando em uma dupla expressão que não contribui para o significado da sentença.

Esta operação de cópia pode ser ilustrada como em (37), em que o pronome livre é representado por *3.SG.M* e sua forma final depende da sua função sintática e semântica. Considerando que, no exemplo dado, ele desempenha a função de sujeito, a propriedade *<3.sg>* é copiada para a posição de afixo da palavra verbal Vw_1:

(37) NM: (Cl_1: [(Np_1: 3.SG.M (Np_1))$_{Sbj}$
(Vp_1: (Vw_1: [(Vs_1: wandel- (Vs_1)) (Aff_1)] (Vw_1)) (Vp_1))] (Cl_1)) →
(Cl_1: [(Np_1: 3.SG.M (Np_1))$_{Sbj}$
(Vp_1: (Vw_1: [(Vs_1: wandel- (Vs_1)) (Aff_1: **<3.sg>** (Aff_1))] (Vw_1)) (Vp_1))] (Cl_1))

Portanto, o critério é a obrigatoriedade, assim como na referência cruzada: se ambas as expressões são obrigatórias (pronome livre e marca verbal), indica que elas não são referenciais por natureza, mas sim que há um processo morfossintático de cópia das propriedades do argumento no predicado. Considerando que esse processo resulta em formas sem motivação pragmática ou semântica, ele é entendido como opaco.

Cópia de tempo

De acordo com Hengeveld (2011a, p. 17) e Hengeveld e Leufkens (2018, p. 24), a expressão transparente de um discurso indireto é aquela em que o tempo do verbo da oração encaixada se mantém o mesmo empregado na enunciação original. Os autores, então, ilustram essa ocorrência com um exemplo do amele:

(38) Naus uqa ege [qila bele-q-**an** fo=ec] sisil-t-en.
Naus ele eu hoje ir-1.PL-FUT Q=NMLZ perguntar-1.SG/3.SG-REM.PST
Naus me perguntou se nós iríamos hoje.

Em amele, observa-se que o tempo futuro expresso na enunciação original é mantido na oração encaixada, codificado pelo sufixo *an* (futuro); no entanto, o mesmo não ocorre, por exemplo, na tradução para o inglês – *Naus asked me whether we **would go** today*. O inglês, assim como o português e algumas outras línguas, aplica a regra de sequência temporal, também conhecida como cópia de tempo, em que a propriedade de tempo passado expressa na oração principal é copiada para o verbo da oração encaixada também. Assim como nos casos de acordo, no sintagma e na oração, este fenômeno

também é tratado como um caso de cópia morfossintática, agora, de um operador, como mostra a representação parcial dada por Hengeveld e Leufkens (2018, p. 25):

(39) NM: (Cl_1: […(Vw_1: [(Vs_1: ask- (Vs_1)) (Aff_1: <past> (Aff_1))] (Vw_1))…
(Cl_2: […(Vw_2: [(Vs_2: will (Vs_2)) (Aff_2)] (Vw_2))… (Cl_2))…] (Cl_1)) →
(Cl_1: […(Vw_1: [(Vs_1: ask- (Vs_1)) (Aff_1: <past> (Aff_1))] (Vw_1))…
(Cl_2: […(Vw_2: [(Vs_2: will (Vs_2)) (Aff_2: **<past>** (Aff_2))] (Vw_2))…] (Cl_2))…] (Cl_1))

Portanto, considerando que a cópia do operador de tempo na oração encaixada resulta em uma forma que não tem contraparte pragmática ou semântica, as línguas que apresentam cópia de tempo são consideradas opacas.

4.3 Hipótese

Estudos anteriores a respeito da transparência sob a perspectiva da GDF, como Hengeveld (2011a, 2011b), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), tomam como objeto de análise amostras tipológicas compostas por línguas de diferentes famílias, considerando, portanto, a distância de parentesco entre elas, de modo a formar uma amostra tão variada quanto possível. Dessa forma, as pesquisas em torno da transparência linguística se centram na observação da presença ou ausência de traços opacos considerando uma variedade de línguas.

Tais pesquisas obtiveram resultados de grande importância, dentre os quais destacamos três: i) comprovam que as línguas apresentam opacidade em alguma medida – até mesmo as línguas mais transparentes apresentam certa opacidade em sua fonologia, por exemplo –; ii) propõem que a distribuição das propriedades opacas e transparentes nas línguas não é aleatória, havendo certa sistemacidade; iii) mostram que algumas propriedades opacas ocorrem somente em línguas com alto grau de opacidade, como no caso de gênero gramatical e cópia de tempo, ao passo que outras propriedades são encontradas em todas as línguas analisadas, como no caso da aposição. Esses estudos, então, atestam que há uma ordem implicacional em que as propriedades opacas aparecem nas línguas e, mais, atestam que essa ordem também se reflete na diacronia e na aquisição de determinada língua (cf. HENGEVELD (2011a, 2011b); LEUFKENS (2015); HENGEVELD; LEUFKENS (2018)).

Já em estudo piloto a respeito das relações implicacionais transparentes e opacas, Hengeveld (2011b) observa a existência de um padrão, segundo o qual as línguas podem diferir sistematicamente em seus graus de transparência. No quadro a seguir, observamos uma seleção de alguns dos critérios de transparência e uma seleção de idiomas dentre os analisados pelo autor – Holandês (Du), Português (Po), Huallaga Quechua (Qu), Tamil (Ta), Kharia (Kh) e Sri Lanka Malay (Sr) [33]:

Quadro 7 – Relações implicacionais de transparência

Critério	Du	Po	Qu	Ta	Kh	Sr
Elemento expletivo	+	-	-	-	-	-
Gênero gramatical	+	+	-	-	-	-
Alçamento	+	+	+	-	-	-
Descontinuidade	+	+	+	+	-	-
Relação gramatical	+	+	+	+	+	-
Adaptação fonológica	+	+	+	+	+	+

Fonte: adaptado de HENGEVELD, 2011b, p. 111-113

Os sinais positivos mostram que as línguas apresentam os traços descritos e, por isso, são opacas com relação ao critério. Em oposição, os sinais negativos mostram ausências que são fatores determinantes para a transparência da língua. Assim, o quadro revela que, se uma língua é opaca em relação a determinado critério, também será opaca nos critérios elencados abaixo deste na tabela, ou seja, o português é opaco com relação gênero gramatical e, consequentemente, será opaco com relação aos outros critérios inferiores (alçamento, descontinuidade, relação gramatical e adaptação fonológica), apresentando esses traços. Em contrapartida, se a língua é transparente em relação a determinado critério, também será transparente em relação aos outros acima deste no quadro. O kharia, por exemplo, é transparente com relação à descontinuidade, sendo, portanto, também transparente em relação a alçamento, gênero gramatical e elemento expletivo, ou seja, a língua não apresenta esses traços.

Em estudos posteriores, Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) atestam também a possibilidade de se estabelecerem hierarquias implicacionais considerando um conjunto maior e tipologicamente válido de línguas. O resultado dessas implicações é a possibilidade de classificar as línguas horizontalmente de acordo com seu grau de transparência, e verticalmente em termos da probabilidade de ocorrência de uma propriedade em determinada língua.

[33] Será preservada aqui a notação da tabela original para cada língua, conforme apresentada em Hengeveld (2011b, p. 07).

Considerando esse panorama, a inovação da presente pesquisa reside, dentre outros pontos, na escolha de uma única família de línguas, a família Naduhup, para a análise das relações de transparência. Tomando os resultados obtidos nas pesquisas anteriores já mencionadas e o pressuposto de que línguas de uma mesma família compartilham traços transparentes e opacos, formulamos a hipótese de que a observação e análise de como esses traços ocorrem nas línguas podem auxiliar a definir características elementares da família linguística de tal modo que seja possível distingui-la. Dessa maneira, ao contrário da proposta de Hengeveld (2011b), seguida pelos trabalhos posteriores, o objetivo central aqui não é o estabelecimento de uma hierarquia implicacional horizontal ou vertical, mas a comprovação do compartilhamento de traços entre as línguas de uma mesma família, atestando quais são esses traços, como eles ocorrem e se há a possibilidade de prever a ocorrência de determinado fenômeno em uma língua a partir da observação dele nas demais línguas da família.

Para além da contribuição com a teoria que embasa este trabalho, espera-se também contribuir com mais visibilidade ao estudo das línguas indígenas, em especial, da família Naduhup, difundindo e propagando resultados de análise através de um ponto de vista funcionalista. A partir do compartilhamento das propriedades opacas presentes e/ou ausentes nas línguas em análise, espera-se que seja possível também prever a presença ou ausência desses traços nas demais línguas da família para as quais não há material suficiente disponível para análise. Dessa maneira, contribui-se para ampliar o conhecimento a respeito da família linguística, bem como espera-se abrir caminho para estudos posteriores.

CAPÍTULO IV

LÍNGUAS INDÍGENAS – FAMÍLIA NADUHUP

Como mencionado nas *Considerações iniciais*, a classificação da família Naduhup ainda é alvo de muitas controvérsias, especialmente devido à escassez de material existente sobre as línguas que integram essa família. A classificação realizada por Martins (2004, p. 6-7) considera sete grupos principais para a família Naduhup com base em um estudo de dados linguísticos: Nadëb, Kuyawi[34], Dâw, Hupda (Hup), Yuhup; Kakua e Nukak. Estudos recentes, como os de Epps e Bolaños (2017), com base em novos dados substanciais, comprovam que as línguas Kakua e Nukak, na realidade, não apresentam relação genética com as línguas da família Naduhup.

Os grupos da família Naduhup estão geograficamente distribuídos em duas regiões principais:

> 1) Região Médio Rio Negro, Brasil:
> a) **Nadëb**: há aproximadamente 400 pessoas, que vivem no rio Uneiuxi, tributário do médio rio Negro, e ao longo do rio Japurá. Todos eles têm o Nadëb como língua materna e a maioria deles fala também português.
> b) **Kuyawi**: este grupo é formado por aproximadamente cento e cinquenta pessoas que vivem na comunidade de Bom Jardim, próximo do município de Santa Isabel do Rio Negro. Entre eles, há somente vinte falantes de Kuyawi, sendo todos eles já bem idosos. Os demais falam Nheengatu e, principalmente, português.
> 2) Região Alto Rio Negro e Vaupés (Brasil e Colômbia):
> a) **Dâw**: composto por um grupo de noventa e quatro pessoas, que habitam na margem direita do rio Negro, defronte ao município de São Gabriel da Cachoeira. Todos têm a língua Dâw como língua materna e, com os não Dâw, falam Nheengatu e principalmente o português.
> b) **Hupda**: formam um grupo de aproximadamente 1500 pessoas e vivem na área dos rios Papuri e Tiquié no Brasil e na Colômbia. Eles são conhecidos como Maku dos índios Tukano.
> c) **Yuhup**: são mais ou menos quinhentas pessoas (Ospina, 2002) e ocupam as zonas territoriais que compreendem a região do Alto Rio Negro, Tiquié e seus tributários, a região do Alto Japurá, Apaporis, Traíra e Caquetá, no Brasil e na Colômbia. (MARTINS, 2004, p. 6-7, grifo nosso)

Martins e Martins (1999) lembram que, de acordo com a tradição oral dos povos do Alto Rio Negro, essa região pertencia originalmente aos povos naduhup, que foram

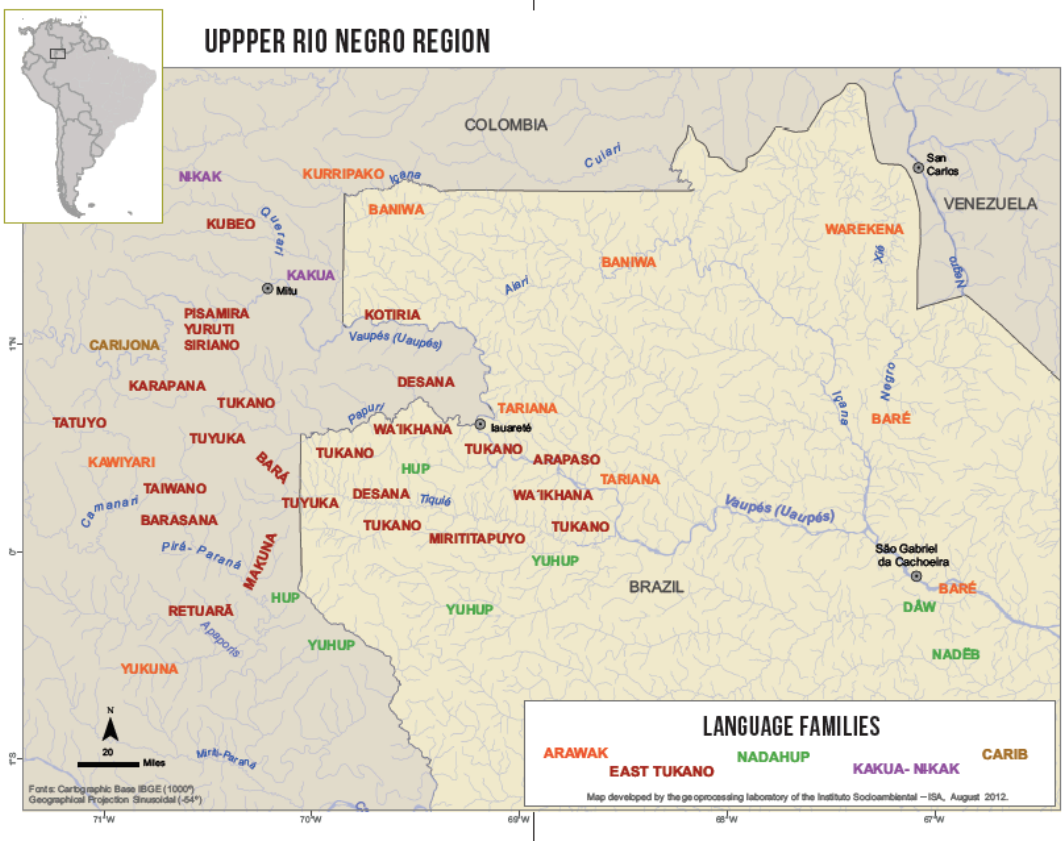
[34] Segundo Epps e Bolaños (2017), o kuyawi é mais adequadamente considerado como um dialeto da língua nadëb do que como uma língua própria.

conquistados pelos arawakes e, posteriormente, pelos tucanos. Nesse processo, parte do povo naduhup abandonou sua própria língua em favor das línguas dos conquistadores, o que resultou não apenas na perda de território geográfico, mas também linguístico, além da consequente inferiorização desses povos.

É importante destacar que a região do Alto e Médio Rio Negro é, ainda hoje, multilíngue, ou seja, povoada por diferentes povos indígenas, especialmente, pertencentes às famílias Tukano, Arawak e Carib. Como enfatizam Epps e Bolaños (2017), estudos demonstram que esse extremo contato entre os povos conduziu a uma ampla convergência nas categorias e estruturas gramaticais das línguas, afetando os sistemas de marcação de tempo, aspecto, classificação nominal, evidência, caso etc. Como é possível observar no mapa da figura 4, as comunidades das línguas hup e yuhup estão circundadas por comunidades da família tukano, o que resulta, por exemplo, no significante uso de empréstimos das línguas tukano, além das mudanças na estrutura gramatical das línguas.

Segundo Epps e Bolaños (2017), os povos indígenas da região do Alto Rio Negro são relativamente homogêneos em cultura e estrutura de modo a distinguir dois grupos principais: os “povos do rio” e os “povos da floresta”. Os “povos do rio” são compostos pelas comunidades tukano e arawak, já que vivem ao longo dos maiores rios da região e baseiam sua subsistência na pesca e na horticultura. Os “povos da floresta” são compostos pelas comunidades de línguas denominadas como *maku* (hup, yuhup, dâw, nadëb, kakua e nukak), vivem nas zonas interfluviais e dependem da caça e da coleta, sendo, por isso, semi-nômades. O mapa da figura 4 ilustra a localização das diferentes aldeias na região do Alto Rio Negro.

Figura 4 – Distribuição dos povos indígenas na região do Alto e Médio Rio Negro



Fonte: EPPS; STENZEL, 2013, p. 10-11.

De acordo com informações do site *Povos indígenas no Brasil,* as aldeias Naduhup variam entre 25 e 30 habitantes, divididos em, mais ou menos, seis grupos familiares. As casas são comuns e cada aldeia costuma ter cerca de três casas, em torno das quais se distribuem as roças. As aldeias próximas, em distância de uma hora a até um dia de caminhada, formam um grupo regional, que apresenta, em média um conjunto de dez aldeias. Interessante notar que cada grupo regional fala um dialeto distinto da mesma língua. Dessa forma, hup, por exemplo, tem três dialetos regionais reconhecidos.

Conforme mencionado anteriormente, esses povos são semi-nômades e baseiam sua subsistência na caça, na pesca, na colheita e nas atividades agrícolas. As relações com outros povos, índios (como os tukano, caribe e arawak) e não-índios, foram baseadas na interdependência econômica e marcadas pela subordinação. Epps e Bolaños (2017) afirmam que os "povos do rio", tukano e arawak, buscam inferiorizar os "povos da floresta", maku, para obterem vantagem. Por esses povos, os maku são comparados a animais e a crianças, especialmente, por sua orientação florestal (considerada inferior) e suas línguas, frequentemente caracterizadas como animalescas e impossíveis de aprender. Martins (2004, p. 4) destaca também que a relação com os não-índios foi de subordinação.

Os dâw, por exemplo, eram mão-de-obra barata para os povos não-índios, que exploravam e os submetiam a todo tipo de abusos, mantendo-os em condições sub-humanas de trabalho, moradia e alimentação, além das diversas situações de violência. Isso fez com que o povo adoecesse, aumentando a mortalidade.

Todos os povos passaram por processos de mudança – integração econômica, perda do caráter nômade, contato com outras culturas e com distintas doenças –, que resultaram, em maior ou menor grau, em uma desagregação dos grupos, em mudanças profundas na tradição e meio de vida e, em alguns casos, na diminuição drástica da população. Comunidades, como as dos dâw e dos yuhup, apresentam agora maior coesão social e estão adaptadas às condições atuais, mantendo sua língua e cultura.

A família Naduhup foi – e ainda é – conhecida pelo nome de família *Maku*, que vem sendo substituído graças a uma série de questionamentos acerca do sentido histórico pejorativo do termo. De acordo com Martins e Martins (1999), o nome 'maku' tem origem arawak e foi empregado pelas outras etnias indígenas para designar os povos nômades da região do Rio Negro. Em arawak, o termo *ma-aku* significa 'negação-fala', portanto, 'povo sem fala, sem língua'. Essa denominação era empregada com sentido pejorativo porque tinha a clara intenção de inferiorizar esses povos nômades, considerados como "servos" dos arawak e tukano, de modo que os povos sob essa denominação a consideram ofensiva e degradante. Além disso, o termo era também empregado para designar qualquer povo nômade, selvagem, de forma pejorativa, nomeando, portanto, uma imensa variedade de povos e não apenas os falantes de uma determinada língua. Ramirez (2001), um dos primeiros autores a questionar e propor uma nova denominação, sugere Negro-Japurá ou Uaupés-Japurá para designar a família é composta por yuhup, hup, kakua, dâw e nadëb. Sem consenso entre os autores, alguns optam por outros nomes como *Nadahup* e *Maku-Puinave* para designar a família. Em 2016/2017, em reuniões com representantes da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e FUNAI (Fundação Nacional do Índio), linguistas, antropólogos e representantes de três das quatro línguas optaram pelo termo *Naduhup*, mistura dos nomes das línguas que integram a família e adaptado do termo cunhado por Epps (Nadahup ou Nadehup).[35]

Segundo Martins e Martins (1999, p. 252), os povos Naduhup são majoritariamente endogâmicos, isto é, os casamentos ocorrem entre membros da própria

[35] A esse respeito, agradecemos a Professora Doutora Luciana Raccanello Storto (Departamento de Linguística da USP) pelas informações e esclarecimentos por ocasião de debate desta pesquisa em comunicação pessoal no 10º. Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP, em agosto de 2018.

comunidade. Os autores destacam que as relações exogâmicas – casamento entre membros de comunidades distintas – estão relacionadas com um "multilinguísmo obrigatório" e, dado que os povos Naduhup são vistos pejorativamente como *maku* 'sem fala', não são considerados aptos ao casamento por outros povos.

5.1 Características linguísticas

Das línguas estudadas, hup e yuhup são quase mutuamente inteligíveis, compartilhando cerca de 90% de vocabulário básico cognato, além de apresentar estruturas muito semelhantes, o que fica evidente nos dados analisados. De acordo com Epps (2005, p. 3), a língua dâw compartilha cerca de 75% de vocabulário cognato com hup e yuhup. A língua nadëb é a mais significativamente distante, compartilhando apenas cerca de 50% de vocabulário com as outras três línguas, além de apresentar estruturas morfossintáticas muito distintas. A hipótese de Epps (2005, p. 3) é a de que essas profundas diferenças sejam resultado do contato com outras línguas: dâw, hup e yuhup, por questões geográficas, sofreram grande influência das línguas tukano, ao passo que nadëb, fora dessa mesma região, teve influência do contato com a língua arawak e ainda outras que, no passado, se situavam na região do médio Rio Negro. O quadro a seguir, adaptado de Rodrigues (2002, p. 88), ilustra algumas semelhanças e diferenças no vocabulário das quatro línguas.

Quadro 8 – Semelhanças e diferenças de vocabulário entre as línguas da família Naduhup

	Yuhup	**Hup**	**Nadëb**	**Dâw**
dente	tâgn	tâgn	tâgn	togn
orelha	bu'uitòk	bò'tòk	nãbui	kumaẽ
pele	bò'òk	bòk	byh	byg
mão	põh	dèpũh	mõh	xoup
pedra	paih	paih	pâ	paas
sol	wèrhò	wèdòh	papỹi	hotybm
onça	iã'am	iã'am	'awad	iampy
peixe	hõp	hop	tahỹb	hãp
piolho	nèm	nèm	nam	âunèm
machado	mom	mom	mym	mam
rede	iagn	iagn	iagn	ièg
flecha	ki'ig	mũh	k'âtoi	bitog
casa	mõi	mõi	tòb	tob

Fonte: adaptado de RODRIGUES, 2002, p. 88.

De acordo com Martins e Martins (1999, p. 257), as línguas da família Naduhup são “isolantes, com graus de aglutinante, predominantemente sufixais, apresentando alguns elementos de fusão na fronteira de morfemas”. Epps e Bolaños (2017), destacam ainda a preferência dessas línguas por raízes monossilábicas de padrão CVC, o que é uma diferença marcante em relação às demais línguas da região com tendência a raízes polissilábicas.

Mais especificamente:

i) *dâw* é classificada por Martins (2004, p. 137) como isolante-analítica, com sistema marcado por aglutinação e fusão de morfemas, predominantemente sufixal, de ordem verbo-final e palavras, majoritariamente, monossilábicas;

ii) *hup*, de acordo com Epps (2005, p. 2), é relativamente aglutinante com pouca fusão, considerando que sua morfologia nominal é mais isolante do que sua morfologia verbal, que apresenta tendência à polissíntese; é também predominantemente sufixal, de ordem verbo-final e apresenta palavras, majoritariamente monossilábicas;

iii) *yuhup*, conforme Ospina Bozzi (2002, p. 415), é também isolante com graus de aglutinação e, assim como hup e dâw, é predominantemente sufixal, de ordem verbo-final e com palavras majoritariamente monossilábicas;

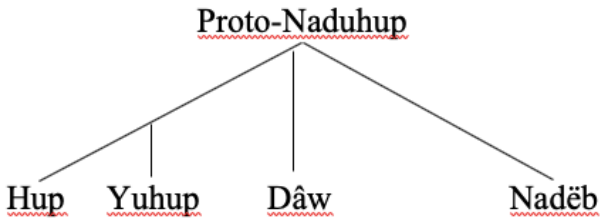
iv) *nadëb*, segundo Martins e Martins (1999), apresenta um sistema distinto com tendências marcadamente polissintéticas e, predominantemente, prefixais. De acordo com Weir (1984), nadëb apresenta, como veremos, uma extensiva série de prefixos (tema, aspecto, deslocamento, subordinação etc.), o que é destaco como característica rara nas línguas indígenas amazônicas; e raízes polissílabas em contraste com as demais línguas da família que tendem a raízes monossilábicas (cf. MARTINS; MARTINS, 1999 e WEIR, 1984).

No que se refere a aspectos fonológicos e fonéticos, segundo Epps e Bolaños (2017), hup, yuhup e dâw apresentam nove vogais – i, ɨ, u, e, ə, o, æ, ɔ, a, com suas contrapartes nasais –, e nadëb, dez vogais – acrescentando ʌ ao conjunto das nove já apresentadas. Ainda de acordo com as autoras, com relação ao conjunto de consoantes, hup e yuhup apresentam oclusivas sonoras e surdas (b, t, d, c, ɟ, k, g, ʔ), fricativas (ç, h), aproximantes (w, j), e uma série de glotais oclusivas (b', d', ɟ', g') e aproximantes (w', j'). Dâw, por sua vez, apresenta oclusivas sonoras e surdas (p, b, t, d, c, ɟ, k, g, ʔ), fricativas (ʃ, x, h), nasais (m, n, ɲ, ŋ), lateral (l), aproximante (w, j), e glotais (m ', n', ɲ ', l', w ', j').

Nadëb, por fim, apresenta oclusivas sonoras e surdas (p, b, t, d, ɟ, k, g, ʔ), fricativas (ʃ, h), nasais (m, n, ɲ, ŋ), vibrante (r) e aproximantes (w, j).

Com base nessas informações, podemos, então, distinguir três grupos principais dentro da família Naduhup, de acordo com a inteligibilidade entre eles: Hup e Yuhup, Dâw, Nadëd. Resulta, portanto, a seguinte relação entre as línguas estudadas:

Figura 5 – Família Naduhup



Fonte: adaptado de MARTINS; MARTINS, 1999.

Como veremos nas análises, as línguas da família Naduhup não apresentam marca de gênero nos nomes, pronomes e demonstrativos. Dâw, hup e yuhup apresentam marcas de quantificação indefinida (plural), que são, em geral, usadas com nomes de referentes humanos ou específicos somente. Nadëb não apresenta marca morfológica de quantificação indefinida, mas algumas palavras expressam pares de singular e plural, como *txaah/taah* 'filho/filhos'. Todas as línguas analisadas apresentam pronomes pessoais para distinguir três pessoas no singular e no plural.

Quanto à morfologia verbal, nadëb é a língua com estrutura mais complexa devido às nove posições para prefixos verbais divididos em seis tipos principais: formativo, aspectual, modal, temático, mudança de valência e subordinação (cf. WEIR, 1984 e MARTINS; MARTINS, 1999). Dâw, hup e yuhup são mais simples no sentido de que podem expressar distinções aspectuais, modais etc. por meio de compostos verbais ou outras palavras gramaticais não afixadas aos verbos.

Dâw e hup distinguem três tempos verbais: presente (não marcado), passado e futuro. Yuhup parece distinguir passado quando é necessária a diferenciação entre passado distante e passado recente. No entanto, como veremos na análise dos dados, a expressão do tempo verbal parece ser secundária, sendo realizada apenas quando a informação contextual não é suficiente para localizar temporalmente o ouvinte. Nadëb, por sua vez, marca a distinção entre as formas indicativa e não-indicativa do verbo; a primeira parece ocorrer com nominalizações e ilocuções imperativa e interrogativa. Não é claro, contudo, o contexto de ocorrência dessas formas (cf. WEIR, 1984).

De acordo com Martins e Martins (1999, p. 265), as línguas da família Naduhup são majoritariamente verbais, ou seja, cerca de 75% das palavras em um discurso são verbos. Dâw, por exemplo, "tem numerosos verbos para 'carregar', 'cortar', 'cair' (dependendo se é uma pessoa ou uma fruta) e 'desaparecer' (se é na selva ou em outro lugar)" (MARTINS; MARTINS, 1999, p. 265, tradução nossa).[36]

5.2 Pesquisas e estudos sobre a família Naduhup

Epps e Bolaños (2017) destacam que o primeiro estudo com indicação da relação entre as línguas *maku* foi de Koch-Grunberg (1906), constituído por descrições da cultura e organização social dos povos, além de listas de palavras e notas gramaticais sobre as línguas dâw, yuhup e kakua. Nesse trabalho, o autor observa a semelhança notável, em vocabulário e sons, entre as línguas yuhup e dâw, e certa distância dessas em relação à língua kakua. Posteriormente, Rivet e Tatesvin (1920) publicam os primeiros dados sobre a língua nadëb e, em 1925, Rivet *et al.* divulga os primeiros dados sobre hup (cf. EPPS; BOLAÑOS, 2017). Contudo, é quase cem anos após essas primeiras publicações que descrições substanciais sobre cada língua começam a ser divulgadas, dentre elas, estão os trabalhos que embasam esta tese.

Como abordado no capítulo metodológico, o *corpus* de análise para a investigação da transparência nas línguas indígenas da família Naduhup foi assentado, principalmente, nos trabalhos de Martins (2004), Epps (2005), Ospina Bozzi (2002) e Weir (1984). No entanto, não são esses os únicos trabalhos desses autores que tratam das línguas. Weir (1990, 1994) apresenta descrições detalhadas a respeito da negação e da incorporação nominal em Nadëb; Martins e Martins (1994) elaboraram uma série de trabalhos sobre a gramática, a fonologia e a fonética em dâw; Epps (2009) trata mais detalhadamente da classificação nominal em hup. Além desses, outros trabalhos derivados, como as dissertações de mestrado de Barbosa (2005) e Lopes (1995) se debruçam sobre aspectos ainda não investigados profundamente, como a fonologia das línguas nadëb e yuhup, respectivamente.

Dois trabalhos que merecem destaque também por abranger um importante panorama sobre as línguas e os povos Naduhup são os de Epps e Bolaños (2017) e de Epps e Stenzel (2013). Epps e Bolaños (2017), no artigo intitulado *Reconsidering the*

[36] Tradução do original: "[…] has numerous verbs for 'carrying', 'cutting', 'falling' (depending on whether it is a person, or a fruit) and 'disappearing' (whether it is in the jungle or elsewhere)".

'Maku' language family of Northwest Amazonia, publicado no *International Journal of American Linguistics*, discutem a classificação das línguas kakua e nukak como pertencentes à família Naduhup, comprovando que não há filiação genética sólida entre elas e a denominação 'maku', culminando no abandono dessa nomenclatura e propondo o nome Nadahup – que viria, no mesmo ano, a ser modificado para Naduhup e adotado como denominação oficial. Já Epps e Stenzel (2013) editaram a obra intitulada *Upper Rio Negro – cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia*, uma coletânea de trabalhos sobre os povos do Alto Rio Negro sob diferentes perspectivas – cultura, sociedade, ideologia, gramática, relações linguísticas e históricas etc.

Importante salientar as pesquisas das professoras Luciana Raccanello Storto e Patience Epps em projetos de pesquisa voltados para as línguas da família Naduhup. Entre os anos de 2013 e 2014, as pesquisadoras coordenaram um projeto *Documentação da língua e cultura Dâw*, com participação dos alunos de mestrado Wallace Andrade e Jessica Costa. O projeto, financiado pela *University of London*, teve por objetivo a criação de dados multimídia sobre aspectos linguísticos e culturais da língua dâw, além da formação de falantes nativos como pesquisadores. Já entre 2015 e 2017, foi desenvolvido o projeto interdisciplinar *Contato e mudança linguística no Alto Rio Negro*, envolvendo estudos linguísticos e antropológicos com participação dos alunos de mestrado Lucas Cavalini Barboza e Maurício Carvalho, da aluna de doutorado Karolin Obert, e financiamento da *University of Texas* e da FAPESP.

Cabe ainda mencionar os trabalhos de Cásio Silva e Elisângela Silva (2012), *A língua dos Yuhupdeh,* composto por uma introdução etnolinguística, um dicionário yuhup-português e um glossário semântico-gramatical. Não podemos nos esquecer ainda de outras pesquisas antropológicas voltadas para os povos da família Naduhup, como as contribuições de Mahecha Rubio, Franky Calvo e Cabrera Becerra (1996-1997, 2000), antropólogos dedicados aos povos do Alto Rio Negro.

Contudo, apesar dos avanços em pesquisa nos últimos anos, as línguas ainda carecem de caracterizações e descrições detalhadas sobre determinados aspectos, sendo fundamentais que novas pesquisas sejam desenvolvidas bem como trabalhos de preservação. Espera-se, com essa pesquisa, ampliar a discussão, divulgação e interesse pelo estudo dessas línguas, abrindo espaço para novos questionamentos.

CAPÍTULO V

TRANSPARÊNCIA NAS LÍNGUAS DA FAMÍLIA NADUHUP

Neste capítulo, são apresentadas as análises dos critérios de opacidade nas línguas dâw, hup, yuhup e nadëb. Cabe destacar, como já mencionado, que a análise de todos os critérios propostos não foi possível pela escassez de materiais, especialmente no que se refere ao Nível Fonológico e o paralelismo deste nível com os demais. Desse modo, esta tese contempla a análise de onze critérios, a saber, aposição, referência cruzada, relações gramaticais, concordância de número, concordância de negação, descontinuidade, elementos expletivos, gênero gramatical, acordo no sintagma, acordo na oração e cópia de tempo.

6.1 Aposição

Como definido anteriormente, as construções aposicionais são formadas pela combinação de dois ou mais elementos nominais, em relação de equipolência, que fazem referência a uma mesma entidade. Dessa forma, como destaca Leufkens (2015, p. 51), trata-se de uma relação de muitos-para-um, em que dois ou mais Subatos referenciais distintos, de mesmo estatuto no Nível Interpessoal, fazem referência a uma única entidade, um Indivíduo, no Nível Representacional. A autora destaca que parece não haver restrições nas línguas do mundo para a ocorrência da aposição, fazendo com que não seja um critério produtivo de análise. No entanto, nesta pesquisa, optou-se pela inclusão desse critério com o objetivo de verificar como as línguas indígenas se comportam com a possibilidade de referenciar uma entidade por diferentes elementos nominais, para averiguar se, de fato, é um recurso na língua e, assim, confirmar a tese de que este é um fenômeno comum a todas as línguas.

Nenhuma das gramáticas utilizadas para coleta e análise dos dados dedica uma seção específica para a descrição do fenômeno de aposição. Assim, a seleção de dados foi feita a partir da busca de exemplos que apresentem referência múltipla a uma mesma entidade, conforme os casos discutidos a seguir.

Na gramática de Martins (2004) foram encontrados dois exemplos que atestam a ocorrência da aposição na língua **dâw**:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 285)

(40)	tèn	ʔid	dóʔ	ʔèj	**ʔa-hɛ̃dja**	**ʔág[37]-ű̃j**	**pɛ̀̃j- ű̃jʔ**
	agora	1PL	pegar	FUT	esse-hɛ̃dja	esse-AFF	trovão-AFF

	ʔa-bɯg	mɛ̃h	nũg	nĩ	nãʔ	jʔãmxɯʔ	pɛɟ
	nesse-aí	não.estar	2PL	estar	FUT.E[38]	onça	ILAT[39]

Agora, nós vamos pegar esse *hɛ̃dja*, esse trovão.
Daí, vocês não vão estar perto da onça.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 458)

(41)	ʔa-bɯg	ʃúk	mãh	**dɤw**	**tɛh**	**nũk**	**wáh**	**dɤh**
	esse-aí	caçar	EV	Dâw	TOP	antigo	velho	PL

Daí, dizem que este Dâw, um dos velhos de antigamente, foi caçar.

Na ocorrência (40), observa-se que os Subatos referenciais *ʔa-hɛ̃dja* ‘esse *hɛ̃dja*’ e *ʔág-ű̃j pɛ̃̀j-ű̃jʔ* ‘esse trovão’ fazem referência à mesma entidade do Nível Representacional. É importante notar, inclusive, a repetição do pronome demonstrativo de proximidade *ʔa*/*ʔág* ‘esse’ nos dois Subatos, reforçando que se trata da mesma entidade referenciada. De mesmo modo, em (41), os Subatos *dɤw tɛh* ‘este dâw’ e *nũk wáh dɤh* ‘um dos velhos de antigamente’ também fazem referência a uma mesma entidade semântica. Destaca-se aqui a ordenação dos Subatos: o primeiro, composto por um nome próprio, aparece seguido por outro Subato que o especifica indicando um traço de referência da entidade (“trovão” e “velhos de antigamente”). Para os exemplos em (40) e (41), há a seguinte representação:

(40) NI: (R_1: ʔa-hɛ̃dja) (R_2: ʔág-ű̃j pɛ̃̀j-ű̃jʔ)
(41) (R_1: dɤw tɛh) (R_2: nũk wáh dɤh)

NR: (x_1)

[37] No exemplo (40), observamos duas ocorrências do pronome demonstrativo *ʔa* e *ʔág* ‘esse’. De acordo com Martins (2004, p. 365), “cada forma [dos pronomes demonstrativos] possui variante que se alternam livremente e a distinção no uso de um ou outro grupo de pronomes não parece ser significativa na língua.”
[38] “O futuro estratégico se diferencia de outras duas formas de futuro (absoluto e imediato) porque anuncia um evento que faz parte de um esquema necessário para que se possa atingir um determinado fim.” (MARTINS, 2004, p. 285)
[39] “[...] em referência ao movimento de ‘fora para dentro’, ou seja, ao ato de ‘aproximar-se’ de um determinado espaço, emprega-se a posposição não-classificatória *pɛɟ* ‘ilativo’, independente de quaisquer propriedades inerentes ao nome locativo determinado.” (MARTINS, 2004, p. 426)

Ainda que os exemplos não sejam exaustivos, podemos afirmar que há aposição na língua dâw, sendo, então, opaca com relação a esse critério.

Assim como em dâw, foram encontradas duas ocorrências na gramática de Epps (2005) que atestam a aposição na língua **hup**:

Hup (EPPS, 2005, p. 152)
(42) tɨh pəd-hi-y'ǽt-yíʔ-póʔ-ay-áh,
3SG rolar-descer-deitar-TEL-EMPH1-INCH-DECL

tɨh=tæ̃hʔíp=pog-ăn, mɔhɔ̆y=wəd-ăn
3SG=criança.pai=EMPH1-U Deer=RESP[40]-U
Ela o rolou no chão, seu marido, o Deer.

Hup (EPPS, 2005, p. 221)
(43) núp **cɔ̆̃hdeh wag**, **yɔ̆k cɔ̃hdeh**, tɨh=hám=wag
este chuvosa.estação dia Otter chuvosa.estação 3SG=ir=dia
Este dia da estação chuvosa, o "Otter Rain", dia em que ele vai [referência a uma constelação que cruza o céu].

Em (42), é possível observar os Subatos *tɨh=tæ̃hʔíp=pog-ăn* 'seu marido' e *mɔhɔ̆y=wəd-ăn* 'o Deer' que referenciam uma mesma entidade. Evidência disso é a repetição da marca de objeto, *-ăn*, nos dois Subatos, indicando que ambos desempenham a mesma função e se relacionam à mesma entidade. De modo semelhante, em (43), *cɔ̆̃hdeh wag* 'dia da estação chuvosa' e *yɔ̆k cɔ̃hdeh* 'Otter Rain', fazem igualmente referência a um período específico designado por esses elementos nominais. Nos dois casos, novamente, tem-se a ocorrência de um nome próprio e também de outro sintagma que compõe o Subato referencial, especificando o referente. Assim como em dâw, temos a seguinte representação para os exemplos dados:

(42) NI: (R_1: tɨh=tæ̃hʔíp=pog-ăn) (R_2: mɔhɔ̆y=wəd-ăn)
(43) (R_1: cɔ̆̃hdeh wag) (R_2: yɔ̆k cɔ̃hdeh)

NR: (x_1)

[40] O enclítico *=wəd* pode seguir nomes referentes a humanos ou seres espirituais como uma marca opcional de respeito, especialmente para pessoas mais velhas ou com *status* social mais alto (cf. EPPS, 2005, p. 299).

Por esses exemplos, é possível, então, afirmar que hup admite aposição e, por isso, é opaca com relação a esse critério.

A partir da coleta nos dados apresentados por Ospina Bozzi (2002) na gramática da língua **yuhup**, foi possível observar a seguinte ocorrência de aposição:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 232)

(44)	**ɟăh-tɔ́h**		**tèʔăg^{n}-tɔ́h**
	frutas.cinquenta.centavos-época		todas.as.frutas-época
	ɟíh-tɔ́h	íd^{n} kéjép	tîʔ
	aquela-época	1PL ver	yuruparí

Na época das "frutas baratas", na época de todas as frutas, naquela época, nós estávamos vendo *yuruparí*.

Neste exemplo, pode-se notar a presença de três Subatos referenciais para indicar a mesma época do ano: *ɟăh-tɔ́h* 'época das frutas baratas', *tèʔăg^{n}-tɔ́h* 'época de todas as frutas', *ɟíh-tɔ́h* 'aquela época'. É interessante ressaltar a presença do afixo *-tɔ́h*, que designa 'época', em todos os Subatos, reforçando que se trata de uma única entidade referenciada de diferentes modos. Tal como nos casos anteriores, a representação desse exemplo pode ser observada a seguir, com a distinção de que agora há três Subatos referenciais no NI para uma única entidade no NR:

(44) NI: (R_1: ɟăh-tɔ́h) (R_2: tèʔăgn-tɔ́h) (R_3: ɟíh-tɔ́h)

NR: (x_1)

A partir desse exemplo, podemos também inferir que se trata de um recurso produtivo da língua, visto que a mesma oração pode conter vários Subatos referenciais relacionados a uma entidade. Assim, também yuhup apresenta aposição e é, portanto, opaca com relação a esse critério.

Na gramática da língua **nadëb**, Weir (1984) apresenta duas ocorrências de aposição, conforme se vê em (45a) e (45b). Essas ocorrências mostram a mudança da ordem sem que haja mudança de sentido ou de referência.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 101)

(45a) **masxãah** **ɨ̃ɨ̃** **awaal** da-yʉp
xerimbabo meu cachorro tema[41]-morrer.INDIC[42]
Meu xerimbabo, o cachorro, morreu.

(45b) **awaal** **masxãah** **ɨ̃ɨ̃** da-yʉp
cachorro xerimbabo meu tema-morrer.INDIC
O cachorro, meu xerimbabo, morreu.

Em (45a), *masxãah ɨ̃ɨ̃* ‘meu xerimbabo’ ocorre primeiro seguido por *awaal* ‘cachorro’, enquanto em (45b) esta ordem é invertida sem que haja alteração de significado. Tal possibilidade de inversão da ordem é uma das propriedades mais claras da aposição, sendo empregada, inclusive, como teste para a identificação do fenômeno, visto que propicia a constatação de que as duas expressões têm o mesmo referente. A mudança da ordenação não altera também a representação dada na GDF, visto que os dois Subatos referenciais podem mudar de ordem, mas continuarão a fazer referência a um único Indivíduo:

(45a) NI: (R_1: masxãah ɨ̃ɨ̃) (R_2: awaal)
(45b) (R_1: awaal) (R_2: masxãah ɨ̃ɨ̃)

NR: (x_1)

Dessa forma, observamos muito claramente que nadëb apresenta aposição, sendo opaca nesse critério.

Em suma, quanto ao critério de **aposição**, ainda que não sejam exaustivos quantitativamente, os dados permitem constatar que, nas quatro línguas da família Naduhup, há aposição, já que em todas elas pode haver dupla referência a uma mesma entidade, ou seja, dois Subatos do Nível Interpessoal referenciam um único Indivíduo no Nível Representacional. Portanto, todas as línguas analisadas são opacas com relação a

[41] Prefixo verbal temático. “Os prefixos temáticos aparecem obrigatoriamente com certas raízes verbais, sendo difícil ou impossível de isolar seu significado do significado da raiz.” (WEIR, 1984, p. 47-49)
[42] Forma indicativa da raiz verbal ou do sufixo. “A forma indicativa de uma raiz ou de um sufixo é a forma não-marcada.” (WEIR, 1984, p. 39-41)

este critério, conforme ilustra o quadro a seguir, em que o sinal positivo (+) indica a presença do fenômeno de aposição nas línguas:

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Aposição	+	+	+	+

6.2 Referência cruzada

De acordo com a GDF, a referência cruzada ocorre na oração quando há a manifestação de uma única entidade por meio do pronome ou nome e também por meio de uma marca no verbo, resultando em uma relação de um para dois entre os níveis Interpessoal e Representacional, tendo em vista que um mesmo Indivíduo (Nível Representacional) é referenciado por dois Subatos referenciais (Nível Interpessoal). Também na codificação, a relação estabelecida pela referência cruzada é opaca, visto que um único Indivíduo (Nível Representacional) é também expresso por duas formas no Nível Morfossintático: por sintagma nominal e por afixo na raiz verbal. Como destacamos anteriormente, a referência cruzada difere do fenômeno de acordo na oração pelo fato de a dupla marcação não ser obrigatória, podendo a entidade ser expressa somente pelo pronome/nome ou pela marca verbal.

As línguas da família Naduhup não apresentam, em geral, marca de pessoa nos verbos, expressando entidades apenas por meio de pronomes e nomes, conforme podemos comprovar nos dados a seguir.

Segundo Martins (2004, p. 130, grifo nosso), "**Dâw** não apresenta marcas de pessoa nos verbos." Desse modo, ocorre a expressão da entidade referida por meio de pronome, como em (46) com o pronome de primeira pessoa do singular, *ʔãh*, ou por meio de nome, como em (47) com o emprego do nome próprio *jug*:

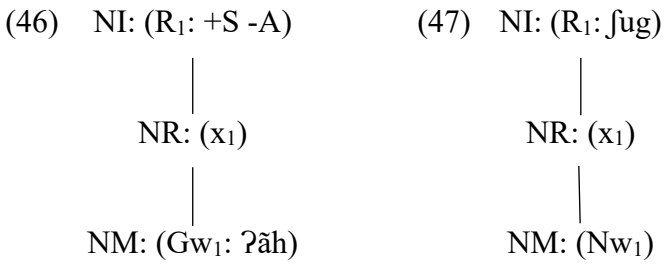
Dâw (MARTINS, 2004, p. 350)
(46) **ʔãh** dóʔ xɤd-ɛ̃h mˀɯ̃jˀ
1SG Mov[43] passar-NEG 2SG.OBL
Eu não vou levar você.

[43] "O verbo *dóʔ* que indica 'movimentar algo ou pôr-se em movimento' (Mov) expressa noções semânticas distintas conforme o contexto em que ocorre." (MARTINS, 2004, p. 264)

Dâw (MARTINS, 2004, p. 351)

(47) **ʃug** jɔ̋h dák tih-ɯ̋jʔ
Xugui esfregar.remédio colocar 3SG-AFF
Xugui esfregou o remédio e colocou nele.

A relação transparente é mantida na medida em que há um único Subato, no NI, referenciando um único Indivíduo, no NR, que, por sua vez, é expresso por uma única entidade morfossintática, no NM, conforme observamos na representação a seguir:



Visto que não há dupla referência e nem dupla expressão de um mesmo Indivíduo, não há referência cruzada e, portanto, a língua é transparente com relação a esse critério.

Hup, de modo geral, não apresenta também marcação de pessoa nos verbos, como atestam os exemplos. Em (48) ocorre a expressão das entidades semânticas por meio de nomes: *tãʔɑ̃́y=d'əh* 'mulheres' e *taʔacáw=d'əh* 'garotas'. Já em (49), há a ocorrência do pronome de primeira pessoa do singular, *ʔãh*.

Hup (EPPS, 2005, p. 204)

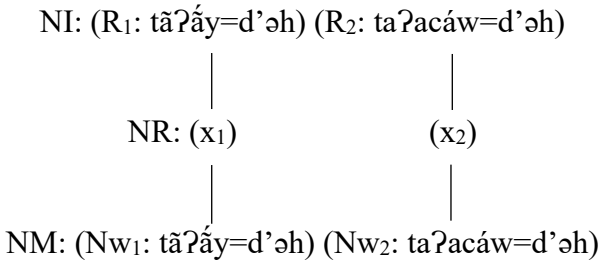
(48) yínɨy, **tãʔɑ̃́y=d'əh**, **taʔacáw=d'əh** ʔăn nɑ́n-ɑ́h
então mulher=PL garota=PL 1SG.OBL vir-DECL
Então, mulheres e garotas vinham até mim.

Hup (EPPS, 2005, p. 249)

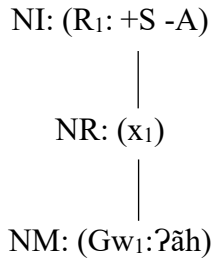
(49) nɨ nɨ́h-íy bɨ́g j'ɑ̃́h b'ŏy **ʔãh** cúh-tɑ̆́n-ɑ́h
isto ser.como-DYN HAB PST.DST traíra 1SG pescar-COND-DECL
Eu sempre faço dessa maneira se pesco traíra.

Dessa forma, assim como em dâw, um único Indivíduo, no NR, é referenciado por um único Subato no NI e será expresso por uma única unidade morfossintática no NM, conforme mostra a representação dos exemplos (48) e (49).

(48)



(49)



É importante notar que a omissão de argumentos é um traço comum da língua hup, podendo até mesmo o sujeito ser omitido, como demonstra o exemplo em (50), no qual o participante pode ser inferido apenas a partir do contexto de enunciação, já que não aparece codificado na oração. Epps (2005, p. 627, tradução nossa) destaca que "os falantes do Hup parecem preferir orações com apenas um argumento nominal (ou seja, não-pronominal), podendo, às vezes, repetir a oração, omitindo um argumento de cada vez, a fim de estar em conformidade com este princípio"[44], como é possível observar no exemplo (51), composto por duas orações, cada uma com a expressão de um dos argumentos por vez.

Hup (EPPS, 2005, p. 627)
(50) cet-ham-tubud-yíʔ-íy, hup=ʔấy-ăn!
carregar.nas.costas-ir-INTENS3-TEL-DYN pessoa=F-U
[A anta] carregou a mulher para muito longe.

Hup (EPPS, 2005, p. 627)
(51) nút=mah, **baʔtĭb-ăn** g'əç-g'et-pó-h!
aqui=REP espírito-U morder-levantar-EMPH1-DECL
Aqui, conta-se, [ele] mordeu o espírito!

hăt g'əç-g'et-pó-h [baʔtĭb-ăn hohŏʔ-ót]
jacaré morder-levantar-EMPH1-DECL espírito costela-OBL
O jacaré mordeu [ele], nas costelas do espírito.

Em contextos muito específicos, pode haver marcação do sujeito no verbo. No entanto, quando isso ocorre, o sujeito é expresso somente no verbo, não ocorrendo outra forma de manifestação pronominal ou nominal no mesmo Ato Discursivo. Em geral, a

[44] Tradução do original: "In general, Hup speakers seem to prefer clauses with only one full nominal (i.e. non-pronominal) argument, and will sometimes even repeat the clause, dropping an argument each time, in order to conform to this […]".

terceira pessoa do singular é marcada, sendo o pronome *tɨh* afixado à raiz verbal. Epps (2005, p. 241, tradução nossa) observa que

> Quando eles [pronomes de terceira pessoa] precedem o verbo na oração, os pronomes sujeito em Hup são imediatamente antepostos ao verbo. Eles parecem estar desenvolvendo um *status* marginal de "proclíticos": nesta posição, são átonos, e, no dialeto Umari Norte, o pronome singular terceira pessoa (o mais frequente na narrativa) é fonologicamente dependente do seu hospedeiro verbal em alguns contextos (perde o final [h] e sofre assimilação da vogal do radical verbal) [...].[45]

Pelas palavras da autora, é possível notar que a marcação de pessoa no verbo ocorre em contextos determinados, como em (52), em que o Ato Discursivo com função de Esclarecimento, *mĭh-íh* 'tartaruga', contém o referente evocado, mas que é marcado, no Ato Discursivo anterior, pela marca de terceira pessoa do singular no verbo, ***ta***-*wa* '3SG-sair'.

Hup (EPPS, 2005, p. 241)

(52)	yɨ́-níh-íy	**ta**-wa-máh-ah,	**mĭh**-íh,	tăh
	ITG[46]-ser.como-DYN	3SG-sair-REP-DECL	tartaruga-DECL	anta

tɔ̃-ʔɔ́h-ɔ̃t-ɔ́̃h
3SG-dormir-OBL-DECL
Então, ela saiu, eles disseram, a tartaruga, do lugar onde a anta estava dormindo.

Pode ainda ocorrer em contextos em que o referente não é explícito textualmente, mas pode ser inferido no contexto, como é o caso de (53), em que as duas ocorrências da marca de terceira pessoa indicam referentes contextuais, que não estão textualmente explícitos:

Hup (EPPS, 2005, p. 119)

(53)	"hɨ́t	**tã**=hám-aʔ?"	**tɔ̃**=nɔ-máh-ah
	onde	3SG=ir-INTER	3SG=dizer-REP-DYN

"Onde ele foi?", ele disse.

[45] Tradução do original: "When they precede the verb in the clause, subject pronouns in Hup are typically immediately preposed to the verb. They appear to be developing a marginally procliticized status: in this position, they are unstressed, and in the Umari Norte dialect the third person singular pronoun (the most frequent in narrative) is phonologically dependent on its verbal host in some contexts (undergoing loss of final [h] and assimilating the vowel of the verb stem) [...]."

[46] Demonstrativo intangível. "Semanticamente, essa forma é a mais flexível de todos os demonstrativos; em geral, aponta para um referente que é fisicamente ausente, fora do campo de visão ou, de algum modo, fora do quadro imediato de referência." (EPPS, 2005, p. 252, tradução nossa)

Observamos, portanto, que o pronome de terceira pessoa funciona como um suporte, um elemento expletivo, para manter a estrutura da língua em contextos em que a entidade referida não está presente no Ato Discursivo ou é apenas textualmente referida.

Considerando que não há dupla referência a uma única entidade, a língua hup é também transparente com relação ao critério de referência cruzada por apresentar a referência ao Indivíduo em um único Subato no NI e em uma única forma morfossintática no NM.

Na gramática da língua **yuhup**, Ospina Bozzi (2002) não discute explicitamente o fenômeno da referência cruzada. No entanto, pelos exemplos coletados, é possível observar que, assim como nas outras línguas da família, não há dupla marcação já que o verbo não apresenta marcas de pessoa. A entidade é referida apenas por pronome ou por nome sem que haja expressão da informação também na morfologia verbal. Cabe destacar ainda que a referência é, de modo geral, explícita, sendo o argumento – pronome ou nome – omitido apenas em condições em que o contexto permita, o que não parece ser um recurso comum da língua, distanciando-a, por exemplo, dos casos frequentes de omissão descritos em hup. Assim, nos pares de exemplos abaixo, observamos a ocorrência de argumentos expressos por nomes, (54a) e (55), e por pronomes, (54b) e (56). Em qualquer das ocorrências, é possível verificar que o verbo permanece sem qualquer marca morfológica de pessoa:

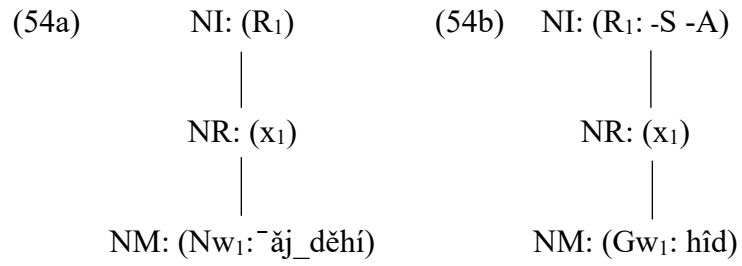
Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 142)
(54a) **¯ăj_dĕhí wid^{n} ¯háb^{m}**
mulheres chegar
As mulheres chegaram.

(54b) **hîd ihkéji** còkə̀t_dĕh
3PL saudar tucanos
Elas saudaram os tucanos.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 143)
(55) ¯hôp **¯ɨd^{n} wéd^{n}é**
peixe 1PL comer
Nós comemos peixe.

(56) **tìɟíʔ ¯úb^{m}i** ɟ̄àb^{m}bĕh
homem bater cachorro
O homem bate no cachorro.

Assim, tomando os exemplos (54a) e (54b), observamos na representação em níveis que, assim como nas línguas anteriores, há manutenção da relação de um-para-um entre os níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático. No NI, um único Subato referencial corresponde a um único Indivíduo no NR, que corresponde também a uma única expressão morfossintática no NM:



De mesmo modo, em **nadëb**, não há marca de pessoa no verbo, mas a marca de terceira pessoa como prefixo verbal pode ocorrer em contextos específicos. Em geral, a marcação de pessoa é realizada apenas por meio de um nome, como *kalapéé* 'criança' em (57), ou por meio de um pronome, como *ãah* 'nós' em (58), sem que haja qualquer marca de pessoa no verbo:

Nadëb (WEIR, 1984, p. 24)
(57) **kalapéé** a-ĩih
criança form[47]-dormir.INDIC
A criança está dormindo.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 56)
(58) **ãah** a-yxéénh
nós form-estar.em.rede.PL.INDIC
Estamos nas redes.

Assim como nas ocorrências analisadas nas outras línguas da amostra, há a manutenção da relação transparente, conforme a representação a seguir:

[47] Prefixo verbal formativo *a-*. "O prefixo formativo, *a-*, não aparece na presença de outros prefixos, elementos incorporados na LV [locução verbal], ou nomes proclíticos, mas geralmente acompanha uma raiz verbal principal na ausência de um ou mais desses fatores [...]" (WEIR, 1984, p. 46)

(57) NI: (R_1)
|
NR: (x_1)
|
NM: (Nw_1: kalapéé)

(58) NI: (R_1: +S +A)
|
NR: (x_1)
|
NM: (Gw_1: ãah)

Portanto, um único Subato referencial no NI referencia um único Indivíduo no NR, que, por sua vez, é expresso por uma única forma morfossintática, nome ou pronome, no NM.

Weir (1984, p. 25-26), no entanto, destaca que em contextos bem específicos pode ocorrer a marca de pessoa afixada ao verbo. A autora refere-se aos contextos em que esse fenômeno ocorre como "deslocamento de sujeito", no entanto, a partir dos apontamentos feitos por ela e pelas análises aqui realizadas, entendemos que esses são casos de estruturas com função retórica Orientação ou Esclarecimento nos termos da GDF, como veremos nos exemplos. Ou seja, essas construções ocorrem em contextos em que o falante julga ser necessário orientar ou esclarecer o ouvinte a respeito de alguma informação do conteúdo a ser comunicado. A ideia é que a repetição do sujeito em forma de pronome afixado ao verbo mantém, em certa medida, a sequência argumento-verbo que é natural na língua. O pronome de terceira pessoa, *ta-*, é prefixado ao verbo, combinando-se ou não com outros prefixos. Dessa forma, em (59a), há uma estrutura "Orientação-Oração", em que o pronome de terceira pessoa, *ta-*, ocorre prefixado ao verbo e combinado ao prefixo de aspecto, *i-*, resultando na forma *ti-*. Já em (59b), há a mesma combinação entre pronome e aspecto, porém em uma construção "Oração-Esclarecimento".

Nadëb (WEIR, 1984, p. 25)
(59a) **mayoyol** bung **ti**-wʉh
mayoyol mutuca ele.ASP-comer.INDIC
Mayoyol, ele come mutuca.

(59b) bung **ti**-wʉh **mayoyol** hã
mutuca ele.ASP-comer.INDIC mayoyol DAT
Ele come mutuca, o mayoyol.

Assim como em hup, observamos que o pronome de terceira pessoa, *ta-*, assume aqui a função de expletivo, ou seja, trata-se de um elemento suporte para manter a

estrutura morfossintática da língua. Tendo em vista a existência de dois Atos Discursivos distintos, um deles, constituído por *mayoyol*, marcado pelas funções retóricas de Orientação (59a) e de Esclarecimento (59b), e outro constituído pela oração 'come mutuca', entendemos que não há redundância e, portanto, não ocorre o fenômeno de referência cruzada.

No que diz respeito, então, à **referência cruzada**, foi possível atestar que as línguas da família Naduhup não apresentam marcação de pessoa nos verbos. Em contextos muito específicos e marginais, como os abordados nas línguas hup e nadëb, a marcação de pessoa, por questões pragmáticas, pode ocorrer nos verbos de modo a preservar a estrutura sintática rompida. No entanto, o padrão é a expressão do argumento apenas por meio de formas lexicais ou pronominais. Portanto, as línguas analisadas são todas transparentes no critério de referência cruzada.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Referência cruzada	-	-	-	-

6.3 Relações gramaticais

O critério de relações gramaticais diz respeito ao alinhamento gramatical entre unidades pragmáticas/semânticas e unidades sintáticas. Em um alinhamento transparente, unidades dos níveis Interpessoal e Representacional são expressas sempre da mesma forma independente da configuração sintática, enquanto, em um alinhamento não-transparente, unidades dos níveis mais altos recebem expressão distinta a depender da configuração sintática. Baseando-nos no trabalho de Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017), investigamos o alinhamento entre as funções semânticas de Ativo, Inativo e Locativo e as funções sintáticas, em especial, a de sujeito, centrando-nos, portanto, na interface entre os níveis Representacional e Morfossintático.

Nas análises que serão aqui descritas, é possível comprovar que este critério sintático não oferece uma explicação sistemática para as línguas da família Naduhup. Ao contrário do que defendem muitas descrições, ao analisar detalhadamente e comparar as quatro línguas aqui apresentadas, verificamos que elas não apresentam um sistema de alinhamento sintático, mas semântico. Desse modo, conforme veremos, as línguas não marcam a distinção entre sujeito e objeto, visto que não é relevante, mas entre argumentos

Ativo e não-ativo (Inativo e Locativo). Portanto, as categorias descritas pelos autores (MARTINS, 2004; EPPS, 2005; OSPINA BOZZI, 2002; WEIR, 1984) como sintáticas – sujeito, objeto direto e indireto – foram reanalisadas, em termos de GDF, como categorias semânticas – Ativo, Inativo e Locativo.

Afirma Martins (2004, p. 198) que, em **dâw**, "o argumento sujeito agente de cláusulas de verbos ativos intransitivos possui diferentes graus de potencialidade e volição, que os distingue semanticamente". Isso significa que, em predicações de um lugar, o único argumento expresso pode tanto apresentar o papel semântico de Ativo quanto o de Inativo. Nos exemplos (60) e (61), os predicados *cɤk* 'pular' e *ʔɔx* 'correr' envolvem entidades volitivas e não afetadas, no caso, *tih* 'ele' e *mĩ́ʃ* 'jabuti', com função semântica Ativo. Por outro lado, nos exemplos (62) e (63), os predicados *ʔɔ̃́t* 'chorar' e *ʔã* 'dormir' envolvem entidades, no caso, *tih* 'ele', menos volitivas e mais afetadas pela ação descrita, com função semântica Inativo.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 199)
(60) **tih** cɤk dɤ́h
3SG pular PUNCT
Ele pulou de uma vez.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 199)
(61) **mĩ́ʃ** ʔɔx hãm jɔ̀w
jabuti correr ir PROGI
O jabuti fugiu rápido.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 199)
(62) **tih** ʔɔ̃́t púd jed
3SG chorar ser.INTENS INTENSI
Ele chorou muito.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 199)
(63) ʔa-bɯg **tih** ʔã ʔéʔ tih lãnɐ̃́w pɛj
nesse-aí 3SG dormir PST 3SG patrão ILAT
Daí, ele dormiu perto do patrão dele.

Ainda mais claros são os casos em que a propriedade de um lugar é não-dinâmica, ou seja, codifica um estado, e o participante é prototipicamente Inativo, como em (64).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 537)
(64) **ʔa-jʔãmxɯʔ** tɤwʔ púd
essa-onça ser.pesada ser.INTENS
Essa onça é muito pesada.

Em Estados-de-Coisas com propriedades de dois lugares, o argumento Inativo pode ou não ser marcado de acordo com o que Martins chama de "grau de afetação". Segundo a autora (MARTINS, 2004, p. 199-200), um argumento em função de objeto com menor grau de afetação – ou seja, Inativo – pode ser referenciado apenas pelo contexto, como ilustra o exemplo em (65), em que o argumento Inativo *ʃeʔ-báx* 'paneiro' não apresenta qualquer marca. É importante notar que não há qualquer tipo de ambiguidade entre os argumentos, isto é, o argumento *ʃeʔ-báx* 'paneiro' é prototipicamente Inativo (menos volitivo e mais afetado) não podendo ser confundido com o argumento Ativo *tih* 'ele' (mais volitivo e menos afetado).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 201)
(65) tih jét dɤ́h tih **ʃeʔ-báx**
3SG estar.em.chão:TR PUNCT 3SG paneiro
Ele pôs o paneiro dele no chão.

No entanto, quando o falante deseja realçar a maior afetação do participante na ação descrita, ele pode ser marcado pelo morfema *hɯ̃jʔ ~ -ɯ̃jʔ* 'afetado', como ilustram (66) e (67).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 200)
(66) tih pét dɤ́h bɛh-mʔĩ-**ɯ̃jʔ**
3SG quebrar PUNCT vegetal-galho-U
Ele quebrou o galho da árvore de uma só vez.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 201)
(67) bɯ̀b ʔãm doʔ ʔèj mɛ̃ɲ tɛ̀-**ɯ̃jʔ**
amanhã 2SG Mov FUT 1SG.POSS filho-U
Amanhã você vai buscar meu filho.

Segundo Martins (2004, p. 524), a ordem de constituintes em dâw, auxilia na determinação do sujeito, visto que sua posição em relação ao verbo marca a distinção entre orações afirmativas e não-afirmativas: nas afirmativas, o sujeito ocorre geralmente antes do verbo, enquanto, nas não-afirmativas, ele é posposto ao verbo, como na oração com ilocução imperativa em (68).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 524)
(68) ʔã **nɯ̃g**-ɔh
dormir 2PL-IMP
V **I**
Durmam vocês!

O objeto, por sua vez, ocorre, em geral, na posição pós-verbal e, de acordo com a autora, a ordem de constituintes na língua ocorre, então, como ilustrado em (69):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 523)
(69) táx ta dóʔ mɨ́ʃ-ɯ̋jʔ
anta encontrar Mov jabuti-U
A **V** **I**
A anta foi encontrar o jabuti.

Notamos, no entanto, que o alinhamento ocorre de fato entre unidades semânticas e não sintáticas quando analisamos a marca de afetado, conforme denominação de Martins (2004). De acordo com a autora (2004, p. 200), a marca de afetado "pode ocorrer indistintamente com objeto direto ou indireto, ou ainda com um circunstancial", e parece depender exclusivamente do falante, de seu desejo de enfatizar a entidade afetada. Parece-nos, então, que argumentos com papel semântico de Inativo (objeto direto) e de Locativo (objeto indireto e circunstancial) são marcados ao passo que o Ativo nunca é marcado, havendo, portanto, uma distinção semântica.

Com predicados de três lugares, a distinção entre Inativo e Locativo é feita também pela marca morfológica de afetado em alguns casos. Assim, a marca de afetado é utilizada, opcionalmente, para marcar o argumento Inativo em orações com propriedade de dois lugares, e para marcar o argumento Locativo em orações com propriedade de três lugares. Nos exemplos em (70) e (71), portanto, o Locativo é marcado em oposição ao Inativo não marcado.

DÂW (MARTINS, 2004, p. 201)
(70) ʃug jɔ̋h dák tih-**ɯ̋jʔ**
Xugui passar.remédio:TR colocar 3SG-L
A **I** **V** **L**
O Xugui passou remédio nele.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 221)

(71)	wɔ́h	nɔ̃́h	tih-**ɯ̃́j?**	jùn	kaʃ
	Tukano	dar	3SG-L	roupa	velha
	A	**V**	**L**	**I**	

O Tukano dá para ele a roupa velha.

Os dados revelam que, em dâw, o Ativo nunca é marcado por meio de morfema, mas ocupa sempre a posição inicial da oração. Já o Inativo assume a posição inicial da oração, não sendo marcado por morfemas, se for o único argumento de uma propriedade de um lugar, mas, como argumento de uma propriedade de dois lugares, posiciona-se imediatamente depois do predicado verbal, e será marcado pelo morfema *-ɯ̃́j?* se for claramente o afetado. Portanto, parece-nos que a distinção que se estabelece na língua não é sintática, mas sim semântica, distinguindo, quando necessário, entre as funções de Ativo e não-Ativo.[48]

Em **hup**, por sua vez, os argumentos Inativo e Locativo são marcados considerando a hierarquia de animacidade e definitude. De modo geral, os argumentos recebem, a depender da hierarquia, o sufixo *-ăn* como marca morfológica, mas podem também receber o sufixo *-Ví́t*[49] quando desempenham os papéis de instrumento, comitativo e locativo ou ainda o sufixo *-an* exclusivo para locativo, em especial, para indicar alativo e ablativo. O quadro 9 apresenta as relações gramaticais e suas respectivas marcas em hup de acordo com a escala de animacidade e também de definitude.

[48] Segundo Luciana Raccanello Storto (Departamento de Linguística da USP), em comunicação pessoal por ocasião do 10º. Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP, em agosto de 2018, o sistema atual de marcação do dâw é muito semelhante ao sistema das línguas hup e yuhup: a marca de objeto diferencial (MOD) para Inativo/Locativo considera o grau de animacidade e de definitude da entidade referida. Desse modo, a distinção que se estabelece é realmente entre Ativo e não-ativo para orações com propriedades de dois e três lugares.

[49] Importante destacar que há uma mudança fonológica. A marca *-Ví́t* é composta pela última vogal (v) do lexema ao qual o sufixo se prende. Esta vogal é repetida, acentuada e seguida de *t*.

Quadro 9: Relações gramaticais e marcas de caso em hup

Função gramatical	Nomes	Nomes marcados para número	Pronomes e demonstrativos
Ativo (todos os tipos de propriedades) Inativo (propriedades de um lugar)	-	-	-
Inativo	Humano: *-ăn* Animal: *-ăn* (opcional) Inanimado: -	*-ăn* (pl+obj: *-n'ăn*)	*-ăn*
Locativo	*-ăn*	*-ăn* (pl+obj: *-n'ăn*)	*-ăn*
Lugar (participante não-argumental)	*-an*	[?]	
Instrumental, comitativo, locativo (participante não-argumental)	*-V́t*	*-V́t*	*-V́t*

Fonte: adaptado de EPPS, 2005, p. 143.

Com base em Aissen (2003), Epps (2005, p. 147-148) discute a marca de objeto diferencial (MOD), ou seja, a marca de objeto (Inativo/Locativo) segundo a escala de animacidade e definitude. De acordo com esse parâmetro, o objeto é marcado considerando a escala de animacidade Humano>Animado>Inanimado e o grau de definitude da entidade: Pronomes pessoais>Nomes próprios>NP definido> NP específico indefinido> NP não-específico. Quanto mais animado e mais definido, isto é, quanto mais alto nas duas escalas, mais provável que o argumento seja marcado. Em contextos em que os traços de animacidade e definitude do argumento Ativo e do Inativo/Locativo são muito semelhantes ou mesmo iguais, o que pode gerar ambiguidade, é necessária a marca de objeto diferencial.

De acordo com Epps (2005, p. 144, 147), a marca diferencial, *-ăn*, é obrigatória com nomes humanos, pronomes e demonstrativos; opcional para animais e não-gramatical para inanimados. Dessa forma, ela pode ser usada para codificar uma variedade de participantes, conforme ilustram os exemplos:

a) argumentos Inativos em orações com propriedade de dois lugares, que referem entidades menos volitivamente envolvidas e mais afetadas pela ação descrita;

Hup (EPPS, 2005, p. 144)

(72) tɨh=tæ̆hʔín-**ăn**=mah tɨh mǽh-ǽh
3SG=criança.mãe-U=REP 3SG bater-DECL
Ele bateu na sua esposa, dizem.

b) argumentos Locativos, em orações com propriedades de três lugares. Nesses casos, a marca no argumento Locativo é obrigatória independentemente da sua animacidade, como podemos comprovar em (73), em que o argumento é inanimado (*tegd'úh* 'árvore'), e (74), em que o argumento é um animal (*cadakă?* 'galinha'), contexto em que a marca seria normalmente opcional.

Hup (EPPS, 2005, p. 145)
(73) tiyĭʔ tegd'úh-**ăn** dĕh nɔ́ʔ-ɔ́y
homem árvore-L água dar-DYN
O homem deu água para a árvore.

Hup (EPPS, 2005, p. 146)
(74) tiyĭʔ cadakăʔ-**ăn** pɨhɨtyúm nɔ́ʔ-ɔ́y
homem galinha-L milho dar-DYN
O homem dá milho para a galinha.

A marca diferencial *-ăn* pode ainda ocorrer em constituintes não-argumentais, como nos exemplos (75) e (76), em que os constituintes *teghɔ̃* 'não-índio' e *ʔám* 'você' tem função semântica de Beneficiário e não são, portanto, constituintes argumentais. Ainda assim, a marca diferencial se faz presente para evitar possíveis ambiguidades, tendo em vista que esses argumentos apresentam os traços de humano e animado.

Hup (EPPS, 2005, p. 145)
(75) 'máy! teghɔ̃-ʔɑ́y-**ăn** dadánya ʔɨn du-wæd-ʔáy-ay-áh
vamos não.índio-F-BEN laranja 1PL vender-comer-VENT[50]-INCH-DECL
Vamos vender algumas laranjas para a menina não-índia.

Hup (EPPS, 2005, p. 145)
(76) nǽm ʔám-**ăn** ʔãh key-nĭŋ
piolho 2SG-BEN 1SG ver-COOP[51]
Vou procurar os piolhos para você.

Tendo em vista que hup utiliza a mesma marca para diferentes participantes, Epps (2005, p. 146-147) destaca que até três participantes com papéis semânticos distintos podem ser marcados da mesma maneira em uma mesma sentença a depender dos

[50] "Ventivo": indica que a atividade envolve uma mudança de locação especial, um movimento entre a localização atual do participante e a locação onde o evento se realizará. (cf. EPPS, 2005, p. 434, 464)
[51] Cooperativo: veicula certo senso de cooperação, cria um tempo de construção hortativa que indica que os agentes devem realizar determinada atividade em cooperação, compartilhando a meta ou o objeto. (cf. EPPS, 2005, p. 521)

requisitos de animacidade e definitude. Tais ocorrências são, entretanto, raras, visto que, no discurso cotidiano, os participantes podem ser omitidos e recuperados a partir do contexto comunicativo.

Hup (EPPS, 2005, p. 147)
(77) hocăy deníci-**ăn** tih=dóʔ-**ăn** d'oʔ-be-yǽh-ǽy,
Rosalino Denise-U 3SG=criança-U tomar-mostrar-ordenar-DECL

teréca-**ăn**
Teresa-L
Rosalino obrigou Denise a mostrar a criança para Teresa.

Hup (EPPS, 2005, p. 147)
(78) ʔectedimá pawdína-**ăn** hə̆p d'oʔ-nɔʔ-ʔű-ű́y, yubínu-**ăn**
Esterimar Paulina-L peixe tomar-dar-APPL-DYN Jovino-BEN
Esterimar deu o peixe para Paulina por Jovino.

Hup (EPPS, 2005, p. 147)
(79) núp hə̃p-**ăn** **ʔăn** nɔʔ-ʔũh-ʔáy hám pawdína-**ăn**
este peixe-U 1SG.BEN dar-APPL-VENT.IMP ir.IMP Paulina-L
Vá dar este peixe a Paulina por mim.

A ordem de constituintes é bastante livre em hup, inclusive nesses casos em que a mesma marca co-ocorre em mais de um argumento na mesma sentença. Dessa forma, os papéis semânticos dos participantes, em circunstâncias normais, podem ser recuperados do contexto discursivo.

Além da marca *ăn* para constituintes argumentais, uma variedade de participantes pode ser marcada pela forma -*Vt́*, nomeada por Epps (2005, p. 159) como marca de oblíquo e que reanalisamos aqui como marca de constituintes não-argumentais. Ao contrário da marca de objeto, esta marca para constituintes não-argumentais não depende da animacidade e/ou da definitude para ser aplicada a um nome, embora a interpretação do papel semântico da entidade marcada possa depender do parâmetro de animacidade. Assim, a marca -*Vt́* indica lugar, como em (80); instrumento, em (81); e comitativo, como em (82).

Hup (EPPS, 2005, p.161)
(80) ʔãh yamhidóʔ-óh, cãw-yucé-**ét**
1SG cantar-DECL São José-ESS
A **V** **Ess**
Eu cantei em São José [durante uma festa].

Hup (EPPS, 2005, p.160)

(81) m'ăc-**át** píd hɨd bib'-ní-h dĕh=teg-éh
barro-INS DISTR 3PL fechar-INFER2-DECL água=árvore-DECL
Ins$_{Top}$ **A** **V** (**I**)
Eles deveriam tapar de novo com barro, a água da árvore.

Hup (EPPS, 2005, p.159)

(82) ʔɑ̆h=ʔíp-**ít** ʔɑ̃h ni-ʔeʔ-ní-h
1SG=pai-C 1SG ser-PFV-INFER2-DECL
C$_{Top}$ **A** **V**
Eu morava com meu pai (Lit. Eu morava no mesmo lugar que meu pai).

Também para designar expressões de locação em geral, é possível utilizar a marca de direção *-an* (EPPS, 2005, p. 156). O uso preferencial dessa marca é para a expressão de alativo (direção), conforme (83), ou ablativo (origem), conforme (84), no entanto, ela parece ser livremente intercambiável com a marca *-V́t* para indicar locação de modo geral.

Hup (EPPS, 2005, p. 156)

(83) yág-**an** g'ãʔ-ʔáy hám!
rede-ALL suspender-VENT.IMP ir.IMP
All$_{Top}$ **V**
Vá para a rede!

Hup (EPPS, 2005, p. 156)

(84) mɑ́etʔah-**an** hɨd næn-d'oʔ-ní-p=b'ay
rio.abaixo-ABL 3PL vir-tomar-INFER2-DEP=ITER
Abl$_{Top}$ **A** **V**
Eles vêm da parte baixa do rio.

Como mencionado anteriormente, é difícil determinar a ordem básica dos constituintes oracionais; no entanto, em casos em que pode haver ambiguidade a respeito da função dos constituintes (Ativo e Inativo/Locativo), os falantes de hup preferem a ordem de constituintes AIV, o que sugere que essa ordem é, em certa medida, a mais básica na língua. No entanto, os exemplos (81) a (84) sugerem que um constituinte não-ativo, nos casos, instrumento, comitativo, alativo e ablativo, com função pragmática Tópico[52] assume a primeira posição na oração (P^I), como é possível observar na ordenação de constituintes desses dados.[53]

[52] O tópico, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 92), assinala como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro gradualmente construído no Componente Contextual; em outras palavras, o tópico é o reflexo linguístico de uma instrução para o destinatário resgatar uma informação no cotexto ou no contexto situacional.

[53] A esse respeito, conferir, em Pezatti e Paula (inédito), a análise da ordenação nas línguas da família Naduhup para a expressão de categorias semânticas.

Em orações com predicação de um lugar, tanto argumentos com função semântica de Ativo, conforme (85), quanto com função de Inativo, conforme (86), são não marcados por não haver ambiguidade, já que são os únicos argumentos da oração:

Hup (EPPS, 2005, p. 345)
(85) **tih** j'ək-kədhám-áh
3SG pular-passar.ir-DYN
A **V**
Ele pulou rápido para frente.

Hup (EPPS, 2005, p. 146)
(86) **ʔin** ʔám-ăn hicocó-óh
1PL 2SG-CAUS happy-DECL
I **Cau** **P**
Nós estamos felizes por sua causa.

A análise dos dados revela que, em propriedades de um lugar, o único argumento, Ativo ou Inativo, não é marcado por morfemas e se posiciona no início da oração. Em propriedades de dois lugares, o Ativo não é marcado morfologicamente e tende a ocupar a posição anterior ao verbo; já o Inativo, se for [-animado] não será marcado, mas se tiver o traço [+animado] receberá o sufixo *-ăn*, distinguindo-se assim do Ativo. Em propriedades de três lugares, o Ativo não é marcado e tende a se colocar na posição inicial da oração, enquanto o Locativo é sempre marcado com o sufixo *-ăn*, posicionando-se após o Ativo. Já o Inativo, se tiver o traço [+animado] também receberá o sufixo *-ăn*, caso contrário não será marcado morfologicamente. Assim, a distinção é efetuada entre o argumento Ativo e os não-ativos (Inativo e Locativo) em predicações de dois e três lugares. O argumento com papel semântico Ativo é sempre não marcado, sendo o Inativo e o Locativo marcados de acordo com a escala de animacidade e definitude.

Assim como a língua hup, o **yuhup** também conta com marca diferencial, que distingue argumentos Ativos e não-ativos em contextos em que pode haver certa ambiguidade. Para explicar a marca diferencial, Ospina Bozzi (2002, p. 140) faz referência à definição de Bossong (1998), segundo a qual, se o Inativo/Locativo (objeto, na denominação dos autores) não apresenta traços que o qualifiquem como possível agente – humano e animado –, ele não é um argumento ativo em potencial, por isso não é funcionalmente necessário marcar como não-ativo. Por outro lado, se o Inativo/Locativo apresenta traços que o qualifiquem como Ativo, é necessário que ele seja marcado para

não gerar ambiguidade, especialmente considerando que a ordem de constituintes é livre e não é usada como parâmetro para distinção das funções na língua. Dessa forma, quando necessário, os argumentos não-ativos serão marcados com o sufixo -*ɗ̄ih*, evitando assim a ambiguidade.

Nas orações com propriedades de um lugar, o único argumento não recebe marca morfológica. Observamos, no entanto, que tanto entidades com função semântica de Ativo quanto de Inativo não apresentam qualquer marca distintiva, tendo em vista que, como único argumento, não há possibilidade de ambiguidade, como mostram os exemplos (87) e (88).

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 138)
(87) **ɦôp** ¯wédⁿ-í
peixe nadar.SIM[54]-PRED1
A **V**
O peixe nada.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 139)
(88) **wèdɔ̋wêt** pógn-í
galinha crescer.SIM.PRED1
I **V**
A galinha cresce.

Em (87), o argumento *ɦôp* ‘peixe’ apresenta traços semânticos do papel de Ativo – [+volitivo] e [-afetado] – enquanto, em (88), o argumento *wèdɔ̋wêt* ‘galinha’ tem traços de Inativo – [-volitivo] e [+afetado]. No entanto, os dois papéis semânticos não são marcados morfologicamente, já que se trata de uma propriedade de um lugar com apenas um argumento.

Nas orações com propriedades de dois lugares, o argumento Inativo pode ou não ser marcado de acordo com os traços semânticos. Assim, se o Ativo é [+animado] e/ou [+humano] em contraposição ao Inativo [-animado] e/ou [-humano], não há ambiguidade sobre qual argumento desempenha esses papéis e, portanto, não é necessária qualquer marca morfológica. O exemplo (89) ilustra o caso de Ativo [+animado] em contraposição ao Inativo [-animado]; e (90) mostra um caso de Ativo [+humano] em contraste com o Inativo [-humano]. Nesses casos, não há dúvidas a respeito dos papéis desempenhados pelos argumentos Ativos e Inativos, por isso a ordenação dos constituintes pode tanto ser IAV quanto AVI.

[54] Concomitante, simultâneo com a referência temporal.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 142)
(89) **hɔ́h** **ɨ̄dⁿ** kə̀gˉpéé
canoa 1PL atirar.na.subida.do.rio
I **A** **V**
Nós estávamos empurrando a canoa até o rio (Lit. Nós estávamos empurrando a canoa na subida do rio).

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 143)
(90) **tɨɲíʔ** ɨ̄ubᵐí **ɲ̄àbᵐběh**
homem bater cachorro
A **V** **I**
O homem bate no cachorro.

Por outro lado, quando o argumento Inativo apresenta os mesmos traços semânticos que o argumento Ativo, é necessária a marca diferencial, o sufixo - *ɨ̄dih*, para evitar ambiguidades. Nos exemplos em (91a-b), podemos observar dois participantes com traço de [+humano] e [+animado]. A distinção entre os participantes é feita pelo acréscimo do sufixo - *ɨ̄dih*, que marca o Inativo e determina, portanto, quem sofreu a ação. Assim, o participante com papel semântico de Ativo não tem marcas morfológicas, ao passo que o participante com papel semântico de Inativo é marcado pelo sufixo - *ɨ̄dih*. Cabe destacar que a ordem de constituintes é a mesma nas duas orações: *wôɲⁿ, ɨ̄ubᵐí, ìhɔ̂w* (‘Woñ, bater, Ihow’).

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 144)
(91a) wôɲⁿ ɨ̄ubᵐí ìhɔ̂w-**ɨ̄dih**
Woñ bater Ihow-U
A **V** **I**
Woñ bateu em Ihow.

(91b) wôɲⁿ-**ɨ̄dih** ɨ̄ubᵐí ìhɔ̂w
Woñ-U bater Ihow
I **V** **A**
Ihow bateu em Woñ.

Já no exemplo (92), o participante *têjgⁿúh* ‘vara’ não apresenta os traços semânticos esperados de uma entidade na função de Ativo já que é [-animado], [-humano] e [-volitivo]. Em contraste, o participante codificado como Inativo*, ɲ̄àbᵐběh* ‘cachorro’, apresenta o traço de [+animado], o que faria dele um provável sujeito na oração. Assim, há a necessidade de marcar o Inativo com o sufixo - *ɨ̄dih*.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 146)
(92) têjg^{n}úh ¯úb^{m}í ɟàb^{m}běh-**¯dih**
vara bater cachorro-U
A **V** **I**
A vara bateu no cachorro.

Nas orações com predicados de três lugares, o argumento com função de Ativo continua sendo não marcado; o Inativo pode ser marcado, de acordo com o contexto de ocorrência; e o Locativo é sempre marcado. Tanto o argumento Inativo quanto o Locativo recebem a mesma marca, o sufixo -*¯dih*. Desse modo, em (93), os argumentos Ativo e Inativo são não marcados, visto que o Inativo apresenta os traços de [-animado] e [-humano]. O Locativo, por sua vez, é obrigatoriamente marcado pelo sufixo -*¯dih*.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 146)
(93) I_cŏ ¯wêd^{n} ¯dóʔí dóɟâp-**¯dih**
Icho comida dar criança-L
A **I** **V** **L**
Icho deu a comida para a criança.

Já o exemplo (94) apresenta três entidades com o traço [+animado]. O Ativo é não marcado e, tanto a entidade com função semântica de Inativo, quanto a com função semântica de Locativo, são igualmente marcadas pelo sufixo -*¯dih*. A depender da construção, apenas o contexto pode indicar o papel e a função de cada argumento, como é o caso do exemplo dado: por se tratar de dois nomes próprios marcados, apenas a informação contextual de que 'Tairo' é, na verdade, o nome de um cachorro pode resolver a ambiguidade que se coloca com o uso da marca diferencial nos dois argumentos não-ativos.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 147)
(94) ¯ɟâʔ ¯dóʔí tâjdò-**¯dih** ɟìɟìbm-**¯dih**
mamãe dar Tairo-U Jujubm-L
A **V** **I** **L**
Mamãe deu o Tairo para Jujubm.

Como é possível constatar em yuhup, o único argumento de uma propriedade de um lugar pode ser Ativo ou Inativo, não recebendo marca morfológica. Em propriedades de dois e três lugares, o Inativo é marcado a depender das propriedades semânticas de animacidade da entidade, e o Locativo será sempre marcado. Assim como em dâw e em hup, o alinhamento é, portanto, de ordem semântica e não sintática, ou seja, a língua

marca a distinção entre argumentos Ativos e não-ativos. Dessa forma, a marca diferencial - *d̄ih* distingue as funções semânticas de Ativo e não-ativo (Inativo e Locativo), de acordo com os traços semânticos das entidades envolvidas.

De acordo com Weir (1984), em **nadëb**, diferentemente do yuhup, a ordem de constituintes auxilia na identificação da função dos constituintes e apenas o Locativo é marcado morfologicamente pela partícula *hã*, como veremos nos exemplos. Nas construções com propriedades de um lugar, a autora (1984, p. 23-24) observa a possibilidade de duas ordens de constituintes: A/I V e V A/I (para Weir, SV e VS respectivamente). Independentemente da posição pré ou pós-verbal, o único argumento é sempre não marcado. Ainda de acordo com a autora, a ordem preferida parece ser verbo-final, como em (95a), em contraste à ordem verbo-inicial, como em (95b). No entanto, com predicados descritivos (ou seja, predicados não verbais), que atribuem uma propriedade ao referente, a ordem verbo-inicial parece ser a preferida, como em (96).

Nadëb (WEIR, 1984, p. 24)
(95a) kalapéé a-ɨ̃ih
criança FORM-dormir.INDIC
I **V**
A criança está dormindo.

(95b) a-ɨ̃ih kalapéé
FORM-dormir.INDIC criança
V **I**
A criança está dormindo.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 24)
(96) a-nɨm a-tób
FORM-ser.bonito.INDIC 2SG.POSS-casa
V **I**
Tua casa é bonita.

Já em predicações com propriedades de dois lugares, existem duas possíveis ordens de constituintes: IAV e AVI. Nenhum dos argumentos apresenta qualquer marca morfológica e a ordem de constituintes é a principal indicação da função dos argumentos na oração, considerando que o contexto auxilia na resolução de qualquer ambiguidade, como nos exemplos (97a) e (97b), visto que todos os nadëb sabem que é o mayoyol que come a mutuca e não o contrário.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 25)
(97a) bung mayoyol i-wʉh
mutuca mayoyol ASP-comer.I
I **A** **V**
O mayoyol come mutuca.

(97b) mayoyol i-wʉh bung
mayoyol ASP-comer.I mutuca
A **V** **I**
O mayoyol come mutuca.

Observando os exemplos, nota-se que tanto entidades com função semântica de Ativo (97a-b), quanto de Inativo (95a-b, 96) não são marcadas.

Predicações com propriedades de três lugares são atestadas na língua, mas raramente os três argumentos são expressos. A língua nadëb parece ter preferência pela omissão de argumentos que possam ser inferidos a partir do contexto, como demonstra o exemplo (98). O predicado é formado por uma propriedade de três lugares, no entanto, apenas o argumento Ativo e o Locativo, marcado pela partícula *hã*, ocorrem explicitamente na sentença.[55]

Nadëb (WEIR, 1984, p. 167)
(98) dooh ĩih a-nxoo bʉ́ Subih **hã**
NEG eu FORM-dar.NONIND EMPH Subih L
Não dei para Subih.

Ainda que os dados de nadëb não sejam exaustivos quanto os das outras três línguas analisadas, é possível observar que ela apresenta o mesmo sistema de alinhamento semântico das demais línguas da família. Conforme mencionado, em propriedades de um lugar, argumentos com papel semântico de Ativo ou Inativo são não marcados, o que também acontece nas demais línguas da família. Assim como em dâw, a ordem de constituintes não é totalmente livre em nadëb e é utilizada como critério de identificação das funções dos argumentos na sentença. Não é atestada em nadëb a existência da marca diferencial como em hup e yuhup, mas podemos observar que o argumento Locativo, quando expresso, é sempre marcado pela partícula *hã*, enquanto o argumento Ativo é sempre não marcado, como acontece também nas demais línguas da família.

[55] Weir (1984, p. 167) afirma a presença do Locativo na sentença. Não foram encontrados outros dados de construções com propriedades de três lugares e tampouco há informações sobre qual seria o Inativo omitido neste exemplo.

Portanto, a análise mostra que o critério de **relações gramaticais**, considerando-se apenas marcas morfossintáticas, não oferece uma explicação sistemática para as línguas da família Naduhup. Nas quatro línguas, observa-se uma distinção entre o argumento Ativo e os não-ativos (Inativo e Locativo). O argumento Ativo nunca recebe marca morfológica, podendo, no entanto, ser distinguido pela posição que ocupa na oração, qual seja, a posição inicial, nas línguas dâw e hup. Os não-ativos, que incluem o Inativo e o Locativo, por sua vez, distinguem-se por morfemas, que são obrigatórios para o Locativo, nas quatro línguas, mas só exigidos pelo Inativo quando a entidade apresenta traços [+hum] ou [+ani]. Resumindo, nas línguas analisadas, o argumento Ativo é sempre não marcado, o Inativo depende da escala de animacidade e o Locativo é sempre marcado.

Os dados revelam assim que as línguas da família Naduhup são, na verdade, línguas tipologicamente denominadas *ativas*, já que

> o tratamento dos sujeitos e do objeto não está na base de sua função sintática propriamente, mas sim na base da função do verbo: verbos estativos requerem o sujeito no caso inativo, verbos dinâmicos requerem o sujeito no caso ativo e o objeto, se houver, no caso inativo. A morfologia é semanticamente orientada: codificando uniformemente o papel proposicional-semântico de agente, paciente e às vezes dativo, desconsidera o *status* de sujeito/tópico e a transitividade da oração. (PEZATTI, 1992, p. 62)

Desse modo, conforme vimos, as línguas não marcam a distinção entre sujeitos e objetos, visto não ser relevante, mas entre argumentos Ativo e não-ativo (Inativo e Locativo). Assim, esse critério não é relevante e não se aplica às línguas analisadas, já que elas não apresentam um alinhamento sintático, mas sim semântico.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Relações gramaticais	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica

6.4 Concordância de número

Conforme discussão realizada no capítulo de *Metodologia,* adotamos, para a análise do critério de concordância de número, a proposta desenvolvida por Câmara *et al.* (2017). De acordo com as autoras, os operadores gramaticais indicam uma quantidade indefinida, uma noção geral de mais de um, e os numerais fornecem a quantidade definida, uma informação mais precisa de quantidade. A partir dessa nova proposta, em

casos que apresentam a co-ocorrência de um numeral junto a um operador gramatical indicando número, entende-se que não há opacidade, mas uma relação de um-para-um entre função e forma, tendo em vista que a quantificação definida, no Nível Representacional, é expressa por meios lexicais, enquanto a quantificação indefinida será expressa por meios gramaticais no Nível Morfossintático, e prosódicos no Nível Fonológico.

A marcação de número no **dâw**, como discutido por Câmara *et al.* (2017), apresenta expressões específicas para quantidades definidas e indefinidas, sendo um caso de destaque que evidencia e corrobora a tese de que essas marcações são distintas e, por isso mesmo, mantêm a relação de transparência entre a formulação e a codificação das noções de número.

Na língua dâw, as categorias gramaticais dos nomes são indicadas por meio de palavras gramaticais e não por afixos como ocorre nas línguas flexionais. Portanto, como destaca Martins (2004, p. 129), "as noções de número são indicadas por palavras gramaticais pertencentes à classe de conjuntivos, por numerais, por suprafixo tonal ascendente 'aumentador' e 'conjuntivizador'".

Os conjuntivos formam uma classe de palavras gramaticais na língua que indicam, além do contraste entre uma e mais unidades, a noção de pertencimento a um determinado conjunto. Martins (2004) lista três tipos de conjuntivo nessa língua: os de *pluralidade*, de *coletividade* e de *totalidade*.

O conjuntivo de *pluralidade*, expresso pela palavra gramatical *dɤh*, indica a noção de plural e também faz referência aos elementos de um conjunto, indicando que ele está completo, como se observa em (99):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 136)

(99)	ʔa-peg	pʊ́ud	**dɤh**	ʔɔx	hãm	xàj
	esse-ser.grande	ser.INTENS	PL	correr	ir	mata

Esses muito grandes correram para a mata.

De acordo com Martins (2004, p. 400), esse conjuntivo veicula acepções como: i) grupo de dois ou mais seres da mesma espécie; ii) pertencimento ou não a um conjunto e iii) características similares dos elementos de um mesmo conjunto. A autora destaca ainda que "o pluralizador *dɤh* é, na maioria das vezes, utilizado em referência a conjuntos que têm como entidades elementos 'humanos'" (MARTINS, 2004, p. 401). No entanto, é

possível sua ocorrência com outros tipos de entidades (coisas, animais etc.) em contextos raros e específicos. Neste trabalho, consideramos que esse conjuntivo indica a ideia de plural, ou seja, a distinção entre uma e mais unidades e, por isso, centramos nossas descrições nas ocorrências que apresentam o pluralizador *dɤh*, como veremos adiante.

Por sua vez, o conjuntivo de *coletividade*, nas palavras de Martins (2004, p. 404), "focaliza o traço semântico comum que une seres ou coisas de uma espécie que constituem um 'bando ou grupo'." Expresso pela palavra gramatical *ʃun*, esse coletivizador pode ser empregado para referir a conjuntos de entidades humanas ou não-humanas indistintamente. Dessa forma, ele engloba elementos que fazem parte de um mesmo conjunto, conforme (100), sendo, por isso, analisado aqui como um coletivo.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 404)

(100)	hid	wʔɤj	cokwet	**ʃun**	tɤwɤ́t	wap	wáʃ	**ʃun**	pàj
	3PL	ver	tucano	COLL	pássaro	EMPH	macaco	COLL	deste.tipo

Elas vêem um bando de tucanos, de todos os tipos de pássaros, um bando de macacos também.

Entendemos que a noção semântica de coletivo difere da noção de plural já que o foco recai sobre as características comuns a um conjunto, indicando coletividade em relação a um determinado grupo que compartilha dessas características. Portanto, opta-se por não abordar a expressão de coletivo das línguas como marca de número.

O conjuntivo de *totalidade* "tem a função de realçar a propriedade de 'totalidade' que envolve todos os elementos que compõem o conjunto" (MARTINS, 2004, p. 409). Assim, o totalizador *wap* reforça a ideia de totalidade de um determinado conjunto de elementos e/ou de determinada ação, podendo ser empregado junto com outros conjuntivos ou mesmo com aspectos verbais que também indicam a ideia de completude da ação descrita, como em (101):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 399)

(101)	tih	doʔ	dák	tih	xe/	doʔ
	3SG	CAUS	colocar	3SG	asa	CAUS

dák	hɯ́ʔ	tih	**wap**
colocar	PFVII[56]	3SG	EMPH

Ele colocou a asa dele, colocou tudo dele.

[56] "O aspecto perfectivo 2, *hɯ́ʔ*, codifica a extensividade do evento a uma entidade vista como completa, focalizando cada elemento componente do conjunto. [...] Todos esses eventos são compreendidos como unitários e extensivos a um todo." (MARTINS, 2004, p. 291)

A partir da observação dos dados, acreditamos que o totalizador indica uma ênfase na completude da ação ou do conjunto e, desse modo, pode ser empregado juntamente com outras partículas que expressam essas mesmas noções, enfatizando-as. Por isso, analisamos o totalizador como um elemento enfático e não como distinção entre um e mais elementos. Nesse critério, portanto, abordamos apenas o conjuntivo de pluralidade, já que é ele que de fato estabelece a distinção entre uma e mais unidades enquanto o de coletividade indica coletivo e o de totalidade enfatiza a totalidade do conjunto ou da ação.

Além dos conjuntivos, a noção de número pode ser expressa na língua dâw por meio de numerais. O sistema numeral em dâw é constituído por uma classe fechada de palavras que indicam quantidades de um a três e por locuções que expressam quantidades de quatro a dez, distinguindo números pares de ímpares, como mostra o quadro 10:

Quadro 10: Numerais em dâw

Numerais	
mˀɛ̃ʔ	um
túmˀ	dois
mutwáp	três
mˀɛ̃ʔ mámˀ	números pares de 4-10
mˀɛ̃ʔ mám mɛ̃h	números ímpares de 5-9

Fonte: MARTINS, 2004, p. 391.

É importante destacar, no entanto, que esse sistema é utilizado atualmente por pessoas mais idosas, já que os mais jovens e escolarizados utilizam o sistema numérico do português (cf. MARTINS, 2004, p. 392).

Para indicar a noção de pluralidade, dâw ainda apresenta o tom ascendente "conjuntivizador", que, de acordo com Martins (2004, p. 159), expressa a noção de conjuntividade ou de pluralidade e ocorre incorporado aos nomes, marcando a concordância entre o numeral e o nome, como se observa no exemplo (102) em que o nome *wˀac* (remo) recebe o tom ascendente, expresso aqui pela notação (´).

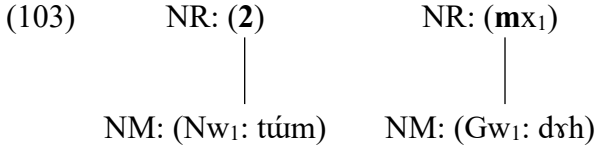
Dâw (MARTINS, 2004, p. 159)
(102) ʔãh tuk **mutwap** **wʔác**
1SG querer três remo:CONJT
Eu quero três remos.

Em dâw, é possível a co-ocorrência do numeral com outras expressões de pluralidade, como o conjuntivo *dɤh* e o tom ascendente conjuntivizador, conforme os exemplos a seguir:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 403)
(103) jʔãmzɯʔ wɛ̀d **tú́m** **dɤh**-úd dɤw-ű́jʔ
onça comer dois PL-REST[57] Dâw-AFF
A onça comia dois Dâw inteiros de cada vez.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 401)
(104) wáh **dɤh**-úd **tú́m** **dɤ́w**
velho PL-REST dois pessoa:CONJT
Só os velhos, os dois.

Em (103), há o numeral *túm* 'dois' e a palavra gramatical indicadora de plural *dɤh*, neste caso, aliada à marca de restritivo *úd*. Em termos de GDF, no NR, há a quantidade definida 2 expressa, no NM, pela palavra lexical *túm* 'dois', e a quantidade indefinida (plural/múltiplo, representado pelo operador *m*) expressa, no NM, pela palavra gramatical *dɤh*. As duas expressões de quantidade estão escopando o indivíduo (x_i) (expresso por meio da palavra lexical *dɤw*).

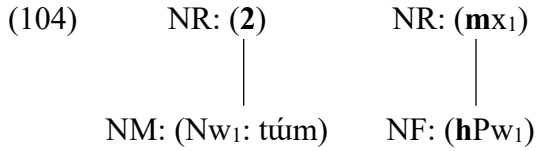


Já em (104), há dois atos distintos. No primeiro ato, *wáh dɤh-úd* 'só os velhos', há apenas a marca de plural *dɤh*. No segundo, empregado com função retórica Esclarecimento, *túm dɤ́w* 'os dois', há o numeral *túm* 'dois' juntamente com o tom ascendente conjuntivizador presente em *dɤ́w* 'pessoa'. Como no exemplo anterior, há, no NR, a quantidade definida 2 expressa, no NM, pela palavra lexical *túm* 'dois', e a

[57] "Classifica-se o sufixo - *úd* 'restritivo' como conjuntivo pelo fato de ele estabelecer a relação de restrição entre entidades de um conjunto. Ele restringe uma unidade de um conjunto ou um conjunto em relação a outro." (MARTINS, 2004, p. 414)

quantidade indefinida (plural/múltiplo, representado pelo operador *m*) expressa, agora no NF, pelo tom ascendente conjuntivizador (representado pelo operador *h*), conforme a representação:

(104)



Como é possível observar na representação do exemplo (104), ainda que haja a co-ocorrência do numeral juntamente com a marca de plural ou com o tom ascendente conjuntivizador, de acordo com a proposta de Câmara *et al.* (2017), há aqui uma relação de transparência preservada, visto que o numeral expressa quantidade definida ao passo que a marca de plural e o conjuntivizador indicam quantidade indefinida.

Tanto nos exemplos apresentados quanto na análise realizada por Câmara *et al.* (2017) fica evidente a distinção entre quantificação definida e indefinida em dâw. A marcação definida é expressa pelos numerais e codificada como palavras lexicais no Nível Morfossintático. Por sua vez, a marcação indefinida pode ser expressa, no Nível Morfossintático, por palavras gramaticais como é o caso do conjuntivo de pluralidade, ou pelo tom ascendente no Nível Fonológico. Essas duas formas de marcação mostram que as quantificações definidas e indefinidas são distintas dentro dos níveis, mantendo-se, portanto, a relação de um-para-um entre a função indicada nos níveis superiores e a forma.

Em **hup**, a marcação de número apresenta também dados que reforçam a tese de que há duas expressões distintas, definida e indefinida, codificadas de modos distintos e que, portanto, estabelecem uma relação de transparência entre os níveis.

Segundo Epps (2005), a marcação de plural em hup é altamente regular, sendo expressa em nomes e sintagmas nominais pela forma *=d'əh* de acordo com a escala de animacidade da entidade, conforme veremos a seguir. Cabe destacar que a marca de plural pode também indicar coletivo em contextos específicos em que se relaciona um grupo de entidades a uma unidade. Assim como em dâw, não consideraremos os usos indicativos de coletivo, centrando-nos apenas nos contextos em que a partícula *=d'əh* indica plural, ou seja, a distinção entre uma ou mais unidades.

Tendo em vista que a marca de plural em hup está diretamente relacionada com a escala de animacidade da entidade referida, ocorre que:

i) para nomes referentes a humanos, a marca de número *=d'əh* é, geralmente, obrigatória:

Hup (EPPS, 2005, p. 165)
(105) nǽ **tukáno=tǽ̆h=d'əh** pə̆̀
NEG Tukano=criança=PL NEG
Não há crianças Tukano.

Hup (EPPS, 2005, p. 165)
(106) **kɔ́h=d'əh**, **j'æ̆̀ç=d'əh**, **cɔkw'ə̆̀t=d'əh**, **yaʔám=tǽ̆h=d'əh**...nihʉ́ʔ!
Wanano=PL Tariana=PL Tukano=PL Jaguar=clã=PL todos
Havia Wananos, Tarianas, Tukanos, homens do clã do Jaguar, todos!

Ainda de acordo com Epps (2005, p. 166), a obrigatoriedade da marcação de número para referentes humanos está sujeita a duas exceções: referentes humanos não especificados, geralmente, não carregam a marca de número, assim como os termos que indicam grau de parentesco na forma vocativa.

ii) para nomes referentes a animais, a marca de número indefinido pode ou não estar presente de acordo com a especificidade: referências mais específicas são normalmente marcadas, enquanto referências não-específicas (animais de caça, por exemplo) são não marcadas:

Hup (EPPS, 2005, p. 168)
(107) hɨd nɔ-pɨ́d-íh, yúp, **yaʔám=d'əh** cóʔ-óy-óh
3PL falar-DISTR-DECL ITG jaguar=PL LOC-DYN-DECL
Eles estavam falando, aqueles jaguares.

iii) para nomes referentes a entidades inanimadas, a marca de número indefinido é omitida, não ocorrendo no discurso. Epps (2005, p. 169) destaca que isso é observado independentemente de o número ser ou não especificado com um numeral ou outro quantificador, ou seja, as duas marcas se apresentam de forma independente.

Hup (EPPS, 2005, p. 169)
(108) **kaʔáp** **tít**, nú-cáʔah d'əh-d'əh-hám, nú-cáʔah
dois corda este-lado mandar-mandar-ir este-lado
Duas cordas, descendo deste lado, e deste [outro] lado.

O sistema numérico de hup apresenta uma grande variação dos termos que designam os numerais. As formas para 1-5 são variáveis, ou seja, pode haver até quatro variantes distintas para o mesmo numeral, mas todas apresentam a mesma base lexical motivada: (i) o numeral *um* apresenta a mesma base do demonstrativo intangível *yúp*; (ii) já *dois* tem base em *kəwə̆g* 'olho', ou seja, trata-se de uma motivação visual a partir de uma parte do corpo, os olhos, que são sempre dois; (iii) *três* pode ser designado como *mə̆t-wɨg-ʔăp* em referência às sementes da seringueira que nascem sempre em cachos de três sementes cada, ou como *bab'pə̆̃* 'sem irmão', em referência a conjuntos de gêmeos, considerando que há um par (dois) mais um sem par, sem irmão; (iv) de mesmo modo, o numeral *quatro* também toma por base a ideia de irmãos gêmeos, sendo referido por *hi-bab'-nĭ* 'ter irmão', dois pares completos; (v) por fim, *cinco* é designado por uma mão inteira, completa. O quadro 11 a seguir sintetiza as variantes para os numerais de 1-5:

Quadro 11: Numerais de 1-5 em hup

	Numeral	**Etimologia/Significado**
1	ʔayŭp	demonstrativo yúp 'aquele' (intangível)
	ʔăp	
2	koʔăp	
	kaʔăp	
	kəwə̆g-ʔap	olho-quantidade (parte do corpo)
3	mótwaʔăp	
	móraʔăp	
	mə̆t-wɨg-ʔăp	seringueira-semente-quantidade
	bab' pə̆̃	sem irmão
4	hi-bab'-nĭ	tem irmão/acompanhado
	bab'-nĭ	
5	ʔayup dapŭ̃h	uma mão
	ʔædapŭ̃h	
	nap'ŭ̃h	
	ʔæ d'apŭ̃h	

Fonte: adaptado de EPPS, 2005, p. 262-264.

Com base no mesmo princípio empregado para o numeral cinco, os numerais de 6-10, 15 e 20 são formados na língua hup a partir da soma de dedos das mãos e dos pés. Desse modo, os números de 6 a 9 são formados pela adição de um, dois, três ou quatro dedos à mão completa (cinco). Os numerais 10, 15 e 20 são referenciados, respectivamente, por 'duas mãos', 'um pé' – completando a soma de duas mãos e um pé - e 'dois pés inteiros' – soma de duas mãos e dois pés. Em geral, os numerais são acompanhados pelos gestos com os dedos das mãos.

Quadro 12: Numerais de 6-9, 10, 15 e 20 em hup

	Numeral	Etimologia/Significado
6	cə̋p cob cakg'ĕt ʔayŭp	outro dedo levantado
	ʔayŭp cob cakg'ĕt	um dedo levantado
	cə̋p cob popŏg	outro dedo grande (polegar)
7-9	cə̋p cob cakg'ĕt (2, 3, 4)	outros dedos levantados (2, 3, 4)
	(2, 3, 4) cob cakg'ĕt	(2, 3, 4) dedos levantados
10	cə̋p cob cakg'ĕt ʔædapə̋h	outros dedos levantados cinco
	ʔædapə̋h cob cakg'ĕt	cinco dedos levantados
	cŏb nihə́ʔ	'dedos ser/acabar'
	d'apə̋h nihə́ʔ	'mão ser/acabar'
	d'apə̋h=d'əh pɨ́d	'mãos ambas'
15	ʔayŭp j'ib hə́ʔ	um pé terminado/inteiro
20	j'ib nihə́ʔ	pé terminado/inteiro
	j'ib=d'əh pɨ́d	'pés ambos'

Fonte: adaptado de EPPS, 2005, p. 262-264.

Nas séries de 11-14 e de 16-19, também se utiliza a soma de dedos para designar os numerais, no entanto, não há uma forma específica para cada um deles, sendo a expressão *j'ib (popŏg) cakg'ĕt* 'dedos do pé levantados' utilizada indistintamente para qualquer um desses numerais. Assim, há ambiguidade e os falantes dependem necessariamente de gestos para diferenciar os numerais enunciados.

Epps (2005, p. 263) afirma que as variantes correspondem a diferentes regiões dialetais, mas algumas coexistem dentro da mesma comunidade, e a maioria dos falantes parece ter ciência da variação e utiliza as formas indistintamente. Atualmente, no entanto, os falantes preferem os numerais do português para expressar quantidades superiores a seis e apresentam formas exclusivamente do português para quantidades superiores a vinte.

Dentro do sintagma nominal, os numerais podem ocorrer tanto como modificadores quanto como núcleos nominais. Conforme afirma Epps (2005, p. 265), como modificadores, normalmente precedem o substantivo e são átonos, enquanto o substantivo recebe o acento primário do sintagma, geralmente reconhecido como tom crescente:

Hup (EPPS, 2005, p. 265)

(109) ʔɨn wɨd-ham-bí-ay-áh... j'ák b'ɔk kə́d-əh, **koʔap b'ɔ̋k**
1PL chegar-ir-HAB-INCH-DECL buriti pântano passar-DECL dois pântano
Nós chegamos como sempre fazemos… passamos o pântano do buriti, dois pântanos.

Chama a atenção o fato de que os numerais também requerem a marca de plural quando atuam como núcleos nominais, isto é, quando representam um referente plural explícito (normalmente animado), como nos exemplos (110) e (111):

Hup (EPPS, 2005, p. 171)
(110) **kaʔăp=d'əh**-ay=cud, tɨnɨ̆h hɔhɔ́h=d'əh
dois=PL-INCH=EV 3SG.POSS sapo=PL
Há dois deles aparentemente, seus sapos.

Hup (EPPS, 2005, p. 171)
(111) nɨ̆ báb'=d'əh **mɔ́taʔăp=d'əh**
1SG.POSS irmão=PL três=PL
Meus irmãos são três.

Observamos que, nos exemplos, os numerais *kaʔăp* 'dois' e *mɔ́taʔăp* 'três' recebem a marca de plural *=d'əh*, tendo em vista que estão em função de núcleo nominal nas duas ocorrências. De modo semelhante, no exemplo (112), a marca de número ocorre no final de uma sequência numérica:

Hup (EPPS, 2005, p. 171)
(112) **doy, cínku, cé... ʔóytu=d'əh**=cudʔũhní
dois cinco seis oito=PL=EV
Há 2, 5, 6, 8 deles [sapos], aparentemente.

A partir da análise das ocorrências de numerais na língua, Epps (2005, p. 175, tradução nossa) observa que,

> no caso de sintagmas nominais envolvendo numerais, a marca de número, preferencialmente, ocorre tanto no numeral quanto no núcleo do sintagma (especialmente para referentes humanos), e parece ser necessária se o numeral seguir o resto do sintagma (o que provavelmente significa que estes são de fato dois sintagmas aposicionais distintos).[58]

Dessa forma, é possível diferenciar construções como as seguintes:

[58]Tradução do original: "In the case of NPs involving numerals, number marking is preferred on both the numeral and the remainder of the NP (especially for human referents), and appears to be required if the numeral follows the rest of the NP (which probably means that these are in fact two distinct appositional NPs)."

Hup (EPPS, 2005, p. 175)
(113) **mɔ́taʔăp**(=d'əh) tiyĭʔ pŏg=**d'əh**
três(=PL) homem grande=PL
Três homens grandes.

Hup (EPPS, 2005, p. 175)
(114) tiyĭʔ pŏg=**d'əh** **mɔ́taʔăp=d'əh**
homem grande=PL três=PL
Homens grandes, três.

Em (113), há apenas um ato discursivo cujo núcleo é o nome *tiyĭʔ* 'homem', modificado pelo numeral *mɔ́taʔăp* 'três' e pelo adjetivo *pŏg* 'grande'. Neste caso, apenas o adjetivo apresenta a marca de plural. Epps (2005, p. 175) destaca que essas construções podem apresentar marca de plural no numeral, no entanto, o mais recorrente na língua é que a marcação ocorra apenas em contextos como (114), em que há dois atos discursivos distintos: o primeiro ato, *tiyĭʔ pŏg=d'əh* 'homem grande', apresenta marca de plural apenas no adjetivo, enquanto o segundo ato, *mɔ́taʔăp=d'əh* 'três', é constituído apenas pelo numeral como núcleo nominal e, por isso, é marcado com a partícula de plural *=d'əh*.

Nos níveis Representacional e Morfossintático, a representação desses exemplos mostra claramente a distinção de escopo das marcas de quantificação e a manutenção da relação transparente entre os níveis:

(113) **mɔ́taʔăp** tiyĭʔ pŏg=**d'əh** 'três homens grandes'
NR: (**m**x_1: [(f_1: tiyĭʔ: (f_2: pŏg) (f_1))]: [(3)] (x_1))
NM: (Np_1: [(Nw_1: **mɔ́taʔăp**) (Ap_1: (Nw_2: tiyĭʔ) (Aw_1: pŏg.**pl**) (Ap_1))] (Np_1))

(114) tiyĭʔ pŏg=**d'əh** 'homens grandes'
NR: (**m**x_1: [(f_1: tiyĭʔ: (f_2: pŏg) (f_1))] (x_1))
NM: (Np_1: [(Ap_1: (Nw_1: tiyĭʔ) (Aw_1: pŏg.**pl**) (Ap_1)) (Np_1))

mɔ́taʔăp=d'əh 'três'
NR: (**m**x_1: (f_1: mɔ́taʔăp) (x_1))
NM: (Np_1: (Nw_1: mɔ́taʔăp.**pl**) (Np_1))

Em (113), a quantificação definida (numeral 3) no NR é expressa, no NM, pela palavra nominal *mɔ́taʔăp* 'três', ao passo que a quantificação indefinida no NR é representada pelo operador *m* – múltiplo e expressa, no NM, pelo afixo de plural junto ao

adjetivo *pŏg* ‘grande’. Em (114), por sua vez, há dois Atos: o primeiro apresenta apenas a quantificação indefinida que, assim como no exemplo anterior, é representada pelo operador *m* – múltiplo e expressa, no NM, pelo afixo de plural; o segundo apresenta o numeral 3 exercendo a função de núcleo nominal, o que faz com que ele ocupe a posição de Indivíduo no NR e possa receber o operador de quantificação indefinida, expresso pelo afixo de plural que será, no NM, sufixado à palavra nominal *mɔ́taʔăp* ‘três’.

Observa-se que, nos exemplos, a marca de número indefinido é expressa no nome e também no numeral (quando este ocupa a função de núcleo nominal), mostrando claramente a distinção entre as duas marcações. Não se trata apenas de marcar número de modo redundante, mas sim de expressar duas noções distintas: quantidade definida por meio do numeral e quantidade indefinida por meio da marca de número, sendo possível, inclusive, que as duas marcas co-ocorram. Dessa forma, assim como em dâw, há sempre transparência pela manutenção da relação de um-para-um entre a informação de quantidade definida ou indefinida no Nível Representacional e a forma codificada no Nível Morfossintático.

Segundo Ospina Bozzi (2002, p. 247), a quantificação na língua **yuhup** é marcada por quantificadores e numerais. Os sintagmas nominais que apresentam quantificadores são formados pela justaposição do quantificador e do nome. Por outro lado, os que se formam com um numeral tem sua construção alterada de acordo com o traço de animacidade do nome determinado.

Atualmente, o sistema de numerais é pouco utilizado pelos yuhup e está, aos poucos, sendo substituído pelo sistema do espanhol (em função da distribuição em território colombiano). Contudo, ainda é possível encontrar os numerais de um a cinco na fala cotidiana, nas músicas e nos contos. A persistência desses numerais é justificada pelo sistema de cálculo de base cinco, que considera os dedos das mãos e dos pés para a contagem, semelhante ao sistema da língua hup. As formas para os numerais ‘um’ e ‘dois’ são as únicas formadas por elementos lexicais simples enquanto as demais são formadas a partir de composições lexicais e morfológicas de outras palavras. As formas três e quatro são acompanhadas de *_wăp*, indicador de quantidade. Já que os numerais se baseiam nas mãos e pés, as formas cinco, dez, quinze e vinte são formadas pelos lexemas que indicam ‘uma mão’, ‘duas mãos’ ‘duas mãos e um pé’ e ‘uma pessoa’, isto é, ‘duas mãos e dois pés’ para indicar vinte. As formas de seis a nove são formadas pela adição de dedos à mão já completa em cinco, porém apresentam a forma *ɟ̄àhdòdák* (morfema

não-identificado). Por fim, de onze a dezenove, os numerais são formados pela soma de dedos dos pés às mãos completas, assemelhando-se aos numerais de seis a nove.

De acordo com Ospina Bozzi (2002, p. 459), informantes relatam que, após dez, os números são expressos de dois em dois até vinte. Tendo em vista que uma descrição detalhada do sistema numérico não se faz necessária para a presente pesquisa, apresentamos a descrição dos numerais de um a quinze, tal como apresentados pela autora. Os numerais de 16 a 19 são incluídos, na descrição da gramática, por meio da contagem de dois em dois e, por isso, não são detalhados aqui:

Quadro 13: Numerais em yuhup

	Numeral	**Significado**
1	¯cáh	um
2	bə̌ʔ	dois
3	¯bòdígⁿ-_wăp	três-quantidade
4	bàbᵐ¯dí-_wăp	ser companheiro-quantidade
5	¯cáhpóh_wăp	um mão-quantidade
6	¯càhbâhpŏh¯ɟàhdòdák	um dedo mais mão
7	_bəʔ¯pŏh¯ɟàhdòdák	dois-dedos mais mão
8	¯bòdígⁿ_wăp¯pŏh¯ɟàhdòdák	três-dedos mais mão
9	bàbᵐ¯dí_wăp¯pŏh¯ɟàhdòdák	quatro-dedos mais mão
10	_bəʔ¯póh_wăp	dois-mão-quantidade
11	¯càh_cíbᵐ¯ɟàhdòdák	um-pé, dedo do pé
12	_bə̌ʔcíbᵐ¯ɟàhdòdák	dois-pé, dedo do pé
13	¯bòdígⁿ_wăp_cíbᵐ¯ɟàhdòdák	três-pé, dedo do pé
14	bàbᵐ¯dí_wăp_cíbᵐ¯ɟàhdòdák	quatro-pé, dedo do pé
15	_bə̌ʔ¯póh_wăp¯dí ɟ`ɔʔ ¯cáh_cíbᵐí	dois mão mais um pé
20	¯càhɟápà ɟùhúp	um pessoa

Fonte: adaptado de OSPINA BOZZI, 2002, p. 455-459.

O sintagma que apresenta quantificação definida por meio de numerais é formado pela justaposição dos elementos com a ordem determinante-determinado. Quando o nome é um ser animado, as marcas de indivíduo ou de coletivo podem ser pospostas ao numeral. Cabe destacar que reanalisamos a marca de coletivo como expressão de pluralidade, tendo em vista que, nos exemplos analisados, a distinção se dá entre um e mais elementos e não na noção semântica de conjunto. Desse modo, não há expressão de coletivo, mas de plural.

Tendo em vista as considerações apresentadas, observa-se que, se for uma única entidade animada, a marca de indivíduo não é obrigatória, como ilustram (115a), sem a marca de indivíduo, e (115b), com a marca de indivíduo:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 249)
(115a) ¯cáh ¯céʔ
um abelha
Uma abelha.

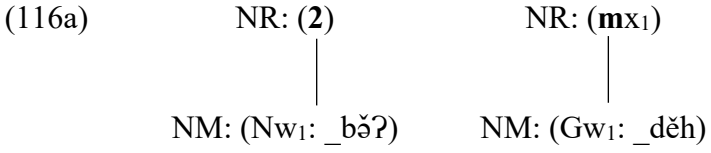
Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 250)
(115b) ¯cáh **ɟâp** ¯céʔ
um IND abelha
Uma abelha.

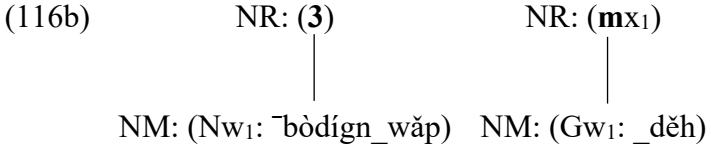
Caso seja um coletivo animado, a marca de coletivo, reinterpretada aqui como marca de plural, é obrigatória e deve ser posposta ao numeral, sendo opcional a repetição da marca após o nome, como demonstra Ospina Bozzi (2002, p. 249) nos exemplos a seguir:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 250)
(116a) **_bə̌ʔ** **_děh** cîɟ^{n} (_děh)
dois PL escaravelho (PL)
Dois escaravelhos.

(116b) **¯bòdíg^{n}_wăp** **_děh** bòhôw (_děh)
três PL garça (PL)
Três garças.

Em termos de representação, assim como nas línguas dâw e hup, observamos que a quantificação definida, expressa pelo numeral no NR, é codificada por uma palavra nominal no NM. A quantificação indefinida, por sua vez, expressa pelo operador *m* – múltiplo no NR, é codificada pela palavra gramatical *_děh* no NM.





Se o nome representa uma entidade inanimada, o sintagma é formado pelos termos justapostos sem qualquer marca, ou seja, apenas a quantificação definida é expressa no NR e codificada no NM por meio da palavra nominal correspondente:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 249)
(117a) **bə̌ʔ** hɛ̀bbə̌g^{n}
dois vassoura
Duas vassouras.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 249)
(117b) **¯bòdíg^{n}_wăp** ¯bôb^{m}
três machado
Três machados.

Portanto, nos exemplos da língua yuhup analisados até aqui, observa-se a quantificação de entidades animadas e inanimadas. O sintagma se forma pela simples justaposição do numeral e um nome de animal ou objeto. A marca de plural, que está condicionada à animacidade, é obrigatória para animados e ausente para inanimados. Desse modo, podemos notar que, no caso de nomes animados, marca-se a quantificação por meio do numeral, indicando quantificação definida, e também por meio da marca gramatical de plural, indicando quantificação indefinida. Por conseguinte, mantém-se a relação de um-para-um entre a formulação e a codificação da quantidade definida e indefinida visto que são codificadas uma única vez por mecanismos distintos: numeral e marca gramatical. Importante ressaltar que, ainda que seja possível a repetição da marca de plural após o nome no caso de entidades animadas, esse recurso é pouco utilizado e acreditamos que, assim como em hup, pode evidenciar a expressão de uma construção em que há dois atos aposicionais.

Existem poucas informações a respeito das construções marcadas por número em **nadëb**. Weir (1984, p. 83) destaca que, "em geral, os nomes não são marcados por número, mas alguns substantivos apresentam formas singular e plural, como *txaah/taah* 'filho/filhos', *ɨ̃inh/ɨ̃iy* 'mulher/mulheres'". Dessa maneira, não há uma marca morfológica de plural, mas sim formas específicas distintas para alguns nomes.

No que diz respeito à quantificação, nadëb apresenta numerais e quantificadores, que são, em geral, pouco precisos. Epps (2005, p. 266) observa que a língua nadëb apresenta o sistema mais "simples" dentre as línguas da família Naduhup, com termos lexicais para expressar somente 1, 2 e 3, sendo dois e três geralmente usados de forma

aproximada. Para quantidades maiores, são utilizados outros termos quantificadores, como "vários", "todos", "muitos" etc., por vezes acompanhados da indicação do número apropriado por meio dos dedos das mãos.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 104)
(118) **set** ĩih a-gúuw-wút
um 1SG FORM-derrubar.árvore-PFV
Derrubei uma (árvore).

Nadëb (WEIR, 1984, p. 104)
(119) **sahõnh**-hẽ ãah **wokxãab** ãah ba-txuug-hũm
todos-ADV[59] 1PL pertence 1PL ADVREL-arrumar-ir
Movemos todos os nossos pertences para outro lugar.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 150)
(120) **tamawób** **lóós** ãah mi-aay-wút
três loja 1PL tema-perguntar-PFV

dooh mɨh sa-nooh
NEG REP deles-boca
Perguntamos em três lojas. Eles disseram que não (tinham).

Em (118), há um exemplo de oração no singular com a presença do numeral *set* 'um'. Por sua vez, a ocorrência em (119) ilustra o uso de termos quantificadores, como *sahõnh* 'todos', empregados para quantidades superiores a três. Cabe ressaltar que o nome modificado pelo quantificador não recebe qualquer marca de quantificação, permanecendo em sua forma original, *wokxãab* 'pertence'. Por fim, (120) apresenta a ocorrência do numeral *tamawób* 'três' e o nome, *lóós* 'loja', não recebe qualquer marca de quantificação.

Tomando o exemplo (120), em que há a marcação de número, observamos que ocorre apenas a expressão de quantidade definida (NR), expressa pela palavra nominal *tamawób* 'três' no NM, sem que haja qualquer outra indicação ou marca morfológica para quantidade indefinida, mantendo-se a relação transparente, conforme a representação de alinhamento dos níveis:

[59] "Sufixo adverbial *-hẽ*; o uso desse sufixo não está bem claro ainda, mas, pelo menos na maioria das ocorrências, aparece vinculado a advérbios." (WEIR, 1984, p. 11)

(120) NR: (**3**)

NM: (Nw_1: tamawób)

Como é possível constatar a partir dos exemplos, não há dupla marcação de número, sendo suficiente apenas a quantidade definida para indicar a quantificação. Desse modo, quando são utilizados nomes com formas específicas de plural, não há especificação por meio do numeral. Assim, a língua mantém uma relação de transparência apenas com a indicação de quantidade definida ou indefinida, sem co-ocorrência dessas formas. Ao que parece, a informação de quantidade definida não é relevante na língua, dada a pequena ocorrência de numerais e sua pouca precisão de uso.

Os dados analisados corroboram o postulado por Câmara *et al.* (2017) e comprovam que as línguas da família Naduhup são transparentes nesse critério, apresentando diferentes estratégias para quantificação definida e indefinida. Na língua nadëb, não há marca gramatical de plural, apenas numerais de um a três que são poucos específicos, o que mostra que a quantificação pode não ser uma categoria relevante na língua. Nas línguas yuhup, dâw e hup as duas expressões distintas de quantificação, definida e indefinida, co-ocorrem. Em yuhup, a marca gramatical de quantificação indefinida em entidades animadas pode co-ocorrer com numerais em um mesmo sintagma. O mesmo se aplica em hup, sendo possível ainda que o próprio numeral receba a marca gramatical de quantificação indefinida quando em função de nome. Já em dâw, o numeral pode ocorrer junto à marca gramatical ou ainda à marca fonológica, o tom ascendente indicador de quantificação indefinida. Dessa forma, no Nível Representacional, a quantificação definida é expressa pelo numeral e por uma palavra lexical no Nível Morfossintático; e a quantificação indefinida é expressa por meio de um afixo também no Nível Morfossintático ou por meio de tom ascendente no Nível Fonológico. Portanto, mantém-se a relação transparente de um-para-um entre os níveis.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Concordância de número	-	-	-	-

6.5 Concordância de negação

Leufkens (2015, p. 57) afirma que a negação de uma sentença pode ser expressa por diferentes meios: afixos, marcadores independentes, pronomes indefinidos ou quantificadores negativos e itens de polaridade negativa (itens que não apresentam valor semântico negativo, porém são utilizados obrigatoriamente na presença de elementos negativos, como é o caso de *anybody* em inglês). Conforme discutido no capítulo metodológico, a autora considera que casos de dupla expressão da negação em uma sentença – por meio de partículas, pronomes, quantificadores em co-ocorrência com itens de polaridade negativa – representam uma relação de redundância, ou seja, uma relação não-transparente, já que uma única negação semântica corresponde a múltiplos elementos morfossintáticos. Há, no entanto, evidências de que esse fenômeno não é estrita ou necessariamente opaco, já que a negação pode apresentar diferentes escopos e relações de ênfase. Dessa forma, essa seção se centrará na descrição da expressão da negação nas línguas da família Naduhup, um fenômeno complexo e que apresenta dados interessantes para a discussão das relações de escopo e de transparência nessas línguas.

Em **dâw**, a negação sentencial é realizada pelo sufixo *-ɛ̃h,* derivado do verbo negativo *mɛ̃h* 'não haver/não existir', que pode ser ligado a nomes (121), verbos (122) e até mesmo aspectos (123):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 509)
(121) hid hãm tùw-**ɛ̃h** hɔ̃t xàj tèn
3PL ir caminho-NEG longe mata meio
Eles foram sem caminho, longe, no meio da mata.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 509)
(122) jˀãmxɯʔ hɛ̃d-**ɛ̃h** tih wə̀n ʃún
onça possuir-NEG 3SG terçado COLL:AUM[60]
Onça não tem o terçado dela.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 326)
(123) ʔãh wɤjˀ **tɤ́g-ɛ̃h** púd mˀɯ̃ʔ cɤp
1SG ver HABI-NEG ser.INTENS minhoca arrebentar:INTR
Eu não costumo ver minhoca arrebentar assim.

[60] "O coletivizador *fún* incorporado ao supramorfe ascendente *'aumentador'* aumenta a carga semântica que designa a coletividade estabelecida entre as entidades do conjunto. Por meio deste mecanismo, o locutor realça o fato de o efeito positivo ou negativo do evento atingir igualmente a todas as entidades do conjunto." (MARTINS, 2004, p. 406)

Quando ligado aos nomes, o sufixo de negação *-ɛ̃h* pode, nas palavras de Martins (2004), negar existência (124), estado (125) e posse (126):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 560)
(124) hid hãm [tùw-**ɛ̃h**] g-id
3PL ir caminho-NEG DEM.EMPH[61]-DIR
Eles foram sem nenhum caminho.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 560)
(125) tih ʔɔx hãm [ʃeʔ-báx-**ɛ̃h**]
3SG correr ir paneiro-NEG
Ele fugiu sem paneiro.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 560)
(126) bòj tɤg-**ɛ̃h**
traíra dente-NEG
Peixe traíra não tem dente. (Lit. traíra sem dente)

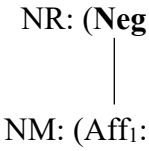
Nesses exemplos, entendemos que a negação atua na camada da Propriedade Lexical, já que, como afirmam Hengeveld e Mackenzie (2018), pode ser aplicada a nomes e adjetivos, escopando especificamente a Propriedade Lexical, o que é confirmado pela sufixação da negação ao nome. Dessa forma, no NR, a camada da Propriedade Lexical recebe o operador de negação (Neg), que será codificado pelo sufixo *-ɛ̃h* no NM:

NR: (**Neg** f^{l}_{1})
|
NM: (Aff_{1}: -ɛ̃h)

Quando sufixada ao verbo, a negação escopa o Estado-de-Coisas, como em (127). Portanto, é a camada do Estado-de-Coisas, no NR, que receberá o operador de negação, codificado, de mesmo modo, pelo sufixo *-ɛ̃h* no NM:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 509)
(127) tih tɛ buj-**ɛ̃h** kuɟ mˀɛ̃ʔ-ɛ̃d ʃún
3SG filho derrubar-NEG nunca um-SPEC COLL:AUM
Seu filho não derrubou nunca.

[61] Pronome demonstrativo enfático.



Por fim, o sufixo de negação pode ocorrer em aspectos, negando, portanto, algum traço da constituição interna do evento. Cabe notar que não é a realização da ação que está sendo negada, mas algum aspecto da sua realização. Como destaca Martins (2004, p. 326, grifo nosso),

> entre os aspectos que ocorrem concomitantemente com o morfema de negação figuram os **perfectivos 1 e 2[62], durativo, pontual, habitual 1[63] e o intensivo 1[64]**, os quais são muito frequentes nos textos que foram analisados. Nestas construções, o indicador de negação é aposto ao aspecto.

A seguir, listamos os exemplos dados pela autora para ilustrar a negação com cada um dos aspectos citados:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 327)
(128) ʔa-bɯg tih kɤ̀t **jũt-ɛ̃h**
nesse-aí 3SG ficar.em.pé PFVI -NEG
Daí, ele não ficou em pé.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 326)
(129) hid jũt **hũ-ɛ̃h** hid ten hɐ́p
3PL matar PFVII-NEG 3PL tinguijar peixe
Eles nem mataram todos os peixes que eles tinguijaram.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 326)
(130) ʔãh buj **dɤ̀h- ɛ̃h** mˀɯ̃́jˀ mˀɛ̃ʔ-ɛ̃d ʃún
1SG derrubar PUNCT-NEG 2SG.OBL um-SPEC COLL:AUM
Eu não derrubo um sequer para você.

---

[62] Os perfectivos 1 e 2 codificam eventos completos, no entanto, o perfectivo 2 "codifica a extensividade do evento a uma entidade vista como completa, focalizando cada elemento componente do conjunto." (MARTINS, 2004, p. 290)

[63] "Em Dâw, os eventos sinalizados pelo aspecto habitual1 são entendidos como eventos que persistem no tempo, que se realizam com frequência, da mesma maneira e com habitualidade. [...] codifica a quantificação indefinida de um evento, sem associá-lo com um momento específico, mas sim com um período completo." (MARTINS, 2004, p. 299-300)

[64] Os aspectos intensivos *jed* e *ʔuj* "designam eventos realizados com grau de intensidade acima do normal. [...] podem ocorrer com eventos ativos e estativos e, dependendo da acepção do verbo que modificam, indicam a intensidade quantitativa ou qualitativa, ou ainda o alto grau de voluntariedade do agente na realização do evento." (MARTINS, 2004, p. 303)

Dâw (MARTINS, 2004, p. 326)
(131) jɔw **xɤd-ɛ̃h** nɯg nĩ mɯg mɛ̃ɲ tɔp búːt
ir.reto DUR-NEG 2PL assim aqui 1SG.POSS casa em
Vocês não vão ficar atalhando caminho aqui por dentro da minha casa.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 326)
(132) ʔãh wɤjˀ **tɤ́g-ɛ̃h** púːd mˀɯ̃ʔ cɤp
1SG ver HABI-NEG ser.INTENS minhoca arrebentar:INTR
Eu não costumo ver minhoca arrebentar assim.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 329)
(133) tih ʔə̀̃m tɤ̀w púɯ́d jed pita tih-ɯ̃́j/
3SG esposa estar.bravo ser.INTENS INTENSI ficar 3SG-AFF

nʔ`ĭd tih ʃɔh **jed-ɛ̃h** tih-ɯ̃́jʔ
mesmo.assim 3SG rejeitar INTENSI-NEG 3SG-AFF
A esposa dele está muito brava com ele; mas, mesmo assim, não o rejeitou.

A possibilidade de marcar negação diretamente no aspecto é um dado importante para evidenciar as relações de escopo. Para além de corroborar a tese de que a negação não é apenas um operador da camada do Estado-de-coisas, a ocorrência de um marcador de negação incidindo sobre o aspecto confirma a negação como um fenômeno mais amplo, que pode atuar com diferentes escopos, como se comprova nos seguintes exemplos:

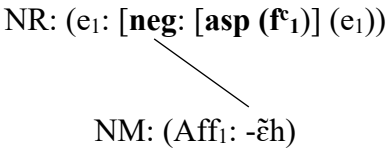
Dâw (MARTINS, 2004, p. 329)
(134a) hid mãj-ne-**ɛ̃h** **hɯ́ʔ**
3PL pagamento-fazer-NEG PFVII
Eles não fizeram nenhum pagamento. [Nenhuma parte]

(134b) hid mãj-ne **hɯ́ʔ-ɛ̃h**
3PL pagamento-fazer PFVII-NEG
Eles pagaram parte. (Lit: Eles pagaram não-tudo.)

Em (134a), a negação incide sobre o predicado e nega todo o Estado-de-coisas, ou seja, a interpretação mais adequada para o evento descrito é que nenhuma parte do pagamento foi realizada. Como ilustrado anteriormente, o operador de negação, no NR, atua na camada do Estado-de-Coisas e é codificado pelo sufixo *-ɛ̃h*.

NR: (**Neg** e_1)
|
NM: (Aff_1: -ɛ̃h)

Em contrapartida, em (134b), a negação incide sobre o aspecto perfectivo, isto é, sobre a completude do evento, indicando que apenas um pagamento parcial foi realizado, eles não pagaram a totalidade da dívida. O aspecto é um operador da camada da Propriedade Configuracional no Nível Representacional, o que significa dizer que, portanto, a negação também está atuando na camada da Propriedade Configuracional, não mais na camada do Estado-de-Coisas, o que justifica também a mudança de significado. De modo muito simplificado, a relação que se estabelece pode ser representada como segue:



Fica evidente, nesses exemplos, que há uma distinção importante de escopo que produz variações de significado a respeito da completa realização do evento referido: quando o operador atua na camada do Estado-de-Coisas, todo o evento descrito é negado; quando atua na camada da Propriedade Configuracional, já especificada pelo aspecto, é alguma parte do evento/ação que está sendo negada, no caso do exemplo (134b), sua completude. No que se refere à transparência, nota-se a manutenção do paralelismo entre os níveis Representacional e Morfossintático pela expressão de uma única negação, porém, com diferentes escopos em cada ocorrência.

Além da negação por meio do sufixo *-ɛ̃h* atuando com nomes, verbos e aspectos, dâw conta com a partícula *taʔ* para negação 'categórica', nas palavras de Martins. De acordo com a autora (2004, p. 478), essa partícula é usada "para retrucar ou refutar veementemente uma acusação feita pelo emissor. [...] é pronunciada com um tom de voz consistente e bem forte, indicando, em algumas circunstâncias, certa violência."

Dâw (MARTINS, 2004, p. 478)
(135a) ʔãh cɤ́k **taʔ**
1SG roubar NEG
Eu roubar, não!

(135b) dɤw kaʃãm **taʔ**
Dâw morrer NEG
Dâw morrer, não!

(135c) ʔãh ʔéj **taʔ**
1SG olhar.de.longe NEG
Eu olhar de longe, não!

Como podemos observar, o falante rejeita, desafia o conteúdo de um ato discursivo proferido anteriormente pelo interlocutor. Pelas descrições de Martins (2004), é possível concluir que a negação categórica acontece em contextos em que o falante desafia a asserção realizada por outro falante, rejeitando-a veementemente. Desse modo, a negação incide sobre o Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal, tal como descrevem Hengeveld e Mackenzie (2018).

É importante destacar também o aspecto fonológico, visto que a partícula é pronunciada com tom de voz forte e, por vezes, até mesmo violento. A negação de Conteúdo Comunicado, portanto, é uma negação que ocorre no Nível Interpessoal e é também codificada nos dois níveis formais: no Nível Morfossintático, é expressa pela partícula *taʔ*, enquanto, no Nível Fonológico, recebe um tom ascendente, ou seja, um operador aplicado à palavra fonológica, que indica a contestação do falante, por vezes violentamente, em relação ao que foi dito anteriormente:

NI: (**Neg** C_1)
|
NM: (Gw_1: taʔ)
|
NF: (**h**Pw_1)

Dâw conta ainda com dois verbos inerentemente negativos: *mɛ̃h* ‘não haver/não existir’ para construções existenciais negativas, e *mãj* ‘não ser/não estar’ para construções negativas com propriedades de um lugar, conforme ilustram os exemplos:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 559)
(136) nɐ́ʔ mʔɛ̀ɟ bóʔ **mãj/** nɐ́ʔ bɤx
esse 2SG.POSS tucunaré não.ser esse jacundá
Esse teu não é tucunaré, esse é jacundá.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 559)
(137) tih dɤw tɛ **mãj**
3SG gente filho não.ser
Ele não é filho de gente.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 559)
(138) dɤw **mɛ̃h** mˀɛ̃ʔ-ɛ̃d ʃún
Dâw não.haver um-SPEC COLL:AUM
Não há nenhum Dâw.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 559)
(139) ʔãm **mɛ̃h** nɐ́ʔ jɛ̃m kɐd ʔãh **mɛ̃h** kɔn
2SG não.existir esse mundo dentro 1SG não.existir CONJ
Você não existiria neste mundo se eu não existisse.

Em (136) e (137), as propriedades *bóʔ* 'tucunaré' e *dɤw tɛ* 'filho de gente' são negadas pela presença do verbo negativo *mãj* aplicado a essas propriedades. De mesmo modo, em (138) e (139), a existência dos indivíduos - *dɤw* 'Dâw', *ʔãm* 'você' e *ʔãh* 'eu' - é negada por meio do verbo negativo *mɛ̃h*.

Entendemos, nesses casos, que a semântica do verbo é negativa, ou seja, não há aqui a aplicação de operadores de negação, mas a escolha do falante por um verbo que, em seu significado, apresenta o traço de negação. Martins (2004, p. 214) destaca que dâw apresenta o verbo estativo *nĩ* 'existir' que pode ser negado pelo uso do sufixo de negação *-ɛ̃h* com o mesmo significado do verbo negativo *mɛ̃h*, como é possível comprovar em (140). Desse modo, a língua conta com duas formas de indicar a 'não-existência': uma forma com o verbo inerentemente negativo *mɛ̃h*, em que a semântica do verbo já implica a negação da existência de determinada entidade, e outra com a junção do verbo *nĩ* 'existir' e o sufixo de negação *-ɛ̃h*.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 214)
(140) ʔid wap **nĩ-ɛ̃h** dũʔ hid pɛj
1PL EMPH existir-NEG também 3PL ILAT
Nós todos também não estamos perto deles. (Lit. nós todos não existimos também perto deles)

É nítida a distinção das estratégias quando nos deparamos com exemplos em que ambas podem ser combinadas de forma a gerar uma leitura positiva conforme se observa no par de exemplos (141a) e (141b).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 561)
(141a) ʃelˀ **mɛ̃h**
banana não.haver
Não há banana.

(141b) ʃelˀ **mɛ̃h-ɛ̃h**
banana não.haver-NEG
Há banana.

Em (141a), há apenas a presença do verbo inerentemente negativo *mɛ̃h*, cuja semântica nega a existência da entidade *ʃelˀ* ‘banana’. No entanto, em (141b), a combinação do verbo inerentemente negativo *mɛ̃h* com o sufixo negativo *-ɛ̃h* resulta em uma leitura positiva da sentença ‘há banana’. Ressaltamos que essa combinação apenas é possível porque o sufixo negativo *-ɛ̃h* pode atuar em camadas mais altas, como, no caso, na camada do Estado-de-coisas, escopando o verbo negativo *mɛ̃h* e resultando, assim, em uma leitura positiva.

Por fim, dâw apresenta ainda dois itens lexicais que ocorrem sempre em construções negativas: *piʃún* ‘de jeito nenhum/de nenhum modo’ e *kuɟ* ‘nunca’. De acordo com Martins (2004, p. 348), *piʃún* é formado pela junção dos morfemas *piʃ* ‘ser pouco’ e *ʃún* ‘coletivo’, juntamente com o suprafixo ‘aumentador’, designado pelo tom ascendente. Observa-se que não há, em sua formação, um valor inerentemente negativo, mas esse item é utilizado apenas em contextos negativos, o que indica tratar-se de um item de polaridade negativa. Além disso, de acordo com os exemplos apresentados, podemos analisar que *piʃún* indica de fato uma negação de modo, sinalizando a não realização de determinado evento de nenhum modo, de jeito nenhum, conforme ilustram os exemplos (142) e (143):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 348)
(142) ʔa-bɯg tih ʃɛ́h ʔɯb-**ɛ̃h** **piʃún**
esse-aí 3SG sobrinho acordar-NEG de.jeito.nenhum
Daí, o sobrinho dele não acordou de jeito nenhum.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 407)
(143) dɤw bɤj jɤ́h tuk-**ɛ̃h** **piʃún** ʔáʔ bák
Dâw atravessar voltar:TR querer-NEG de.jeito.nenhum esse zarabatana
O Dâw não quer devolver de jeito nenhum essa zarabatana.

A autora não apresenta descrições a respeito da formação e uso de *kuɟ*; no entanto, a partir dos exemplos encontrados na gramática, foi possível concluir que esse item indica negação de tempo, sinalizando que o evento não se realizará em nenhum momento, por isso a tradução mais adequada é ‘nunca’. Ademais, observou-se que também se trata de um item de polaridade negativa, visto que, assim como *piʃún,* ele ocorre apenas em

contextos negativos. Tal proposição é confirmada pela presença, na língua, do item *nű́k*[65] 'nunca' que apresenta o mesmo significado de *kuɟ*, mas é utilizado apenas em contextos assertivos, como podemos constatar no contraste entre os exemplos (144) e (145):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 299)
(144) ʔãh bɛj jɤh-**ɛ̃h** **kuɟ** ʔáʔ
1SG repetir voltar-NEG nunca esse
Eu não vou devolver isso nunca.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 233)
(145) ʔa-bɯg mĩ́ʃ **nű́k** hɔd
nesse-aí jabuti nunca sair
Daí, o jabuti nunca saiu.

A combinação da negação sentencial, realizada pelo sufixo negativo *-ɛ̃h*, com os itens negativos, *piʃún* e *kuɟ*, resultando ainda em uma leitura negativa, poderia nos levar a um contexto não-transparente. No entanto, tendo em conta a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2018) a respeito da ocorrência da negação nas diferentes camadas dos níveis Representacional e Interpessoal, consideramos que esses itens também apresentam um escopo específico e atuam em camadas distintas. Portanto, não entendemos que a negação é expressa de duas maneiras diferentes, mas que cada negação apresenta seu próprio escopo: a negação sentencial *-ɛ̃h* escopa o Estado-de-coisas, enquanto *piʃún* especifica um modo negado e *kuɟ* um tempo negado. Assim, ao contrário de Leufkens (2015), consideramos que não há opacidade, mas sim um alinhamento transparente na medida em que cada negação tem seu próprio escopo.

Em suma, a língua dâw faz uso de uma única forma de negação sentencial, o sufixo negativo *-ɛ̃h*, que pode ser combinado com itens de polaridade negativa, como *piʃún* e *kuɟ*, sem que isso resulte em uma relação opaca entre os níveis Representacional e Morfossintático, considerando o escopo de cada negação. A língua apresenta também uma partícula de negação categórica, que mantém uma relação transparente entre os níveis, visto que ela atua na camada do Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal, é codificada no Nível Morfossintático pela partícula *taʔ*, e, no Nível Fonológico, pelo tom ascendente. Além disso, dâw apresenta verbos inerentemente negativos, que trazem em sua semântica a negação das propriedades existenciais e de um lugar, podendo ser

[65] Parece-nos que a forma *nű́k* é, na verdade, um empréstimo do português dada a semelhança na forma e também os contextos de uso, sendo ainda pouco frequente na língua.

combinados com a negação sentencial, visto que esta atua em camadas mais altas, como a do Estado-de-Coisas.

Hup, por sua vez, apresenta três estratégias distintas de negação sentencial: (i) o sufixo negativo *-nɨ́h*, usado exclusivamente com predicados verbais e adjetivais; (ii) a partícula predicativa *pă̌*, usada como negação existencial; e (iii) a partícula de negação *ʔăp*, que pode funcionar para contradizer toda a oração ou negar apenas um constituinte de forma a realizar um contraste negativo, muitas vezes relacionado com a identidade de uma entidade nominal.

O sufixo negativo *-nɨ́h* é anexado à raíz verbal para negação sentencial de predicados verbais e adjetivais apenas. Epps (2005, p. 606) chama a atenção para a estrutura da negação verbal praticamente idêntica à estrutura afirmativa: o sufixo negativo assume a posição ao lado da raíz verbal, que é, em geral, ocupada por sufixos comuns nas orações afirmativas, como é possível observar nos exemplos (146a-b) e (147):

Hup (EPPS, 2005, p. 606)
(146a) mangă hɨ́d-ăn təw-**ay**
Margarita 3PL-U repreender-INCH
Margarita está repreendendo-os.

(146b) mangă hɨ́d-ăn təw-**nɨ́h**
Margarita 3PL-U repreender-NEG
Margarita não os repreendeu.

Hup (EPPS, 2005, p. 606)
(147) kayak=tĭg maca-**nɨ́h** pɨ́d; cană b'ɨ́yɨʔ macá-**áh**
mandioca=raíz crescer-NEG DISTR abacaxi apenas crescer-DECL
A mandioca não cresce, apenas abacaxis crescem.

Na comparação entre orações afirmativas e negativas, observamos que, em (146b), o sufixo negativo ocorre na mesma posição que o sufixo incoativo presente na afirmativa em (146a). De mesmo modo, o exemplo (147), constituído por dois atos – um negativo e outro afirmativo –, mostra que o sufixo negativo ocorre na mesma posição do sufixo declarativo presente no segundo ato.

A mesma estratégia simétrica ocorre na negação de orações interrogativas, como demonstra o par (148a-b), em que o sufixo negativo, em (148b), ocorre na mesma posição – anexado ao verbo – que o sufixo dinâmico presente na oração interrogativa afirmativa em (148a):

Hup (EPPS, 2005, p. 606)
(148a) túk-**úy** ʔám?
querer-DYN 2SG
Você quer?

(148b) tuk-**nɨh** ʔám?
querer-NEG 2SG
Você não quer?

Na negação de oração imperativas, no entanto, além da negação sufixada na raíz verbal, há o acréscimo de um suporte, no caso, o verbo *ni-* 'ser', para a indicação de ilocução imperativa, conforme ilustra o par afirmativo-negativo respectivamente em (149a) e (149b):

Hup (EPPS, 2005, p. 607)
(149a) tæ̃ʔnɔhɔ́!
rir.IMP
Ria!

(149b) tæ̃ʔnɔhɔ-**nɨh**=yɨʔ **níh**!
rir-NEG=TEL ser.IMP
Não ria!

Nos exemplos dados até aqui, é possível notar que o sufixo negativo *-nɨh* atua sobre todo o Estado-de-Coisas, negando-o. Dessa forma, no Nível Representacional, o operador de negação atua na camada do Estado-de-Coisas e é codificado, no Nível Morfossintático, pelo sufixo *-nɨh* anexado ao predicado:

NR: (**Neg** e_1)
|
NM: (Aff_1: -nɨh)

O sufixo *-nɨh* também pode ser empregado em compostos verbais e, a depender da integração semântica do composto, nega todas as ações envolvidas ou apenas uma delas. De acordo com Epps (2005, p. 609), no caso de compostos menos integrados, ou seja, que codificam uma sequência de eventos relativamente distintos, é mais provável que a negação incida sobre todas a ações descritas, como mostra (150a), em que todo o Episódio é negado pelo sufixo anexado ao final do composto:

(150a) ʔɨd-wæd-ham-**níh**
falar-comer-andar-NEG
sem falar, sem comer, sem andar.

Se uma ou mais atividades estão ocorrendo, o composto verbal é quebrado em duas orações, uma negativa e outra afirmativa, como em (150b) e (150c)[66]:

(150b) ʔɨd-**níh** (tɨh) wæd-hám-áy
falar-NEG (3SG) comer-andar-DYN
(Ele) anda e come [simultaneamente] sem falar.

(150c) ʔɨd-wæd-**níh** (tɨh) hám-áy
falar-comer-NEG (3SG) andar-DYN
(Ele) anda sem comer e sem falar.

Nesses casos em que uma série de ações é negada, o operador de negação incide sobre a camada do Episódio, no Nível Representacional, e, do mesmo modo, é codificado, no Nível Morfossintático, pelo sufixo negativo *-níh*, que agora aparece no final da sequência de predicados:

NR: (**Neg** ep$_1$)
|
NM: (Aff$_1$: -níh)

No caso da coordenação de orações indicando atividades sequenciais – marcadas pelo sufixo sequencial *-yóʔ* – a interpretação do escopo da negação parece ser mais flexível e depender do contexto para ser determinada. Epps (2005, p. 610) apresenta o exemplo (151), em que são listadas uma série de atividades realizadas pelas mulheres para o cultivo da mandioca. Nota-se que apenas o último verbo da série recebe o sufixo de negação e a sentença pode ser interpretada de dois modos: (i) nenhuma das atividades foi realizada pelas mulheres e, nesse caso, a negação incide sobre a camada do Episódio (NR), negando toda a série de ações; ou (ii) todas as atividades foram realizadas, exceto a última, ou seja, a negação incide apenas sobre o Estado-de-Coisas (NR) designado pelo

[66] Os exemplos (150a-c) foram adaptados da discussão apresentada por Epps (2005, p. 609) acerca da negação em compostos verbais.

predicado que recebe o sufixo de negação. Segundo a autora, a interpretação (ii) é mais provável em contextos em que o agente é definido e especificado.

Hup (EPPS, 2005, p. 610)
(151) tãʔɑ́ɣ=d'əh kayak=tĭg d'oʔ-yóʔ, kayak=tĭg g'uk-yóʔ,
mulher=PL mandioca=raíz apanhar-SEQ mandioca=raíz agrupar-SEQ

cet-d'oʔ-kədham-ni-yóʔ, cĩy'**-nɨ́h** ʔɑ́ɣ=d'əh-əh
carregar-apanhar-ir.rápido-ser-SEQ enterrar-NEG mulher=PL-DECL
As mulheres, (não) tendo apanhado as raízes de mandioca, (não) tendo juntado as raízes de mandioca, (não) tendo carregado rapidamente, as mulheres não plantaram.

Além de predicados verbais, o sufixo *-nɨ́h* também pode ser empregado em predicados adjetivais. Nesse caso, o operador de negação tem um escopo mais restrito, incidindo apenas sobre a Propriedade Lexical (NR), mas continua sendo codificado, no NM, por meio do sufixo *-nɨ́h*:

Hup (EPPS, 2005, p. 611)
(152) g'ɨ-**nɨ́h**=hɔ̃, yúw-úh!
quente-NEG=NONVIS DEM-DECL
Isto não está quente (Lit: Isto está não-quente).

NR: (**Neg** f$^{l}_{1}$)
|
NM: (Aff$_{1}$: -nɨ́h)

Chama a atenção apenas o fato de que, quando os adjetivos estão em função adverbial, a negação desencadeia uma mudança na ordem de constituintes. Nas orações negativas, o advérbio e a negação tendem a aparecer anexados ao verbo, como ilustra (153a); enquanto nas orações afirmativas, o advérbio ocorre independente, fora do conjunto verbal, conforme (153b):

Hup (EPPS, 2005, p. 611)
(153a) tɨh tɔʔɔh-**pɨb-nɨ́h**
3SG correr-rápido-NEG
Ele não corre rápido.

(153b) **pɨb** tɨh tɔʔɔh-ɔ́y
rápido 3SG correr-DYN
Ele corre rápido.

A segunda estratégia de negação encontrada em hup é o uso da partícula *pǎ̆*, que, segundo Epps (2005, p. 615), é empregada para negação existencial, ou seja, usada exclusivamente para negação da existência de determinada entidade, como em (154):

Hup (EPPS, 2005, p. 615)
(154) ʔɨ́n=dú=d'əh kotʔah=cóʔ=yɨʔ húp **pǎ̆**,
1PL=ancestral=PL antes=LOC=TEL humano NEG.EX

cɔkw'ə̌t=d'əh **pǎ̆**, miná?=d'əh **pǎ̆**…
Tucano=PL NEG.EX Desano=PL NEG.EX
No tempo antes dos nossos ancestrais, não havia pessoas, não havia tucanos, não havia desanos...

A GDF considera as construções existenciais como um dos tipos integrantes dos esquemas de predicação presentes nas línguas[67]. Dessa forma, trata-se de um fenômeno da camada da Propriedade Configuracional. Entendemos, assim, que o operador de negação incide, no NR, sobre esta camada, e é codificado, no NM, pela palavra gramatical *pǎ̆*:

NR: (**Neg** f_1: [(x_1)] (f_1))
|
NM: (Gw_1: pǎ̆)

Observamos que, no caso da língua hup, todas as construções existenciais negadas têm, como núcleo da Propriedade Configuracional, um Indivíduo (x), que, no Nível Morfossintático, pode ser codificado por um sintagma nominal composto por nome e adjetivo. Nesse caso, é interessante notar a diferença entre as estratégias de negação (*pǎ̆* e *-níh*) e seus escopos quando aplicadas à mesma estrutura de sintagma, como podemos observar na comparação entre (155a) e (155b):

Hup (EPPS, 2005, p. 616)
(155a) [tiyĭʔ pŏg] **pǎ̆**
homem grande NEG.EX
Não há homem grande.

[67] No Nível Interpessoal, as construções existenciais são formuladas em um único Subato de referência, ao passo que, no Nível Representacional, situam-se na camada da Propriedade Configuracional como parte dos esquemas de predicação e podem ter como núcleo diferentes categorias semânticas (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 194, 207). Em termos de codificação, cada língua possui meios próprios de expressar existência – verbos existenciais, morfemas etc.

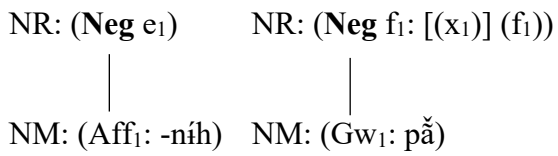
(155b) tiyĭʔ [pŏg]**-nɨ́h**
homem grande-NEG
O homem não é grande.

Em (155a), o operador de negação atua sobre a Propriedade Configuracional, no Nível Representacional, e a negação, expressa pela partícula *pă̌,* no Nível Morfossintático, incide sobre todo o sintagma nominal, negando sua existência. Em contrapartida, em (155b), o operador de negação atua apenas sobre a Propriedade Lexical, no Nível Representacional, e a negação, expressa pelo sufixo *-nɨ́h,* no Nível Morfossintático, incide, consequentemente, apenas sobre a propriedade designada pelo adjetivo, negando-a. Portanto, são duas estratégias distintas de negação, com funções e escopo distintos, o que mantém a relação transparente entre função e forma.

Considerando, portanto, que as duas estratégias de negação apresentam escopos diferentes, elas podem co-ocorrer em uma mesma oração, como em (156), de forma totalmente independente:

Hup (EPPS, 2005, p. 619)
(156) yɨt ham**-nɨ́h**-ɨ́y=nih j'ám tæ̃hʔín **pă̌**-ãyɨ́k
então ir-NEG-DYN=EMPH.CO DST.CNTR criança.mãe NEG.EX-EXCL
Então, não foi bem sem a minha esposa.

De forma muito simplificada, o exemplo em (156) apresenta, no Nível Representacional, negação na camada do Estado-de-Coisas e também na da Propriedade Configuracional. A negação do Estado-de-Coisas, de escopo mais amplo, é codificada, no Nível Morfossintático, pelo sufixo *-nɨ́h* anexado ao predicado verbal; ao passo que a negação da Propriedade Configuracional, de escopo mais restrito, é codificada pela partícula *pă̌*, conforme ilustra a representação:



Exemplos como (156) mostram claramente que as duas estratégias têm escopos distintos, atuando em diferentes camadas dentro do Nível Representacional. Desse modo, podemos afirmar que, apesar de a sentença apresentar duas formas de negação co-ocorrendo, cada uma tem seu próprio escopo – uma atua sobre o Estado-de-coisas (*-nɨ́h*),

enquanto a outra atua sobre a Propriedade Configuracional (*pă̌*) –, o que nos leva à manutenção da relação transparente entre função e forma.

Por fim, Epps (2005, p. 619) destaca uma terceira estratégia de negação na língua hup: a partícula negativa *ʔăp*. De acordo com a autora (2005, p. 619, tradução nossa), essa partícula "tem a função de contradizer uma afirmação ou negar a identidade de uma entidade nominal ('isto não é X'). Não é associada a nenhuma classe de palavras em particular, mas pode ocorrer com nomes, predicados verbais, adjetivos ou advérbios".[68] Em termos de GDF, essa partícula constitui uma marca de contraste negativo, ou seja, ela incide sobre entidades, propriedades, Estados-de-coisa etc. de modo a contrastar a informação dada, negando e substituindo pela informação que o falante julga como correta, conforme se pode observar nos exemplos (157-160):

Hup (EPPS, 2005, p. 619)
(157) núp j'áh-na-ʔúy=ʔắy **ʔăp**
esta terra-DIR-alguém=F NEG.CONTR
Não sou uma mulher dessa terra [mas de outro lugar].

Hup (EPPS, 2005, p. 619)
(158) mangă **ʔăp**!
Margarita NEG.CONTR
Não é Margarita [mas outra pessoa].

Hup (EPPS, 2005, p. 619)
(159) nutæ̆n-ǽy ʔɨ̆d **ʔăp**
hoje-DYN história NEG.CONTR
Não é uma história de hoje [mas uma história antiga].

Hup (EPPS, 2005, p. 619)
(160) húp=ʔắy **ʔăp** páh núp-tiʔ!
pessoa=F NEG.CONTR PRX.CONTR este-EMPH.TAG[69]
Esta não é uma mulher [mas outra pessoa].

A partícula *ʔăp* pode ser usada posposta ao predicado verbal, contrastando todo o Estado-de-coisas, como em (161), ou ainda a constituintes, como o argumento Ativo em (162) ou o argumento Inativo em (163):

[68] Tradução do original: "[...] the function of contradicting an assertion or negating the identity of a nominal entity ('this is not an X'). It is not associated with any particular word class, but may occur with nouns, verbal predicates, adjectives, or adverbials."
[69] Marca de ênfase (*emphatic tag*). De acordo com Epps (2005, p. 581), "sua função permanece um tanto misteriosa, mas parece ter algo a ver com ênfase."

Hup (EPPS, 2005, p. 620)
(161) tɨh wæd-mũhʊ́ʔ-ʊ́y **ʔăp**, tɨnɨ̆h g'ă̆ʔ-ɑ́h!
3SG comer-brincar-DYN NEG.CONTR 3SG.POSS pendurar-DECL
Não é que ela está brincando de comer isso, é o seu cacho [de bananas] de pendurar!

Hup (EPPS, 2005, p. 621)
(162) ʔɑ́h=ʔíp **ʔăp** ʔă̆n kéy-éh
1SG=pai NEG.CONTR 1SG.OBJ ver-DECL
Não foi me pai que me viu [mas outra pessoa].

Hup (EPPS, 2005, p. 621)
(163) cug'ăt **ʔăp** tɨh d'óʔ-óh
papel NEG.CONTR 3SG pegar-DECL
Não foi o livro que ele pegou [mas outra coisa].

O Contraste é uma função pragmática atribuída a constituintes do Nível Interpessoal, que assinala o desejo do falante de ressaltar a diferença ou mesmo corrigir um Conteúdo Comunicado enunciado ou uma informação disponível contextualmente (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 96). Há, assim, uma função pragmática que incide sobre o Conteúdo Comunicado e é formulada como um operador de contraste negativo no Nível Representacional, podendo atuar em diferentes camadas, como Estado-de-Coisas, Indivíduo, Propriedade lexical etc. O operador de contraste negativo, por sua vez, é codificado, no Nível Morfossintático, pela partícula *ʔăp*, como mostra a representação[70]:

NI: [(C_1)$_{\textbf{CONTR}}$]
|
NR: (**Neg** v_1)
|
NM: (Gw_1: ʔăp)

Comparando as três estratégias de negação aplicadas a uma mesma estrutura oracional, podemos perceber a diferença de escopo entre elas e, consequentemente, os diferentes significados. Em (164a), a oração declarativa não apresenta qualquer estratégia de negação. Em (164b), a partícula *ʔăp*, marca de contraste negativo, escopa o sintagma

[70] Tendo em vista que o operador de contraste negativo pode atuar em diferentes camadas do Nível Representacional, optamos pela utilização da variável *v* nesta representação.

nominal, negando e contrastando o Conteúdo Comunicado, muito provavelmente, com uma informação contextualmente dada. Já em (164c), o sufixo de negação *-nɨ́h* escopa apenas a Propriedade Lexical 'grande', que atua como predicado não-verbal, negando a propriedade de determinado referente. Por fim, em (164d), a partícula *pə̌* incide sobre a Propriedade Configuracional, escopando todo o sintagma nominal e negando sua existência.

Hup (EPPS, 2005, p. 620)
(164a) [tiyĭʔ pŏg] núw-úh
homem grande este-DECL
Este é um homem grande.

(164b) [tiyĭʔ pŏg] **ʔăp** núw-úh
homem grande NEG.CONTR este-DECL
Este não é um homem grande.

(164c) núp tiyiʔ [pog]**-nɨ́h**
este homem grande-NEG
Este homem não é grande.

(164d) [tiyĭʔ pŏg] **pə̌**
homem grande NEG.EX
Não há homem grande.

Hup apresenta também uma partícula de reforço da negação, *nɑ́*, que ocorre sempre em conjunto com outro marcador negativo. Seu uso é bastante comum, tanto por falantes mais jovens quanto mais velhos, principalmente com o sufixo negativo *-nɨ́h*, como mostra (165):

Hup (EPPS, 2005, p. 614)
(165) pihɨ́t **nɑ́** ʔayup=tăt hɔ̃-**nɨ́h**
banana EMPH.NEG um=fruta queimado-NEG
Nem uma única banana está madura.

A negação com a partícula *pə̌* também pode ser reforçada por meio do uso de *nɑ́*, como se observa em (166). Interessante notar também nesse exemplo como a partícula *pə̌* pode servir de suporte para informações gramaticais, no caso, o sufixo de plural *=d'əh*.

Hup (EPPS, 2005, p. 618)

(166) póh, yecú máh-an, **nǽ** pekádu **pǎ**=d'əh hám-áh
alto Jesus próximo-L EMPH.NEG pecado NEG.EX=PL ir-DECL
Pro alto, próximo de Jesus, aqueles sem pecado vão.

O uso da partícula *nǽ*, reforçando a negação sentencial, não é visto aqui como opaco. Considerando que o reforço é uma ênfase, categoria do Nível Interpessoal, entende-se que não há quebra da relação de um-para-um. Há, portanto, uma negação semântica que é expressa por meio do sufixo *-níh* ou da partícula *pǎ* reforçada pela ênfase que incide sobre o escopo da negação sentencial e é expressa pela partícula *nǽ*. Dessa forma, a categoria semântica corresponde a uma única expressão, do mesmo modo que a categoria pragmática também corresponde a uma única expressão.

De acordo com Epps (2005, p. 615), a partícula *nǽ* é um empréstimo do tucano, resultado da proximidade geográfica entre os hup e a região linguística dos Vaupés. A língua tucano marca o reforço da negação sentencial por meio da partícula negativa *neê*; de forma semelhante, o tariana utiliza a partícula *ne* no mesmo contexto enfático. A distinção entre as línguas e o uso da partícula enfática reside apenas no fato de que, nas línguas tucano e tariana, as partículas de reforço podem também aparecer sozinhas significando 'não', o que não é possível em hup, já que *nǽ* é gramatical apenas se utilizada junto a outra estratégia de negação.

Segundo Epps (2005, p. 623), hup apresenta alguns verbos e expressões inerentemente negativos, como a expressão negativa *ʔám yaʔăpaʔ* 'eu não sei', comumente usada para responder a questões. Tendo em vista que a expressão é inerentemente negativa, ou seja, seu significado é negativo, e não co-ocorre com outras formas de negação, não consideramos esses casos para a análise da transparência.

Como verbo inerentemente negativo, Epps (2005, p. 623) destaca o verbo *muy-* 'ter nenhum, falhar', exemplificado por (167) e (168). Essa forma, no entanto, parece ser um empréstimo do tucano, que apresenta a forma *muî* com praticamente o mesmo significado e uso da forma em hup.

Hup (EPPS, 2005, p. 623)

(167) d'əwyɨʔ hɔ̃p **múy**-úy ʔǎh-ǎh
hoje peixe ter.nenhum-DYN 1SG-DECL
Hoje, eu não peguei nenhum peixe (Lit. Hoje eu tenho nenhum peixe).

Hup (EPPS, 2005, p. 623)
(168) badánka pɔpɔ́-ǎn g'əç-**múy**-úy
branca inambu-U morder-ter.nenhum-DYN
Branca (cachorro) não pegou o inambu (Lit. Branca mordeu nenhum inambu).

Retomando, hup conta, portanto, com três estratégias distintas de negação: (i) o sufixo negativo *-nɨ́h*, usado para negação sentencial com predicados verbais e adjetivais; (ii) a partícula *pǎ̃*, usada como negação existencial, portanto, atuando na camada da Propriedade Configuracional; e (iii) a partícula de negação *ʔǎp*, que indica um contraste negativo, muitas vezes relacionado com a identidade de uma entidade nominal. Conforme observamos nos exemplos, cada estratégia apresenta um escopo e um significado distintos, mantendo a relação transparente entre função e forma. Ressaltamos, por exemplo, que o contraste negativo estabelecido pela partícula *ʔǎp* é formulado como contraste no Nível Interpessoal e como operador de negação no Nível Representacional, que atua no Estado-de-Coisas, contrastando com uma informação precedente ou contextual. No Nível Morfossintático, a partícula de negação codifica, então, o contraste negativo formulado nos níveis mais altos por meio da palavra gramatical *ʔǎp*. Assim, é possível observar que não há redundância nas formas de expressão da negação, mas sim estratégias diferentes que atuam em diferentes camadas, com diferentes funções.

Cabe destacar também que, no conjunto de dados analisados, não foram encontrados pronomes indefinidos negativos, itens de polaridade negativa ou qualquer outra estratégia morfossintática que pudesse se combinar com as formas de negação. Entendemos, então, que a língua não faz uso dessas estratégias e é também transparente considerando a ausência de dupla expressão de uma mesma negação.

Yuhup apresenta duas estratégias distintas de negação que se assemelham às estratégias empregadas por hup: i) o sufixo *-dɨh* para negação sentencial com predicados verbais; ii) e o sufixo *-wǎp* para negação de constituintes com predicados não-verbais.

Para negação sentencial com predicados verbais, o sufixo *-dɨh* é anexado ao verbo, como se observa nos exemplos (169a-b):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 171)
(169a) ˥bàdndú tèjgn_búh-**˥dɨh**
Mandú atirar.SIM-NEG
Mandú não atirou [na anta].

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 172)
(169b) ãj_dëh wédn-**d̄ɨh** d̄íhíp
fêmeas comer.SIM-NEG isso
As fêmeas não comem isso [um bebê].

De mesmo modo, em construções interrogativas, o sufixo *-d̄ɨh* também é anexado ao verbo como ilustra (170):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 172)
(170) íp ɟàbə̀ʔ¯bâh wàhpú-**d̄ɨh** d̄ɨgn̂
casa assassino.do.pai passar.SIM-NEG 2PL:INTER
Vocês não passaram na casa do assassino do nosso pai?

Assim como na língua hup, para construções imperativas negativas, yuhup também necessita de uma cópula, que é posposta ao verbo negado, e veicula a ilocução imperativa. Desse modo, em casos como (171a-b), o predicado verbal é negado normalmente por meio do sufixo *-d̄ɨh*, seguido pela cópula, no caso o verbo *d̄ɨh* 'ser', que contém a marca de imperativo:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 173)
(171a) _dɨdn-**d̄ɨh** **d̄ɨh**
falar.SIM-NEG ser.IMP
Não fale.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 173)
(171b) ɟàhdòhó-**d̄ɨh** **d̄ɨh** d̄ign d̄ihtâdn
rir.SIM-NEG ser.IMP 2PL agora
Não ria agora.

Assim como em hup, é possível notar, então, que o sufixo negativo *-d̄ɨh* escopa todo o Estado-de-Coisas, negando-o. Dessa forma, o operador de negação atua na camada do Estado-de-Coisas, no Nível Representacional, e é codificado pelo sufixo *-d̄ɨh*, no Nível Morfossintático, anexado ao predicado:

NR: (**Neg** e_1)
|
NM: (Aff_1: -d̄ɨh)

Para a negação de sentença com predicados não-verbais, yuhup utiliza o sufixo negativo -*wăp*, inserido entre o radical e os morfemas predicativos que são aplicados à propriedade que atua como predicado. De acordo com Ospina Bozzi (2002, p. 276-277), os predicados não-verbais são formados pela junção do elemento lexical (nome, pronome) com os sufixos predicativos, conforme mostra o quadro 14:

Quadro 14: Estrutura dos predicados não-verbais

Estrutura dos predicados não-verbais	
Atribuição	radical-í-p
Identificação	radical-ý-p
Localização	radical-ý-t

Fonte: adaptado de OSPINA BOZZI, 2002, p. 277.

A autora destaca que a identificação dos sufixos *–p* e *–t* como morfemas predicativos é ainda hipotética. O sufixo *–p* é encontrado nos predicados não locativos e em certos predicados verbais, enquanto o sufixo *–t* é encontrado somente em contexto de predicação não-verbal locativa. Portanto, na negação de tais estruturas, o sufixo é inserido logo após o radical: radical-*wăp*-í/ý-p/t, conforme ilustram os exemplos:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 174)
(172) ɟùhúp-**wăp**-í-p
gente-NEG.CONTR-PRED1-p
[Os cachorros] não são gente.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 174)
(173) ɟâp kàdíwà-**wăp**-í-p
3SG branco-NEG.CONTR-PRED1-p
Ele não é branco.

Assim como a partícula *ʔăp* em hup, -*wăp* (importante notar a semelhança entre as duas formas) também estabelece um contraste negativo entre a entidade ou propriedade negada e uma informação dada contextualmente. Assim como em hup, -*wăp* é empregado para a negação de constituintes, ou seja, de argumentos, estabelecendo um contraste entre o contexto e a informação que é negada, como em (174a), em que o argumento Ativo é negado, e em (174b), em que o argumento Inativo é negado:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 174)
(174a) ãh-**wăp** cɨwí
1SG-NEG.CONTR cozinhar
Não sou eu que cozinha [mas outra pessoa].

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 175)
(174b) ʔhôp-**wăp** ɜ̃ah cíwí
peixe-NEG.CONTR 1SG cozinhar
Não é peixe que eu cozinho [mas outra coisa].

O contraste negativo é ainda mais evidente quando explícito discursivamente, como em (175), e não apenas inferido a partir do contexto como nos exemplos anteriores.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 175)
(175) ʔhôp-**wăp**-í-p // ʔhŭ_dăp-í-p
peixe-NEG.CONTR-PRED1-p // carne de caça-PRED1-p
Não é peixe. É carne de caça.

Assim como em hup, a função pragmática de Contraste incide sobre o Conteúdo Comunicado e é formulada como um operador de contraste negativo no Nível Interpessoal, podendo atuar em diferentes camadas do Nível Representacional. O operador de contraste negativo é codificado, no Nível Morfossintático, pelo sufixo *-wăp*, anexado entre a raíz e os sufixos predicativos:

NI: [(C_1)$_{\textbf{CONTR}}$]
|
NR: (**Neg** v_1)
|
NM: (Aff_1: -wăp)

Nos exemplos em (176a-c) podemos notar a distinção de uso dos sufixos negativos *-d̄ɨh* e *-wăp*. Em (176a), a oração é afirmativa; em (176b), negativa, com *-wăp*, estabelecendo contraste negativo, sufixado à propriedade ‘grande’; e em (176c), negativa, com *-d̄ɨh*, sufixado ao verbo ‘crescer’, negando todo o Estado-de-Coisas:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 176)
(176a) wèdɔ́wêt pôgn-í-p
galinha grande-PRED1-p
A galinha é grande.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 177)
(176b) wèdɔ̀wêt pôgn-**wăp**-í-p
galinha grande-NEG.CONTR-PRED1-p
A galinha não é grande.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 177)
(176c) wèdɔ̀wêt pógn-**d̄ih**
galinha crescer.SIM-NEG
A galinha não cresce.

Yuhup, portanto, apresenta duas estratégias de negação: o sufixo *-dɨh* para negação sentencial com predicados verbais; e o sufixo *-wăp* para estabelecer contraste negativo, incidindo sobre propriedades e indivíduos. É possível observar que as estratégias de yuhup se assemelham às estratégias da língua hup: o sufixo *-nɨh*, em hup, e o sufixo *-dɨh*, em yuhup, são semelhantes na forma e têm a mesma função de negação sentencial com predicados verbais; do mesmo modo, a partícula *ʔăp*, em hup, e o sufixo *-wăp*, em yuhup, também semelhantes na forma, estabelecem igualmente um contraste negativo, negando propriedades e indivíduos de modo a contrastar uma informação com a informação contextual que pode ser ou não expressa no discurso. Além disso, as duas línguas fazem uso de cópula para as construções com imperativo negativo.

Cabe destacar que não foram encontrados exemplos de construções em que as duas estratégias de negação co-ocorressem na mesma sentença. Também não foi possível atestar a existência de itens de polaridade negativa ou de pronomes indefinidos visto que não foram encontradas ocorrências na gramática utilizada para análise. Dessa forma, entendemos que yuhup é transparente com relação a esse critério por apresentar estratégias distintas para negações de função e escopo distintos, mantendo a relação de um-para-um entre as camadas e níveis de análise, sem co-ocorrência dessas estratégias entre si ou com outros recursos de negação.

Weir (1984; 1994) mostra que a negação em **nadëb** exibe dados muito interessantes para a análise. A língua nadëb apresenta três estratégias distintas de negação: (i) a partícula negativa *dooh*, usada para negação sentencial; (ii) o prefixo negativo *na-*, empregado para negação de propriedades; e (iii) a partícula *manɨh*, para expressão da ilocução proibitiva. Dessas três, Weir elenca as duas primeiras como negações básicas da língua.

De acordo com a autora (1994, p. 294), *dooh* constitui uma negação nominal derivada da nominalização da raíz do verbo *ba-doh* ‘não existir’, o que resultaria na

análise das orações negadas como orações nominalizadas pela presença de *dooh*. De modo um pouco distinto, defendemos aqui que *dooh* é uma partícula gramaticalizada que nega o Estado-de-coisas descrito sem alterar a estrutura básica da oração, isto é, não se trata de uma nominalização, mas de uma estratégia de negação por meio de uma partícula negativa já cristalizada como tal na língua. Essa análise se comprova pelo fato de que *dooh* pode ser independentemente empregado para respostas negativas a perguntas polares, como ilustra (177).

Nadëb (WEIR, 1994, p. 303)
(177) A: õm li-yóóh nadʉp hã?
2SG 3PL.ASP-furar.INDIC índios.selvagens DAT
Os índios selvagens furaram você?

B: **dooh**. Yahuun.
NEG tamanduá
Não. Foi um tamanduá.

Dessa forma, *dooh* é empregado para negação sentencial de Estados-de-coisas em geral, ou seja, compostos por propriedades de um, dois, três lugares e, até mesmo, propriedades de identificação, classificação ou relacionais. A partícula aparece como primeiro elemento na ordenação e a negação pode ser estabelecida, de modo opcional, juntamente com a partícula *bʉ́* ‘ablativo’, como mostram os exemplos em (178a-c).

Nadëb (WEIR, 1994, p. 295)
(178a) kalapéé a-óót
criança FORM-chorar.INDIC
A criança está chorando.

(178b) **dooh** kalapéé a-ód **bʉ́**
NEG criança FORM-chorar.NONIND EMPH
A criança não está chorando.

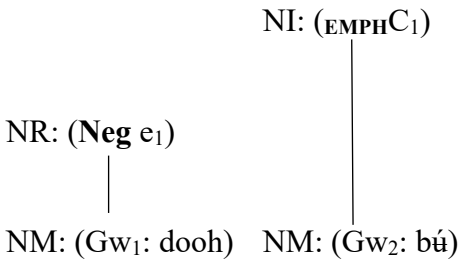
(178c) **dooh** kalapéé a-ód
NEG criança FORM-chorar.NONIND
A criança não está chorando.

É possível observar que, como mencionado, *dooh* ocupa sempre a posição inicial da sentença, já que seu escopo se estende por toda a oração, negando o Estado-de-coisas. Além disso, a forma verbal sofre uma modificação: de forma indicativa na oração afirmativa para forma não-indicativa na oração negada. Analisamos essa forma indicativa

ou não da raíz verbal como relacionada ao traço de factualidade do Estado-de-coisas descrito, isto é, em orações afirmativas, o Estado-de-coisas é [+factual] e a forma do verbo permanece como indicativa, enquanto, em orações negadas, o Estado-de-coisas é [-factual] e, por isso, a forma verbal, que pertence ao escopo da negação, é não-indicativa.

De acordo com Weir (1984, p. 160), a partícula facultativa *bʉ́* 'ablativo' acompanha preferencialmente a negação. Observamos que *bʉ́* é empregada na língua em contextos que indicam deslocamento espacial com o sentido único de ablativo, mas, considerando o conjunto de dados e as descrições realizadas, não foi possível determinar a motivação para essa partícula atuar também na negação. Compreendemos, no entanto, que se trata de uma estratégia de reforço: a partícula *bʉ́* é acrescentada ao final da oração negada, enfatizando o sentido negativo e "fechando" o escopo da negação. Por ser opcional, não podemos afirmar que se trata de um morfema descontínuo, ou seja, uma estratégia gramaticalizada de negação em que duas partículas são obrigatoriamente necessárias.

Portanto, no Nível Representacional, o operador de negação atua sobre a camada do Estado-de-Coisas e é codificado, no Nível Morfossintático, pela palavra gramatical *dooh*. Considerando a ênfase como uma questão pragmática, portanto, pertencente ao Nível Interpessoal, o operador de ênfase escopa o Conteúdo Comunicado, reforçando-o, e é codificado no Morfossintático como a partícula *bʉ́*, mantendo-se, assim, uma relação transparente de um-para-um entre função e forma:



Para negação de construções existenciais, emprega-se também o negativo *dooh*, porém, de modo geral, acompanhado pela partícula *péh* ao invés de *bʉ́*, como ilustram os exemplos (179) e (180).

Nadëb (WEIR, 1994, p. 301)

(179) **dooh** bóóg kxʉʉ **péh**
NEG mandioca talo NONREF.EMPH
Não há talos de mandioca.

Nadëb (WEIR, 1994, p. 301)
(180) **dooh** ha-wɯh **péh**
NEG REL-comer.INDIC NONREF.EMPH
Não há ninguém que esteja comendo.

No entanto, em construções existenciais negativas com nomes próprios, como (181), a partícula usada é *bɯ́* e não *péh*.

Nadëb (WEIR, 1994, p. 301)
(181) **dooh** Subih tii **bɯ́**
NEG Subih DEM EMPH
Subih não está lá. (Lit. Não há Subih lá.)

A partícula *péh*, em orações afirmativas, indica entidades não-referenciais, ou seja, é empregada, em geral, em orações relativas para designar uma entidade não específica. O nome próprio é, por excelência, específico, por isso é agramatical uma construção em que co-ocorram o nome próprio e a partícula *péh*. Nesses contextos, ainda que seja uma negativa existencial, é *bɯ́* que ocorre como na negação padrão. A partícula *péh*, portanto, indica um reforço da negação, o que é comprovado pela associação da negação com a referência não específica designada por *péh*, reforçando o sentido de não-existência. Desse modo, assim como na negação enfatizada por *bɯ́*, o operador de negação no Nível Representacional é codificado pela palavra gramatical *dooh* no Nível Morfossintático; no entanto, a ênfase, no Nível Interpessoal, é codificada pela palavra gramatical *péh* ao invés de *bɯ́*, visto que acumula também o significado de referência não-específica.

Weir (1984, p. 197-198) apresenta uma série de argumentos para que a negação realizada com *dooh...bɯ́/péh* não seja considerada como morfema negativo descontínuo. De acordo com a autora, essa análise não contempla a totalidade do fenômeno e ignora que ambas partículas têm sentido e emprego independentes na língua: *dooh* pode realizar a negação de forma independente, e tanto *bɯ́* quanto *péh* são encontradas em contextos afirmativos com sentido outro que não o de negação. Dessa forma, ela conclui também que *bɯ́* e *péh* não são candidatos prováveis para partícula de reforço da negação. Contrariamente, acreditamos que, justamente por apresentarem sentidos independentes e poderem ser combinadas com a negação, essas partículas são de fato reforço. Isso é evidenciado na negação de orações existenciais, em que há a integração entre a negação *dooh* e a referência não-específica de *péh*. Admitimos que não se trata de um morfema

descontínuo, dado que a presença de *bʉ́ʉ* e *péh* é facultativa, mas, considerando a preferência marcada pela construção negativa com elas, percebemos um claro enfraquecimento do poder negativo de *dooh*, o que faz com que seja necessária a combinação com elementos de reforço. Em termos de GDF, o reforço da negação é uma questão pragmática, processada, portanto, no Nível Interpessoal e codificada no Morfossintático por meio das duas partículas, a depender do tipo de propriedade negada. Não há, dessa maneira, uma quebra da relação de um-para-um entre os níveis de análise e mantém-se o alinhamento transparente entre eles.

A segunda forma de negação padrão é o uso do prefixo *na-,* que é anexado a propriedades, tanto configuracionais (predicados verbais) quanto lexicais (predicados não-verbais). De acordo com Weir (1994, p. 295-296), o emprego do prefixo gera uma construção relativa negada gramaticalizada, que é complemento de uma oração equativa. No entanto, consideramos que se trata, na verdade, da negação da propriedade que é aplicada a uma ou mais entidades, nominalizando-a. Dessa forma, a oração afirmativa (178a), repetida aqui por conveniência, representa uma predicação verbal com uma propriedade de um lugar, caracterizando um Estado-de-coisas dinâmico. Por outro lado, a oração negativa em (182) representa uma predicação não verbal, resultante da nominalização do verbo *óót* 'chorar' por meio da partícula de negação *na-*, que lhe dá o estatuto de classificação.

Nadëb (WEIR, 1994, p. 295)
(178a) Kalapéé a-óót
criança FORM-chorar.INDIC
A criança está chorando.

Nadëb (WEIR, 1994, p. 296)
(182) **Na-ód** kalapéé
NEG.NMLZ-chorar.NONIND criança
Lit. A criança é uma não-choradora.

O mesmo ocorre no exemplo em (183b), negação da oração apresentada em (183a). Cabe destacar que, assim como na negação com *dooh*, a forma verbal também muda de indicativa para não indicativa na negativa.

Nadëb (WEIR, 1994, p. 296)
(183a) Tóóh dab kad a-wʉh
porco.selvagem carne tio FORM-comer.INDIC
O tio está comendo carne de porco selvagem.

(183b) Tóóh dab **na-**w~~uu~~h kad
porco.selvagem carne NEG.NMLZ-comer.NONIND tio
Lit. O tio é um não-comedor de carne de porco selvagem.

Em termos de GDF, analisamos, portanto, que o operador de negação, no Nível Representacional, escopa a camada da Propriedade, seja Configuracional, seja Lexical, sendo codificado, no Nível Morfossintático, pelo prefixo *na-* anexado à propriedade. Além da função de negação, o prefixo acumula também a função de nominalizador.

NR: (**Neg** f_1)
|
NM: (Aff_1: na-)

De acordo com Weir, tanto *dooh* quanto *na-* podem ser empregados para negar qualquer tipo de propriedade, inclusive predicados de identificação. Essas construções, na afirmativa, são não-verbais, formadas apenas pela entidade referida e sua propriedade, sem elemento de ligação entre elas. No entanto, na negativa, é necessária a inserção da cópula *a-doo* 'ser', como é possível observar em (184a-c).

Nadëb (WEIR, 1994, p. 299)
(184a) ta txaah ~~ii~~h
3SG filho 1SG
Eu sou seu filho (Lit. Seu filho eu).

(184b) **dooh** ta txaah ~~ii~~h **a-do** **bú**
NEG 3SG filho 1SG FORM-ser.NONIND EMPH
Eu não sou seu filho.

(184c) ta txaah **na-do** ~~ii~~h
3SG filho NEG.NMLZ-ser.NONIND 1SG
Eu não sou seu filho (Lit. Seu filho não-ser eu). [71]

Ainda de acordo com Weir (1994, p. 298), a escolha entre as duas estratégias de negação é parcialmente uma questão de estilo, mas certos fatores lexicais e contextuais influenciam. Com verbos descritivos e intransitivos, a preferência parece ser a negação com o prefixo *na-*, enquanto, com todos os outros verbos, a negação com *dooh* é a

[71] Em português, não há uma tradução correspondente que seja mais adequada para expressar a negação sobre o predicado em (184c).

preferida. Acreditamos, no entanto, que a escolha entre uma das duas estratégias não é livre, sendo o escopo da negação o principal fator a ser considerado. A negação sentencial com *dooh* escopa toda a oração, isto é, todo o Estado-de-coisas, negando-o completamente; enquanto o prefixo de negação *na-* incide apenas sobre a Propriedade Configuracional ou Lexical, negando apenas o predicado – distinção importante que pode passar desapercebida se considerarmos, por exemplo, apenas as traduções, visto que, muitas vezes, são incapazes de captar a diferença.

A distinção entre os escopos das duas estratégias é comprovada por exemplos como (185), em que as duas formas co-ocorrem.

Nadëb (WEIR, 1994, p. 315)
(185) **dooh** **na**-wɯh **péh**
NEG NEG.NMLZ-comer.INDIC EMPH.NONREF
Não há ninguém que não esteja comendo (Lit. Não não-comedor há).

Observamos que a negação sentencial com *dooh*, atuando na camada do Estado-de-coisas, escopa toda a oração, inclusive a negação com o prefixo *na-*, que atua especificamente na camada da Propriedade Configuracional. De forma muito simplista, é possível representar as relações de escopo estabelecidas no Nível Representacional conforme segue:

NR: (**Neg** e_1: [(**Neg** f_1)] (e_1))

Assim, nota-se claramente a distinção de escopo, o que permite que as duas formas co-ocorram. Portanto, a escolha entre uma ou outra estratégia tem em conta o escopo, o que se deseja de fato negar, e não uma escolha desmotivada. Além disso, por atuarem em camadas distintas, é esperado que a negação tenha, pois, expressões distintas, o que mantém a relação transparente no alinhamento entre os níveis.

É importante ainda destacar que o emprego das duas negações gera uma interpretação positiva, ou seja, 'todos estão comendo', o que também indica não se tratar da dupla expressão de uma mesma negação, mas de duas estratégias distintas para expressão de negações distintas. A leitura afirmativa da sentença é comprovada pela forma do verbo que permanece indicativo, portanto, [+factual].

A terceira estratégia de negação da língua consiste no uso da partícula *manɨh* para expressar a ilocução proibitiva, ou seja, uma ilocução de valor negativo (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 37), conforme (186a) e (186b).

Nadëb (Weir, 1984, p. 250)
(186a) b~~uu~~h i-póóh maséél
2PL ASP-comer.NONIND banana
Comam bananas!

(186b) b~~uu~~h i-póóh **manɨh** maséél
2PL ASP-comer.NONIND PROH banana
Não comam bananas!

A Ilocução, como mencionado anteriormente, compõe o Ato Discursivo no Nível Interpessoal. Nesses casos, há, portanto, uma Ilocução Proibitiva no Nível Interpessoal que é codificada, no Nível Morfossintático, pela palavra gramatical *manɨh*, conforme representação:

NI: (F_1: **PROH** (F_1))
|
NM: (Gw_1: manɨh)

Ao contrário de hup e yuhup, nadëb não faz uso de cópula na construção de orações negativas imperativas, visto que a partícula *manɨh* atua já como ilocução de valor negativo, no caso, proibitivo, não sendo assim necessário que um operador de negação seja aplicado no Nível Representacional, como é o caso das outras línguas analisadas. Não há, portanto, alteração na estrutura base da oração, há apenas a inserção da partícula *manɨh* logo após o predicado.

Em suma, nadëb conta com três estratégias distintas de negação: (i) *dooh* para negação sentencial, que pode ser reforçada por *b~~ú~~* ou por *péh* (construções existenciais); *na-* para negação (e nominalização quando for o caso) de propriedades configuracionais e lexicais; e (iii) *manɨh* para expressão da ilocução proibitiva. Cada estratégia apresenta seu próprio escopo e seu próprio contexto para ocorrência na língua, mantendo dessa forma uma relação transparente entre os níveis, tendo em vista que formas distintas carregam distintos significados e operam em distintas camadas de análise. Dessa maneira,

é possível afirmar que nadëb é transparente quanto ao critério de concordância de negação.

A análise do critério de **concordância de negação** revela uma variedade de estratégias e evidencia as relações de escopo de cada uma delas nas línguas analisadas. Todas as línguas apresentam ao menos uma estratégia para negação sentencial, em geral, anexada aos predicados e com escopo sobre todo o Estado-de-coisas. Hup e nadëb apresentam estratégias específicas para negação de propriedades existenciais, seja por meio de partícula específica (hup) ou mesmo de uma partícula de reforço (nadëb). Hup e yuhup apresentam estratégias de negação muito semelhantes em forma e função, como é o caso do contraste negativo, e ambas contam com o uso de cópula para a negação de orações com ilocução imperativa. Dâw, por sua vez, apresenta a negação vinculada a aspectos, o que é um dado inovador, considerando as formas e escopos de negação já estudadas pela abordagem da GDF. Além disso, destacamos também a importância das partículas de reforço em nadëb, que podem indicar um enfraquecimento do valor negativo da partícula *dooh*. Todas as estratégias encontradas nessas línguas apresentam um alinhamento transparente, tendo em vista que atuam em diferentes camadas dos níveis Interpessoal e Representacional e, portanto, são codificadas de diferentes modos no Nível Morfossintático. Esses dados corroboram também o estudo de Hengeveld e Mackenzie (2018), que defendem a presença de operadores de negação em todas as camadas dos níveis Interpessoal e Representacional.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Concordância de negação	-	-	-	-

6.6 Descontinuidade

A descontinuidade se refere à quebra da integridade de domínio na relação entre os níveis de formulação, Interpessoal e Representacional, e os níveis de codificação, Morfossintático e Fonológico. Assim, ocorre descontinuidade quando uma mesma unidade pragmática ou semântica é codificada de modo fragmentado nos níveis mais baixos, Morfossintático e Fonológico, resultando em uma relação de um-para-muitos.

Para a análise desse critério, é importante considerar a classificação linguística das línguas da família Naduhup. Como mencionado no *Capítulo 4 – Línguas indígenas* -

família Naduhup, as línguas aqui analisadas são principalmente "[...] isolantes, com graus de aglutinante, predominantemente sufixais [...]" (MARTINS; MARTINS, 1999, p. 257), a saber, são línguas compostas majoritariamente por morfemas monossilábicos (que não se fragmentam em porções menores), que podem ser anexados, em geral sufixados, ao núcleo. Essas informações são relevantes visto que, quanto mais isolante é uma língua, mais difícil é a ocorrência de descontinuidade, principalmente considerando casos de circunfixação e infixação. Além disso, a ordem de constituintes é relativamente livre nessas línguas (cf. MARTINS; MARTINS, 1999), o que também dificulta a ocorrência de descontinuidade, considerando os casos de extração e extraposição.

Tratando primeiramente dos fenômenos de extração e extraposição, observamos que, em **dâw**, a ordem de constituintes é relativamente livre e a posição dos argumentos pode variar de acordo com o tipo de oração (declarativa, interrogativa ou imperativa), conforme esclarece Martins (2004, p. 523). Como discutido no critério de *relações gramaticais*, as orações declarativas apresentam o argumento Ativo (ou Inativo, no caso de propriedades de um lugar) na primeira posição da oração, imediatamente antes do predicado, conforme (187).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 523)
(187) pɤ́ʔ jũt-éʔ mɛ́̃t
avó matar-PST cutia
A **V** **I**
A avó matou a cutia

Orações interrogativas ou imperativas apresentam todos os argumentos, Ativo e Inativo, após o predicado, conforme (188) e (189):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 524)
(188) jɔ́̃h púd mɯ́̃ŋ ʔãm
curar ser.INTENS 1SG.U 2SG
V **I** **A**
Você me cura mesmo?

Dâw (MARTINS, 2004, p. 524)
(189) hãm nũ̃g-ɔh
ir 2PL-IMP
V **A**
Vão vocês!

Alterações nessas ordenações podem ser observadas quando há a atribuição de funções como Foco, conforme (190), em que o argumento Ativo ocupa a posição final da Oração, e Orientação, conforme (191), em que há dois Atos Discursivos, o primeiro, *hũ dɛp* 'carne de caça', com função Orientação, visto que tem o papel de direcionar o ouvinte para determinada entidade, no caso, o argumento Inativo da predicação:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 525)
(190) n-ɑ̃́g wɛ̀d mʔɯ̃́ŋ **mʾɑ̃ʔ**
este-3SG.EMPH comer 1SG.OBL 2SG.FOC
V **I** **A**
Já, já você me come!

Dâw (MARTINS, 2004, p. 528)
(191) **hũ** **dɛp** hid wɛ̀d-ɛ̃h
caça carne 3PL comer-NEG
I **A** **V**
Carne de caça, eles não comem.

Conforme esclarece Velasco (2010), a GDF prevê a ocorrência de descontinuidade quando unidades do nível Interpessoal ou Representacional são quebradas nos níveis Morfossintático e Fonológico. No caso de (190), a atribuição da função Foco ao argumento Ativo o coloca na posição final, mas não configura descontinuidade, uma vez que a unidade do Nível Representacional (Indivíduo, com função semântica de Ativo) continua a ser expressa como uma unidade do Nível Morfossintático. Já em (191), no Nível Interpessoal, há dois Atos Discursivos, o primeiro deles com função retórica Orientação, ocupando, por isso, a posição pré-oracional. Nesse caso também não é possível falar em descontinuidade, já que se trata de duas unidades morfossintáticas. O Ato com função Orientação, *hũ dɛp* 'caça carne', não apresenta quebra de domínio em seus constituintes, e o mesmo ocorre com o segundo Ato Discursivo, *hid wɛ̀d-ɛ̃h* 'eles não comem'.

(190) NI: $(C_1$: [$(R_1$: +S -A) (T_1) $(R_2$: -S +A$)_{FOC}$] $(C_1))$

NR: $(x_1)_U$

NM: P^F

$(Gw_1$: mʔɑ̃ʔ)

(191) NI: (A_1)

NR: (x_1)

NM: P^{pre}

$(Np_1$: hũ dɛp)

Martins (2004, p. 458) esclarece que dâw, para marcar a função Tópico, utiliza o morfema *tɛh* posposto ao constituinte topicalizado, conforme (192), ao invés de recorrer a estratégias de alteração de ordem dos constituintes da oração, como fazem outras línguas.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 576)

(192)	nĩ	mɐ́j	mɛ̃ɲ	ʃɛ̃́h	**tɛh**
	ser	ser.INTENS	1SG.POSS	sobrinho	TOP

Meu sobrinho é demais!

No exemplo, observamos que o morfema marcador da função Tópico, *tɛh,* ocorre após o nome *ʃɛ̃́h* 'sobrinho', conforme ilustra a representação. Desse modo, não há alteração na oração que configure quebra de domínio, ou seja, a atribuição da função Tópico não desencadeia descontinuidade.

(192) NI: $(C_1$: [$(R_1$: -S -A$)_{TOP}$] $(C_1))$

NR: $(x_1)_U$

NM: $(Nw_1$: ʃɛ̃́h) $(Gw_1$: tɛh)

Com os exemplos analisados até aqui, observamos que dâw não apresenta descontinuidade por extração ou extraposição, ou seja, não há alteração na ordem de constituintes que ocasione quebra de integridade de domínio entre as unidades dos níveis mais altos, Interpessoal e Representacional, e as dos níveis mais baixos, Morfossintático e Fonológico.

Martins (2004, p. 125) afirma ainda que, em dâw, as palavras lexicais e os morfemas são monossilábicos. Palavras com mais de uma sílaba, de acordo com a autora,

são, provavelmente, resultado de composição de duas palavras ou empréstimos de outras línguas. Resulta disso a impossibilidade de ocorrer descontinuidade pela fragmentação de morfemas ou mesmo de palavras, como é o caso nas ocorrências de infixos – elementos inseridos dentro das palavras –, que não ocorrem em dâw.[72]

Do ponto de vista tipológico, dâw é uma língua analítica, ou seja, apresenta preferencialmente palavras gramaticais e não afixos para expressão de categorias gramaticais dos nomes (quantificação) e dos verbos (tempo e aspecto). Além disso, deve-se considerar que a expressão dessas categorias não é obrigatória na língua, o que faz com que elas sejam marcadas apenas em contextos em que pode ocorrer ambiguidade ou quando é necessário enfatizar algum traço específico designado por essas categorias. Por exemplo, a marcação de tempo no predicado é opcional em dâw, já que a língua apresenta outros mecanismos para indicar essa categoria, como advérbios, marcadores sequenciais e estratégias de serialização verbal (cf. MARTINS, 2004, p. 278-279), como é possível observar em (193), em que o tempo é marcado por meio do morfema *ʔéʔ* 'passado', em contraste com (194), em que é marcado pela sequência de ações e pela serialização verbal sem ocorrência de morfemas temporais:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 282)
(193) tih nĩ **ʔéʔ** bɯg
3SG morar PST ali
Ele morou ali.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 279)
(194) ʔa-bɯg tih nã tih tɛ-ɯ̃̋jˀ:
nesse-aí 3SG dizer 3SG filho-AFF

ʔãm dak **xɤd** nã-mˀɯ̃g ʔãh hãm jˀãm hɯ̃̀j
2SG pôr DUR neste-aqui 1SG ir cachorro CII

tèn púd ʔãh **bɛj** **wɤjˀ** **nɛ̃̀d** **bɛ̀j** mˀɯ̃́jˀ
agora ser.INTENS 1SG repetir ver vir ITER 2SG.OBL

hãm-ɛ̃h mɑ̃́j nã-mˀɯ̃g ʔãm nˀɯ̃p hãm xàj
ir-NEG ser.INTENS esse-aqui 2SG sumir ir mata
Daí, ele disse para o filho dele: "Agora você fique aqui. Eu irei atrás do cachorro. Agora mesmo, eu voltarei para vê-lo. Você não saia daqui, senão você se perde na mata."

[72] De acordo com Martins (2004, p. 125), dâw apresenta apenas sufixos, palavras lexicais e palavras gramaticais. Assim, não há infixos e prefixos na língua.

Sendo essas categorias opcionais e expressas, predominantemente, por palavras gramaticais, não há ocorrência de quebra de domínio por casos de circunfixação ou infixação. Dessa forma, considerando que dâw não apresenta extração, extraposição, circunfixos ou infixos, podemos afirmar que não há descontinuidade na língua e, consequentemente, ela é transparente com relação a esse critério.

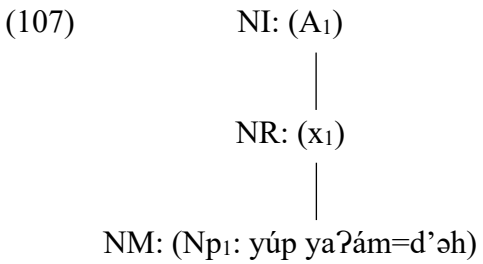
De acordo com Epps (2005, p. 626), em **hup**, a ordem dos constituintes na oração é altamente flexível, o que significa que não há exatamente uma ordem padrão não-marcada na língua, como discutido no critério de *relações gramaticais*. Assim como em dâw, podem ocorrer atos com atribuição de funções retóricas, como Orientação e Esclarecimento, contexto passível de ser interpretado como descontinuidade, o que não ocorre de fato. Em (107), repetido aqui por conveniência, há dois Atos Discursivos, sendo o segundo marcado pela função Esclarecimento:

Hup (EPPS, 2005, p. 168)

(107)	hid	nɔ-píd-íh	yúp,	**yaʔám=d'əh**	cóʔ-óy-óh
	3PL	falar-DISTR-DECL	ITG	jaguar=PL	LOC-DYN-DECL

Eles estavam falando, aqueles jaguares.

Como já discutido, em casos como esse não há descontinuidade porque não há quebra de integridade de domínio dentro do Ato Discursivo. O primeiro Ato, *hɨd nɔ-píd-ɨh yúp* 'eles estão falando', não apresenta quebra de domínio entre seus constituintes, assim como o segundo, *yúp yaʔám=d'əh cóʔ-óy-óh* 'aqueles jaguares', com a função Esclarecimento. Importante ainda notar que a fronteira entre os dois Atos Discursivos do exemplo é marcada pelo sufixo de ilocução declarativa *-Vh*, sempre anexado ao final da sentença, indicando tratar-se realmente de dois Atos distintos. Portanto, a unidade dos níveis Interpessoal e Representacional é mantida na codificação do nível Morfossintático.



Para a marcação das funções pragmáticas Tópico e Foco, a língua hup faz uso de afixos que são anexados diretamente ao constituinte que se deseja topicalizar ou focalizar. O Tópico é marcado apenas em contextos específicos, nos quais se deseja, por exemplo, assinalar a mudança do tópico discursivo, como em (195), em que o afixo *=b'ay*, anexado a *tɨh=tæ̃hʔíp* 'seu marido', indica a mudança de tópico na narrativa. Do mesmo modo, o Foco também é marcado por meio de um afixo, como em (196), em que *-áh* indica que o constituinte *cə́t=d'əh* 'irmãos velhos' tem a função Foco.[73]

Hup (EPPS, 2005, p. 292)
(195) tɨh b'ɔ̌t-an hám-áh, tɨh b'íyɨʔ, yí-nɨh-mɨ̌ʔ=mah
3SG roça-DIR ir-DECL 3SG só DEM.ITG-ser.como-L=REP

tɨh=tæ̃hʔíp=**b'ay** hɔ̌̆p kə́k-əp hám-áh
3SG=criança.pai=TOP peixe pescar-DEP[74] ir-DECL
Ela foi para a roça sozinha; ao mesmo tempo, seu marido foi pescar.

Hup (EPPS, 2005, p. 573)
(196) nɨ-d'ə̌h-ă̌n, nɨ̌ hup=cə́t=d'əh-**áh** núw-úp,
DEM-PL-U 1SG.POSS REFL=irmão.velho=PL-FOC DEM-DEP

tɨh nɔ́-ay=mah-áh
3SG falar-INCH=REP-DECL
A eles, aqueles que são meus velhos irmãos, ele falou.

Portanto, observamos que, em hup, também não há descontinuidade por extração ou extraposição, visto que não há deslocamento de constituintes que possa configurar quebra de integridade de domínio entre os níveis Interpessoal e Representacional e o Morfossintático.

De acordo com Epps (2005, p. 97), a morfologia de hup é mais complexa do que a das outras línguas da família Naduhup, uma vez que uma única palavra gramatical pode receber uma série de morfemas, mantendo, no entanto, a tendência de morfemas monossilábicos. Assim como em dâw, a expressão morfológica da língua é quase exclusivamente sufixal e relativamente isolante (cf. EPPS, 2005, p. 106), características que impossibilitam a ocorrência de circunfixos e infixos.

[73] Algumas teorias, como a gerativista, consideram que o predicado e o objeto formam uma unidade e, por isso, qualquer deslocamento do objeto implica em descontinuidade. Este não é, no entanto, o caso da GDF, visto que o predicado e o objeto são compreendidos como categorias semânticas separadas e não como uma só unidade. Desse modo, o exemplo (196) apresenta apenas deslocamento, mas não descontinuidade com relação ao argumento do predicado *nɔ́* 'falar'.
[74] Marca de dependência entre as orações, estabelecendo, por exemplo, relações de subordinação entre elas (cf. EPPS, 2005, p. 701).

Conforme discussão nos critérios de *concordância de número* e *relações gramaticais*, observamos que os nomes recebem marcas morfológicas de número e de função semântica (Ativo *vs.* não-ativo) em contextos específicos, mais precisamente, quando os constituintes marcados apresentam os traços [+humano], [+animado] e [+definido]. No entanto, Epps (2005, p. 142-143) destaca que a morfologia nominal pode receber uma lista extensa de morfemas para indicar distintas categorias, como Foco e reportativo. Em (197), por exemplo, o nome *mɔ̆h* 'inambu' recebe os afixos indicativos de argumento não-ativo, *-ăn*, e de reportativo, *=mah*:

Hup (EPPS, 2005, p. 151)
(197) **mɔ̆h-ăn=mah** cɑ́p tɨh hitɑ́ʔ-ɑ́ʔ
inambu-U=REP outro 3SG imitar-DYN
Inambu, outro que ele imita.

De modo semelhante, a morfologia verbal em hup pode também ser extensa. Apesar de os verbos não receberem marcação de número, gênero e pessoa, recebem, principalmente, sufixos para codificar aspecto, tempo, modalidade e negação. Em (198), o verbo *wɨʔ* 'escutar/entender' recebe os sufixos indicativos de tempo futuro, *-té*, aspecto incoativo, *-ay*, e ilocução declarativa, *-áh*.

Hup (EPPS, 2005, p. 638)
(198) ʔamɨ̆h ʔɨ̆d ʔɨn **wɨʔ-té-ay-áh**
2SG.POSS língua 1PL escutar-FUT-INCH-DECL
Sua língua, nós vamos entender.

Tanto os sufixos da morfologia nominal quanto os da morfologia verbal respeitam a ordem hierárquica para ocorrência, ou seja, sufixos que codificam categorias do Nível Interpessoal, como é o caso da Ilocução Declarativa, tendem a aparecer em posições periféricas, como observamos nos exemplos em que este sufixo é o último na sequência. Por outro lado, sufixos que codificam categorias dos níveis Representacional tendem a aparecer mais próximos ao núcleo, como é o caso da marca de argumento não-ativo (Inativo ou Locativo) que é anexada diretamente ao nome.[75]

Em suma, os morfemas, em hup, são, em geral, monossilábicos e sufixados ao núcleo obedecendo a ordenação hierárquica de constituintes. Posto que cada morfema tem seu significado próprio, não há quebra de integridade de domínio pela inserção de

[75] Sobre a ordenação hierárquica e não-hierárquica de constituintes, conferir o trabalho de Pezatti (2014).

mais de um morfema junto à raiz nominal ou verbal. Também não há ocorrência de circunfixo ou infixo na língua. Por conseguinte, hup é transparente no que diz respeito ao critério de descontinuidade.

Assim como em hup, a ordem de constituintes em **yuhup** é livre e pode variar, principalmente, com relação a atribuição de funções pragmáticas e retóricas. De acordo com Ospina Bozzi (2002, p. 148, tradução nossa),

> Em yuhup, a ordem dos constituintes é flexível e não revela as relações sintáticas. A análise deste problema deve ser tema prioritário de pesquisa no futuro. Nós assumimos a hipótese de que as variações na ordem dos constituintes têm a função pragmática de dar importância à informação dada pelo elemento localizado na posição inicial.[76]

A hipótese defendida pela autora é, então, a de que yuhup marca a função pragmática de Foco pela posição inicial, ou seja, esta posição é ocupada pelo constituinte que configura a informação nova e mais relevante discursivamente. Assim sendo, ao contrário de dâw e hup, yuhup não apresenta estratégias morfológicas para marcação de Tópico e Foco, mas a ordem dos constituintes na oração parece refletir a função pragmática desempenhada por eles, como se observa no conjunto de exemplos a seguir:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 156)

(199a) ¯wôb^{m} tíh tôg^{n}-¯dih kéjí ¯dêb^{m}
Wobm 3SG.POSS menina-L ver piolho
Wobm procura piolho na sua filha.

(199b) **tíh** **tôg^{n}-¯dih** ¯wôb^{m} kéjí ¯dêb^{m}
3SG.POSS menina-L Wobm ver piolho
Na sua filha, Wobm procura piolho.

(199c) **¯dêb^{m}** kéjí ¯wôb^{m} tíh tôg^{n}-¯dih
piolho ver Wobm 3SG.POSS menina-L
Piolho, Wobm procura na sua filha.

Considerando que a ordem de constituintes é livre em yuhup, não há descontinuidade, visto que as unidades dos níveis mais altos, Interpessoal e Representacional, são preservadas como unidades na codificação morfossintática. Se

[76] Tradução do original: "En yuhup, l'ordre des constituants est flexible et ne révéle pas des relations syntaxiques. L'analyse dc ce problème devra être un sujet prioritaire de la recherche dans le futur. Nous avançons l'hypothèse selon laquelle les variations dans l'ordre des constituants ont la fonction pragmatique de donner une importance centrale à l'information proportionnée par l'élément localisé en position initiale."

tomarmos, por exemplo, as orações em (199a-c), podemos observar que o deslocamento dos argumentos para a posição inicial da sentença não rompe com a integridade de domínio destes argumentos, mantendo-os enquanto unidade, o que não ocasiona descontinuidade. Desta forma, não há descontinuidade por extração ou extraposição na língua, como se observa na representação parcial para (199c):[77]

(199c)	NI:	(T_1)	(R_1)	(R_2: Wobm)	(R_3: [(T_2) (R_4: [-S -A])] (R_3))
	NR:	(f^c_1)	(x_1)	(x_2)	(x_3: [(f^i_1: menina) (x_1)$_{Ref}$] (x_3))
	NM:	(Vp_1: kéjí)	(Nw_1: ¯dêb^m)	(Nw_2: ¯wôb^m)	(Np_1: [(Gw_1: tɨ́h) (Nw_3: tôg^n) (Aff_1: -¯dɨh)

Ospina Bozzi (2002, p. 84) mostra ainda que yuhup é classificada como uma língua isolante, de raízes lexicais monomorfêmicas e, ao contrário de hup, apresenta pouca morfologia nominal e verbal. Seguindo a tendência das demais línguas da família, os morfemas são expressos, principalmente, por sufixos. No entanto, a autora também chama a atenção para o fato de que a língua pode apresentar traços de aglutinação, como a incorporação do objeto na raiz verbal. Ainda assim, como as demais línguas da família Naduhup analisadas até aqui, yuhup não apresenta contexto favorável à ocorrência de circunfixos e infixos, dada sua morfologia isolante e monossilábica.

Como discutido nos critérios de *concordância de número* e *relações gramaticais*, yuhup apresenta marcas morfológicas nos nomes apenas em contextos específicos de acordo com os traços semânticos [+animado], [+humano], [+definido] da entidade expressa. Do mesmo modo, a morfologia verbal também é muito reduzida. Yuhup expressa, no predicado, as categorias de tempo, aspecto e negação. A categoria de tempo pode também ser expressa por partículas e não sufixos. Logo, não há expressão de pessoa, gênero, caso ou número nos predicados, como observamos no exemplo (200), em que o

[77] Na representação, foram consideradas apenas as camadas do Subato (Atributivo (T) e de Referência(R)), no Nível Interpessoal, da Propriedade Configuracional (f^c) e do Indivíduo (x), no Nível Representacional, do Sintagma (Nominal (Np) e Verbal (Vp)) e da Palavra (Nominal (Nw) e Gramatical (Gw)) no Nível Morfossintático, por considerarmos que estas são as relevantes para a análise que se pretende, centrada no alinhamento dos argumentos da oração.

predicado, *_did̄cúdⁿ* ‘dizer em segredo’, recebe as marcas de simultaneidade (marca fonológica (´)) e negação (*-d̄ɨh*), ao passo que o tempo é expresso pela partícula *pàĥ*, que também recebe a marca fonológica de ilocução interrogativa (ˆ):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 1984, p. 172)
(200) ãj_dëh-d̄ɨh **_did̄cúdⁿ-d̄ɨh** ãbᵐ **pàĥ**
fêmea-U dizer.em.segredo.SIM-NEG 2SG PST.REC.INTER
Você não seduziu as fêmeas?

Não foram encontrados circunfixos ou infixos nos exemplos examinados. Por consequência, considerando também que não há extração e extraposição na língua, concluímos que yuhup é também transparente no critério de descontinuidade, visto que não há ocorrência de quebra de domínio na relação entre os níveis.

Das línguas da família Naduhup, **nadëb** parece ter a ordem de constituintes mais fixa. De acordo com Weir (1984, p. 22), a ordenação básica de constituintes pode ser definida como OSV (para nós, IAV), seguindo a tendência de verbo-final apresentada pelas línguas da família. No entanto, é comum que ocorram construções marcadas pela função retórica Orientação e pela função pragmática Contraste, como ilustrado pelos exemplos (59a) e (59b) repetidos aqui por conveniência.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 25)
(59a) **mayoyol** bung ti-wʉh
mayoyol mutuca ele.ASP-comer.INDIC
Mayoyol, ele come mutuca.

(59b) bung ti-wʉh **mayoyol** hã
mutuca ele.ASP-comer.INDIC mayoyol DAT
Ele come mutuca, o mayoyol.

Conforme discussão empreendida no critério de *relações gramaticais*, os exemplos (59a) e (59b) apresentam dois Atos Discursivos. Em (59a), o Ato constituído por *mayoyol* recebe a função Orientação; já em (59b), o Ato também constituído por *mayoyol* , agora recebe a função Esclarecimento. Fica claro que cada exemplo apresenta dois Atos Discursivos pela presença do pronome de terceira pessoa, *ta-*, junto à marca de aspecto *i-*, resultando na forma *ti-*, anexado ao verbo; o que ocorre apenas em contextos em que se deseja preservar a estrutura sintática da oração, preenchendo a posição de

argumento com o pronome, que retoma a entidade expressa no Ato Discursivo com função retórica. Então, não há descontinuidade nesses contextos.

No material analisado, não foi possível encontrar ocorrência de Tópico ou Foco. Weir (1984, p. 135-136) empreende uma breve discussão sobre construções com Tópico na língua nadëb; no entanto, parece-nos que são, na verdade, construções em que há dois Atos Discursivos, um deles marcado com a função de Orientação, tal como em (59a). Por este motivo, não é possível atestar a expressão de Tópico e Foco por meio de marcas morfológicas, como nas demais línguas da família, ou por deslocamentos dentro da oração.

Diferentemente das línguas já analisadas, Martins e Martins (1999, p. 257) afirmam que nadëb tem tendência aglutinante/polissintética, o que é comprovado, principalmente, quando analisamos a morfologia verbal. Por exemplo, em casos como (59a-b), o pronome de terceira pessoa *ta-*, junta-se ao morfema de aspecto *i-*, dando origem à forma *ti-*. Além disso, nadëb também contraria a tendência geral das línguas da família Naduhup ao apresentar mais prefixos na morfologia verbal do que sufixos. Esses prefixos veiculam uma série de significados, aspecto, tema verbal, subordinação etc. (cf. WEIR, 1984, p. 46-53), como ilustra o exemplo (201) com o prefixo de aspecto *i-*:[78]

Nadëb (WEIR, 1984, p. 47)
(201) ~~ĩ~~ih **i**-t~~i~~i
1SG ASP-pescar
Eu estou pescando.

Weir (1984, p. 50-53) afirma que esses prefixos verbais podem co-ocorrer e até mesmo se aglutinarem em uma só forma, mas a autora argumenta que não é possível afirmar a ordem exata de co-ocorrência, isto é, quais os sufixos que ocorrem mais ou menos próximo à raiz verbal. Dessa forma, não é possível também afirmar que há descontinuidade no processo de co-ocorrência dos prefixos, dada também a ausência de circunfixos e infixos. Também não foram encontrados dados em que outros elementos morfossintáticos ocorressem entre os prefixos e a raiz verbal. Assim sendo, podemos afirmar que não há descontinuidade em relação ao domínio que se estabelece entre os morfemas e a raiz verbal.

[78] Cabe destacar que Weir (1984, p. 58) não explicita quais são os aspectos expressos na língua nadëb, esclarecendo que este não é o foco da pesquisa empreendida por ela.

A morfologia nominal em nadëb parece ser a mais simples, em termos de categorias expressas, em relação às demais línguas. Como analisado no critério de *concordância de número*, a categoria de número parece não ser relevante para a língua e, por conseguinte, os nomes não recebem marca de número. Quanto à expressão de função semântica, conforme abordagem no critério de *relações gramaticais*, observamos que a partícula que indica argumento não-ativo (*hã*) ocorre apenas para marcar o argumento Locativo em propriedades de três lugares, contexto extremamente raro na língua. Em vista disso, também não há, na morfologia nominal, contexto para a ocorrência de circunfixos e infixos.

Conforme discussão empreendida no critério de *concordância de negação*, poder-se-ia pensar que a negação formada por *dooh...(bʉ́/péh)* consistiria em um dado de morfema descontínuo na língua, no entanto, acreditamos que as evidências já abordadas no critério citado são suficientes para afirmar que se trata, na verdade, de uma estratégia de ênfase na língua. Isso comprova que nadëb é também transparente no que se refere ao critério de descontinuidade.

A partir da análise da ordem de constituintes, da classificação linguística e da morfologia nominal e verbal nas línguas da família Naduhup, foi possível atestar que todas não apresentam descontinuidade. As línguas analisadas não apresentam extração ou extraposição tendo em vista a ordem relativamente livre de constituintes e o uso de estratégias morfossintáticas para atribuição de funções pragmáticas como Tópico e Foco. Além disso, quando a ordem preferida dos constituintes é quebrada, o constituinte anteposto ou posposto à oração constitui, em verdade, outro Ato Discursivo com função retórica de Orientação (anteposto) ou Esclarecimento (posposto). Quanto à morfologia, as línguas da família Naduhup têm preferência por morfemas monossilábicos, principalmente sufixos, para a expressão de informações relevantes na raiz nominal ou verbal. Não há ocorrência de circunfixos ou infixos nas línguas e, desse modo, não há quebra de integridade de domínio na relação entre os níveis, preservando-se o alinhamento transparente.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Descontinuidade	-	-	-	-

6.7 Expletivos

Os elementos expletivos são unidades que, no Nível Morfossintático, ocupam posições obrigatórias para as quais não há nenhum elemento interpessoal ou representacional disponível. Dito de outro modo, são elementos vazios de conteúdo pragmático e semântico, que apenas preenchem uma posição formal obrigatória, sendo, assim, uma forma sem contraparte nos níveis mais altos.

Dâw conta com o que Martins (2004, p. 202) denomina de *verbos de processo*, que codificam eventos cujo agente da ação é a própria natureza. Tais verbos podem, de acordo com a autora, ser divididos em dois grupos: i) verbos que designam fenômenos da natureza em geral, e ii) verbos que codificam acontecimentos naturais, como "ficar com febre", "a água derramar" etc. Para nossas análises, buscaremos, especialmente, os verbos que indicam fenômenos da natureza em geral por apresentarem a possibilidade de sujeito expletivo.

Martins (2004, p. 203) descreve que a maioria desses verbos é formada pela incorporação de um nome e um radical verbal, que pode ser seguida por outros verbos ou por marcas de aspecto. O nome incorporado, em geral, designa o elemento da natureza ao qual o fenômeno se refere, como em *wɤ́t-wa* 'dia-estar maduro' (céu avermelhado, pôr do sol), em que o nome *wɤ́t* 'dia' é incorporado ao verbo *wa* 'estar maduro'. O mesmo processo pode ser observado nos exemplos (202) e (203):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 205)
(202) dɤw **cem-xɯ** nũʔ-mãj nĩh-xɔ́t wɤʔ
Dâw noite-cair outra-não.ser comunidade em.cima
O Dâw anoiteceu em uma outra comunidade.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 205)
(203) **kɯb-xɯ** jed ʔujãm tih jɤ
ser.escuro-descer INTENSI quando 3SG voltar
Quando estava escurecendo, ele chegou.

Em (202), o nome *cem* 'noite' é incorporado ao verbo *xɯ* 'cair', resultando em 'cair da noite' ou 'anoitecer'. De modo muito semelhante, em (203), há a incorporação de *kub* 'ser escuro/escuridão' também ao verbo *xɯ* 'descer', resultando na mesma ideia de 'anoitecer' ou 'cair da escuridão'.

Os verbos de processo que designam fenômenos da natureza podem ser expressos de dois modos: com propriedades de zero lugar ou com propriedades de um ou dois lugares.[79] Martins (2004, p. 207) destaca que, em geral, propriedades de zero lugar que não requerem argumento semanticamente são indicadas na forma infinitiva. No entanto, morfossintaticamente, é necessário o preenchimento da posição de argumento do predicado pelo pronome de terceira pessoa do singular *tih*, como se observa no exemplo (204).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 207)
(204) **tih** bèg
3SG começar.clarear
Está clareando.

Ainda que o verbo seja formado pela incorporação de um nome a outro verbo, o uso do expletivo se faz necessário, conforme (205), o que comprova que o nome, no caso *wɤt* 'dia', incorporado ao verbo, *ʔùb* 'acordar', não pode e não exerce a função de argumento da oração. Por isso, é necessária a inserção de um elemento expletivo, o pronome de terceira pessoa do singular.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 205)
(205) **tih** wɤt-ʔùb
3SG dia-acordar
Amanheceu.

Alguns desses verbos, no entanto, constituem propriedades semânticas de um ou dois lugares e apresentam forma finita. A função de argumento da oração é, então, preenchida normalmente por nomes, pronomes, sintagmas, designando eventos como: 'eu entardeci em tal lugar, nós amanhecemos na roça etc.'

[79] O mesmo processo ocorre em português. Os verbos que indicam fenômenos da natureza podem ser impessoais e, nesse caso, são sempre conjugados na terceira pessoa do singular, como em 'amanheceu'; ou podem ser pessoais em contextos específicos, especialmente, com sentido conotativo, como em 'amanhecemos juntos todos os dias'. Em português, no entanto, não há uso de expletivos para marcar o sujeito em ocorrências de uso impessoal desses verbos. Pela descrição tradicional, "a relação predicativa pode ser *referida* a um sujeito, como em *Eu estudo*, ou *não-referida*, como *Chove*. Por isso, nem mesmo o sujeito é um constituinte imprescindível da oração e, por conseguinte, da relação predicativa, embora a sua presença ao lado do verbo pessoal constitua o tipo mais frequente – diríamos até a estrutura favorita – de oração em português" (BECHARA, 2005, p. 408, grifo do autor).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 208)
(206) **hid** wɤ̀t-ʔùb
3PL dia-acordar
Eles amanheceram.

Martins (2004, p. 295) observa que o aspecto télico pode também funcionar como verbalizador quando incorporado a nomes, como ‘noite’, ‘dia’ e ‘tarde’, para indicar fenômenos da natureza, derivando verbos de processo. Os exemplos fornecidos pela autora indicam a obrigatoriedade do elemento expletivo para preencher a posição de argumento, como exemplificam (207) e (208):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 295)
(207) ʔa-bɯg **tih dúʔ púd-ãm**
nesse-aí 3SG tarde ser.INTENS-TEL
Daí foi entardecendo.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 295)
(208) **tih cem-ãm**
3SG noite-TEL
Anoiteceu.

Portanto, os exemplos atestam a existência de elementos expletivos na língua dâw para o preenchimento da posição de argumento em orações cujos verbos indicam fenômenos da natureza. No caso de propriedades de zero lugar, é necessária a inserção do pronome de terceira pessoa do singular, *tih*, para preenchimento da posição de argumento no Nível Morfossintático. Por se tratar de um elemento vazio, que não apresenta conteúdo pragmático ou semântico, há um desalinhamento entre os níveis de análise pela inserção de uma forma baseada exclusivamente na forma, sem significado.

Em **hup**, de modo distinto ao que ocorre em dâw, a formação dos verbos que indicam fenômenos da natureza parece, não necessariamente, passar por um processo de incorporação nominal a raízes verbais. Para designar tais fenômenos, a língua apresenta verbos específicos, como é o caso de *d’oj* ‘chover’, em (209); ou então de nomes, como *wag* ‘dia’ e *j’əb* ‘noite’, junto a compostos verbais, conforme (210).

Hup (EPPS, 2005, p. 114)
(209) děh **d’oj**-níh
água chover-NEG
Não está chovendo.

Hup (EPPS, 2005, p. 141)
(210) mɔ̆h tɨh **yæ̃ʔ-wæd-hi-wág-áh**
inambu 3SG assar-comer-FACT-dia-DECL
Ele cozinhou e comeu o inambu até amanhecer/vir o dia.

Epps (2005, p. 142) menciona ainda a possibilidade de ‘dia’ e ‘noite’ se combinarem com a marca de aspecto incoativo para indicar fenômenos como ‘amanhecer’ e ‘anoitecer’, como nas variantes lexicalizadas *wág-ay* (dia-INCH) ‘amanhecer’ (começar o dia), e *j’ɔ́b-ay* (noite-INCH) ‘anoitecer’ (começar a noite). Não foram encontradas ocorrências que exemplificam os usos dessas variantes, por isso, não é possível afirmar o contexto em que elas ocorrem. No entanto, em contexto semelhante, o exemplo (211) ilustra a ocorrência do nome *dĕh* ‘água’ com o aspecto incoativo, indicando ‘chover’ (começar a água).

Hup (EPPS, 2005, p. 285)
(211) **dĕh-ay** ʔɨ́n-ɨ́h
água-INCH 1PL-DECL
Está prestes a chover (Lit. Nós estamos prestes a chover).

Observamos, pelos exemplos coletados, que não há um uso de expletivos para preencher a posição de argumento, mas sim de nomes referentes ao fenômeno da natureza a ser descrito. Por exemplo, os dados em (212a-c) mostram distintas formas do verbo *d’oj* ‘chover’; no entanto, em todas elas, a função de argumento é desempenhada pelo nome *dĕh* ‘água’. A relação que se estabelece aqui é lógica: o que chove é água.

Hup (EPPS, 2005, p. 439)
(212a) **dĕh** d’oj-ʔĕ-y
água chover-PFV-DYN
Está chovendo [temporariamente].

(212b) **dĕh** d’oj-ʔĕ-h
água chover-PFV-DECL
Choveu [e parou].

Hup (EPPS, 2005, p. 444)
(212c) **dĕh** d’ŏj-ay
água chover-INCH
Está começando a chover [ou está para chover].

Com exceção dos exemplos já citados com o uso de ‘dia’ e ‘noite’, não foram encontrados outros dados designando fenômenos da natureza. As ocorrências mostram que, enquanto dâw apresenta tanto propriedades de zero lugar – com presença obrigatória de expletivo – quanto propriedades de um lugar, hup apresenta apenas propriedades de um lugar para indicar fenômenos da natureza. Dessa forma, em hup, essas construções sempre apresentam um argumento lexical ao qual o evento descrito se relaciona, como foi discutido nos exemplos anteriores. Assim, a relação transparente é mantida já que o argumento tem contraparte nos níveis mais altos (Interpessoal e Representacional) e não é uma forma puramente morfossintática como no caso dos expletivos em dâw.

No entanto, hup apresenta o uso de elementos expletivos em sintagmas adjetivos. Quando atuam como modificadores, os adjetivos estão sempre conectados a um nome e, na ausência do nome, o elemento expletivo, no caso, o pronome de terceira pessoa *tɨh*=, preenche a posição obrigatória do nome, como ilustram os exemplos a seguir:

Hup (EPPS, 2005, p. 370)
(213) **tɨh=pŏg** nɔh-yíʔ-íy
3SG=grande cair-TEL-DYN
O grande caiu.

Hup (EPPS, 2005, p. 176)
(214) nɨd’ə̆h yŭ nɨ̆h yaʔambŏʔ=d’əh **tɨh=pŏg=d’əh** kaʔăp=d’əh
DEM.PL João POSS cachorro=PL 3SG=grande=PL dois=PL
Lit. Aqueles do João, cachorros, grandes, dois.

Hup (EPPS, 2005, p. 235)
(215) núp=(g’æt) pɨhít=g’æt **tɨh=pŏg=(g’æt)**
DEM=FRUTA abacaxi=FRUTA 3SG=grande=FRUTA
‘este abacaxi grande / este, abacaxi, grande’

Em (213), o nome a que se refere o adjetivo *pŏg* ‘grande’ não está expresso na oração e, para preencher a posição obrigatória na estrutura do sintagma, é, então, utilizado o elemento expletivo *tɨh*=. Já nos exemplos em (214) e (215), os referentes do adjetivo estão expressos na oração, porém são parte de outro sintagma – é necessário notar que a oração é constituída por uma série de sintagmas em relação de aposição[80] e, desse modo, é necessário que a posição do nome também seja preenchida pelo elemento expletivo. Consideramos aqui que *tɨh*=, de fato, opera como um elemento vazio, necessário para o

[80] A discussão a respeito da relação aposicional entre os sintagmas será detalhada no critério de *acordo no sintagma*.

preenchimento de estrutura sintagmática obrigatória no Nível Morfossintático. Sendo assim, há um desalinhamento entre os níveis mais altos, Interpessoal e Representacional, e a codificação morfossintática pela presença de uma unidade sem conteúdo semântico ou pragmático.

Apesar de não contar com o uso de expletivos junto a verbos que indicam fenômenos da natureza, podemos atestar a ocorrência desses elementos vazios em sintagmas nominais em que o núcleo está ausente, ou seja, contextualmente referido ou previamente citado no discurso. Isto posto, hup é também opaca em relação à presença de elementos expletivos.

Yuhup apresenta o mesmo tipo de estrutura descrita em hup: os verbos que expressam fenômenos da natureza são, semanticamente, propriedades de um lugar e o argumento é expresso por nomes relacionados ao fenômeno descrito. De acordo com Ospina Bozzi (2002, p. 402-403), os nomes *wag*^{n} ‘dia’ e *_cəb*^{m} ‘noite’ podem receber os sufixos predicativos e, assim, designar fenômenos da natureza, como nos exemplos (216a) e (216b). Esses predicados designam propriedades de um lugar e aceitam como argumento apenas os nomes ‘dia’ e ‘noite’. Desse modo, em (216c), *wăg*^{n} ‘dia’ é argumento de *wág*^{n}*-í* ‘amanhecer’. Uma construção sem esse argumento, com o uso de expletivo ou com outro nome/pronome, é agramatical, conforme (216d).

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 403)
(216a) wágn-í
dia.SIM-PRED1
Amanhecer.

(216b) _cəbm-í
noite.SIM-PRED1
Anoitecer.

(216c) **wăgn** wágn-í
dia dia.SIM-PRED1
O dia amanhece.

(216d) *¯ăh wágní
1SG dia.SIM-PRED1
*Eu amanhecer.

O mesmo ocorre com o verbo *_dójní* ‘chover’, também uma propriedade de um lugar, que apenas admite como argumento o nome *déh* ‘àgua’, conforme (217a) e (217b),

este ilustrando a incorporação fonológica do argumento ao verbo. Em (217c), a oração resultante é agramatical pela presença de um elemento expletivo na posição de argumento da oração.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 403)
(217a) **déh** dóɲí
água chover
A água chove.

(217b) **dèh.dóɲí**
água.chover
A água chove.

(217c) *ɲâp dóɲí
3SG chover
*Ele chover.

Portanto, yuhup também não apresenta elementos expletivos nesses contextos. Os fenômenos da natureza são designados por propriedades de um lugar, expressas por verbos ou compostos em que o nome recebe sufixos verbais. O argumento da oração é sempre preenchido por um nome relacionado com o evento descrito, sendo as ocorrências com expletivos ou com outros nomes/pronomes agramaticais.

Assim como em hup, yuhup também apresenta o uso do pronome de terceira pessoa do singular *tíh* como suporte para modificadores adjetivos. De acordo com Ospina Bozzi (2002, p. 254-258), os sintagmas nominais podem ser compostos pelo nome e o adjetivo e/ou pelo pronome de terceira pessoa e o adjetivo, ou seja, o nome e o pronome podem co-ocorrer no sintagma ou só um deles pode ocorrer.[81] Ainda de acordo com a autora (2002, p. 256), quando o referente é definido e já foi mencionado anteriormente no discurso, pode-se omitir o nome, e o pronome de terceira pessoa ocorre antecedendo o adjetivo, como no exemplo (218):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 258)
(218) **tíh** pŏg^{n}
3SG grande
Grande [lago].

O nome a que se refere o adjetivo *pŏg^{n}* ‘grande’ não está expresso na oração, mas já foi citado anteriormente no discurso. Para ocupar, então, a posição do nome no

[81] A estrutura do sintagma em yuhup será abordada mais detalhadamente no critério de *acordo no sintagma*.

sintagma seguinte, é empregado um expletivo, o pronome de terceira pessoa. Acreditamos que seja um elemento expletivo justamente porque ele não é empregado com a função de retomar o referente, mas de preencher uma posição vazia na estrutura morfossintática, visto que os adjetivos, nas línguas hup e yuhup, não podem ocorrer de modo isolado, precisam, necessariamente, estar associados e um nome. Essa hipótese pode ser comprovada por exemplos como (219), constituído por uma lista de características atribuídas a uma anta:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 268)

(219) tâh **tɨ́h** pŏg^{n} ɟâp **tɨ́h** _dăp ɟâp ¯dŭh pŏg^{n} ɟâp
anta 3SG grand INDIV 3SG carnudo INDIV testa grande INDIV

tàbə̂gn ¯tɛ̀híp ɟâp
olho pequeno INDIV
A anta, grande, carnuda, de testa grande e olhos pequenos.

Em (219), a série de característica é atribuída ao mesmo indivíduo, a anta, o que fica evidente pela repetição do morfema de indivíduo *ɟâp*, que aqui cumpre a função de retomar o referente aos quais os adjetivos se referem. Para as características em que o nome (anta) é ausente, o pronome de terceira pessoa do singular é empregado como elemento expletivo – ***tɨ́h*** *pŏgn ɟâp* ‘3SG grand INDIV’ e ***tɨ́h*** *_dăp ɟâp* ‘3SG carnudo INDIV’. Por outro lado, nos casos em que há a expressão do nome ao qual o adjetivo se refere, não há necessidade do expletivo - *dŭh pŏg^{n} ɟâp* ‘testa grande INDIV’, em que o adjetivo *pŏg^{n}* ‘grande’ qualifica o nome *dŭh* ‘testa’, e *tàbə̂gn ¯tɛ̀híp ɟâp* ‘olho pequeno INDIV’, em que o adjetivo *¯tɛ̀híp* ‘pequeno’ qualifica o nome *tàbə̂gn* ‘olho’ – e, nesses casos, é necessária apenas a marca de indivíduo para retomar o referente.

Portanto, o alinhamento entre os níveis mais altos (Interpessoal e Representacional) é quebrado, já que ocorre a inserção de um elemento vazio de significado, um expletivo, para ocupar uma posição que é necessária na estrutura morfossintática. Sendo assim, yuhup é também opaca em relação ao critério de elementos expletivos.

Para análise do **nadëb**, infelizmente, não foram encontrados dados com fenômenos da natureza que pudessem mostrar se há ou não ocorrência de expletivos na língua. O único dado com uma possível referência a um fenômeno da natureza é (220), em que aparece o nome *naʉng* em referência a ‘água/chuva’. No entanto, esse exemplo

não apresenta qualquer verbo que indique fenômenos da natureza, não sendo possível analisar a existência de expletivos.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 89)

(220) yi	a-ɨ̃ih	**naung**	ɨt-hã
INDF	FORM-dormir.INDIC	água/chuva	debaixo.de-DAT
A gente dorme debaixo da chuva.			

De maneira semelhante, também não foram encontradas informações suficientes para atestar o uso do pronome de terceira pessoa do singular como expletivo no domínio do sintagma. No entanto, nas ocorrências analisadas, é possível comprovar que o pronome ocorre junto a nomes e também a predicados em contextos específicos, como ilustra o exemplo (221).

Nadëb (WEIR, 1984, p. 136)

(221) **ta**-kolãay	**ta**-tʉ́	**ta**-mi-soo	**ta**-kolãay	me
3SG-unha	3SG-comida	3SG-INS.ASP-pegar.INDIC	3SG-unha	meio
Sua unha, ele pega sua comida com sua unha.				

No exemplo (221), observamos a ocorrência do pronome de terceira pessoa *ta-* com nomes – *kolãay* ‘unha’ e *tʉ́* ‘comida’ – e também no predicado – *soo* ‘pegar’. Nesse contexto, o pronome parece atuar como indicador de posse quando anexado aos nomes e como argumento quando anexado ao predicado. Dessa forma, não atua como elemento vazio. Cabe lembrar que, conforme discussão empreendida no critério de *relações gramaticais*, o pronome de terceira pessoa é o único a ocorrer anexado ao predicado em contextos em que o argumento pode ser retomado no contexto discursivo ou já foi citado em Atos Discursivos antepostos (função Orientação) ou pospostos (Esclarecimento) ao Ato em que ocorre o predicado.

Considerando essas ocorrências, no entanto, não nos parece seguro afirmar que não há de fato expletivos na língua, visto que, conforme se observa, os usos do pronome em muito se assemelham aos contextos de uso das línguas hup e yuhup em que há a presença do expletivo. Seria necessária a análise de um conjunto mais amplo de dados do que os disponíveis, além de uma investigação detalhada acerca das funções desempenhadas pelo pronome de terceira pessoa do singular. Contudo, considerando as demais línguas já analisadas, é temeroso afirmar a não existência de qualquer construção com expletivo em nadëb. Dessa forma, dado o escopo restrito dessa análise, ela é

inconclusiva, não sendo possível afirmar a presença ou ausência de elementos expletivos na língua nadëb.

Quanto ao uso de **expletivos**, portanto, observamos que dâw apresenta expletivos para predicados com fenômenos da natureza por meio do pronome de terceira pessoa do singular, enquanto hup e yuhup usam um argumento lexical como em: 'a chuva chove', 'o sol amanhece' etc. Dessa maneira, o argumento dos predicados que indicam fenômenos da natureza é nominal e indica uma entidade diretamente relacionada com o fenômeno descrito. No entanto, hup e yuhup apresentam expletivos no domínio do sintagma adjetivo em contextos em que o nome foi omitido (por estar presente no contexto situacional ou já ter sido mencionado anteriormente). Nesses casos, o pronome de terceira pessoa do singular é empregado para preencher a posição obrigatória na estrutura morfossintática do sintagma, visto que os adjetivos não podem ser expressos sem o suporte de um nome ou pronome. Para a língua nadëb, infelizmente, não foram encontrados dados que atestem a presença de expletivos, mas o pronome de terceira pessoa do singular ocorre anexado a nomes e predicados em contextos muito semelhantes aos das línguas hup e yuhup. Dada a presença de expletivos, expressos pelo pronome de terceira pessoa do singular, em contextos semelhantes nas outras três línguas analisadas, consideramos prematura a afirmação de que não há expletivos na língua nadëb. Quanto a este critério, portanto, dâw, hup e yuhup são opacas por apresentarem expletivos, ou seja, preenchem uma posição obrigatória na estrutura morfossintática por meio de um elemento vazio, resultando em uma forma baseada na forma, sem contraparte nos níveis semântico e pragmático.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Hup**	**Yuhup**	**Nadëb**
Expletivos	+	+	+	?

6.8 Gênero gramatical

Conforme discutido no capítulo de *Metodologia*, as línguas podem apresentar classificação nominal de gênero semanticamente motivada, quando há uma contraparte semântica que desencadeia a classificação gramatical; ou expressão de gênero puramente gramatical, quando a expressão é arbitrária, não havendo contraparte semântica que motive sua classificação em masculino ou feminino. Dessa forma, a expressão de gênero gramatical é opaca, já que apresenta uma forma gramatical sem motivação semântica. Por

outro lado, o gênero semanticamente motivado ou mesmo a não expressão de gênero são transparentes, visto que, no primeiro caso, mantém-se a relação de um-para-um entre semântica e morfossintaxe, e, no segundo caso, não há distinção formal de gênero na língua.

De acordo com Martins (2004, p. 129), em **dâw**, "os nomes apresentam pouca morfologia, pois para indicar as noções de gênero, número e caso, Dâw emprega preferencialmente palavras ao invés de afixos." Além disso, a expressão dessas categorias não é obrigatória na língua, sendo um recurso pouco utilizado em contextos mais específicos.

Desse modo, a expressão de gênero é opcional e indicada lexicalmente pelas palavras *ʔə̀j* 'fêmea' e *xut* 'macho', que podem ocorrer isoladamente, conforme (222), ou formando uma unidade fonológica e gramatical com um nome, com função de marcador de gênero semântico, como em (223) e (224):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 159)
(222) **xut** ʔãm
macho 2SG
Você é macho?

Dâw (MARTINS, 2004, p. 160)
(223) ʔa-bɯg nĩ dɤw-**ʔə̀j**
esse-aí haver gente-fêmea
Daí havia uma mulher…

Dâw (MARTINS, 2004, p. 160)
(224) mɛ̃h dɤw-**xut** ʃún
não.haver gente-macho COL:AUM
Não há homem algum mesmo.

Observa-se, de modo geral, que não há marca distintiva de gênero masculino e feminino nos nomes, portanto, não há expressão de gênero gramatical na língua. Por vezes, o que ocorre é a expressão de lexemas distintos para diferenciar entidades semanticamente classificadas como femininas e/ou masculinas, como é possível notar nos pares de exemplos a seguir. Em (225a) e (225b), a língua apresenta lexemas distintos para indicar "esposa" e "marido", semanticamente distintos também:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 543)
(225a) ʃùb dóʔ tih **ʔɑ̀̃m**
ʃùb tirar 3SG esposa
O Xubi se casou (Lit. o Xubi tirou sua esposa).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 231)
(225b) tih **tug** xub-jùm bɛ̀j
3SG marido REFL-estar.vivo ITER
O marido dela revigorou-se de novo.

De mesmo modo, em (226a) e (226b), observa-se o uso de lexemas distintos para indicar "mãe" e "pai":

Dâw (MARTINS, 2004, p. 544)
(226a) tih **mɛ̃ʔ** ʔɔx hãm xɔ kɛd
3SG mãe correr ir canoa dentro
Sua mãe fugiu de canoa.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 430)
(226b) ʔãm hãm nãʔ tíd mɛ́ɲ **ʔíp** pɛɟ
2SG ir FUT.E lá 1SG.POSS pai ILAT
Você vá para lá, perto do meu pai.

Assim, dâw não apresenta expressão de gênero gramatical, mas distinções de gênero semanticamente motivadas e que são codificadas por diferentes lexemas, mantendo-se a relação de um-para-um entre função e forma.

Em **hup**, os nomes são flexionados em caso e número e podem ser possuídos, quantificados e modificados por adjetivos e demonstrativos, mas não recebem qualquer marca de gênero gramatical. No entanto, a língua apresenta marcas específicas de masculino e feminino para indicar entidades humanas. Como destaca Epps (2005, p. 166), a forma singular de entidades humanas é tipicamente marcada pelos sufixos *=ʔĩh* para indicar gênero masculino ou gênero não-especificado ou *=ʔɑ́̃y* para indicar feminino.

Hup (EPPS, 2005, p. 255)
(227) madio=**ʔīh** yúw-úh!
Mario=M ITG-DECL
Este é Mário.

Hup (EPPS, 2005, p. 627)
(228) cet-ham-tubud-yɨʔ-ɨy, hup=**ʔɐ̃́y**-ăn
carregar.nas.costas-ir-INTENS3-TEL-DYN pessoa=F-U
[A anta] carregou a mulher por um longo caminho.

Esses sufixos podem ocorrer associados a uma variedade de nomes, inclusive indicando nomes de grupos e clãs, conforme demonstra (229) e (230):

Hup (EPPS, 2005, p. 205)
(229) wɔ̆h=**ʔɐ̃́y** mulher índia do rio
húp=**ʔĩh** homem hup

Hup (EPPS, 2005, p. 206)
(230) yub=**ʔɐ̃́y**=d'əh=mah yúw-úh
cipó=F=PL=REP ITG-DECL
Elas eram "mulheres-cipó", dizia.

São comuns também os exemplos de uso das formas masculino e feminino com numerais, demonstrativos, pronomes, elementos determinantes e modificadores do nome:

Hup (EPPS, 2005, p. 124)
(231) yúp=**ʔɐ̃́y**-ăn ʔãh b'uy-d'əh-yɨʔ-ɨp=b'ay
DEM=F-U 1SG lançar-despachar-TEL-DEP=novamente
Eu despachei essa mulher de novo.

Hup (EPPS, 2005, p. 206)
(232) yɨ-nɨh=mɨ̆ʔ=mah póh cɐ̃́p=**ʔĩh** wób-óh
ITG-ser.como=LOC=REP alto outro=M estar.sentado.em-DECL
Ao mesmo tempo, alguém estava sentado no alto [na árvore].

No exemplo (231), observamos a ocorrência do sufixo feminino em um demonstrativo, *yúp*. Já em (232), há ocorrência do sufixo masculino anexado a um determinante não-específico, indicando um referente desconhecido, *cɐ̃́p=ʔĩh*.

Os lexemas livres para 'homem' e 'mulher', exemplos (233) e (234), parecem ser formas lexicalmente reduzidas a partir da incorporação da forma *tɨh* (terceira pessoa do singular) aos sufixos de masculino e feminino:

Hup (EPPS, 2005, p. 207)
(233) tãʔɐ̃́y (<tɨh=ʔɐ̃́y) mulher, feminino
tiyɨ̆ʔ (<tɨh=yɨ̆ʔ) homem, masculino

Hup (EPPS, 2005, p. 207)
(234) m'ăc… **tãʔấy**-ăn, **tiyĭʔ**-ăn
lama mulher-U homem-U
(Com) lama... (ele fez) a mulher, o homem.

Dessa maneira, há as seguintes formas:

Quadro 15: Sumário de formas de masculino e feminino em hup

	Forma presa	**Forma livre**	**Plural**
F	=ʔấy	tãʔấy	ʔấy=d'əh
			tãʔấy=d'əh
M	=ʔĩh	tiyĭʔ	yĭʔ=d'əh (alguns dialetos)
			tiyĭʔ=d'əh

Fonte: adaptado de EPPS, 2005, p. 207.

Cabe destacar ainda que a língua também dispõe de lexemas distintos para expressar entidades definidas como homem e mulher, que podem ou não ser incorporados também à forma *tɨh* (terceira pessoa do singular), tais como:

Hup (EPPS, 2005, p. 204)
(235) (tɨh)=wá mulher velha
(tɨh)=wəhɔ́d homem velho
(tɨh)=pæcă̋w garoto
(tɨh)=ʔacáw garota

Portanto, observamos que hup apresenta sistema de marcação de gênero empregado para a expressão de entidades humanas e é também motivado semanticamente, não havendo, por isso, marca de gênero gramatical. Dito de outro modo, a expressão do gênero masculino ou feminino está condicionada a entidades humanas e tem motivação semântica, mantendo-se, dessa forma, a relação de um-para-um entre a função e a forma. Podemos afirmar, então, que a relação de transparência é mantida na língua hup.

Na gramática da língua **yuhup**, Ospina Bozzi (2002) não trata da expressão de gênero na língua e não menciona também se ela é realizada ou não nos nomes e sintagmas nominais. A partir dos dados coletados, no entanto, constatamos que não há marca gramatical de gênero na língua. Conforme observamos na ocorrência em (236), os nomes são expressos sem qualquer marca morfossintática de masculino ou feminino:

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 143)
(236) ¯pêj bìʔ_báhi pâjh
raio romper pedra
O raio rompe a pedra.

Assim como as línguas já analisadas, yuhup também apresenta lexemas específicos para indicar ‘mulher’ e ‘homem’, conforme os exemplos (237) e (238).

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 141)
(237) **ˈhidn** wédné
mulher comer
A mulher estava comendo.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 143)
(238) **tìɻíʔ** ¯ŭbmí ¯ɻàbmbéh
homem bater cachorro
O homem bate no cachorro.

Ospina Bozzi (2002, p. 251) destaca que há uma classe de qualificativos na língua, um grupo fechado e pouco numeroso de palavras que expressam propriedades como idade (velho, novo), valor (bom, mau, bonito, feio), forma (redondo, liso), temperatura (quente, frio) e sexo (feminino, masculino). Dessa forma, além das palavras que designam ‘homem’ e ‘mulher’, yuhup também conta com os qualificativos expressos em (239), que são atribuídos somente a entidades animadas. Entretanto, não encontramos exemplos na gramática que ilustrassem como esses qualificativos ocorrem associados a um nome formando um sintagma.

(239) Sexo
a. ¯ãj feminino/fêmea
b. ɻíʔ masculino/macho

Ainda que não haja um exemplo do emprego desses qualificativos na língua, fica clara na análise que a atribuição da qualidade de masculino ou feminino a uma determinada entidade ocorre por critérios semânticos, considerando que há a possibilidade de ocorrência apenas com entidades animadas. Além disso, não há evidências de uma marca puramente gramatical, mas sim de uma expressão gramatical que é motivada por um traço semântico. Portanto, podemos concluir que a língua marca gênero semanticamente motivado, mantendo uma relação de transparência entre significado e forma.

Também no trabalho de Weir (1984) a respeito da negação em **nadëb**, não há qualquer discussão sobre a expressão de gênero na língua, nem se há manifestação nos nomes ou não. No entanto, a partir dos exemplos dados pela autora, é possível observar que os nomes não apresentam marca de gênero, assim como não há marcação de caso e de número. Dessa forma, não há gênero gramatical na língua e, consequentemente, não há acordo entre o nome e seus modificadores.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 24)
(240) a.nɨm a-tób
FORM-ser.bonito 2SG.POSS-casa
Tua casa é bonita.

Na ocorrência em (240), é possível notar que não há distinção de gênero no adjetivo 'bonito', expresso pelo verbo *a.nɨm* 'ser bonito', bem como não há no pronome possessivo *a* 'teu'.

Assim como nas outras línguas analisadas, existem formas específicas para indicar determinadas entidades, como *éé* 'papai' e *ɯɯn* 'mamãe', *maluus* 'moça' e *pahúúw* 'moço', *patug* 'marido' e *ĩim* 'esposa', conforme (241a) e (241b).

Nadëb (WEIR, 1984, p. 158)
(241a) dooh ta-**patug** péh ta-tɨ́
NEG 3SG-marido NONREF.EMPH 3SG-comida

hi-tɨ́ɨ́ péh
REL.ASP-pescar.INDIC NONREF
Ela não tem marido para pescar comida para ela.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 169)
(241b) ãah maab ãah ba-hɨk / dooh ta-**ĩim**
1PL sozinho 1PL ADVREL-baixar.PL.INDIC NEG 3SG-esposa
Sozinhos é que nós baixamos. A esposa de José não (baixou).

Entretanto, diferentemente de hup, por exemplo, não há qualquer marca distintiva para exprimir gênero em entidades humanas em nadëb. Infelizmente, não dispomos de dados que nos permitam uma análise mais profunda, porém, a partir dos exemplos observados, podemos afirmar que a categoria de gênero parece não ser relevante para a língua nadëb.

A análise do critério de **gênero gramatical** revelou que as línguas da família Naduhup não apresentam marca de gênero gramatical, mas sim marcam gênero semanticamente motivado em contextos específicos, sendo, por isso, transparentes. Todas as línguas apresentam meios lexicais para indicar ‘fêmea’ e ‘macho’ além de lexemas específicos para designar, por exemplo, ‘marido x esposa’, ‘pai x mãe’ etc. Os lexemas que indicam a distinção de ‘fêmea’ e ‘macho’ podem ser empregados em nomes que designam entidades humanas e, em alguns casos, entidades animais. Dessa forma, o gênero é semanticamente motivado, pois sua marcação depende do sexo biológico da entidade referida, ou seja, não é atribuído sem motivação como no caso do gênero gramatical.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Gênero gramatical	-	-	-	-

6.9 Acordo no sintagma

O acordo no sintagma é definido, em termos de GDF, como um processo puramente morfossintático de cópia de determinada propriedade (gênero, número etc.) de um nome para os outros elementos do sintagma (modificadores e determinantes). Como operação puramente formal, a cópia resulta em uma forma sem contraparte nos níveis mais altos (Interpessoal e Representacional), sendo, portanto, uma operação opaca de forma baseada na forma.

Em **dâw**, conforme discutido anteriormente, “os nomes apresentam pouca morfologia, pois para indicar as noções de gênero, número e caso, Dâw emprega preferencialmente palavras ao invés de afixos. Também as codificações dessas categorias não são obrigatórias nessa língua” (MARTINS, 2004, p. 129). Dessa forma, das categorias próprias dos nomes, como gênero, número e caso, somente os casos denominados por Martins (2004, p. 157) de “afetado” e “genitivo” são indicados por sufixos, sendo os demais marcados por palavras gramaticais ou mesmo lexicais quando necessário.

Os sintagmas nominais em dâw são constituídos por um núcleo, que pode ser qualificado por modificadores; no entanto, Martins (2004, p. 543) observa que são raras as ocorrências de modificadores no sintagma. Desse modo, em geral, não há sintagma

como concebido pela GDF – como junção de núcleo, modificadores e operadores –, mas uma referência simples, isto é, nome ou pronome sem presença de elementos que o qualifiquem ou especifiquem, conforme os exemplos (242) e (243):

Dâw (MARTINS, 2004, p. 543)
(242) **pɤʔ** jũt hũ wap
avó matar caça EMPH
A avó mata todo tipo de caça.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 543)
(243) **hid** wɤjˀ jɔn bɛ-mʔĩ wɤʔ
3PL ver tamanduá pau-galho em.cima
Eles estão vendo o tamanduá em cima do galho.

Conforme a discussão realizada no critério de *gênero gramatical*, dâw marca apenas gênero semanticamente motivado em contextos específicos por meio das palavras *ʔə̀j* ‘fêmea’ e *xut* ‘macho’, como ilustram os exemplos (223) e (224) repetidos aqui por conveniência. Portanto, não há acordo sintagmático no que se refere a gênero.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 160)
(223) ʔa-bɯg nĩ dɤw-**ʔə̀j**
esse-aí haver gente-fêmea
Daí havia uma mulher…

Dâw (MARTINS, 2004, p. 160)
(224) mɛ̃h dɤw-**xut** ʃún
não.haver gente-macho COL:AUM
Não há homem algum mesmo.

Também conforme discussão empreendida no critério de *concordância de número*, observamos que dâw apresenta meios de expressão de quantidade definida e indefinida, podendo ambas co-ocorrer em um mesmo sintagma. Assim, a quantidade definida é codificada por um numeral que especifica o nome, enquanto a quantidade indefinida pode ser expressa pelo sufixo de pluralidade ou pelo tom ascendente no Nível Fonológico. O sintagma pode ocorrer, portanto, como em (244), em que apenas a quantidade definida é expressa pelo numeral *túm* ‘dois’; ou, como em (245), em que o numeral *mutwáp* ‘três’ expressa a quantidade definida, enquanto o tom ascendente conjuntivizador, marcado pela notação (ˊ), expressa quantidade indefinida.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 544)
(244) tih ʔɤ̀j dɤ́h [**túm** **xabal**-ű̃jʔ]
3SG chamar PUNCT dois cavalo-AFF
Ele chamou dois cavalos.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 544)
(245) [**mutwáp** **xɯtúm**] xɤd hãm
três sol:CONJT passar ir
Três meses se passaram.

Dado que consideramos a proposta de Câmara *et al.* (2018) para a análise da concordância de número, entendemos que não há dupla marcação ou cópia da informação, mas a expressão de duas noções semânticas distintas: a quantidade definida, expressa pelo numeral, e a quantidade indefinida, expressa pelo tom ascendente. Desse modo, não há opacidade bem como não há cópia e, portanto, acordo no sintagma.

Exemplos como (246), comprovam que não há acordo sintagmático no que se refere a expressão de gênero e número no sintagma. É possível observar que não há cópia do traço de gênero do nome para os modificadores, bem como não há cópia da informação de número. Portanto, o demonstrativo *ʔa* ‘esse’ não apresenta marca de gênero ou de número, o numeral *túm* ‘dois’ não apresenta marca de gênero, e o nome *ʔɛ̀j* ‘mulher’ não apresenta marca de número:

Dâw (MARTINS, 2004, p. 544)
(246) [**ʔa-túm** **ʔɛ̀j**] hãm xóʔ jɛ̃m-taʔ
[esse-dois mulher] ir circular mundo-ser.distante
Essas duas mulheres andavam pelo mundo inteiro.

Além disso, tratando dos modificadores do nome, Martins (2004, p. 217) afirma que dâw não apresenta uma classe de adjetivos, mas sim verbos estativos que expressam atributos. De acordo com a autora, esses verbos podem ser divididos em três subclasses: atributivos, qualificativos e posicionais. Os verbos *atributivos* designam especialmente atributos relacionados à constituição física do indivíduo, como *ben* ‘ser grosso e espesso’, *ʔeɟ* ‘ser baixo e pequeno’, *win* ‘ser fino e comprido’. Os *qualificativos* expressam estados e qualidades de seres e objetos a partir de uma perspectiva subjetiva, como em *dɤw xubʃɔ̃k* ‘estar triste’, *dɤw tɤ̀w* ‘estar bravo’, *leʔ* ‘ser magro e ter a cabeça grande’, *nʔű̃nʔ* ‘ser mole e bem cozido’. Já os verbos *posicionais* indicam a posição que uma entidade ocupa no espaço, como *pɛ̀m* ‘estar sentado’, *mũ̃h* ‘estar deitado esticado na rede’, *jet* ‘estar deitado no chão’.

Martins (2004, p. 219-220) destaca que “esses verbos ocorrem também no sintagma nominal e, nesta posição, funcionam como adjetivos”, ou seja, desempenham a função de adjetivos quando junto ao nome, como em (247), *jùn kaʃ* ‘roupa velha’; e em (248), *dɤw kɤ́h* ‘gente muito pobre, sofrida’.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 221)
(247) wɔ́h nɔ̃̀h tih-ɯ̃̀jˀ **jùn** **kaʃ**
Tukano dar 3SG-AFF roupa velho
O Tukano dá roupa velha para ele.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 222)
(248) **dɤw** **kɤ́h** púd jed pɛ̀m hãm peg xàj
Dâw ser.sofredor ser.INTENS INTENSI estar.sentado ir ser.grande mata
Os dâw sofredores estão sentados, espalhados, no mato.

De mesmo modo, alguns verbos não-estativos também podem exercer a função de qualificadores e, para tanto, recebem o suprafixo tonal ascendente substantivador, como é o caso dos exemplos (249a) e (249b).

Dâw (MARTINS, 2004, p. 220)
xa ‘cozinhar’ *xáh* ‘cozido’
(249a) hág [hɐ̃́p **xáh**]
cadê peixe cozido
Cadê o peixe cozido?

(249b) [wɛ́d **xáh**] jɛ̃́w púd
comida cozido ser.gostoso:AUM ser.INTENS
A comida cozida está muito gostosa!

Como é possível observar em todos esses exemplos, dentro do sintagma, não há qualquer tipo de marcação de gênero, número ou caso que seja copiada nos demais elementos. Assim, não há cópia de nenhum traço do nome nos modificadores e a forma do adjetivo permanece a mesma seja masculino ou feminino, singular ou plural.

Cabe destacar ainda que, conforme afirma Martins (2004, p. 349, 365), os pronomes pessoais também não apresentam indicação distintiva de masculino e feminino. Do mesmo modo, os pronomes demonstrativos também não apresentam formas distintivas para indicar gênero ou mesmo número. Portanto, quando estes pronomes ocorrem dentro de um sintagma nominal, também não há qualquer operação de cópia dos traços semânticos de gênero e número para os pronomes, como comprovado em (250) e (246), repetido aqui por conveniência.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 544)
(250) [**tih mɛ̃ʔ**] ʔɔx hãm xɔ kɛd
3SG mãe correr ir canoa dentro
Sua mãe fugiu de canoa.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 544)
(246) [**ʔa-túm ʔàj**] hãm xóʔ jɛ̃m-taʔ
[esse-dois mulher] ir circular mundo-ser.distante
Essas duas mulheres andavam pelo mundo inteiro.

Portanto, dâw não apresenta acordo no sintagma e é transparente nesse critério. Por não expressar gênero gramatical, mas gênero semanticamente motivado, a língua mantém o alinhamento entre os níveis Representacional e Morfossintático. Por expressar de maneira distinta as noções de quantidade indefinida – por meio do sufixo de pluralidade ou pelo tom ascendente conjuntivizador – e quantidade definida – por meio de numeral –, a língua também preserva o alinhamento entre os níveis semântico e morfossintático. Por fim, por não haver cópia da informação de número e/ou de gênero no modificador, mantém-se também o alinhamento de um-para-um com apenas uma expressão morfossintática de uma informação semântica.

Em **hup**, os nomes recebem flexão de caso e de número, podem ser possuídos, quantificados e modificados por numerais, adjetivos e demonstrativos. Dessa maneira, um padrão básico para a estrutura do sintagma nominal é dado por Epps (2005, p. 240):

Np = (Dem — Poss — Numeral) N (Adj)

Pronomes demonstrativos, possessivos e numerais antecedem o nome – que pode ser uma raiz nominal simples ou composta – enquanto os adjetivos seguem o núcleo nominal. De acordo com a autora, essa ordem é bastante rígida dentro do sintagma e, quando quebrada, por exemplo, quando numerais, demonstrativos ou possessivos seguem o nome, possivelmente expressam mais de um sintagma em uma relação de aposição. No exemplo (247), observamos o sintagma constituído pelo demonstrativo *nup*, o nome *tĩhĩy* ‘cobra venenosa’ e a marca de plural *d’əh*.

Hup (EPPS, 2005, p. 161)
(247) **nup tĩhĩy=d'əh**, j'ŭg-út, nút ʔín-ăn mæh=d'əh ní-íh
DEM cobra.venenosa=PL floresta-L aqui 1PL-U matar=PL ser-DECL
As cobras venenosas aqui na floresta vão nos matar.

A respeito desse exemplo, cabe mencionar que, conforme afirma Epps (2005, p. 246, 259), os demonstrativos, em posição de especificadores do nome, desempenham a função de determinantes, tendo em vista que a língua não apresenta artigos definidos ou indefinidos. Além disso, é possível observar que a informação de número indefinido (plural) é expressa apenas no núcleo do sintagma, não sendo copiada para o demonstrativo. Dessa maneira, já é possível observar que não há acordo sintagmático nesse contexto.

Ainda sobre a constituição dos sintagmas, observamos que, em muitos casos, os constituintes ocorrem incorporados, como uma unidade fonológica de fato, como é possível verificar no exemplo (248) com o sintagma *wɔh=pæcǽw=d'əh* 'meninos índios do rio':

Hup (EPPS, 2005, p. 205)
(248) **wɔh=pæcǽw=d'əh** b'íyɨʔ ni-iy
índio.do.rio=menino=PL apenas ser-DYN
Há apenas meninos índios do rio [lá]!

No critério de *gênero gramatical*, é possível comprovar que hup também não apresenta marcação de gênero gramatical, mas sim marcas de masculino e feminino que são atribuídas de acordo com traços semânticos a entidades humanas, como mostraram (227) e (228) repetidos aqui por conveniência. Dessa maneira, não há acordo no sintagma, considerando que não há marcação de gênero gramatical e que a marca de gênero semanticamente motivada ocorre apenas junto ao nome e não é repetida ou copiada dentro do sintagma.

Hup (EPPS, 2005, p. 255)
(227) madio=**ʔĩh** yúw-úh!
Mario=M ITG-DECL
Este é Mário.

Hup (EPPS, 2005, p. 627)
(228) cet-ham-tubud-yɨʔ-íy, hup=**ʔǻy**-ăn
carregar.nas.costas-ir-INTENS3-TEL-DYN pessoa=F-U
[A anta] carregou a mulher por um longo caminho.

Também na discussão do critério de *concordância de número*, demonstramos que a língua hup marca quantidade definida por meio de numerais e quantidade indefinida por meio da marca de plural *-d'əh* para entidades animadas (humanas e animais). As duas marcas podem co-ocorrer no mesmo sintagma, porém, como argumentado, não representam a dupla expressão de uma mesma noção semântica e sim expressões distintas para noções distintas, uma definida e outra indefinida.

Quando o sintagma é composto por entidades inanimadas, não há marcação de quantidade indefinida por meio da marca *-d'əh* e apenas o numeral expressa quantidade definida, como em (249). É interessante notar que, mesmo quando o sintagma é formado por palavras do português, como no exemplo (250), também não há marcação de quantidade indefinida, como seria esperado pelas regras da língua portuguesa padrão.

Hup (EPPS, 2005, p. 174)
(249) **koʔap** **b'ɔ̌ʔ** d'ŭç deh tɨh ʔəg-yíʔ-ay-áh, **koʔap** **b'ɔ̌ʔ**
dois cuia timbó água 3SG beber-TEL-INCH-DECL dois cuia
Ele bebeu duas cuias de suco de timbó, duas cuias [cheias].

Hup (EPPS, 2005, p. 170)
(250) **cínku** **fórnu** tɨh d'əh-hám-áh
cinco forno 3SG enviar-ir-DECL
Ele comprou cinco fornos.

Epps (2005, p. 175-176) afirma que não há restrições gramaticais para a ocorrência da marca de plural *-d'əh* em todos os elementos do sintagma nominal, visto que sua ocorrência em qualquer um deles é possível. No entanto, não está claro se fenômenos como este, altamente marginais na língua, podem ser considerados como ocorrências de acordo sintagmático ou como sintagmas aposicionais, em que a expressão de plural marca justamente as fronteiras de cada sintagma.

Hup (EPPS, 2005, p. 176)
(251) nɨ**d'ɔ̌h** yŭ nɨ̌h yaʔambŏʔ=**d'əh** tɨh=pŏg=**d'əh** kaʔăp=**d'əh**
DEM.PL João POSS cachorro=PL 3SG=grande=PL dois=PL
Lit. Aqueles do João, cachorros, grandes, dois.

Considerando a afirmação da própria autora de que cada elemento do sintagma parece manter uma referência própria, tendemos a considerar esses casos como sintagmas aposicionais e, dessa maneira, a leitura possível para o exemplo (251) é, como na tradução

literal, a presença de quatro sintagmas: *nɨd'ăh yŭ̆ nɨ̆h* 'aqueles do João', *yaʔambŏʔ=d'əh* 'cachorros', *tɨh=pŏg=d'əh* 'grandes', *kaʔăp=d'əh* 'dois'. No entanto, esses são casos extremamente marginais na língua e, por isso também, acreditamos não ser possível afirmar que a língua hup apresenta acordo sintagmático.

Epps (2005, p. 100) afirma que é possível distinguir uma (pequena) classe de adjetivos na língua hup. Segundo a autora, eles podem funcionar como modificadores do nome ou como predicados. Como modificadores, a mais importante característica é a ordem dentro do sintagma, visto que os adjetivos estarão sempre conectados a um nome precedente, conforme (252) e (253), e, na ausência de um nome, requerem um elemento expletivo, o pronome de terceira pessoa *tɨh=*, conforme (254). Nesses exemplos, é possível observar que os adjetivos não recebem qualquer marca de gênero ou de número dentro do sintagma e, assim, não há cópia de informações do nome para os demais elementos no sintagma nominal.

Hup (EPPS, 2005, p. 275)
(252) hid **nɔg'od** **j'á** pæm-hi-ham-tég
3PL boca preto sentar-descer-ir-FUT
Todos estarão sentados com bocas negras [comendo coca].

Hup (EPPS, 2005, p. 101)
(253) nút=mah tíh-ăn nɔh-g'ét-éh, **wowŏw** **pŏg**
aqui=REP 3SG-U cair-ficar.preso-DECL mosca grande
Aqui, dizem, bateu e ficou preso nela, uma grande mosca.

Hup (EPPS, 2005, p. 370)
(254) **tɨh=pŏg** nɔh-yíʔ-íy
3SG=grande cair-TEL-DYN
O grande caiu.

Epps (2005, p. 235) relata ainda que hup apresenta um sistema de classificação nominal, que pode aparecer em múltiplos constituintes da oração e do sintagma, como demonstra (255). Assim como nos casos de expressão de número em mais de um elemento do sintagma, a autora argumenta que esses casos – também extremamente marginais – são mais adequadamente considerados como aposição de sintagmas nominais do que como casos de acordo. A marca de classificação, no caso do exemplo *g'æt* 'fruta', é, nessa análise, o que marcaria também a fronteira entre os sintagmas aposicionais. Desse modo, a leitura mais adequada parece ser com três sintagmas em aposição: *núp=(g'æt)* 'este', *pɨhɨ́t=g'æt* 'abacaxi', *tɨh=pŏg=(g'æt)* 'grande':

Hup (EPPS, 2005, p. 235)
(255) núp=(**g'æt**) pɨhɨ́t=**g'æt** tɨh=pŏg=(**g'æt**)
DEM=FRUTA abacaxi=FRUTA 3SG=grande=FRUTA
'este abacaxi grande / este, abacaxi, grande'

Concluímos, então, que hup é transparente e não apresenta o fenômeno de acordo no sintagma. No que se refere à expressão de gênero, é marcado apenas nos casos de entidades humanas e aparece uma única vez no sintagma. A respeito da expressão de número, dentro do sintagma, quando há referência a entidades animadas, a marca de quantidade definida (numeral) pode co-ocorrer com a marca de quantidade indefinida (sufixo), sem que, no entanto, isso represente uma cópia de informação ou quebra da relação de transparência. Por fim, a classe de adjetivos em hup não apresenta marcas distintivas para gênero e número, de tal modo que, dentro do sintagma nominal, não há cópia dessas informações do nome para o modificador.

Na língua **yuhup**, os nomes e pronomes são constituídos por raízes simples ou compostas, às quais podem ou não ser anexados sufixos marcadores de caso, possessão, localização, restrição, adição ou mesmo aspecto. Estas ocorrências podem ser exemplificadas em (256a-b): em (256a), observamos a ocorrência de dois nomes, *ʉ̆tŏg* 'porco' e *hâj* 'floresta', sem qualquer marca, enquanto, em (256b), o nome *tŏg* 'porco' recebe a marca de indivíduo, e *hâj* 'floresta' recebe o sufixo indicativo de localização.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 94)
(256a) **ʉ̆tŏg** _tɔ́hɨ́ **hâj**
porco correr floresta
O porco correu para a floresta.

(256b) ʉ̆tŏg **ɟâp** _tɔ́hɨ́ hâj-**ʔáh**
porco IND correr floresta-DIS.M
Um porco correu para a floresta [a uma distância média do centro dêitico].

De acordo com Ospina Bozzi (2002, p. 95), os nomes podem então ser modificados por outros nomes (257a), pronomes pessoais (257b), demonstrativos (257c), qualificativos (257d) e quantificadores (257e):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 95)

(257a) **dêj** **íp** ˥há^{m}ɨ́
Dej pai partir
O pai de Dej partiu.

(257b) **˗ãh** **íp** ˥há^{m}ɨ́
1SG.POSS pai partir
Meu pai partiu.

(257c) **˗díh** **_bŏk** m˗tèhèí
DEM panela estar.danificado
Esta panela está danificada.

(257d) **_bŏk** **pôg^{n}** m˗tèhèí
panela grande estar.danificado
A panela grande está danificada.

(257e) **˗ãw** **bŏk** ˗díí
muitos panela ser
Há muitas panelas.

Nesses exemplos, é possível constatar que, tanto no nome quanto em seus modificadores, não há qualquer marca de gênero ou número e, consequentemente, não há cópia de informação nos constituintes do sintagma. Cabe destacar, por exemplo, que, em (257c-d), o verbo qualificativo *m˗tèhèí* ‘estar danificado’ também não recebe qualquer marca de gênero. De modo semelhante, em (257e), mesmo com a presença de um quantificador indefinido, nenhuma informação de número se apresenta no nome.

Retomando a discussão empreendida anteriormente, atestamos que não há marcação de *gênero gramatical* na língua e que lexemas que designam ‘feminino’ e ‘masculino’ são empregados como qualificativos na língua. Pela ausência de exemplos, não foi possível verificar o uso desses qualificativos em ocorrências, porém, entendemos que, de fato, não há marcação de gênero e, consequentemente, não há cópia dessa informação dentro de um sintagma nominal.

Também na discussão já empreendida acerca da *concordância de número*, atestamos que não há dupla marcação dessa informação dentro do sintagma. A marca de quantidade indefinida dentro dos sintagmas está condicionada à animacidade do nome: é obrigatória para animados e ausente para inanimados. Dessa forma, a marca de quantificação indefinida (plural) pode co-ocorrer com uma marca definida (numeral) dentro do sintagma com referente animado sem que isso represente uma quebra da relação transparente. Por se tratar da expressão de duas informações distintas, entendemos que

não há redundância e não há cópia da informação de número, portanto, não há acordo no sintagma também, como observamos no exemplo (258):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 250)
(258) **bàd^{m}¯dí_wăp _děh** wîw
quatro PL formiga.conga
Quatro formigas conga.

Ospina Bozzi (2002, p. 251) afirma que é possível definir uma classe fechada e pouco numerosa de qualificativos na língua. De acordo com a autora, esses qualificativos têm a função de modificar o nome e expressam propriedades como idade (velho, novo), dimensão (altura e comprimento: grande, pequeno, longo, curto), valor (bom, mau, bonito, feio), forma (redondo, liso), peso (pesado, leve), temperatura (quente, frio) e sexo (feminino, masculino).

Como acontece com outras propriedades da língua, como quantificação e função semântica, os qualificativos também sofrem influência do traço de animacidade do referente para sua expressão, de forma que determinados qualificativos podem ocorrer apenas com entidades animadas, como é o caso dos que indicam sexo (*ɐ̆j* 'feminino', *ɻíʔ* 'masculino') e idade (*wɔ̀hɔ̂* 'velha', *wăh* 'velho' etc). Ospina Bozzi (2002, p. 252-254) apresenta uma lista dos qualificativos encontrados na língua, no entanto, não fornece exemplos de seu emprego efetivo em ocorrências de uso.

A autora trata ainda da estrutura dos sintagmas qualificativos, evidenciando que eles apresentam distinções de acordo com informações como animacidade, especificidade, definição, dado, novo ou retomado, como também as intenções comunicativas do falante, aquilo que se deseja enfatizar (cf. OSPINA BOZZI, 2002, p. 254-255). Consideramos, no entanto, que essa discussão não é relevante para as análises aqui realizadas, visto que não há marcas nos constituintes do sintagma. Os exemplos dados por Ospina Bozzi (2002, p. 255-258), envolvem o qualificativo *pôg^{n}* 'grande', como é possível observar na amostra de três exemplos transcritos a seguir.[82]

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 257)
(259a) **tâh** tɨh **pôg^{n}**
anta 3SG grande
A grande anta.

[82] A presença do pronome de terceira pessoa do singular nesses exemplos foi discutida mais detalhadamente no critério de *expletivos.*

(259b) **tâh** tɨ́h **pôg^{n}** **_dĕh**
anta 3SG grande PL
As antas grandes.

(259c) **ɻɔ̂j** tɨ́h **pôg^{n}** tăt
abacaxi 3SG grande fruta
A grande fruta de abacaxi.

Corroborando a análise já realizada, é possível atestar pelos exemplos que não há acordo no sintagma na língua yuhup, sendo, portanto, transparente. Nos exemplos, não há qualquer marca de gênero e, mesmo quando há marca de número, esta ocorre apenas uma única vez ao final do sintagma, não sendo repetida ou copiada. Portanto, categorias semânticas, formuladas no Nível Representacional, são codificadas uma-a-uma no Nível Morfossintático, sem cópia ou dupla expressão, mantendo o pareamento entre os níveis.

De acordo com Weir (1984, p. 58, 83), em **nadëb**, os sintagmas nominais são, frequentemente, constituídos apenas pelo núcleo nominal sem determinantes ou modificadores. De modo geral, os nomes não são marcados em gênero e número, mas alguns apresentam formas específicas para singular e plural (*txaah/taah* ‘filho/filhos’) e para masculino e feminino (*patug/ɨ̃im* ‘marido/esposa’).

Como discutido no critério de *gênero gramatical*, não há marca distintiva para essa categoria em nadëb, apenas lexemas específicos para referenciar determinadas entidades. Do mesmo modo, a informação de número parece não ser relevante na língua, tendo em vista que não há estratégias para indicar quantificação indefinida e a definida é designada apenas por um conjunto mínimo de numerais pouco específicos, como discutido no critério de *concordância de número*. Tendo em conta a não expressão dessas informações, não é possível que haja cópia dentro do sintagma nominal, o que nos leva, consequentemente, à ausência de acordo sintagmático na língua.

Ainda de acordo com Weir (1984, p. 138), inexiste uma categoria de adjetivos em nadëb, assim como ocorre em dâw. De modo geral, são empregados alguns verbos descritivos na língua, como: *a-nɨ́m* ‘ser bonito’, *a-hiin* ‘ser vermelho’, *ha-hũunh* ‘não ser preguiçoso’ etc. – cabe notar a presença do prefixo verbal formativo *a-*, comprovando o estatuto de verbo dos qualificativos.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 24)
(260) **a-nim** a-tób
FORM-ser.bonito.INDIC 2SG.POSS-casa
Tua casa é bonita.

Como é possível observar no exemplo (260), não há qualquer marca que seja copiada no verbo qualificativo ou mesmo no pronome possessivo de forma que não há, portanto, acordo no sintagma. Além do apresentado, não foram encontrados outros exemplos na gramática que ilustram o uso dos verbos descritivos elencados pela autora. Dessa forma, ainda que os dados não sejam exaustivos, pelas análises já realizadas, é possível atestar que não há acordo sintagmático na língua, sendo, então, transparente com respeito a esse critério.

Relacionado aos critérios de *gênero gramatical* e de *concordância de número*, analisamos, portanto, o critério de **acordo no sintagma**, que se refere à cópia de traços do núcleo nos demais constituintes do sintagma. Observamos nos dados coletados que todas as línguas são também transparentes por não realizarem essa operação de cópia. Conforme discutido no critério de *gênero gramatical*, as línguas da família Naduhup não marcam gênero e, portanto, não há cópia desse traço dentro do sintagma. Também de acordo com discussão anterior, no critério de *concordância de número*, observamos que, quando ocorre a marcação de quantidade definida e/ou indefinida, cada uma é marcada apenas uma vez no sintagma, ou seja, o traço de plural, por exemplo, é marcado apenas no núcleo ou apenas ao final do sintagma, ocorrendo uma única vez. Com relação ao emprego de modificadores, as línguas contam com verbos atributivos que cumprem a função de modificadores do nome. Apenas as línguas hup e yuhup contam com uma classe identificável de adjetivos. Ainda assim, seja nos verbos atributivos ou nos adjetivos, não há marcação de nenhum traço do nome, isto é, essas categorias aparecem "descobertas" no sintagma, sem qualquer marcação que indique gênero, número, caso etc.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Acordo no sintagma	-	-	-	-

6.10 Acordo na oração

Assim como o acordo no sintagma, o acordo na oração também diz respeito a uma operação de cópia que ocorre estritamente no Nível Morfossintático: as propriedades do argumento são copiadas no predicado. Como discutido na apresentação dos critérios, Leufkens (2015, p. 52) destaca que a GDF distingue o acordo oracional, como processo de cópia que resulta em elementos vazios, da referência cruzada, como operação em que uma unidade semântica é expressa múltiplas vezes sem perder valor semântico. O critério para tal distinção é a obrigatoriedade da dupla expressão: quando opcional, há referência cruzada e, quando obrigatória, acordo oracional.

Desse modo, o critério de acordo na oração se liga, nesta análise, diretamente à discussão realizada no critério de *referência cruzada*. Conforme argumentado nas análises, as línguas da família Naduhup não marcam a informação de pessoa no verbo, sendo a referência realizada apenas por nomes, pronomes ou sintagmas nominais. Portanto, não há acordo na oração dada a ausência de cópia das informações (gênero, número, caso etc.) do argumento no predicado, conforme atestam os exemplos de cada uma das línguas analisadas.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 531)
(261) **wàm** **wɛ̀d** mɤn-ű̃jʔ
cutiporó comer inajá-AFF
O cutiporó come inajá.

Hup (EPPS, 2005, p. 635)
(262) **tɨ́h=tæ̃hʔín** tɨ́h-ăn wæ̆d **nɔ́ʔ-ay-áh**
3SG=criança.mãe 3SG-U comida dar-INCH-DECL
Sua esposa deu comida a ele.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 262)
(263) **ɨ̄dn** **dòhòcábà** mˉbă̱ɲn _bŏk _dĕh ũjh _dĕh
1PL passar cesta panela PL saco PL
Nós passamos a cesta, as panelas, os sacos.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 27)
(264) lakonan **Subih** **a-wɯh**
tucunaré Subih FORM-comer.INDIC
Subih come tucunaré.

Como é possível observar nos exemplos, as línguas da família Naduhup apresentam apenas referência simples, ou seja, a referência é realizada por nomes ou pronomes e não é copiada/repetida no predicado.

Intimamente relacionado ao critério de *referência cruzada*, o critério de **acordo na oração** também mostra, portanto, que as línguas analisadas são transparentes pela não marcação de pessoa nos verbos. Assim como os predicados atributivos ou os adjetivos, os predicados aparecem "descobertos" nas línguas: não há marcação de pessoa, de gênero, de plural e, muitas vezes, nem mesmo de tempo. Dessa forma, o argumento é referenciado uma única vez, seja por meio de um nome, pronome ou mesmo sintagma nominal.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Acordo na oração	-	-	-	-

6.11 Cópia de tempo

Do mesmo modo que o acordo no sintagma e na oração, a cópia de tempo é também um fenômeno do Nível Morfossintático, em que o operador de tempo expresso na oração principal é copiado para o verbo da oração encaixada. Desse modo, é gerada uma forma baseada na forma por um processo de cópia que não apresenta contraparte semântica ou pragmática. Hengeveld (2011a) e Hengeveld e Leufkens (2018) investigam a cópia de tempo na expressão do discurso indireto nas línguas, por ser este um contexto propício, visto que, em algumas línguas, o tempo do discurso original é mantido e, em outras, o tempo da oração principal é copiado, alterando o discurso original. Em consonância com os autores, também analisamos a presença ou ausência da cópia de tempo na expressão do discurso indireto nas línguas em análise.

Para a indicação de discurso reportado, ou seja, para marcar que o discurso foi enunciado por outra pessoa, **dâw** apresenta três estratégias: o morfema reportativo *mãh*, o discurso direto e o discurso indireto. O morfema reportativo *mãh*, de acordo com Martins (2004, p. 487), é muito frequente em narrativas, destacando o caráter oral desse gênero. Ainda segundo a autora, este morfema pode ocorrer tanto no início quanto no fim da oração, preservando a tendência de se ordenar operadores dos níveis mais altos, no caso, do Nível Interpessoal, em posições periféricas na estrutura morfossintática. Além

disso, ele pode ainda co-ocorrer com o verbo *nã* ‘dizer’, anteposto ou posposto a ele, como é possível observar nos exemplos.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 488)
(265) **mãh** tùg tɛh
REP guariba TOP
Dizem que foi o guariba quem respondeu.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 488)
(266) ʔãm nũhpat-ɛ̃h **mãh** **nã**
2SG cabelo-NEG REP dizer
Você é careca, dizem. (Lit. Você sem cabelo, dizem)

Dâw (MARTINS, 2004, p. 488)
(267) nɐ́ʔ **nã** **mãh** tih ti
isto dizer REP 3SG MOD
Isto, dizem que foi ele quem disse.

A marca de reportativo indica a fonte do Conteúdo Comunicado, ou seja, assinala ao ouvinte que o falante não é a fonte original do que está sendo enunciado. Assim, o morfema *mãh* assinala que o discurso é reportado, mas não interfere nas formas verbais, por exemplo. Cabe ressaltar que, nessas ocorrências, não há duas orações como na expressão de discurso direto ou indireto, embora a tradução possa gerar essa interpretação em alguns casos. Isto posto, observamos que não há contexto para a ocorrência da cópia de tempo.

O discurso direto, por sua vez, é também muito comum nas narrativas e, dado que elas compõem boa parte do *corpus* pesquisado por Martins (2004), é também uma estrutura muito recorrente nas análises apresentadas pela autora. Nos exemplos (268) e (269), observamos que o discurso citado é introduzido pelo verbo *nã* ‘dizer’, seguido pela citação literal, sem modificações em relação à enunciação original.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 267)
(268) mʔãn **nã**: mɯ̃ŋ doʔ wɤ́p nɤ́x mĩʔ
boto dizer 1SG.OBL CAUS jogar.em.água rio em
O boto disse: jogue-me na água.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 586)
(269) mʔɛ́ʔ **nɐ̀-éʔ** ʔãh wúm nĩ nũg hɔ̃tid
outro dizer-PST 1SG ser.forte ser 2PL mais.do.que
O outro disse: eu sou mais forte do que vocês.

Dado que o discurso é diretamente citado, sem alterações, também aqui não há contexto para a ocorrência de cópia de tempo. Em (269), por exemplo, há a marca de passado, *éʔ*, sufixada ao predicado *nã̀* ‘dizer’, porém o operador de tempo passado não é copiado para a citação, que mantém o tempo utilizado pelo falante original, no caso, tempo presente. O esperado, então, é que a cópia ocorra nas ocorrências de discurso indireto, em que o falante cita as palavras do outro, adaptando-as.

Pela análise dos dados, não foi possível identificar uma marca morfossintática distintiva entre o discurso direto e o indireto. Ambos apresentam o uso do verbo *nã* ‘dizer’, como em (270), ou verbos similares como *wʔɤ́jʔ* ‘falar’, em (271). O que distingue as duas formas de citação é então o contexto de uso e as adaptações que são realizadas no discurso indireto.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 610)
(270) tih **nã** mű̃ŋ tih **wɛ̀d** **tuk-ɛ̃h** ʔa hã́p
3SG dizer 1SG.OBL 3SG comer querer-NEG esse peixe

tih ʔã̀m **xa** ʔuj ʔa hã́p **kaʃ** ʔuj
3SG esposa cozinhar que esse peixe estar.estragado porque
Ele disse para mim que não queria comer o peixe que a mulher dele cozinhou, porque o peixe estava estragado.

Dâw (MARTINS, 2004, p. 629)
(271) ʔãm **wʔɤ́jʔ** **jʔah** **nã̀-éʔ** jɔh mʔű̃jʔ
2SG falar enganar dizer-PST hoje 2SG.OBL
Você falou que eu menti hoje para você.

Em (270), observamos tratar-se de um discurso indireto pela repetição do pronome de terceira pessoa do singular que faz referência ao falante original do discurso citado. Todos os predicados presentes na ocorrência – *nã* ‘dizer’, *wèd* ‘comer’, *tuk* ‘querer’, *xa* ‘cozinhar’, *kaʃ* ‘estar estragado’ – não apresentam qualquer marca morfossintática de tempo. Dessa forma, não há cópia de tempo da oração principal – *tih nã* ‘ele dizer’ – para a oração encaixada – *tih wèd tuk-ɛ̃h ʔa hã́p tih ʔã̀m xa ʔuj ʔa hã́p kaʃ ʔuj* ‘ele não querer comer o que sua esposa cozinhar porque esse peixe estar estragado’.

Por outro lado, em (271), há uma marca morfológica de tempo passado, *-éʔ*, no verbo da oração encaixada. Novamente, podemos observar que se trata de um discurso indireto pela repetição dos pronomes de segunda pessoa do singular e, agora também, pela marca de tempo passado. No entanto, o verbo da oração principal, *wʔɤ́jʔ* ‘falar’, não apresenta qualquer marca de tempo e, dessa maneira, não é possível afirmar que ocorre

um processo de cópia do tempo da oração principal – *ʔãm wˀɤ̈jˀ* 'você falar' – na oração encaixada – *jˀah nɑ̀̃-éʔ jɔh mˀɯ̋jˀ* 'menti hoje para você'. Portanto, ainda que haja marcação de tempo, não há cópia, mas a manutenção do tempo verbal original do discurso citado.[83]

Considerando as três estratégias de expressão do discurso citado em dâw, podemos afirmar que a língua é transparente com relação à cópia de tempo. De modo geral, o tempo não é marcado no predicado, mas, quando é, há manutenção do tempo empregado no discurso original, sem cópia entre a oração principal e a encaixada. Consequentemente, a relação transparente entre os níveis Representacional e Morfossintático é mantida, sem que haja a adição de uma forma puramente morfossintática.

Epps (2005, p. 687) afirma que o discurso citado em **hup** também pode ser expresso por meio do uso da marca de reportativo e por discurso direto. De acordo com a autora, a distinção de uso entre as diferentes estratégias parece estar conectada com o contexto de ocorrência e o tipo de informação que o falante deseja enunciar:

> Os falantes de Hup preferem o evidencial reportativo para apresentar informações que são consideradas imediatamente relevantes para o momento da fala e a situação em questão, enquanto a fala citada tem maior probabilidade de ter completa independência do contexto pragmático. [...] O discurso citado, portanto, comunica mais do que apenas conteúdo, mas também contribui para recriar a cena preservando a força ilocucionária do enunciado original. (EPPS, 2005, p. 687, tradução nossa)[84]

O uso do reportativo está, assim, atrelado a um contexto imediato, em que se deseja comunicar a informação dada por outra pessoa de forma indireta, sem detalhamento contextual, adaptando a mensagem às suas próprias palavras. Por outro lado, o discurso direto está relacionado com o contexto, comunicando não apenas o conteúdo, mas também a circunstância em que esse conteúdo foi comunicado. Na prática,

[83] Em todos os casos, é importante considerar que a tradução dos exemplos pode ser um falso indicativo de cópia de tempo, visto que o português apresenta esse recurso para a expressão de discurso indireto, sendo obrigatório que o tempo verbal da oração principal seja copiado na oração encaixada.

[84] Tradução do original: "Hup speakers prefer the Reportive evidential for presenting information that is considered immediately relevant to the speech moment and the situation at hand, whereas quoted speech is more likely to have complete independence from the pragmatic context. […] Quoted speech therefore communicates more than just content, but also contributes to re-create the scene by preserving the illocutionary force of the original utterance."

dado o *corpus* de análise da autora (contos, relatos etc.), são abundantes tanto os dados de discurso direto e quanto os de uso do reportativo, como veremos nos exemplos.

A marca de reportativo, o sufixo *=mah*, sendo um operador do Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal, tende a ocupar posições periféricas na ordenação de constituintes, e, para tanto, é frequente que ocorra sufixado aos constituintes que ocupam a posição inicial ou final da oração, como (272) e (273), respectivamente:

Hup (EPPS, 2005, p. 546)
(272) nuh-kəbə́k=n'ăn=**mah** hɨd pə́ʔ-əh, də́b!
cabeça-cortar=PL.U=REP 3PL dar-DECL muito
Eles deram um dabacuri[85] de formigas sauva (lit. cabeças cortadoras), eles dizem, muitas delas!

Hup (EPPS, 2005, p. 155)
(273) tɨh=pŏg-ăn tɨh túk-úy=**mah**
3SG=grande-U 3SG querer-DYN=REP
Ele quer o grande, ele disse.

Observamos que a marca de reportativo indica que o falante não é fonte da informação comunicada, mas não há, como no discurso direto e indireto, a estrutura de duas orações, sendo uma principal e outra encaixada, contendo o conteúdo que foi comunicado. Assim sendo, como foi destacado na análise da língua dâw, não há contexto para que ocorra a cópia de tempo.

O discurso direto, de acordo com Epps (2005, p. 685), é codificado por duas orações, uma contendo o Conteúdo Comunicado tal como formulado pelo falante original e a outra tendo como predicado *nɔ-* 'dizer'. A oração contendo o predicado *nɔ-* 'dizer' é, geralmente, a segunda oração da estrutura e o predicado situa-se na posição final, mantendo a tendência de verbo-final das línguas da família Naduhup.

Hup (EPPS, 2005, p. 467)
(274) "niŋ j'ɔm-ʔáy tǽh" **nɔ**-d'əh-d'ob-yiʔ-píd-íh
2PL banhar-VENT.IMP criança dizer-mandar-ir.para.rio-TEL-DIST-DECL
"Vocês vão se banhar, crianças", [ela] diz, mandando [as crianças] para o rio.

[85] De acordo com Epps (2005, p. 14), o dabacuri é um ritual comum entre os hup, que envolve a apresentação de um presente (geralmente frutas da floresta, tapioca, defumados etc.) de um grupo (muitas vezes um clã ou vila) para outro (ou ocasionalmente, para um ou dois indivíduos, como um professor da aldeia).

Hup (EPPS, 2005, p. 505)

(275) “ʔám-ăn ʔãh yɔʔmə̆y yók tán-áh!” tɨh **nɔ́**-ɔ́h
2SG-U 1SG ânus apunhalar FUT.CONTR-DECL 3SG dizer-DECL
“Eu vou apunhalar você no ânus!”, ela disse.

É possível observar que, assim como em dâw, é raro que ocorra marca de tempo no predicado e, quando ocorre, como em (275), é preferencialmente no discurso citado, mantendo o tempo original usado pelo enunciador. Por consequência, não há também cópia de tempo.

Quanto ao discurso indireto, não é possível atestar ainda se ele ocorre na língua hup. Epps (2005, p. 687, tradução nossa) afirma que “[...] existe uma estratégia para comunicar o discurso indireto [...]. O principal mecanismo para isso é o evidencial reportativo, que permite ao falante relacionar o conteúdo de uma proposição ou mesmo um comando sem reafirmar as palavras do falante original.”[86] Parece-nos, à vista disso, que o uso do reportativo é também a expressão de discurso indireto na língua. De fato, em toda a gramática, não foram encontrados dados de discurso indireto. Todos os casos em que a tradução aponta para uma possível interpretação de discurso indireto são, na realidade, ocorrências de uso do reportativo.

São também encontradas ocorrências em que as duas estratégias podem co-ocorrer – discurso direto e reportativo. Nesses casos, considera Epps (2005, p. 687, tradução nossa) que “o evidencial reportativo é tipicamente usado junto com o verbo 'dizer' na oração que enquadra o discurso citado, em referência ao fato de que o próprio conto é informação de segunda mão (“ele disse "X", dizem”).”[87]

Hup (EPPS, 2005, p. 359)

(276) “b'ŏy=d'əh tɨh=pŏg=d'əh wæd-d'oʔ-næn-cɨ́-ɨ́y” **nɔ́**-ɔ́y=**mah**
traira=PL 3SG=grande=PL comer-pegar-vir-COMPL-INPF dizer-DYN=REP
“Trairas, grandes, vieram comer [pegar a isca]”, ele disse/dizem.

Não dispomos, portanto, de ocorrências que atestem a presença do discurso indireto. Para cumprir essa função, parece-nos que hup faz uso da marca de reportativo para designar o discurso citado sem reproduzi-lo exatamente. Consequentemente, não há

[86] Tradução do original: “[…] a strategy for communicating indirect speech exists as well […]. The primary mechanism for this is the Reportive evidential, which allows the speaker to relate the content of a proposition or even a command without restating the words of the original speaker.”

[87] Tradução do original: [...] the Reportive evidential is typically used together with the verb ‘say’ in the clause framing the quoted speech, in reference to the fact that the tale itself is secondhand information (‘he said “X”, it’s told’).

estrutura para ocorrência da cópia de tempo como concebida pela GDF, e hup pode ser considerada transparente pela manutenção do alinhamento entre os níveis. Como mencionado, o reportativo é um operador do Nível Interpessoal e, nos casos analisados, é codificado pelo afixo =*mah*, mantendo a relação de um-para-um entre os níveis.

Assim como em hup, os dados analisados em **yuhup** atestam também o uso de duas estratégias para expressar o discurso citado: o uso do morfema reportativo e o discurso direto. Ospina Bozzi (2002, p. 91, 181) dedica suas descrições ao uso do reportativo, usado para indicar que o falante não é a fonte do conteúdo comunicado. Ainda de acordo com a autora, o morfema reportativo *ɓàh* tem certa mobilidade e pode ocorrer junto aos argumentos ou ao predicado. De forma um pouco distinta, observamos que, assim como em dâw e hup, o morfema ocupa a posição final do Ato discursivo, por se tratar de um operador do Nível Interpessoal.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 181)
(277a) ìhɔ̂w ¯dédní **ɓàh**
Ihow vir REP
Ihow vem, dizem.

(277b) ìhɔ̂w **ɓàh** ¯dédní
Ihow REP vir
Lit. Ihow, dizem, vem.

Em (277a), o morfema reportativo ocupa a posição final da oração, escopando todo o Conteúdo Comunicado. Por outro lado, em (277b), há dois Atos Discursivos distintos e é justamente a presença do morfema reportativo que marca a fronteira entre os Atos: o primeiro Ato, composto pelo nome *ìhɔ̂w*, tem função Orientação e é marcado pelo operador reportativo, ao passo que o segundo Ato é constituído apenas pelo predicado *¯dédní*.

Assim sendo, com o morfema indicativo de discurso reportado, o discurso não é citado diretamente e tampouco há uma construção complexa de duas orações encaixadas como no caso do discurso indireto. Portanto, não há contexto para ocorrência de cópia de tempo.

A segunda estratégia para expressão do discurso citado é o discurso direto, em que o falante reproduz, de maneira direta, a fala do outro. Diferentemente de hup, que tem presença obrigatória do predicado *nɔ-* ‘dizer’, yuhup parece não ter essa exigência para a

expressão do discurso direto, sendo ele introduzido por predicados similares a ‘dizer’, como *ìhkéj* ‘perguntar’ em (279):

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 453)
(278) “a̅ ûjh tòd^{n}-b̲èh-d̅ěd^{n}” h̅ĭd^{n} **d̅ó-v́**
1SG.POSS saco trazer-atravessar-vir.IMP fêmea dizer.SIM-PRED2
“Traga minha bolsa até aqui”, a mulher estava dizendo.

Yuhup (OSPINA BOZZI, 2002, p. 301)
(279) “h̅ôp wéd^{n}-í” ɨ̅d^{n} **ìhkéj-í**
peixe comer.SIM.PRED1.INTER 1PL perguntar.SIM-PRED1
“O peixe come?”, nós perguntamos.

Como observamos nos exemplos (278) e (279), não há, nos predicados das duas orações, marca de tempo, apenas a marca de simultaneidade – que indica concomitância com o momento da enunciação – e o predicativo. Assim não há também cópia de tempo entre as orações.

Da mesma maneira que hup, não é também possível atestar a ocorrência de discurso indireto em yuhup. Embora Ospina Bozzi (2002) não trate dessa questão, a julgar pelos dados analisados, parece-nos que o reportativo tem também a função de expressar o discurso indireto, marcando que o falante não é a fonte original e dando-lhe a opção de adaptar o discurso do outro, sem citá-lo diretamente como no discurso direto. Todas as possíveis ocorrências de discurso indireto, na verdade, são codificadas pela presença do reportativo.

Em vista disso, considerando a expressão do discurso indireto por meio da marca de reportativo e a não-expressão de tempo no predicado, yuhup é também transparente quanto ao critério de cópia de tempo, visto que o alinhamento entre os níveis não é quebrado. O reportativo, como mencionado anteriormente, é um operador do Nível Interpessoal, codificado no Nível Morfossintático pela partícula *b̅àh*, mantendo a relação de um-para-um entre os níveis.

A língua **nadëb**, por sua vez, parece apresentar estratégias distintas das demais línguas para a codificação do discurso citado, já que a marca de reportativo (de discurso direto e indireto) ocorre em estruturas distintas das outras línguas analisadas na família.

A marca de reportativo *mɨh* não foi encontrada em ocorrências que não apresentam predicados de elocução, como *dizer* e *falar.* Nesses contextos, parece que o

reportativo pode ser empregado tanto no discurso direto, como em (280), quanto no indireto, em (281):

Nadëb (WEIR, 1984, p. 34)
(280) ĩih a-hing **ning** **mih** Subih kuuh
eu FORM-baixar.INDIC dizer.INDIC REP Subih fala
"Vou baixar", disse Subih.

Nadëb (WEIR, 1984, p. 34)
(281) a-hing **mih** Subih hi-lxood bú
FORM-baixar.INDIC REP Subih DAT.ASP-falar.NONINDIC ABL
Subih falou que [ele] baixou.

Diferentemente de hup e yuhup, portanto, nadëb não emprega o reportativo para marcar o discurso indireto. Porém, não é clara a distinção entre a codificação do discurso direto e do indireto na língua. Weir (1984, p. 33) afirma que o discurso direto pode ser expresso de diferentes maneiras: "com uma fórmula introdutória que contém um verbo de fala, uma fórmula de terminação, uma mudança de registro, simplesmente pelo contexto, ou por uma combinação de fatores." No entanto, a autora não desenvolve ou exemplifica essas estratégias por elas não serem o foco principal da pesquisa desenvolvida.

O discurso indireto, por sua vez, de acordo com a autora (1984, p. 34), pode ser expresso por uma oração principal composta pelo predicado de elocução (falar, dizer etc.) e a oração encaixada com o conteúdo enunciado, como em (281). Contudo, não é clara qual a distinção entre esta construção e a do discurso direto. A hipótese é de que a distinção esteja relacionada com a forma dos predicados, considerando que, no exemplo de discurso direto (280), as duas formas verbais são indicativas, ao passo que, no discurso indireto (281), as formas verbais são distintas – o predicado *lxood* 'falar' está na forma não-indicativa e o predicado *hing* 'baixar', na forma indicativa. No entanto, não dispomos de informações e exemplos suficientes para confirmar ou refutar essa hipótese.

Ainda que os dados não sejam exaustivos e que algumas questões ainda careçam de uma resposta mais adequada, observamos que não há marca de tempo nos verbos, o que impossibilita a existência de cópia de tempo. Assim, a língua nadëb é também transparente com relação a esse critério. Acreditamos também que é necessária uma pesquisa mais detalhada acerca da expressão do discurso citado para atestar, por exemplo, se a ocorrência das formas verbais indicativas no discurso direto sucede de um processo de cópia desse traço dos predicados ou não.

Em suma, o critério de **cópia de tempo** também mostra que as línguas analisadas são transparentes pela não expressão de tempo nos predicados e por dispor de outros mecanismos para a codificação do discurso citado que não o discurso indireto. Na língua dâw, é possível identificar a presença de três estratégias para expressão do discurso citado: marca de reportativo, discurso direto e discurso indireto, em que nenhuma delas apresenta cópia de tempo. Em hup e yuhup, o discurso indireto é também codificado pelo reportativo e, desse modo, não há contexto para a ocorrência da cópia de tempo na língua. Por fim, ainda não é clara a distinção entre o discurso direto e indireto em nadëb; no entanto, já é possível afirmar que não há cópia de tempo pela não codificação do tempo no predicado, como nas demais línguas da família.

Critério	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Cópia de tempo	-	-	-	-

7. CONCLUSÕES

A análise das línguas da família Naduhup, de acordo com os critérios estabelecidos, permite sintetizar os resultados conforme o quadro 16, em que os sinais positivos (+) representam a presença do fenômeno na língua, sendo ela opaca com relação a esse critério; os sinais negativos (-) representam a ausência do fenômeno na língua, sendo ela transparente em relação a esse critério; e "não se aplica" (na) representa que o critério não é relevante para a língua analisada e, portanto, não pode ser aplicado a ela.

Quadro 16: Síntese dos critérios analisados

Critérios	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Aposição	+	+	+	+
Referência cruzada	-	-	-	-
Relações gramaticais	na	na	na	na
Concordância de número	-	-	-	-
Concordância de negação	-	-	-	-
Descontinuidade	-	-	-	-
Expletivos	+	+	+	?
Gênero gramatical	-	-	-	-
Acordo no sintagma	-	-	-	-
Acordo na oração	-	-	-	-
Cópia de tempo	-	-	-	-

Fonte: elaborado pelo autor

É possível observar, já à primeira vista, que as línguas compartilham traços de modo que um mesmo fenômeno ocorre ou não ocorre em todas as línguas analisadas. Considerando a hipótese de trabalho de que as línguas de uma mesma família compartilham traços de tal forma que é possível determinar características da família a partir da observação desses traços, podemos considerar que ela foi confirmada. O compartilhamento de traços nos leva à observação de um conjunto de propriedades que definem a família Naduhup e a distingue das demais línguas e famílias, em especial, das que compartilham território. Portanto, as seguintes características são elencadas com respeito às línguas da família Naduhup:

i. apresentam aposição, em especial, aposição de sintagmas nominais com respeito a um mesmo referente, adicionando-lhe características;

ii. não apresentam marcação morfológica de pessoa no predicado. Em contextos muito específicos, como os abordados nas línguas hup e nadëb, a marcação de pessoa, por questões pragmáticas, pode ocorrer nos verbos de modo a preservar a estrutura sintática rompida. Nesses casos, é o pronome de terceira pessoa do singular que é anexado ao predicado de modo a ocupar a posição de argumento. Contudo, o padrão das línguas é a expressão do argumento apenas por meio de formas lexicais ou pronominais.

iii. são línguas classificadas tipologicamente como *ativas*, visto que não apresentam alinhamento sintático, mas sim semântico. Nas línguas da família Naduhup, o argumento Ativo é sempre não marcado, o Inativo depende da escala de animacidade e o Locativo é sempre marcado. Dessa forma, essas línguas marcam, na verdade, a função e categoria semântica, ao invés de relações sintáticas, distinguindo entre os papéis de Ativo e não-ativo (Inativo ou Locativo). De modo mais detalhado: (i) com propriedades de um lugar, o argumento único (Ativo ou Inativo) é sempre não marcado, tendo em vista que não há ambiguidade e, portanto, a marca não é necessária; (ii) com propriedades de dois lugares, o argumento Ativo é não marcado ao passo que o Inativo será marcado de acordo com a escala de animacidade – sendo [+ animado] e [+ humano], a marca é obrigatória, considerando que pode haver ambiguidade entre os argumentos e suas respectivas funções; por outro lado, se o argumento Inativo é [- animado] e [- humano], a marca não é necessária; (iii) com propriedades de três lugares, o Ativo é não marcado, o Inativo é marcado de acordo com a escala de animacidade e o Locativo é sempre marcado.

iv. apresentam diferentes estratégias para quantificação definida e indefinida que podem co-ocorrer. Em dâw, o numeral, marca de quantificação definida, pode ocorrer junto à marca gramatical ou ainda à marca fonológica, o tom ascendente indicador de quantificação indefinida. Em hup e yuhup, a marca gramatical de quantificação indefinida em entidades animadas pode co-ocorrer com numerais em um mesmo sintagma. Já em nadëb, não há marca gramatical de plural, apenas numerais de um a três que são poucos específicos, o que mostra que a quantificação pode não ser uma categoria relevante na língua.

v. apresentam uma variedade de estratégias de negação, atuando em diferentes camadas. Todas as línguas apresentam ao menos uma estratégia para negação sentencial, em geral, anexada aos predicados e com escopo sobre todo o Estado-de-coisas. Hup e nadëb apresentam estratégias específicas para negação de propriedades existenciais, seja por meio de partícula específica (hup) ou mesmo de uma partícula de reforço (nadëb). Hup e yuhup apresentam estratégias de negação muito semelhantes em forma e função, o que reforça a proximidade entre as duas línguas. Dâw, por sua vez, apresenta a negação vinculada a aspectos, o que é um dado inovador em termos das estratégias de negação já estudadas sob o escopo da GDF.

vi. a ordem de constituintes é relativamente livre, por isso, as línguas não apresentam fenômenos como extração ou extraposição. Para a atribuição de funções pragmáticas como Tópico e Foco são usadas, preferencialmente, estratégias morfossintáticas, como uso de afixos e partículas. Além disso, quando a ordem preferida dos constituintes é quebrada, o constituinte anteposto ou posposto à oração constitui, em verdade, outro Ato Discursivo com função retórica de Orientação (anteposto) ou Esclarecimento (posposto).

vii. têm preferência por morfemas monossilábicos, principalmente sufixos, para a expressão de informações relevantes na raiz nominal ou verbal. Dessa forma, não há ocorrência de circunfixos ou infixos nas línguas.

viii. apresentam uso de elemento expletivo, marcado sempre pelo pronome de terceira pessoa do singular. Dâw apresenta expletivos para preencher a posição de argumento em estruturas com predicados que designam fenômenos da natureza. Hup e yuhup, por sua vez, fazem uso do expletivo em sintagmas adjetivais, visto que, pela estrutura morfossintática dessas línguas, não é possível que um adjetivo ocorra sozinho, sem estar anexado a um nome. Na ausência do nome, quando inferido pelo contexto situacional ou discursivo, o expletivo é empregado para ocupar a posição obrigatória do nome. Nadëb é a única língua de que não dispomos de dados suficientes para afirmar categoricamente a presença de elementos expletivos; no entanto, considerando o uso do pronome de terceira pessoa

do singular em contextos semelhantes aos de hup e yuhup, é possível aventar que eles também sejam um recurso da língua.

ix. a marca de gênero, quando ocorre, é semanticamente motivada. Todas as línguas apresentam meios lexicais para indicar ‘fêmea’ e ‘macho’ além de lexemas específicos para designar, por exemplo, ‘marido x esposa’, ‘pai x mãe’ etc. Os lexemas que indicam a distinção de ‘fêmea’ e ‘macho’ podem ser empregados em nomes que designam entidades humanas e, em alguns casos, entidades animais. Dessa forma, a marca de gênero é dependente do sexo biológico da entidade referida.

x. os sintagmas são compostos, em geral, apenas pelo núcleo nominal ou pelo núcleo e algum quantificador, pronome ou adjetivo. Neste último caso, as informações de gênero e quantificação, por exemplo, ocorrem apenas uma vez e não são copiadas do núcleo para os demais constituintes do sintagma.

xi. é mais comum o emprego de verbos atributivos ou estativos na função de modificadores do nome do que de adjetivos. Apenas as línguas hup e yuhup contam com uma classe identificável de adjetivos, além do emprego de verbos estativos e atributivos.

xii. para a codificação do discurso citado, há o discurso direto e partículas que assinalam reportativo. Em geral, o reportativo indica a fonte da informação e também codifica o discurso indireto nessas línguas.

xiii. a marca de tempo ocorre nos predicados para distinguir os tempos passado e futuro. No entanto, de modo geral, a marca pode não ocorrer e o tempo é então referido por outras estratégias, como marcação de aspecto, advérbios e o uso de sequências de predicado. Assim, é normal que não haja também a marca de tempo nos predicados.

Nos estudos tipológicos realizados pelo viés da transparência na GDF, Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) centraram suas análises em línguas de diferentes famílias, mantendo a distância geográfica e genética no *corpus* selecionado para análise. O pioneirismo desta tese está em investigar a transparência/opacidade em línguas pertencentes a uma mesma família. Conforme os resultados atestam, essas línguas compartilham traços que revelam suas características principais comuns, confirmando que elas são parte de uma mesma família.

Hengeveld (2011b), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) comprovam que a distribuição dos traços transparentes/opacos nas línguas não é aleatória, mas que obedecem a uma hierarquia, ou seja, há um padrão para a distribuição dos traços. Dessa forma, os autores chegam ao estabelecimento de uma hierarquia que permite predizer a presença de traços nas línguas. No último estudo realizado por Hengeveld e Leufkens (2018), a partir da observação de trinta línguas distintas, os autores chegam à conclusão de que as línguas, de modo geral, são menos propensas a adotar expletivos e realizar o acordo no sintagma, ao passo que são mais propensas a aceitar a aposição e referência cruzada. Assim, os autores chegam a uma hierarquia implicacional conforme descrita a seguir (adaptado de HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 33).

1. Acordo na oração/Elementos expletivos
⊃
2. Gênero gramatical/Cópia de tempo/Acordo no sintagma/Alternância de raiz ou afixo morfologicamente condicionada
⊃
3. Descontinuidade
⊃
4. Alternância de raiz ou afixo morfofonologicamente condicionada
⊃
5. Relações gramaticais
⊃
6. Referência cruzada/Aposição/Alternância de raiz ou afixo fonologicamente condicionada

Essa hierarquia, apresentada verticalmente, mostra os traços opacos mais facilmente encontrados nas línguas na parte inferior e, na parte superior, os mais resistentes, ou seja, os traços opacos menos frequentes nas línguas do mundo. Como esclarecem os autores (2018, p. 34), a hierarquia deve ser lida de tal forma que, se uma língua apresenta, por exemplo, acordo no sintagma, ela também apresentará todas as propriedades opacas que estão abaixo do acordo na hierarquia. De modo contrário, se uma língua não apresenta, por exemplo, relações gramaticais, ela não apresentará nenhuma das propriedades opacas acima na hierarquia. Aplicando a hierarquia implicacional apresentada às análises das línguas da família Naduhup, pode-se estabelecer a sistematização apresentada no quadro 17.

Quadro 17: Organização dos traços transparentes e opacos

Critérios	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Acordo na oração	-	-	-	-
Expletivos	+	+	+	?
Gênero gramatical	-	-	-	-
Cópia de tempo	-	-	-	-
Acordo no sintagma	-	-	-	-
Descontinuidade	-	-	-	-
Concordância de negação	-	-	-	-
Concordância de número	-	-	-	-
Relações gramaticais	na	na	na	na
Referência cruzada	-	-	-	-
Aposição	+	+	+	+

Fonte: elaborado pelo autor

Observamos que, tomando por base a proposta de Hengeveld e Leufkens (2018), é possível distribuir os traços analisados, porém, considerando que a maioria dos fenômenos é transparente, não é possível avaliar se de fato eles pertencem ou não à hierarquia. Destacamos, no entanto, que o critério de elementos expletivos, indicado pela hierarquia dos autores como um dos menos frequentes nas línguas do mundo (portanto, um dos mais resistentes), mostra que as línguas da família Naduhup apresentam expletivos nominais, tanto com predicados que indicam fenômenos da natureza quanto dentro de sintagmas adjetivais. A partir dessa possível divergência, uma melhor proposta de divisão dos critérios para a família Naduhup é dada no quadro 18, mostrando os critérios opacos na base da tabela, assinalados pelo sinal positivo (+), e os critérios transparentes na parte superior, assinalados pelo sinal negativo (-):

Quadro 18: Organização dos critérios nas línguas da família Naduhup

Critérios	**Línguas**			
	Dâw	**Yuhup**	**Hup**	**Nadëb**
Acordo na oração	-	-	-	-
Gênero gramatical	-	-	-	-
Cópia de tempo	-	-	-	-
Acordo no sintagma	-	-	-	-
Descontinuidade	-	-	-	-
Concordância de negação	-	-	-	-
Concordância de número	-	-	-	-
Referência cruzada	-	-	-	-
Expletivos	+	+	+	?
Aposição	+	+	+	+
Relações gramaticais	na	na	na	na

Fonte: elaborado pelo autor

Em vista disso, a hierarquia estabelecida por Hengeveld e Leufkens (2018) não é invalidada, mas não pode ser encarada como única para todas as línguas e famílias linguísticas. Trata-se, portanto, de demonstrar uma tendência das línguas e não uma regra absoluta de ocorrência de determinados fenômenos.

É válido destacar ainda que a hierarquia, como concebida pelos autores, considera diferentes línguas e como tal, é capaz de captar a variação entre essas línguas. Esta pesquisa, por outro lado, não objetiva o estabelecimento de hierarquias dentro da família linguística porque pressupõe que as línguas de uma mesma família compartilham traços de tal maneira que, em determinados aspectos, não é possível captar variação entre elas, o que fica comprovado em vista das análises apresentadas. Assim, pode ser que as línguas de determinada família variem, por exemplo, em aspectos fonológicos, mas não em semânticos ou morfossintáticos, de modo a preservar características básicas da família a que pertencem.

A análise mais detalhada mostra ainda um grande compartilhamento entre as línguas hup e yuhup, visto que as duas apresentam formas e funções muito semelhantes, o que comprova a aproximação dessas línguas em termos histórico, cultural e linguístico. Por outro lado, os dados confirmam certo afastamento da língua nadëb em relação às demais línguas da família. Apesar do compartilhamento de traços transparentes e opacos, os dados são distintos em forma e função, não se aproximando das demais. Por vezes, o mesmo também ocorre na língua dâw, porém ainda é possível encontrar pontos de convergência mais explícitos.

Destacamos que, considerando o compartilhamento de dados das línguas de uma mesma família, é possível determinar um conjunto de características básicas da família, mostrando como esse compartilhamento ocorre. Mais além, é possível que esse conjunto de traços constitutivo da família nos permita, em contexto mais amplo, avaliar se determinada língua pertence ou não a essa família. Esse resultado representa um avanço em relação aos estudos em línguas indígenas considerando a escassez de material e a dificuldade de classificar as línguas em famílias. Como demonstrado, a própria família Naduhup sofre com controvérsias acerca das línguas que pertencem ou não à família. Nesse contexto, esta tese oferece um novo aparato para analisar e classificar as línguas, em especial, as línguas indígenas.

As análises contribuem ainda para pesquisas com o aporte teórico da GDF, testando e atestando a validade dos critérios até aqui elaborados para a investigação da

transparência nas línguas do mundo, além de apresentarem dados relevantes para o desenvolvimento da teoria, como a presença da negação em diferentes camadas dos níveis Interpessoal e Representacional, propondo-se, por exemplo, a operação de negação sobre Propriedades Configuracionais já modificadas por categorias como aspecto.

Lançando luz a línguas minoritárias como as línguas indígenas, as análises aqui empreendidas também contribuem para a divulgação, o estudo e a disseminação das línguas indígenas, colaborando, em âmbito maior, para sua preservação a partir da produção científica e do incentivo e insumo a novas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

AISSEN, J. Differential object marking: Iconicity vs. economy. In: *Natural Language and Linguistic Theory.* 21.3, 2003, p. 435-483.

BARBOSA, J. F. *Descrição fonológica da língua Nadêb*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

BOLINGER, D. *Meaning and form*. Londres: Longman, 1977.

BOLINGER, D. Some traits of language. In: _____. *Aspects of Language*. 2 ed. Harcourt Brace Jovanovich, INC., 2012.

BOSSONG, G. Le marquage differéntiel de l'objet dans les langues d'Europe. In: FEUILLET, J. (ed). *Actance et Valence*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998, p.193-258.

CÂMARA, A. L.; GARCIA, T. S.; NOVAES-MARQUES, N. B.; OLIVEIRA-CODINHOTO, G.; PEZATTI, E. G. Concordância e acordo de número: uma discussão com base nas línguas indígenas do Brasil. In: *LIAMES* - Línguas Indígenas Americanas. 17(2). Campinas, Jul./Dez. 2017, p. 241-262.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CROFT, W. *Typology and Universals*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DALL'AGLIO HATTNHER, M. M.; NAGAMURA, G. H.; PARRA, B. G. G. O papel das relações gramaticais na análise da transparência e da opacidade em línguas indígenas do Brasil. In: *LIAMES* - Línguas Indígenas Americanas. 17(2). Campinas, Jul./Dez. 2017, p. 341-361.

DU BOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985, p. 43-65.

DURIE, M. *A Grammar of Acehnese*: on the basis of a dialect of North Aceh. Dordrecht: Foris, 1985.

EPPS, P. *Grammar of Hup*. Tese de Doutorado. Charlottesville: Universidade da Virginia, Departamento de Antropologia, 2005.

EPPS, P. Language classification, language contact, and Amazonian prehistory. In: *Language and Linguistics Compass*. n. 3(2), 2009, p. 581-606.

EPPS, P.; BOLAÑOS, K. Reconsidering the 'Makú' Family of Northwestern Amazonia. In: *International Journal of American Linguistics*. 2017.

EPPS, P.; STENZEL, K. *Upper Rio Negro*: cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, Museu Nacional, 2013.

EVANS, N. *Bininj Gun-Wok*: A pan-dialectal grammar of Mayali, Kunwinjku and Kune. Canberra: Pacific Linguistics, 2003.

FROST, R. The road not taken. In: _____. *Mountain Interval*. New York: Henry Holt and Company, 1916.

GIVÓN, T. Iconicity, isomorphism and nonarbitrary coding in syntax. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 187-219.

GUIMARÃES, M. R. *Intensificadores como quantificadores*: os âmbitos da expressão da quantificação no português do Brasil. Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. In: *Language.* 56 (3), 1980, p. 515-540.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. In: *Language*. 59, 1983, p. 781-819.

HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.

HASPELMATH, M. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. In: *Cognitive Linguistics*. 19, 2008, p. 1-33.

HENGEVELD, K. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. In: *Linguistics in Amsterdam*. 4(2), 2011a, p. 1-22.

HENGEVELD, K. Epilogue: degrees of transparency. In: *Linguistics in Amsterdam.* 4(2), 2011b, p. 110-114.

HENGEVELD, K. Referential markers and agreement markers in functional discourse grammar. In: *Language Sciences.* 34, 2012, p. 468–479.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO HATTNHER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. In: *Linguistics*. 53.3, 2015, p. 479-524.

HENGEVELD, K.; LEUFKENS, S. Transparent and non-transparent languages. In: *Folia Linguistica*, 52.1. 2018.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Negation in Functional Discourse Grammar. In: KEIZER, E.; OLBERTZ, H. (ed.). *Advances in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: Benjamins, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Censo demográfico*. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>.

KEIZER, E. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KIPARSKY, P.; CONDORAVDI, C. *Tracking Jespersen's cycle* (manuscrito). Patras: University of Patras, 2006. Disponível em: <http://web.stanford.edu/~kiparsky/Papers/lesvosnegation.pdf>.

KOCH-GRÜNBERG, T. Die Makú. In: *Anthropos*. v.1, 1906, p. 877–906.

LANGENDONK, W. V. Iconicity. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed). *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 236-263.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles. In: *Journal of Pidgin and Creole Languages.* 28 (2), 2013, p. 323-362.

LEUFKENS, S. *Transparency in language*: a typological study. Tese de Doutorado. Netherlands: LOT, 2015.

LOPES, A. B. *Fonologia da língua yuhup*: uma abordagem não-linear. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MAHECHA, D. R.; FRANKY, C. C.; CABRERA, G. B. Los Makú del noroeste Amazónico. In: *RCA*. n. 33, 1996-1997, p. 85-132.

MAHECHA, D. R.; FRANKY, C. C.; CABRERA, G. B. Algunos aspectos fonético-fonológicos del idioma Nɨkak. In: PÉREZ, M. S. G.; MONTES, M. L. R. (ed.). *Lenguas Indígenas de Colombia*: una visión descriptiva. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2000, p. 547-560.

MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, S. A. *Análise da morfossintaxe da língua dâw e sua classificação tipológica*. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MARTINS, S. A. *Fonologia e gramática Dâw*. Tese de Doutorado. Amsterdam: Vriji Universiteit Amsterdam, 2004.

MARTINS, V. *Análise prosódica da língua dâw numa perspectiva não-linear*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MARTINS, S. A.; MARTINS, V. (1999). The Maku Language Family. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (ed.). *Amazonian Languages*. Cambridge: CUP, 1999, p. 251-267.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, J. E. Etnias Maku: Dow. In: *Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Dow>. Acessado em: 25 set 2018.

OSPINA BOZZI, A. M. *Les structures élémentaires du Yuhup Makú, langue de l'Amazonie colombienne*: morphologie et syntaxe. Tese de Doutorado. Paris: Université Paris 7, 2002.

PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português:* aspectos tipológicos e funcionais. Tese de Doutorado. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 1992.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PLATÃO. *Crátilo:* diálogo sobre a justeza dos nomes. Lisboa: Sá da Costa, 1963.

RAMIREZ, H. Família Makú ou família Uaupés-Japura? Belém: Encontro da ANPOLL, 2001.

RIVET, P.; TASTEVIN, C. Affinités du makú et du puinave. In: *Journal de la Société des Américanistes de Paris*. v. 12, 1920, p. 60–82.

RIVET, P.; KOK, P.; TASTEVIN, C. Nouvelle contribution à l'étude de la langue makú. In: *International Journal of American Linguistics*. v. 3, 1925, p. 133-192.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SILVA, C.; SILVA, E. *A língua dos Yuhupdeh*: introdução etnolinguística, dicionário yuhup-português e glossário semântico-gramatical. São Gabriel da Cachoeira, AM: Pró-Amazônia, AECIPY, 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo Cultrix, 1977[1916].

SEKI, L. A lingüística indígena no Brasil. In: *D.E.L.T.A.* vol. 15, n.º especial, 1999, p. 257-290.

SEKI, L. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. In: *Impulso*, v.12, n. 27, 2000, p. 233-256.

SIEWIERSKA, A. *Person*. Cambridge University Press, Cambridge, 2004.

SLOBIN, D. I. Language change in childhood and history. In: MACNAMARA, J. (ed.). *Language learning and language thought*. New York: Academic Press, 1977, p. 185-214.

STASSI-SÉ, J. C.; FONTES, M. G. Transparência e opacidade nos sistemas de negação sentencial em línguas indígenas brasileiras. In: *LIAMES* - Línguas Indígenas Americanas. 17(2). Campinas, Jul./Dez. 2017, p. 283-305.

VELASCO, D. G. Discontinuity and displacement in a Functional Theory of Grammar. In: *Proceedings of the 34th International AEDEAN Conference*. Almeria, 2010.

WEIR, E. M. H. *A negação e outros tópicos da gramática do Nadëb*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1984.

WEIR, E. M. H. Incorporation in Nadëb. In: PAYNE, D. L. (ed.). *Amazonian Linguistics*: Studies in Lowland South American Indian Languages. Austin: University of Texas Press, 1990, p. 321-66.

WEIR, E. M. H. Nadëb. In: KAHREL, P.; BERG, R. V. D. (ed.). *Typological studies in negation*. Série: Typological studies in language. v. 29. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994, p. 291-323.